FUNDAÇÃO
FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS

DESIGUALDADE DO RENDIMENTO E POBREZA EM PORTUGAL

As consequências sociais do programa de ajustamento

Coordenador

Carlos Farinha Rodrigues

Rita Figueiras

Vítor Junqueira

ESTUDOS DA FUNDAÇÃO

FUNDAÇÃO
FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS

LISBOA SCHOOL OF ECONOMICS & MANAGEMENT

FUNDAÇÃO
FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS

Largo Monterroio Mascarenhas, n.º 1, 7.º piso
1099-081 Lisboa
Telf: 21 001 58 00
ffms@ffms.pt

© Fundação Francisco Manuel dos Santos
Setembro de 2016

Director de Publicações: António Araújo

Título: Desigualdade do Rendimento e Pobreza em Portugal:
As consequências sociais do programa de ajustamento

Autores: Carlos Farinha Rodrigues (Coord.)
Rita Figueiras
Vítor Junqueira

Revisão de texto: Susana Pina

Design: Inês Sena
Paginação: Guidesign

Impressão e acabamentos: Guide – Artes Gráficas, Lda.

ISBN: 978-989-8863-46-1

As opiniões expressas nesta edição são da exclusiva responsabilidade
dos autores e não vinculam a Fundação Francisco Manuel dos Santos
ou as entidades que possibilitaram o acesso aos dados utilizados.
Os autores desta publicação não adoptaram o novo Acordo Ortográfico.
A autorização para reprodução total ou parcial dos conteúdos desta obra
deve ser solicitada aos autores e ao editor.

DESIGUALDADE DO RENDIMENTO E POBREZA EM PORTUGAL

As consequências sociais do programa de ajustamento

Coordenação
Carlos Farinha Rodrigues

Rita Figueiras
Vítor Junqueira

DESIGUALDADE DO RENDIMENTO E POBREZA EM PORTUGAL

As consequências sociais do programa de ajustamento

Este texto constitui o relatório final do Projecto "Desigualdades em Portugal" realizado pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) para a Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Os autores agradecem ao Instituto Nacional de Estatística o acesso às bases de dados anonimizadas do Inquérito às Condições de Vida e Rendimentos (ICOR/EU-SILC).

Prefácio

A Fundação Francisco Manuel dos Santos tem, como missão, o estudo e a divulgação da realidade portuguesa, de modo a promover uma cidadania mais activa. Este trabalho sobre as desigualdades económicas em Portugal actualiza e desenvolve novos aspectos face ao estudo concluído em 2012. As desigualdades económicas foram e continuam a ser um tema recorrente na discussão pública e fortemente presente no debate e acção política.

Conhecer, em primeiro lugar, o que são as desigualdades económicas em Portugal, e a sua evolução recente, e conhecer, em segundo lugar, o papel que desempenham as políticas económicas destinadas a atenuar as desigualdades é essencial para melhor definir as preocupações e as políticas futuras.

O novo trabalho da equipa de investigadores, liderada por Carlos Farinha Rodrigues, vem trazer um conhecimento aprofundado sobre o que sucedeu nos últimos anos, nomeadamente desde 2011. Estes anos foram particularmente exigentes, duros mesmo, para a população residente em Portugal. Os esforços associados à recuperação da situação das contas públicas afectaram as prestações sociais e os impostos sobre o rendimento. A discussão sobre quem mais suportou os custos do processo de *ajustamento* foi recorrente. Frequentemente, as diversas posições baseavam-se em casos isolados, em percepções episódicas ou simplesmente convicções. Analisar dados e produzir conhecimento é fundamental para perceber o que realmente sucedeu durante este período.

No estudo anterior, terminava-se dizendo "(...) 2009 poderá também representar o encerramento de um ciclo. Um ciclo caracterizado pela redução dos principais indicadores de pobreza e do atenuar das desigualdades. A profunda crise económica que o nosso país hoje atravessa [Junho de 2012] e as respostas que as autoridades económicas têm ensaiado para a ultrapassar podem inverter profundamente as principais tendências ocorridas nas últimas décadas de que aqui apresentamos registo", citação que é retomada na introdução deste livro.

O actual estudo conclui que, como antecipado, em 2010 se iniciou outro ciclo, invertendo a tendência que se registava de redução das desigualdades, e deixa a pista: que 2014, o último ano de informação estatística disponível, possa também ele ser de transição. Mas essa é apenas uma possibilidade, de mera adivinhação neste momento.

Além da inversão de ciclo na redução das desigualdades, o trabalho que agora se apresenta contém muitas outras ideias e conclusões, bem como novas interrogações e o desejo de conhecer mais e melhor o que está subjacente às desigualdades económicas em Portugal. Permito-me destacar alguns aspectos. Acredito que cada leitor encontrará facilmente os seus próprios pontos de interesse, possivelmente distintos dos que me cativaram a atenção – a riqueza do material disponibilizado está também em possibilitar várias leituras; é sempre bom que um estudo responda às perguntas centrais que o originaram e que nos deixe interrogações adicionais para melhor compreendermos a nossa sociedade.

O tema central, acerca do qual diversas formas de análise de dados são apresentadas, é a evolução das desigualdades económicas e a sua ligação à pobreza económica. Não deixam contudo de ser tratados temas como: quem foi mais afectado pela crise económica e pelas políticas seguidas durante estes anos, qual o papel das políticas adoptadas, como se alterou a vida das pessoas, que grupos vulneráveis se conseguem identificar, qual o desempenho de Portugal em contexto internacional dada a sua "tradicional" posição como um dos países mais desiguais da Europa, etc.

Os anos 2010 a 2014 foram caracterizados por uma redução do rendimento disponível das famílias residentes em Portugal, com o último dos anos a ter uma tímida recuperação. Como um ano não chega para definir uma tendência, teremos que esperar pela informação dos anos posteriores.

Com a redução do rendimento disponível, em média, não será de espantar que os indicadores de pobreza tenham aumentado, característica que se encontra documentada em várias secções do documento. Menos esperada é a conclusão de que a redução de rendimentos aconteceu de forma desigual – afectou de forma mais expressiva os rendimentos mais baixos (sobretudo) e os rendimentos mais elevados. A diferença entre o efeito absoluto (redução do rendimento disponível em euros) e o efeito relativo (redução em proporção do rendimento de partida) é muito significativa. Uma perda de 800 euros num rendimento anual de cerca de 3 300 euros é mais penalizadora que uma redução de 4 000 euros num rendimento anual de 30 000.

Qualquer que seja o indicador usado, torna-se claro, da leitura do estudo, que, ao contrário do que por vezes surge referido, a classe média *não* foi a mais afectada. A evolução registada permite também detectar quais os grupos da população que foram mais ou menos protegidos durante estes anos de *ajustamento*. Os grupos de rendimento mais baixo não foram, em geral, suficientemente protegidos, e regista-se entre eles um aumento da pobreza. Mas nem todos foram afectados de forma similar. Os idosos, normalmente considerados como um grupo particularmente vulnerável, foram menos atingidos do que as

famílias jovens com crianças. A pobreza nos agregados familiares com crianças evoluiu de forma particularmente desfavorável.

Mas voltemos à evolução dos rendimentos. Destaco três elementos novos para o nosso conhecimento: a mobilidade económica que existiu neste período – cerca de um terço da população mudou, de forma relevante, a sua posição na distribuição global de rendimentos; o papel relativo dos impostos e das transferências sociais na redução das desigualdades; e o quanto a evolução das desigualdades de rendimento depende da evolução das desigualdades salariais.

O elemento de mobilidade económica tem aspectos surpreendentes. Cerca de 22% da população teve aumento de rendimento superior a 10% entre 2009 e 2012. Ou seja, não só houve movimentos de perda de rendimento desiguais entre grupos de rendimento como a composição dos grupos de rendimento (decis da distribuição global de rendimentos) se alterou.

A análise do coeficiente de *Gini* como indicador de desigualdade revela que é na distribuição dos rendimentos privados (salários, capital, etc.) que ocorre um aumento considerável das desigualdades, sendo a evolução desse indicador para o rendimento disponível muito mais suave.

Quanto às políticas seguidas durante este período, o grande destaque vai para o papel do aumento dos impostos diretos, que reforçam a sua função redistributiva. Há redução de rendimento, e aumento consequente da pobreza, mas também redução das desigualdades de rendimento. Ou seja, a redução das desigualdades de rendimento, aferida pelos indicadores habituais, resulta não do crescimento dos rendimentos mais baixos mas da maior tributação dos rendimentos elevados. Uma conclusão que se retira é a pouca relevância das prestações sociais (que não sejam pensões) na redução das desigualdades de rendimento, o que terá origem na sua pouca expressão quantitativa e eventualmente no seu próprio desenho e aplicação, aspectos que ficam em aberto para discussão futura. Ainda assim, e com recurso a um modelo de microssimulação, os autores estabelecem que as medidas adoptadas no Rendimento Social de Inserção (e que reduziram substancialmente o número de beneficiários e as verbas transferidas) representaram a cumulação dos efeitos negativos da crise económica para a população localizada no primeiro decil de rendimento e, em particular, para as famílias com crianças.

Na análise da pobreza monetária, a distinção entre taxa de pobreza e intensidade da pobreza revela-se importante. A segunda tem um agravamento mais pronunciado do que a primeira, desde 2010. Tal vem mostrar que as quebras de rendimento nos rendimentos à partida mais baixos tiveram um impacto relevante na intensidade da pobreza monetária. Há, como é dito no texto, "uma pronunciada deterioração dos recursos da população pobre".

A análise da pobreza monetária das crianças e dos idosos junta elementos novos. A partir de 2011 verifica-se um claro aumento da pobreza monetária das crianças, que atinge, em 2013, um máximo histórico. No caso dos idosos, a pobreza monetária continuou a baixar mesmo depois de 2010, ao contrário do que sucedeu com outros grupos da população e seguindo a tendência anterior. Só a partir de 2012 essa tendência parece alterar-se.

Tal como sucede com a desigualdade de rendimentos, também a pobreza monetária tem uma mobilidade considerável, inesperada a meu ver – "a passagem por uma situação de pobreza foi transitória para a maioria", nas palavras dos autores. Significa que além de existir quem tenha permanecido de forma duradoura na situação de pobreza, este período viu surgir pobreza em famílias que não tinham tido, até então (2012), essa experiência. Esta evidência corrobora relatos avulsos que vieram a público ao longo deste período sobre os "novos pobres" causados pela crise económica e pelas políticas de *austeridade*.

Complementarmente à análise das desigualdades de rendimento e da pobreza monetária, o trabalho de Carlos Farinha Rodrigues e sua equipa reporta indicadores de privação material. Neste campo da privação material, os autores destacam o "aumento da proporção de famílias que refere não ter capacidade para assegurar o pagamento de uma *despesa inesperada de cerca de 420 euros sem recorrer a empréstimo*". Curiosamente, um indicador de privação material que tem sido relacionado com riscos para a saúde (*sem capacidade para manter a casa adequadamente aquecida*) não teve qualquer alteração visível entre 2009 e 2014. Também o item de acesso a alimentação (*sem capacidade para ter uma refeição de carne ou peixe pelo menos de 2 em 2 dias*) não teve um agravamento. Como é de esperar, os valores globais escondem uma forte divisão entre pobres e não pobres em termos de privação material. A evolução das desigualdades de rendimento e de pobreza monetária é acompanhada pela evolução dos indicadores de privação material, tendo, estes últimos, piorado de forma mais acentuada nos níveis de rendimento mais baixos.

A identificação das famílias que foram mais afectadas neste período constitui uma novidade importante do estudo. Apesar das medidas de corte de pensões, os idosos não foram, globalmente, os agregados familiares mais penalizados. Nesta caracterização mais detalhada, surge com alguma surpresa o facto de mais educação (mais qualificações académicas) não ser factor de protecção contra a crise. Mais escolaridade resulta em maiores salários, como é conhecido de muitos estudos. Mas foi nos jovens com maior escolaridade que os efeitos de redução salarial se fizeram sentir com mais força. Numa interpretação dos resultados, famílias numerosas com crianças e com adultos de baixa escolaridade (que têm provavelmente baixos rendimentos como consequência da falta de escolaridade) constituem o grosso da população

em condição de pobreza monetária e foram particularmente afectados pela crise. Foram os mais novos que tiveram maior redução salarial nestes anos. Seria interessante saber se é devido a rotação no posto de trabalho para salários mais baixos, a salários de entrada no mercado de trabalho (no primeiro emprego) mais baixos ou a reduções salariais mantendo o posto de trabalho. As conhecidas desigualdades de género nos rendimentos salariais traduzem-se igualmente numa maior vulnerabilidade das mulheres neste período de crise. Ter um grau de ensino superior não foi factor de protecção face à quebra de rendimento salarial, o que tem consequências noutras áreas. Na saúde, numa amostra obtida na zona Norte da Grande Lisboa, a saúde mental dos jovens desempregados com maior qualificação foi a mais penalizada durante este período de crise, mesmo apesar dessa maior qualificação garantir maiores salários médios. São também estas peças do puzzle que sugerem que a principal via de redução das desigualdades de rendimento tem que ser encontrada no mercado de trabalho e não nas políticas de redistribuição, na minha interpretação dos resultados obtidos.

Na avaliação da importância dos vários grupos socioeconómicos para a explicação da desigualdade, entre 2009 e 2014, perdeu relevância o nível de ensino do indivíduo de referência do agregado habitacional para ganhar peso relativo a sua inserção no mercado de trabalho (seja pela situação perante o emprego seja pelo nível de intensidade laboral). Em termos de intervenção para redução das desigualdades – nas suas causas e não apenas nos seus efeitos – o "bom" funcionamento do mercado laboral ganhou importância relativa.

Por fim, o elemento de comparação internacional: dos países com processo de *ajustamento* neste mesmo período, Portugal foi o que menos decréscimo de rendimentos registou, destacando-se a Grécia com uma muito forte redução. Por outro lado, não houve qualquer alteração da posição de Portugal como um dos países mais desiguais da Europa. Deste exercício de comparação internacional, fica igualmente claro que onde Portugal é verdadeiramente desigual é nos rendimentos de mercado, antes dos efeitos das políticas sociais.

Tomando o conjunto de resultados, identifica-se no nosso país, na minha interpretação, um problema de rendimentos no mercado de trabalho, que as políticas sociais historicamente compensavam, pelo menos em parte. Uma pergunta que fica é se a solução destas desigualdades de rendimento estará sobretudo no mercado de trabalho e a montante deste, ou no aprofundamento das actuais políticas sociais. Se a evolução das desigualdades de rendimento do mercado decorrer, sobretudo, das condições económicas gerais (crise económica) então as políticas sociais (transferências e impostos) não agravam, pelo contrário, ajudam a compensar as desigualdades de rendimento. Fica em aberto quanto do agravamento das desigualdades nos rendimentos privados

é resultado de políticas de *austeridade* adoptadas noutras áreas que não a das políticas sociais com fins redistributivos. Contudo, apesar desse papel positivo, as políticas sociais seguidas não foram capazes de evitar um aumento para máximos históricos da pobreza monetária das crianças. As famílias com crianças surgem sucessivamente nos vários indicadores deste estudo como o grupo que sentiu mais fortemente o período de crise económica e as políticas de *austeridade*, e para o qual as medidas introduzidas nas políticas sociais reforçaram cumulativamente os efeitos negativos da crise em lugar de os compensarem.

O estudo fala em dois mitos que não são confirmados, "os mais pobres foram protegidos" e a "classe média foi quem mais suportou a crise". Mas há mais ensinamentos nesta investigação. A meu ver, o estudo também permite a leitura, relevante para a intervenção pública, de que um mercado de trabalho que reduza as desigualdades salariais fará mais pelas desigualdades de rendimento do que a intensificação das políticas sociais de redistribuição. Apenas olhar para decis de rendimento para caracterizar populações alvo de intervenção falha numa identificação mais fina de subpopulações vulneráveis, algumas esperadas (baixa escolaridade), outras que se vinham a adivinhar (agregados familiares jovens com crianças), outras que constituem surpresa (jovens com escolaridade elevada).

Este estudo, pelo aprofundamento que realiza na caracterização das desigualdades de rendimento e pobreza monetária em Portugal, constituirá um marco para a discussão pública informada.

Pedro Pita Barros

ÍNDICE

Desigualdade do Rendimento e Pobreza em Portugal

Capítulo 1

21 **Introdução**

Capítulo 2

23 **A evolução dos rendimentos familiares**

23 2.1. Evolução do rendimento por adulto equivalente

25 2.2 Um processo desigual de redução dos rendimentos

27 2.3. Análise longitudinal da evolução dos rendimentos

30 2.4. A redução dos rendimentos em Portugal e na UE

Capítulo 3

33 **O que mudou na desigualdade**

33 3.1. A evolução dos principais indicadores de desigualdade

38 3.2. O papel das diferentes fontes de rendimento

41 3.3. Desigualdade em Portugal e na UE

Capítulo 4

45 **O agravamento da pobreza monetária**

45 4.1. Desigualdade e pobreza monetária

46 4.2. Principais indicadores de pobreza monetária

50 4.3. A armadilha do rendimento mediano

53 4.4. Análise longitudinal da incidência da pobreza

54 4.5. Pobreza monetária em Portugal e na UE

Capítulo 5

57 **Privação material**

57 5.1. Indicadores de privação material

61 5.2. Pobreza e privação material: pobreza consistente

63 5.3. Privação material em Portugal e na UE

Capítulo 6
65 **Quais as famílias mais afectadas pela crise**
66 6.1. Escalão etário do indivíduo de referência do ADP
70 6.2. Género do indivíduo de referência do ADP
72 6.3. Dimensão do ADP
74 6.4. Composição do ADP
77 6.5. Nível de instrução do indivíduo de referência do ADP
79 6.6. Categoria socioeconómica
81 6.7. Nível de intensidade laboral ***per capita*** do ADP
84 6.8. A importância relativa dos factores explicativos da desigualdade
85 6.9. Quem são os pobres?

Capítulo 7
87 **Desigualdade salarial**
87 7.1. As principais alterações na distribuição dos ganhos
92 7.2. Evolução da incidência de baixos salários e de pobreza entre os trabalhadores por conta de outrem
92 7.3. Evolução da desigualdade salarial
95 7.4. Mobilidade do ganho salarial: análise longitudinal
97 7.5. Distribuição do ganho em Portugal e na UE

Capítulo 8
101 **O que mudou no mercado de trabalho**
102 8.1. Escalão Etário
104 8.2. Género
106 8.3. Tipo de contrato
107 8.4. Regime de trabalho
108 8.5. Nível de escolaridade
110 8.6. Sector de actividade
111 8.7. Decomposição da desigualdade do ganho equivalente

Capítulo 9
113 **Efeitos redistributivos das transferências sociais e dos impostos**
113 9.1. A eficácia das transferências sociais na redução da incidência da pobreza
115 9.2. A distribuição das prestações sociais por quintis do rendimento equivalente
117 9.3. A eficácia e a eficiência das transferências sociais e impostos directos na redução da desigualdade

Capítulo 10
125 **Os impactos redistributivos das políticas de austeridade**
126 10.1. Os efeitos das políticas sociais e fiscais obtidos pelo Euromod
128 10.2. Os resultados do Euromod e os dados do ICOR
131 10.3. Principais alterações das políticas sociais e fiscal no período de austeridade
138 10.4. Microssimulação do impacto de algumas políticas sociais e fiscal no período de austeridade

Capítulo 11
147 **Principais Resultados**

155 Bibliografia

159 Anexo
159 **Alterações legislativas nas prestações sociais, 2010-14**

163 Glossário de conceitos, indicadores e nomenclaturas

169 Índice de quadros

171 Índice de gráficos

Capítulo 1

Introdução

A publicação, em 2012, pela Fundação Francisco Manuel dos Santos do estudo "Desigualdades em Portugal" representa um marco importante no conhecimento das desigualdades económicas em Portugal.

Constituindo o estudo mais aprofundado sobre as desigualdades familiares e salariais realizado no nosso país nos anos mais recentes, ele possibilitou evidenciar a relação entre desigualdade, nível de vida e pobreza económica, tendo igualmente viabilizado a identificação dos grupos sociais mais vulneráveis em termos de rendimento e exclusão social. Ao confrontar a realidade nacional com a dos demais países da União Europeia (UE), permitiu a identificação dos processos de convergência/divergência entre Portugal e o conjunto da UE. O estudo possibilitou ainda uma análise preliminar do papel redistributivo do Estado através das suas políticas sociais e fiscais.

A disponibilidade da informação estatística aquando da realização daquele estudo determinou que o seu período de análise terminasse em 2009. Como os autores referem na conclusão desse texto: "A análise da evolução das desigualdades em Portugal apresentada neste estudo tem como referência o último ano para o qual existe informação rigorosa disponível, que é 2009. Mas 2009 poderá também representar o encerramento de um ciclo. Um ciclo caracterizado pela redução dos principais indicadores de pobreza e do atenuar das desigualdades. A profunda crise económica que o nosso país hoje atravessa e as respostas que as autoridades económicas têm ensaiado para a ultrapassar podem inverter as principais tendências ocorridas nas últimas décadas de que aqui apresentámos registo."

Desde 2009 até ao presente, a situação económica e social do nosso país alterou-se significativamente. Os dados oficiais sobre as modificações mais recentes, agora disponíveis até 2014, na distribuição do rendimento parecem confirmar a anterior conclusão quanto a uma inversão significativa do ciclo de redução das desigualdades. No entanto, carece de aprofundamento uma análise sobre os reais impactos na distribuição de rendimento da crise económica e das políticas seguidas na sequência do acordo estabelecido em 2011 entre as autoridades portuguesas e o FMI, o BCE e a Comissão Europeia.

Este estudo contribui para esclarecer as principais alterações ocorridas na distribuição do rendimento e nas condições de vida dos portugueses ao longo do período de vigência do programa de *ajustamento*, procurando responder às seguintes questões:

- Quais as consequências da profunda crise económica que Portugal enfrentou/enfrenta nos rendimentos dos diferentes grupos da população? Verificou-se um empobrecimento da classe média ou uma redução generalizada dos rendimentos familiares?
- Qual o impacto das políticas de *austeridade* sobre os rendimentos familiares nos diferentes escalões de rendimento? Os mais pobres foram efectivamente poupados às políticas mais agressivas de redução/contenção dos rendimentos? As famílias com maiores rendimentos foram as mais penalizadas pelas políticas adoptadas?
- Que processos de "*reranking*" (reordenação relativa dos rendimentos) ocorreram ao longo da distribuição de rendimento?
- Quais os efeitos, sobre os diferentes grupos sociais, das alterações introduzidas nas políticas sociais? A contracção das políticas sociais, tanto na sua abrangência como nos montantes atribuídos, alterou significativamente as condições de vida das famílias mais pobres?
- Quais as consequências do agravamento do desemprego e das mudanças introduzidas na legislação laboral na distribuição dos salários? O que se alterou na desigualdade salarial?
- Qual o efeito da reforma do IRS implementada em 2013 na progressividade do sistema fiscal? Contribuiu para o seu reforço ou, pelo contrário, atenuou a progressividade já existente?
- Quais as consequências da crise e das políticas seguidas nas condições materiais de vida da população? O acesso a bens e serviços essenciais alterou-se significativamente? Qual o papel da solidariedade familiar no atenuar dos efeitos da crise?
- Comparativamente a outros países da UE e, em particular, da Zona Euro, as políticas nacionais para contrariar os efeitos da crise económica foram mal ou bem-sucedidas? Quais foram os seus custos económicos e sociais?

Com este estudo pretende-se uma avaliação rigorosa, e tão aprofundada quanto a informação estatística disponível o permite, das consequências sociais de uma das mais profundas crises que Portugal atravessou nas últimas décadas, e analisar, sempre que possível, as medidas implementadas pelas autoridades públicas para lhes fazer frente.

Capítulo 2

A evolução dos rendimentos familiares

2.1. Evolução do rendimento por adulto equivalente

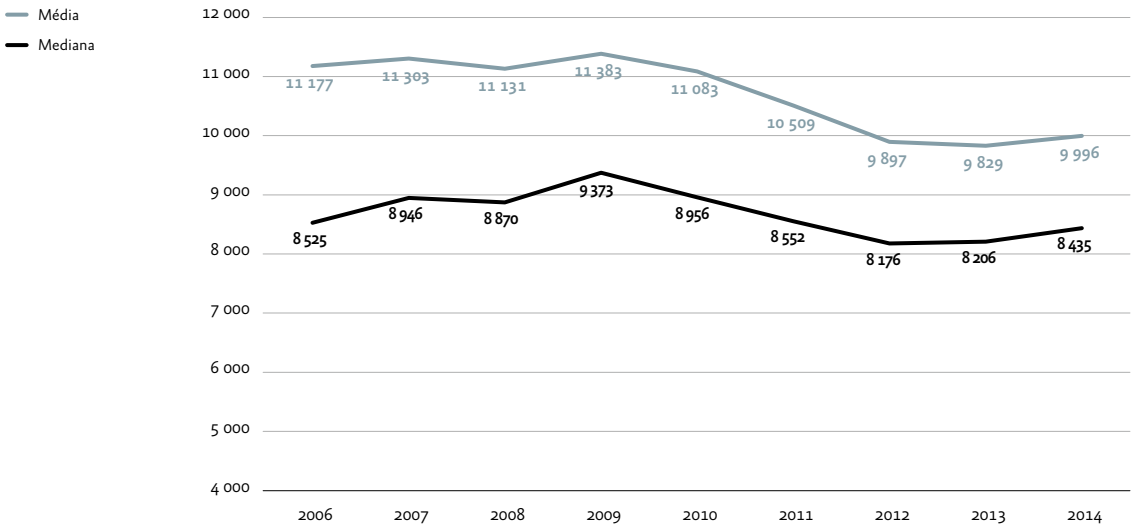
Um primeiro elemento importante para a análise das transformações na distribuição dos rendimentos encontra-se na evolução dos rendimentos familiares ao longo do período de *ajustamento* de 2010 a 2014. Utilizando os microdados dos Inquéritos às Condições de Vida e Rendimento (ICOR/EU-SILC) realizados pelo INE, é possível observar a evolução do rendimento equivalente das famílias e compará-la com o período anterior à crise.

Admitindo-se como válida a hipótese de igual partilha de recursos no seio de cada família, o conceito de rendimento por adulto equivalente traduz a afectação do rendimento total do agregado familiar a cada membro da família através da aplicação de uma dada escala de equivalência. A "Escala de Equivalência da OCDE modificada" é a escala adoptada a nível europeu e consequentemente utilizada neste estudo. Assim, ao primeiro indivíduo adulto de cada família, a escala atribui um peso de um, aos restantes indivíduos com 14 ou mais anos, um peso de 0,5 e às crianças com 13 ou menos anos, um peso de 0,3[1]. O rendimento por adulto equivalente constitui, assim, uma medida dos recursos económicos disponíveis para cada indivíduo que tem simultaneamente em conta o rendimento auferido e as necessidades associadas à dimensão e à composição da família em que esse individuo está inserido.

Como se pode verificar no Gráfico 1, entre 2009 e 2014, o rendimento médio disponível por adulto equivalente das famílias portuguesas passou de 11 383 euros/ano para 9 996 euros/ano, o que equivale a uma diminuição em termos reais de 12,2%. No mesmo período, o rendimento mediano registou um decréscimo ligeiramente inferior (10%).

1. Por exemplo, a família de um casal com dois filhos menores tem um peso de 2,1 unidades de adulto equivalente. Se este casal auferir um rendimento anual de 10 000 euros, o rendimento por adulto equivalente de cada um dos seus membros é de 4762 euros.

Gráfico 1 Evolução Real do Rendimento Disponível por Adulto Equivalente (euros/ano), 2006 –2014

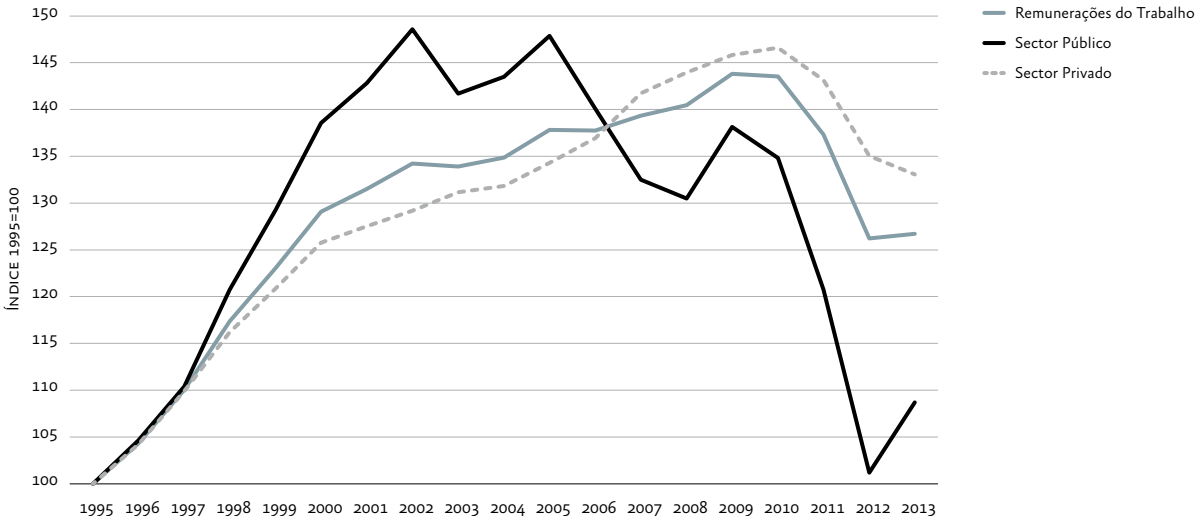


Fonte: INE, ICOR 2007 a 2015, Cálculos dos autores.

Nota: Valores monetários a preços de 2014.

De acordo com os microdados do ICOR, os rendimentos do trabalho foram uma das componentes dos rendimentos familiares que mais contribuíram para a redução do rendimento equivalente das famílias, decrescendo em termos reais mais de 9%, entre 2009 e 2014. Esta forte erosão das remunerações do trabalho pode igualmente ser observada no Gráfico 2, retirado do Boletim do Banco de Portugal. Este gráfico apresenta o índice de evolução das remunerações totais, do sector público e do sector privado, de 1995 a 2013, com base no primeiro daqueles anos. A descida pronunciada dos salários após 2009, em particular no sector público, é bastante elucidativa.

Gráfico 2 Evolução das Remunerações do Trabalho (1995=100), 1995 – 2013



Fonte: Banco de Portugal, 2014.

2.2 Um processo desigual de redução dos rendimentos

Os dois gráficos anteriores, apesar de revelarem de forma particularmente elucidativa o decréscimo dos rendimentos familiares, nada nos dizem sobre o seu impacto redistributivo e, em particular, sobre o grupo ou grupos que foram mais penalizados. A forma como os custos do processo de *ajustamento* foram repartidos entre a população portuguesa constitui um elemento essencial para a caracterização das políticas seguidas neste período e para a avaliação das suas consequências.

De facto, a identificação de quem foram os principais "ganhadores" e "perdedores" das políticas de *austeridade* implementadas entre 2009 e 2014 tem suscitado alguma controvérsia na sociedade portuguesa, não raro surgindo afirmações de que "a classe média foi a mais afectada" ou de que "os mais pobres foram protegidos das medidas mais severas". No entanto, raras as vezes são devidamente fundamentadas estas afirmações.

Uma forma de tentar responder a esta questão é analisar como o decréscimo dos rendimentos se propagou ao longo da escala de rendimentos. Utilizando os microdados do ICOR é possível calcular o rendimento médio por adulto equivalente de cada decil[2] de rendimento da população e a sua variação no período 2006-2014. O Quadro 1 mostra essa evolução para os vários decis da distribuição do rendimento equivalente nos dois subperíodos: 2006-2009 e 2009-2014.

[2.] Uma forma intuitiva, ainda que não completamente exacta, de perceber o significado dos decis é a seguinte: se ordenarmos uma determinada população pelo seu nível de rendimento e construirmos dez escalões de rendimento com o mesmo número de pessoas em cada um, começando com os 10% mais pobres e terminando nos 10% mais ricos obtemos os decis da distribuição do rendimento. Em termos mais rigorosos o decil é o valor de fronteira que separa cada um desses escalões.

Quadro 1 Evolução Real do Rendimento Equivalente por decis, 2006-2009-2014 (euros/ano)

	2006	2009	2014	Variação 2006-2009	Variação 2009-2014
1.º decil	2969	3292	2469	11 %	- 25 %
2.º decil	4716	5206	4402	10 %	- 16 %
3.º decil	5919	6452	5704	9 %	- 12 %
4.º decil	6934	7507	6760	8 %	- 10 %
5.º decil	7988	8688	7844	9 %	- 10 %
6.º decil	9211	10079	8988	9 %	- 11 %
7.º decil	11068	11623	10329	5 %	- 11 %
8.º decil	13318	13685	12137	3 %	- 11 %
9.º decil	17575	17056	15185	- 3 %	- 11 %
10.º decil	31984	30177	26127	- 6 %	- 13 %
Total	**11177**	**11383**	**9996**	**2 %**	**- 12 %**

Fonte: INE, ICOR 2007, 2010 e 2015, Cálculos dos autores.

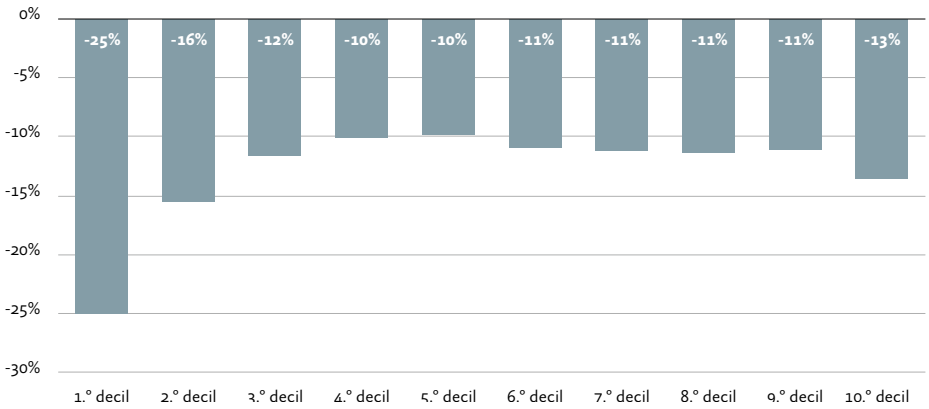
Nota: Valores monetários a preços de 2014.Os valores de 2006 e 2009 foram actualizados para 2014 utilizando o índice de Preços no Consumidor.

O padrão de evolução real dos rendimentos familiares no período que antecede o processo de *ajustamento*, 2006-2009, e no decorrer deste, 2009-2014, é substancialmente diferente. Entre 2006 e 2009, o rendimento médio das famílias regista um incremento de 2%, enquanto que, entre 2009 e 2014, há uma diminuição de cerca de 12% nos rendimentos familiares, como já referido.

Mas o elemento mais contrastante entre os dois períodos é a forma diferenciada como a evolução dos rendimentos familiares se repercute ao longo da escala de rendimentos. No primeiro período, o rendimento médio do 1.º e 2.º decis regista um crescimento cinco vezes superior ao do conjunto da população, ao mesmo tempo que há um decréscimo no rendimento real do 9.º e 10.º decis.

No segundo período, todos os decis registam um decréscimo, mas este é muito mais pronunciado para as famílias e os indivíduos com rendimentos mais baixos. A quebra percentual de rendimentos no 1.º decil (os 10% de menores rendimentos) é praticamente o dobro da registada no 10.º decil (os 10% mais elevados).

Gráfico 3 Variação Percentual do Rendimento Disponível por Adulto Equivalente por decis, 2009 – 2014



Fonte: INE, ICOR 2010 e 2015. Cálculos dos autores.

O Gráfico 3 mostra a evolução ocorrida ao longo da escala de rendimentos no período 2009-2014, permitindo confirmar que todos os decis têm um decréscimo do seu rendimento disponível como consequência da profunda crise económica e das políticas seguidas. O rendimento dos 10% mais ricos diminui em cerca de 13%, o dos decis 3 a 7 desce entre 10% e 12%, enquanto o dos 10% mais pobres diminui 25%[3].

A leitura do Quadro 1 e do Gráfico 3 permite tirar ilações sobre os dois mitos habitualmente associados à avaliação dos impactos das políticas seguidas em Portugal. O primeiro é o de que as classes médias foram fortemente penalizadas no decurso do processo de *ajustamento*. O segundo é o de que as políticas de *austeridade* adoptadas preservaram os rendimentos dos mais pobres, isentando-os dos cortes dos salários e das pensões.

A partir da análise da evolução do rendimento real dos vários decis, é possível contradizer essas afirmações, ou seja, a diminuição dos rendimentos foi profundamente desigual e em grande parte regressiva[4], e nem as classes médias foram as que mais sofreram com as políticas seguidas, nem os mais pobres foram poupados no processo de empobrecimento.

2.3. Análise longitudinal da evolução dos rendimentos

O Gráfico 3, ao apresentar a variação do rendimento médio dos vários decis da distribuição do rendimento equivalente, pode suscitar no leitor a imagem de que todos os indivíduos e famílias viram os seus rendimentos decrescer no decorrer do processo de *ajustamento*, isto é, que ao longo da presente crise todos foram "perdedores".

3. Com frequência, e por simplificação de linguagem, faz-se referência a indivíduos "mais ricos" ou "mais pobres". No entanto, deve salientar-se que esta caracterização tem apenas por base os rendimentos anuais das famílias e não os seus activos patrimoniais, ou seja, por "mais ricos" (ou "mais pobres") entenda-se aqui os indivíduos com rendimentos anuais mais elevados (ou mais baixos).

4. Os dados constantes no Gráfico 3 indicam-nos a perda percentual de rendimento em cada decil. Se, em alternativa, se utilizasse a perda absoluta de rendimento, seria possível verificar que a diminuição absoluta do rendimento médio do primeiro decil é ultrapassada pela dos dois últimos decis.

A realidade é, no entanto, bastante mais complexa do que aquela que uma leitura apressada possa sugerir. Ao longo do período 2009-2014, os rendimentos dos indivíduos tiveram diferentes trajectórias, ascendentes ou descendentes, que o simples observar do valor médio de cada decil não permite detectar. Todavia, essas trajectórias podem ser identificadas utilizando os dados longitudinais do ICOR, que possibilitam seguir os mesmos indivíduos e famílias ao longo de um período de quatro anos, evidenciando as alterações verificadas nos seus rendimentos e permitindo observar a sua mobilidade ao longo da escala de rendimentos.

Infelizmente, a última base de dados disponibilizada pelo INE refere-se ao período 2010-2013, a qual possibilita observar as transformações ocorridas nos rendimentos de cada família no período 2009-2012.

O Quadro 2 expõe a matriz de transição entre os vários decis do rendimento entre 2009 e 2012. Apesar de se utilizarem os dados longitudinais mantêm-se os limites dos decis correspondentes aos dados seccionais. Desta forma é possível observar a alteração da posição relativa de cada indivíduo face à sua situação em 2012. Na ausência de qualquer alteração da posição relativa dos vários indivíduos, somente a diagonal principal da mesma estaria preenchida e todos os valores seriam iguais a 100, significando que 100% dos indivíduos permaneceriam no mesmo decil[5]. Pelo contrário, o quadro permite constatar um nível de mobilidade económica significativa entre os vários decis, um resultado semelhante ao obtido por Alves e Martins (2012) para o período 2005-2009. Tal como nesse estudo, a mobilidade é menor nos decis extremos – com 46,1% e 65,7% dos indivíduos do 1.º e 10.º decil de 2012 a permaneceram, respectivamente, no mesmo decil da distribuição – e mais acentuada na parte central.

5. Note-se que se está a analisar o posicionamento de cada individuo ao longo dos vários decis. Um movimento ascendente implica necessariamente um movimento descendente de outro individuo.

Quadro 2 Matriz de Mobilidade do Rendimento Equivalente, 2009-2012

Decis	Decis do Rendimento Equivalente em 2012									
2009	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1	**46,1**	21,7	12,4	3,1	6,7	5,8	1,4	0,7	1,7	0,6
2	20,0	**32,6**	26,5	10,6	10,1	5,4	6,4	0,7	1,1	1,0
3	16,0	14,0	**23,4**	14,1	11,8	5,3	6,6	1,8	1,2	1,0
4	7,2	7,9	12,0	**30,2**	15,9	22,9	3,1	6,1	1,3	1,8
5	6,1	7,7	15,1	20,8	**24,6**	20,3	7,2	9,4	6,8	0,2
6	1,1	11,1	5,0	12,9	10,6	**15,9**	15,9	9,3	5,8	0,2
7	0,9	3,3	0,8	3,4	13,0	12,0	**22,1**	17,5	5,2	0,2
8	0,6	1,8	2,5	2,8	4,1	7,1	23,3	**24,6**	13,8	8,5
9	1,5	0,0	2,2	1,3	3,1	5,3	11,6	23,6	**41,4**	20,9
10	0,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	2,5	6,4	21,6	**65,7**

Fonte: INE, ICOR Longitudinal 2010-2013. Cálculos dos autores.

O Quadro 3 sintetiza os principais resultados da matriz anterior. Em média, um terço dos indivíduos permanece no mesmo decil decorridos quatro anos, mas a proporção no décimo decil é o dobro (65,7%), traduzindo uma mobilidade mais reduzida na parte superior da distribuição do rendimento. Também merece destaque, na medida em que traduz uma forte mobilidade social, que 35% dos indivíduos se deslocaram dois ou mais decis, subindo (18%) ou descendo (17%) na distribuição do rendimento, quase na mesma proporção.

Quadro 3 Mobilidade do Rendimento Equivalente, 2009-2012

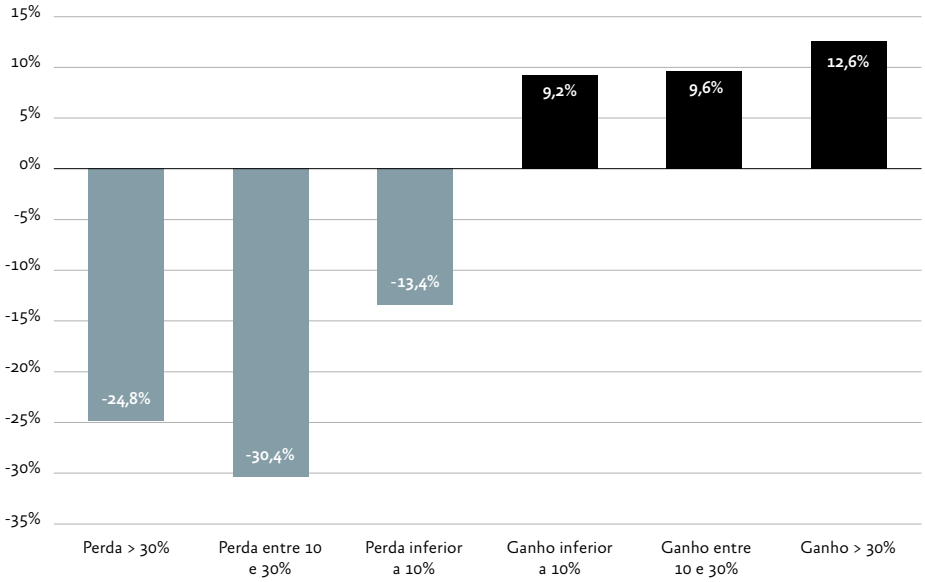
Permanece no mesmo decil	32,7%
Deslocou-se para um decil superior	34,4%
Deslocou-se para um decil inferior	32,8%
Manteve-se no mesmo decil ou no decil adjacente	64,9%
Deslocou-se dois ou mais decis	35,0%
Desceu dois ou mais decis	17,0%
Subiu dois ou mais decis	18,0%

Fonte: INE, ICOR Longitudinal 2010-2013. Cálculos dos autores.

A matriz de mobilidade interdecis atrás apresentada permite analisar as alterações nas posições relativas dos indivíduos (o processo de *"reranking"* do rendimento), mas nada nos diz acerca da evolução dos rendimentos dos vários indivíduos. Em situações limite, um individuo pode evidenciar uma mobilidade ascendente e deslocar-se para um decil superior sem que o seu rendimento tenha aumentado, podendo mesmo ter diminuído. Basta que os indivíduos que inicialmente se encontravam em decis superiores tenham sofrido uma queda do seu rendimento suficientemente grande para alterar o *ranking* da ordenação dos rendimentos.

Os dados longitudinais do ICOR permitem, porém, analisar a variação absoluta do rendimento equivalente de cada individuo entre 2009 e 2012. O Gráfico 4 apresenta a proporção da população que ganhou ou perdeu rendimento real com o processo de *ajustamento*. Os resultados apresentados são esclarecedores do impacto redistributivo desse processo: 69% dos indivíduos viram o seu rendimento diminuir entre 2009 e 2012, com um quarto da população a ter um decréscimo real superior a 30%. Note-se que este é um balanço parcial do processo de empobrecimento ocorrido no nosso país. A quebra dos rendimentos prolongou-se além de 2012, como se pode observar no Gráfico 1.

Gráfico 4 Evolução do Rendimento Equivalente · Ganhos e Perdas, 2009 – 2012



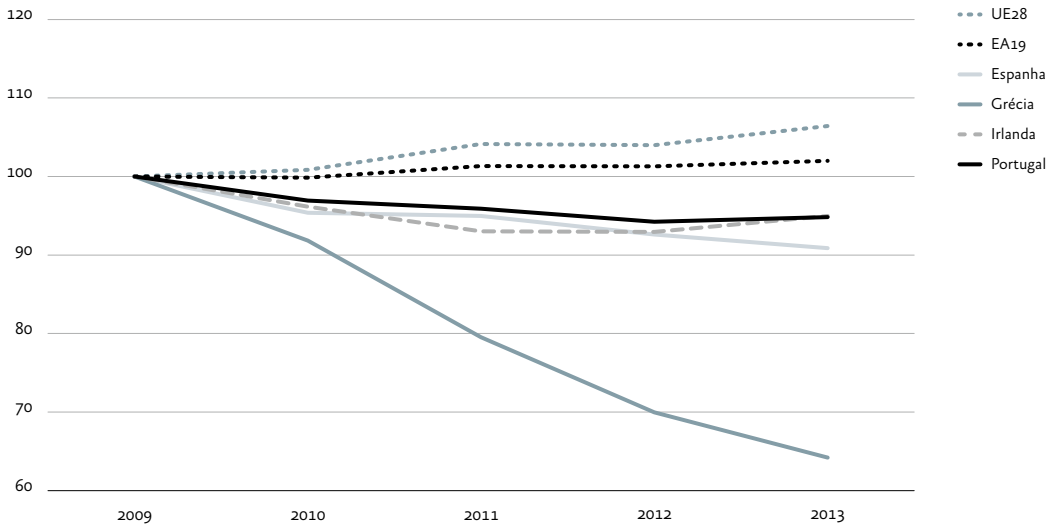
Fonte: INE, ICOR Longitudinal 2010-2013. Cálculos dos autores.

2.4. A redução dos rendimentos em Portugal e na UE

A retracção dos rendimentos familiares ocorrida em Portugal entre 2009 e 2014 na ordem dos 5% em termos nominais, esteve em contraciclo com a evolução verificada no conjunto da União Europeia, onde os rendimentos familiares cresceram 6,5% (entre 2009 e 2013). Já quando comparado com o conjunto dos restantes países sujeitos a processos de *ajustamento*, por se encontrarem numa situação de défices externos e/ou de dívidas externas muito elevadas, pode-se afirmar que o decréscimo do rendimento no nosso país foi dos mais moderados (4,3% na Irlanda, 9% na Espanha, ao passo que na Grécia, o caso extremo, a queda do rendimento nominal foi de 36,5%).

O Gráfico 5 apresenta a evolução do rendimento nominal no conjunto da União Europeia, na Zona Euro e nos quatro países do *ajustamento* considerados, expresso em índice de variação (2009=100).

Gráfico 5 Evolução do Rendimento Mediano Equivalente na EU e nos Países do Ajustamento (2009=100), 2009 – 2013



Fonte: Eurostat (2016), *Online Statistics Database*, EU-SILC Quadro ilc_di03 (acedido em 03/08/16). Cálculos dos autores.

Capítulo 3

O que mudou na desigualdade

3.1. A evolução dos principais indicadores de desigualdade

A evolução diferenciada dos rendimentos familiares ao longo dos decis da escala de rendimento não pode deixar de se repercutir na configuração dessa mesma distribuição.

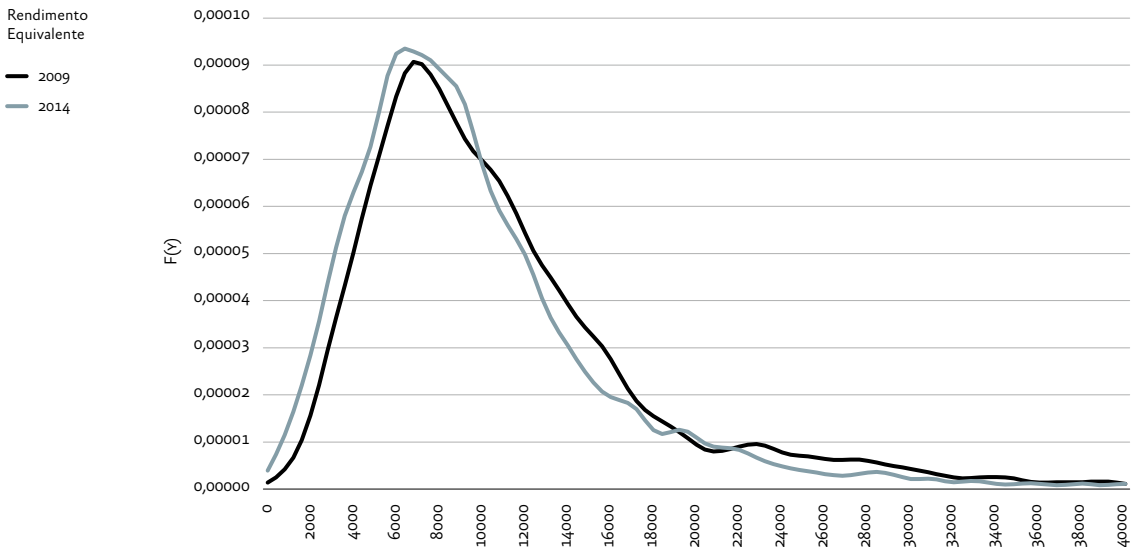
A análise das alterações ocorridas na distribuição do rendimento por adulto equivalente inicia-se pela estimação da sua função de densidade no período em análise: para investigar se essa distribuição está mais ou menos concentrada, se tende a concentrar a maior parte da população na sua parte central ou se, pelo contrário, existem vários pontos de acumulação. Note-se, no entanto, que quando se dispõe apenas de amostras representativas (e não da população completa) recorre-se à estimação das funções de densidade mediante a utilização de um processo estatístico[6]. O método escolhido foi a estimação não paramétrica através do método designado por *kernel* [7]. O resultado é a função de densidade da distribuição do rendimento para os anos 2009 e 2014[8], apresentada no Gráfico 6. Como se observa, é muito próxima de uma distribuição do tipo log-normal.

6. A utilização de funções de densidade empíricas directamente a partir dos microdados não é aconselhável porque apresentam uma variabilidade excessiva, sendo difícil de discernir qual parte dessa variabilidade se deve à própria distribuição do rendimento e qual é atribuível ao "ruído" resultante do processo de amostragem.

7. Este método tem a vantagem adicional de não impor *a priori* uma forma funcional específica à distribuição do rendimento. Assim, a distribuição estimada poderá apresentar diversas modas, abas mais ou menos largas, e assimetria mais ou menos pronunciada, por exemplo. Para uma descrição e discussão da estimação não paramétrica da função de densidade através do método de *kernel* veja-se Silverman (1986).

8. Os rendimentos superiores a 40 000 euros/ano foram excluídos do gráfico de forma a melhor evidenciar as alterações ocorridas na parte inferior da distribuição.

Gráfico 6 Função de Densidade da Distribuição do Rendimento Real por Adulto Equivalente, 2009 – 2014



Fonte: INE, ICOR 2010 e 2015. Cálculos dos autores.

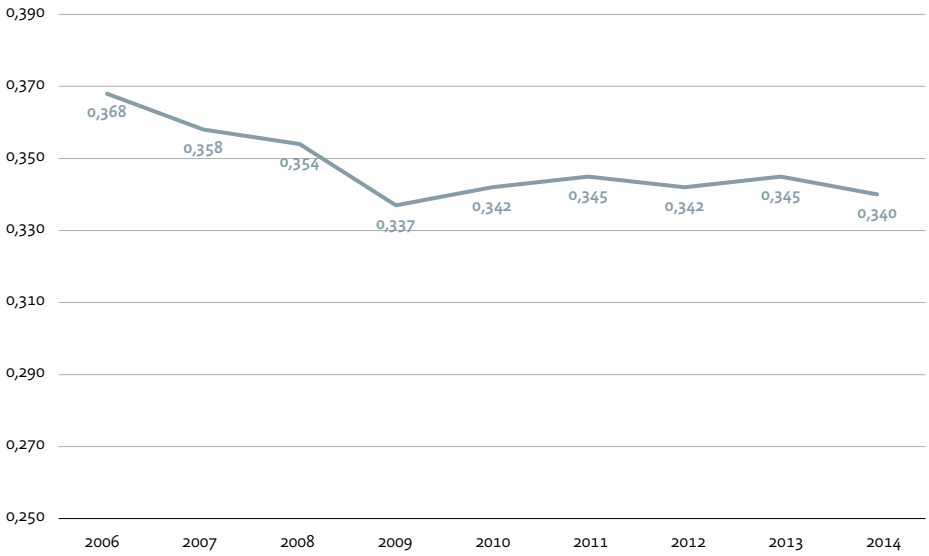
O confronto entre as funções de densidade estimadas evidencia, claramente, uma deslocação para a esquerda entre 2009 e 2013, ou seja, para escalões inferiores de rendimento, devido ao processo de empobrecimento ocorrido nesse período.

Num contexto em que todos os decis de rendimento viram o seu nível de rendimento diminuir, mas em que uma parte relevante da população viu o seu rendimento aumentar, a evolução da desigualdade dos rendimentos deve ser analisada com um cuidado adicional. O cálculo dos diferentes índices de desigualdade sugeridos pela literatura contribui para a elucidação de quais foram os segmentos da população que viram alterar as suas posições relativas ao longo da escala de rendimentos de forma mais ou menos significativa.

O Gráfico 7 representa a evolução do coeficiente de *Gini* ao longo do período 2006-2014. Este primeiro indicador de desigualdade é o mais conhecido e amplamente utilizado, sendo que uma das suas principais características é ser particularmente sensível às assimetrias na parte central da distribuição. Consequentemente, está particularmente vocacionado para o estudo das alterações dos rendimentos relativos ocorridas em torno do rendimento médio[9].

9. Mais concretamente, o coeficiente de *Gini* é particularmente sensível às alterações registadas em torno da moda da distribuição.

Gráfico 7 Evolução do Índice de Gini, 2006 – 2014



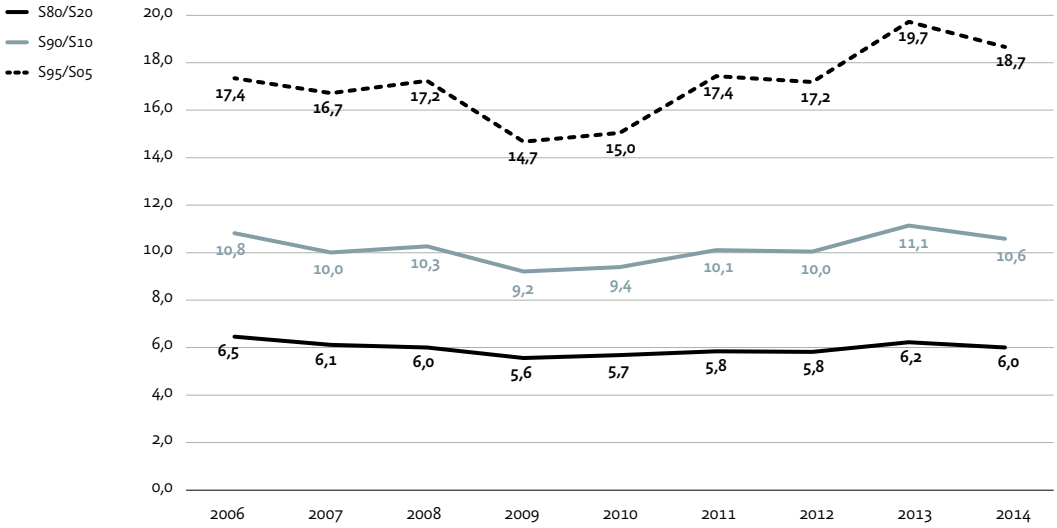
Fonte: INE, ICOR 2007 a 2015. Cálculos dos autores.

No Gráfico 7 é visível a quebra, pós-2010, do ciclo descendente da desigualdade que, como foi visto no estudo anterior, se registava desde o início do século. No período 2009-2014, o coeficiente de *Gini* estabilizou em torno de 34%, com ligeiras oscilações que não são estatisticamente significativas. Este resultado é consistente com o Gráfico 3, onde os decis centrais (decis 3 a 7) tinham um decréscimo muito similar de rendimento no mesmo período (todos entre 10% e 12%), sugerindo uma forte estabilidade nas assimetrias na parte central da distribuição.

A análise dos extremos da distribuição, seja do rendimento dos indivíduos mais pobres, seja dos mais ricos, recorre a outros indicadores de desigualdade particularmente vocacionados para avaliar as assimetrias nessas zonas. Um grupo de indicadores, muito simples e intuitivos, baseia-se na comparação da proporção dos rendimentos ("*share*" na literatura anglo-saxónica) das diferentes classes ao longo da distribuição. Estes indicadores fazem parte do conjunto utilizado na União Europeia para comparar os níveis de desigualdade dos vários países membros. Por exemplo, o índice S80/S20 compara a proporção rendimento total dos dois primeiros decis com a dos dois últimos, ou seja, o *share* do rendimento dos 20% mais pobres com o dos 20% mais ricos[10]. No Gráfico 8, e para 2014, o valor deste rácio é igual a 6, o que significa que o rendimento dos 20% mais ricos é seis vezes superior ao dos 20% mais pobres. Nesse mesmo ano, o montante de rendimento auferido dos 5% mais ricos é 18,7 vezes superior ao recebido pelos 5% de menores rendimentos, como indicado pelo rácio S95/S05.

[10] Para uma descrição mais pormenorizada dos vários índices utilizados neste capítulo consulte o "Glossário de Conceitos" no fim deste livro.

Gráfico 8 Evolução da Desigualdade (I), 2006 – 2014



Fonte: INE, ICOR 2007 a 2015. Cálculos dos autores.

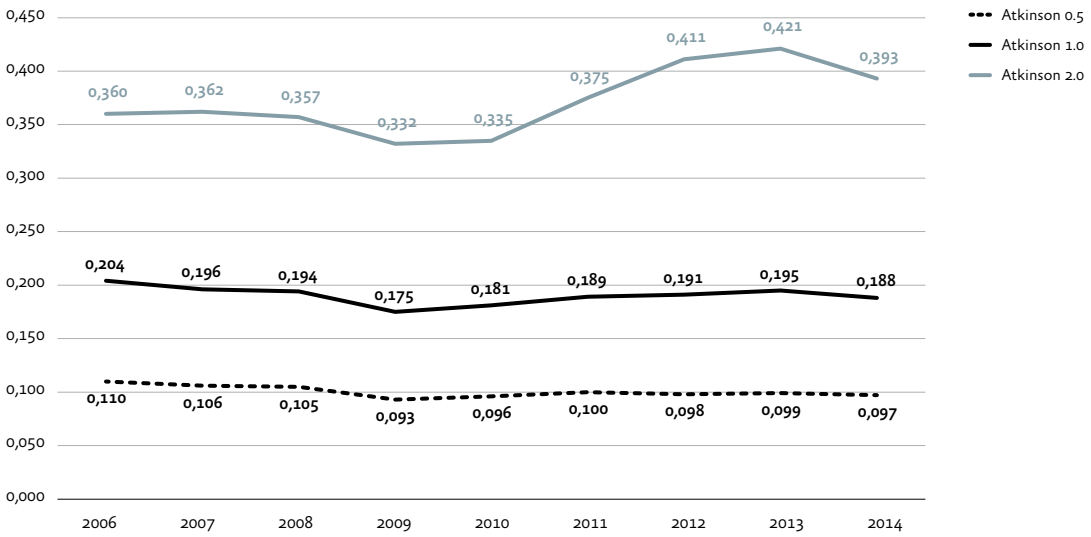
A informação dada por estes indicadores é substancialmente diferente da fornecida pelo coeficiente de *Gini* (Gráfico 7), com um aumento significativo da desigualdade nos anos em estudo, que é tanto maior quanto mais se alarga a diferença entre os decis comparados. O rácio S95/S05 sofre um acréscimo de 23%, passando de 14,7 em 2009 para 18,7 em 2014, tendo um máximo de 19,7 em 2013. Já o rácio S90/S10 aumentou 15% no período 2009-2014.

A análise conjunta dos indicadores de desigualdade até agora considerados sugere que, entre 2009 e 2014, se registou em Portugal um forte agravamento da desigualdade assente no afastamento entre os extremos da distribuição e numa certa estabilização das assimetrias existentes na sua parte central. Dado que o rendimento médio dos indivíduos situados na parte superior da distribuição não cresceu, o agravamento da desigualdade é, pois, indissociável da forte contracção dos rendimentos mais baixos.

A confirmar esta análise, o Gráfico 9 mostra a evolução do indicador de *Atkinson* no período 2006-2014. Este índice tem a vantagem de parametrizar de forma explícita a importância atribuída a diferentes partes da distribuição do rendimento na análise da desigualdade, e a sua magnitude depende de um parâmetro (ε) conhecido como "parâmetro de aversão à desigualdade". Quanto maior for o valor deste parâmetro, maior é a importância atribuída à incidência da desigualdade sobre os indivíduos e famílias de menores rendimentos. No Gráfico 9, são considerados três valores para ε (0,5, 1,0 e 2,0), por ordem crescente de sensibilidade à parte inferior da distribuição do rendimento.

O perfil da desigualdade acima descrito fica claramente comprovado pela evolução do índice de *Atkinson* mais sensível à parte inferior da distribuição (ε=2,0), com um agravamento superior a 18%, passando de 0,332 em 2009 para 0,393 em 2014. À medida que se utilizam medidas menos sensíveis às assimetrias na parte inferior da distribuição, ou seja, valores de ε mais pequenos, o agravamento da desigualdade torna-se menos acentuado.

Gráfico 9 Evolução da Desigualdade (II), 2006 – 2014



Fonte: INE, ICOR 2007 a 2015. Cálculos dos autores.

O Quadro 4 apresenta os valores, erros padrão e intervalos de confiança a 95% dos diversos índices de desigualdade em 2006, 2009 e 2014, o que permite discutir se o agravamento da desigualdade é estatisticamente significativo, ao excluir as alterações induzidas pela variação amostral. O cálculo destes erros padrão tem em conta o desenho da amostra do ICOR e utiliza técnicas de linearização dos vários indicadores que, na sua maioria, são não lineares[11]. Os resultados deste quadro confirmam a análise acima, com os índices de desigualdade mais sensíveis à parte inferior da distribuição, ou que expressam a distância entre os extremos da distribuição, a serem todos eles estatisticamente significativos e a demonstrarem o agravamento da desigualdade na distribuição do rendimento.

[11.] A base de dados anonimizada do ICOR cedida pelo INE e pelo Eurostat aos utilizadores (UDB) não dispõe de todas as variáveis relevantes para uma exacta consideração do desenho da amostra. Assim, os *standard errors* (s.e.) apresentados podem ser considerados uma aproximação aos verdadeiros s.e. e divergir dos calculados pelo INE.

Quadro 4 Índices de Desigualdade, 2006-2009-2014

	Ano	Valor	s.e.	[Interv. Confiança 95%]	
Índice de Gini	2006	**0,368**	0,006	0,356	0,380
	2009	**0,337**	0,006	0,325	0,348
	2014	**0,340**	0,005	0,331	0,350
Índice de Atkinson (ε=0,5)	2006	**0,110**	0,004	0,102	0,118
	2009	**0,093**	0,003	0,086	0,099
	2014	**0,097**	0,003	0,091	0,103
Índice de Atkinson (ε=1,0)	2006	**0,204**	0,006	0,192	0,216
	2009	**0,175**	0,005	0,165	0,186
	2014	**0,188**	0,005	0,179	0,198
Índice de Atkinson (ε=2,0)	2006	**0,360**	0,009	0,341	0,378
	2009	**0,332**	0,012	0,308	0,357
	2014	**0,393**	0,014	0,366	0,421
S80/S20	2006	**6,4**	0,197	6,1	6,8
	2009	**5,6**	0,159	5,2	5,9
	2014	**6,0**	0,152	5,7	6,3
S90/S10	2006	**10,8**	0,432	9,9	11,6
	2009	**9,2**	0,356	8,5	9,9
	2014	**10,6**	0,378	9,8	11,3
S95/S05	2006	**17,1**	0,922	15,3	18,9
	2009	**14,3**	0,736	12,8	15,7
	2014	**18,4**	0,970	16,5	20,3

Fonte: INE, ICOR 2007, 2010 e 2015. Cálculos dos autores.

Nota: *Standard errors* basedos na linearização dos indicadores usando o módulo DASP para Stata,tendo em conta o desenho da amostra.

3.2. O papel das diferentes fontes de rendimento

A análise do contributo das diferentes fontes de rendimento é fundamental para a compreensão das causas e evolução da desigualdade identificada na secção anterior.[12]

Considerando três (principais) tipos de rendimento equivalente:

i) Distribuição dos rendimentos privados (salários, capital, etc.);

ii) Distribuição dos rendimentos privados mais pensões;

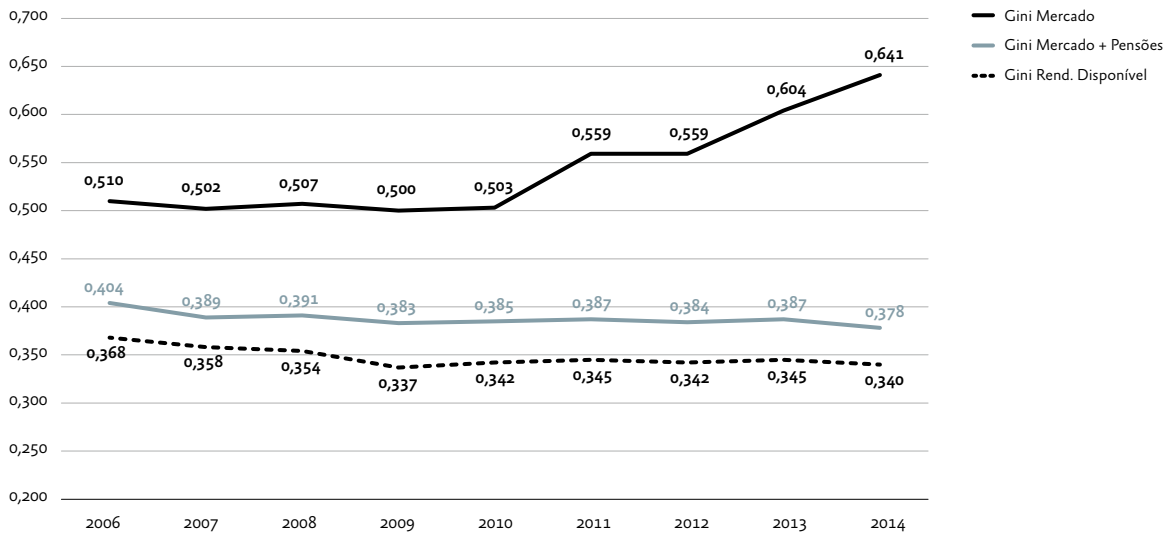
iii) Distribuição do rendimento disponível.

O Gráfico 10 apresenta a evolução do coeficiente de *Gini* para as três distribuições, ao longo do período 2006-2014. Nele fica claro o forte agravamento da desigualdade associado aos rendimentos privados. O coeficiente de *Gini* dos rendimentos privados equivalentes sobe mais de 10 pontos percentuais,

12. Esta análise será aprofundada adiante, com o estudo da desigualdade salarial e com a análise dos impactos redistributivos da intervenção do Estado quer através das prestações sociais, quer dos impostos directos.

passando de 0,500 em 2009 para 0,641 em 2014. Em relação às restantes distribuições, o acréscimo da desigualdade é pouco significativo.

Gráfico 10 Evolução do Coeficiente de Gini para Diferentes Conceitos de Rendimento Equivalente, 2006 – 2014



Fonte: INE, ICOR 2007 a 2015. Cálculos dos autores.

Estes resultados são claramente confirmados pela observação dos erros padrão associados ao coeficiente de *Gini* em cada distribuição, nos anos 2006, 2009 e 2014 (Quadro 5).

Quadro 5 Coeficiente de Gini, 2006-2009-2014

	Ano	Valor	s.e.	[Interv. Confiança 95%]	
Rendimentos de Mercado	2006	**0,510**	0,007	0,496	0,524
	2009	**0,500**	0,007	0,486	0,513
	2014	**0,641**	0,011	0,619	0,661
Rendimentos de Mercado + Pensões	2006	**0,404**	0,006	0,391	0,416
	2009	**0,382**	0,006	0,370	0,394
	2014	**0,378**	0,005	0,369	0,388
Rendimento Disponível	2006	**0,368**	0,006	0,356	0,380
	2009	**0,337**	0,006	0,325	0,348
	2014	**0,340**	0,005	0,331	0,350

Fonte: INE, ICOR 2010 e 2015. Cálculos dos autores.

Nota: *Standard errors* basedos na linearização dos indicadores usando o módulo DASP para Stata,tendo em conta o desenho da amostra.

A análise anterior pode ser detalhada recorrendo à decomposição da desigualdade por fontes de rendimento, utilizando a metodologia proposta por Shorrocks (1982)[13]. No Quadro 6 utiliza-se uma desagregação relativamente simples do rendimento equivalente considerando cinco categorias: rendimento de mercado, pensões, outras transferências sociais, contribuições para a segurança social e impostos directos.

[13] Shorrocks (1982) propôs uma metodologia de decomposição aditiva da desigualdade total por fontes de rendimento, que permite identificar a contribuição para a desigualdade total das diferentes componentes do rendimento, independentemente do índice de desigualdade utilizado.

Quadro 6 Contributo para a Desigualdade das várias Fontes de Rendimento, 2006-2009-2014

	2006	2009	2014
Rendimentos de Mercado	125%	124%	131%
Pensões	22%	21%	32%
Outras Transferências Sociais	0%	-2%	2%
Contribuições Segurança Social	-11%	-11%	-13%
Impostos Directos	-37%	-33%	-52%
Rendimento Disponível Equivalente	100%	100%	100%

Fonte: INE, ICOR 2007,2010 e 2015. Cálculos dos autores.

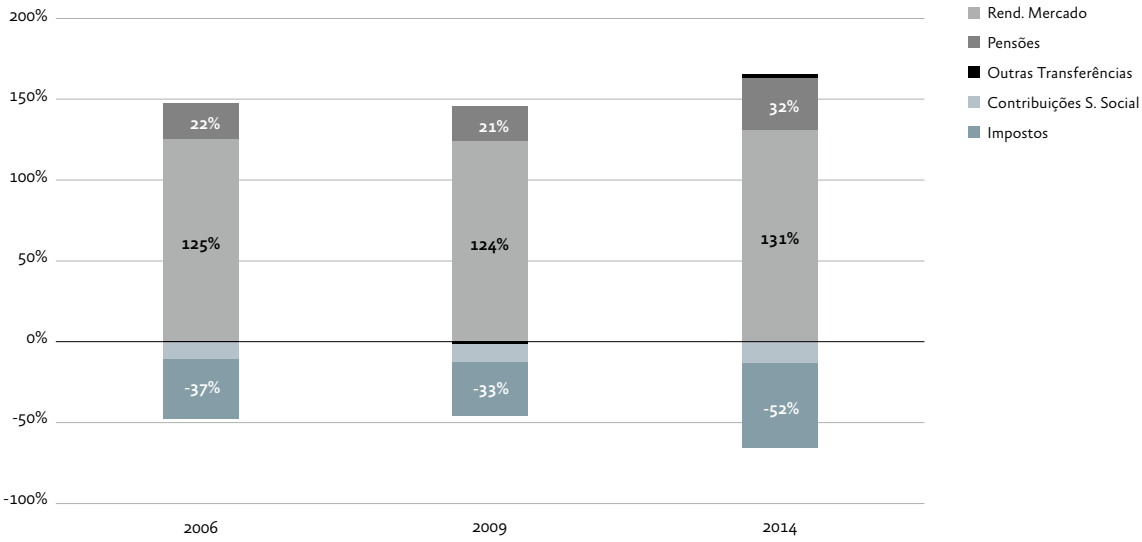
A contribuição de cada fonte de rendimento para a desigualdade do rendimento disponível é expressa em termos percentuais, sendo que um valor negativo significa que essa fonte tem um efeito equalizador (contribui para a redução da desigualdade) e que um valor positivo tem o efeito inverso (contribui para o seu aumento). O agravamento da desigualdade dos rendimentos privados, já observado, é também aqui evidenciado com a sua maior contribuição em 2014 para a desigualdade (131%).

Note-se igualmente o acréscimo do rendimento das pensões para a desigualdade embora uma parte desse acréscimo possa resultar directamente do aumento do seu peso relativo no total do rendimento equivalente (o peso das pensões brutas no rendimento disponível aumentou de 22% para 31% entre 2009 e 2014).

Por último, destaque-se o aumento do contributo negativo dos impostos directos para a desigualdade. Entre 2009 e 2014, os impostos directos aumentaram significativamente o seu peso na estrutura do rendimento (de 15% para 25%) e também o seu efeito equalizador sobre o rendimento disponível.

Os principais resultados encontram-se sumarizados no Gráfico 11.

Gráfico 11 Contributo para a Desigualdade das várias Fontes de Rendimento, 2006 – 2009 – 2014



Fonte: INE, ICOR 2007,2010 e 2015. Cálculos dos autores.

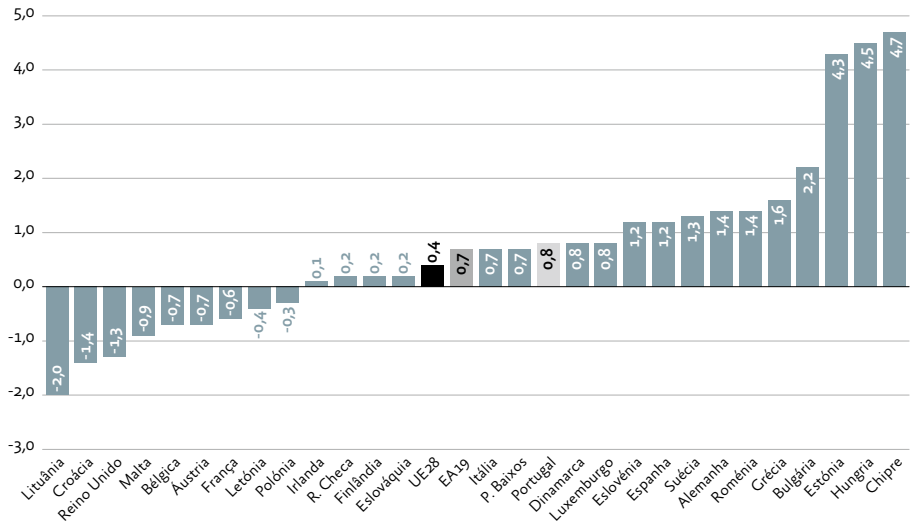
3.3. Desigualdade em Portugal e na UE

O agravamento da desigualdade em Portugal não é dissociável do crescimento da desigualdade que se verifica na maior parte dos países da União Europeia e da Zona Euro. Entre 2009 e 2013, o coeficiente de *Gini* da União Europeia subiu 0,4 pontos percentuais e o da Zona Euro 0,7 pontos percentuais.

Como se pode observar no Gráfico 12, a maioria dos países da UE registou um agravamento da desigualdade ao longo desse período. Note-se, em particular, que todos os países periféricos submetidos a processos mais ou menos formais de *ajustamento* registaram um agravamento da desigualdade[14].

[14] Os dados da desigualdade no conjunto da UE ou da Zona Euro publicados pelo Eurostat são calculados como a média ponderada da desigualdade nos vários países que compõem essas zonas. Os índices publicados subestimam, assim, o verdadeiro nível de desigualdade que seria obtido se se considerasse a assimetria dos rendimentos de todos os indivíduos e famílias que residem na UE e na Zona Euro.

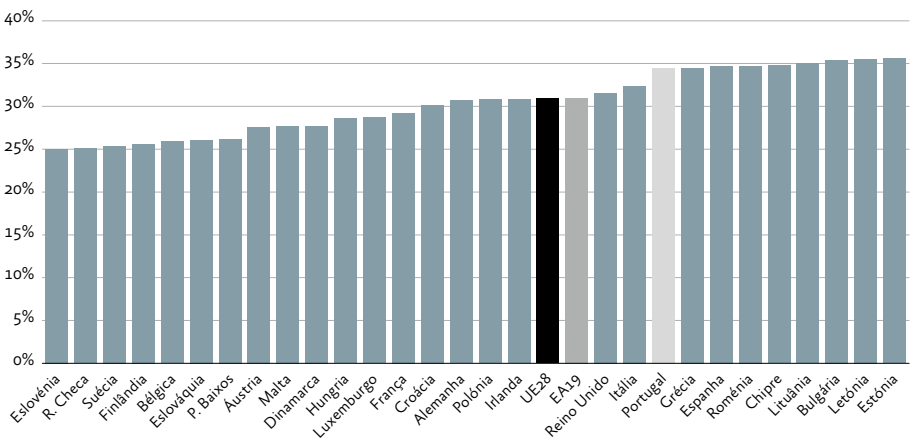
Gráfico 12 Evolução da Desigualdade (Gini) na UE, 2009 – 2013



Fonte: Eurostat (2016), *Online Statistics Database*, EU-SILC Quadro ilc_di12 (acedido em 03/08/16). Cálculos dos autores.

No entanto, a evolução recente da desigualdade dos vários países da UE desde 2009 não tem modificado de forma significativa a posição relativa de Portugal como um dos países mais mal classificados na Europa. No Gráfico 13 os países da UE estão ordenados por ordem crescente do coeficiente de *Gini* usando a informação mais recente disponibilizada pelo Eurostat – Portugal ocupa a 9.ª posição, acima da média da UE e da Zona Euro. No entanto, esta posição não se alteraria de forma significativa se fosse utilizado outro indicador de desigualdade.

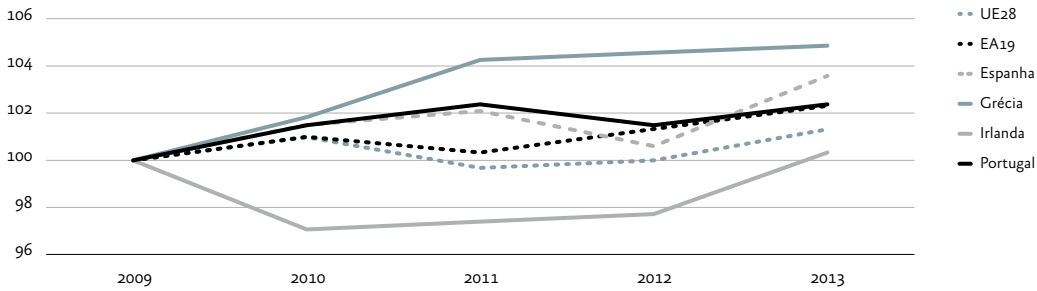
Gráfico 13 Coeficiente de Gini do Rendimento Equivalente, 2013



Fonte: Eurostat (2016), *Online Statistics Database*, EU-SILC Quadro ilc_di12 (acedido em 03/08/16).

Analisando com maior detalhe a evolução da desigualdade dos quatro países sujeitos a um processo de *ajustamento* entre 2009 e 2013, verifica-se, no Gráfico 14, que o agravamento do desequilíbrio foi inequivocamente superior ao ocorrido na Irlanda mas inferior ao registado na Espanha e na Grécia[15].

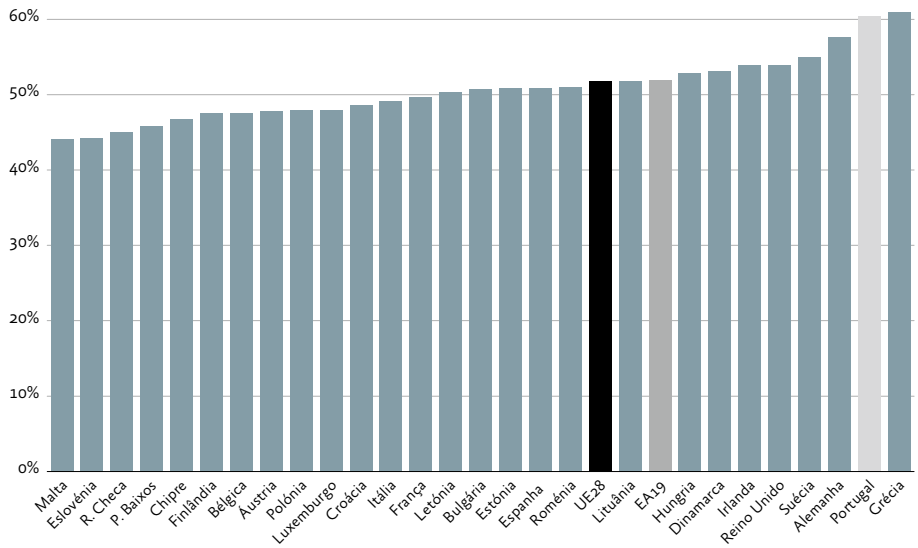
Gráfico 14 Evolução do Coeficiente de Gini na UE e nos Países do Ajustamento (2009=100), 2009 – 2013



Fonte: Eurostat (2016), *Online Statistics Database*, EU-SILC Quadro ilc_di12 (acedido em 03/08/16). Cálculos dos autores.

Se o Gráfico 13 era esclarecedor da posição de Portugal em termos de desigualdade do rendimento disponível por adulto equivalente, o Gráfico 15 permite aprofundar a sua posição relativa na desigualdade originada no mercado, ou seja, a desigualdade do rendimento equivalente antes de quaisquer transferências sociais. Portugal ocupa a 2.ª posição, logo a seguir à Grécia.

Gráfico 15 Coeficiente de Gini do Rendimento de Mercado, 2013



Fonte: Eurostat (2016), *Online Statistics Database*, EU-SILC Quadro ilc_di12b (acedido em 03/08/16).

15. A comparação do processo de *ajustamento* ocorrido na Irlanda com os demais países deve ser lida com cuidado devido ao *timing* do processo de *ajustamento* Irlandês. A crise na Irlanda manifestou-se mais cedo do que nos restantes países, em 2007, e em 2009 uma parte significativa das medidas de consolidação orçamental já estava a ser implementada, contrariamente ao que ocorreu nos restantes países que, nesse ano, ainda implementaram políticas com algum conteúdo expansionista. Para uma análise das políticas de *austeridade* na Irlanda veja-se, por exemplo, Callan, Nolan e Walsh J. (2011) e Callan *et al* (2013).

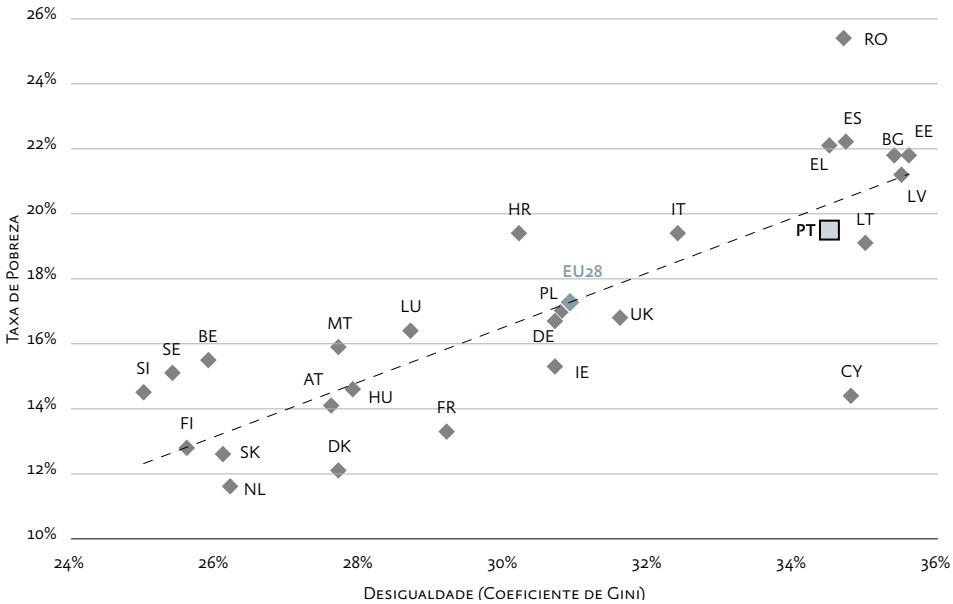
Capítulo 4

O agravamento da pobreza monetária

4.1. Desigualdade e pobreza monetária

As transformações observadas nos rendimentos familiares e na desigualdade no decorrer do processo de *ajustamento,* em 2009-2014, não se poderiam deixar de repercutir nos indicadores de pobreza. Apesar da natureza multidimensional do fenómeno da pobreza, a fazer extravasar em muito o âmbito da desigualdade do rendimento, os dois fenómenos estão profundamente interligados. A associação entre pobreza monetária e desigualdade económica surge ainda mais vincada no contexto europeu onde o indicador-base seleccionado para medir a pobreza – a taxa de pobreza do rendimento monetário – está fortemente associado às assimetrias que se verificam na parte inferior da distribuição do rendimento. De facto, a taxa de pobreza é igual à proporção da população com rendimentos inferiores a 60% do rendimento mediano por adulto equivalente. Simultaneamente, a inserção do estudo da pobreza monetária na análise das desigualdades corresponde ao reconhecimento de que na UE os países mais desiguais são também aqueles que evidenciam maiores níveis de pobreza monetária, como se pode observar no Gráfico 16.

Gráfico 16 Desigualdade *versus* Taxa de Pobreza, 2013



Fonte: Eurostat (2016), *Online Statistics Database*, EU-SILC Quadros ilc_di12 e ilc_li02 (acedido em 03/08/16). Cálculos dos autores.

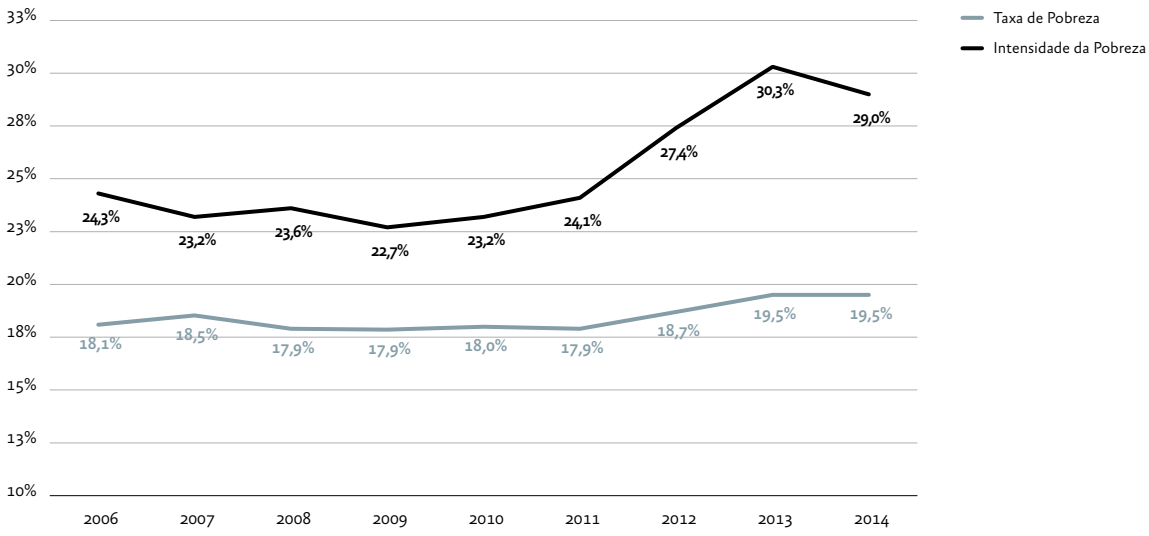
Uma segunda justificação prende-se com o próprio padrão de evolução da desigualdade. Como ficou demonstrado na secção anterior, as principais alterações ocorridas na desigualdade em 2009-2014 resultam fundamentalmente da deterioração dos rendimentos dos indivíduos e famílias mais pobres.

4.2. Principais indicadores de pobreza monetária

Neste contexto, é importante conhecer a evolução das diferentes dimensões da pobreza monetária no nosso país. O Gráfico 17 mostra como os dois indicadores usualmente utilizados pelo INE e pelo Eurostat para caracterizar a pobreza, a taxa de incidência da pobreza (taxa de risco de pobreza) e a intensidade da pobreza[16], evoluíram ao longo do período 2006-2014.

16. O indicador de intensidade de pobreza utilizado pelo Eurostat, "*Relative at risk of poverty gap*", é definido como o quociente (expresso em percentagem) entre a diferença do limiar de pobreza e do rendimento mediano dos indivíduos em situação de pobreza relativamente ao limiar de pobreza.

Gráfico 17 Evolução da Pobreza Monetária, 2006 – 2014



Fonte: INE, ICOR 2007 a 2015. Cálculos dos autores.

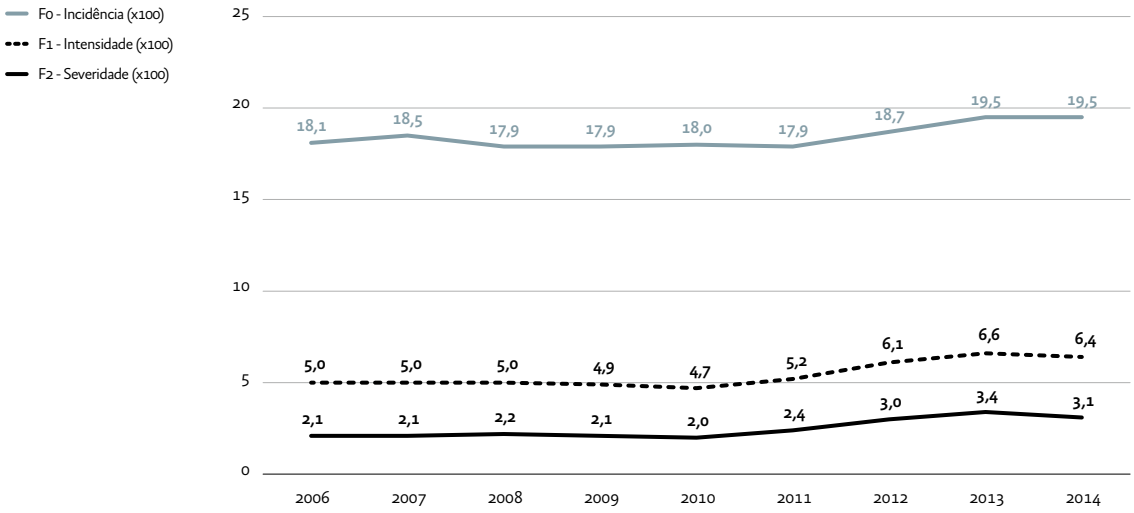
Como seria expectável, dada a evolução detectada nos rendimentos familiares, ambos os indicadores de pobreza registam um agravamento ao longo do processo de *ajustamento* (cf. Gráfico 17). Entre 2009 e 2014, a taxa de pobreza aumenta 1,6 pontos percentuais (ou 8,8%), passando de 17,7% para 19,5%, fazendo com que o número de indivíduos pobres em Portugal fosse de 2,02 milhões em 2014, ou seja, mais 116 mil do que em 2009.

A intensidade da pobreza regista um aumento muito acentuado, subindo mais de 6 pontos percentuais neste período, e atingindo 29% em 2014. Mais, o valor de 30,3% observado em 2013 foi o valor máximo alguma vez registado no nosso país neste indicador da pobreza.

As consequências sociais da profunda crise económica e do processo de *ajustamento* traduziram-se não somente num acréscimo da população em situação de pobreza, mas igualmente numa pronunciada deterioração dos recursos da população pobre.

A análise anterior pode ser complementada através do cálculo dos indicadores de pobreza sugeridos por Foster, Greer e Thorbecke (1984) e largamente adoptados na literatura desta área. O índice F0 mede a incidência da pobreza e tem uma interpretação idêntica à taxa de risco de pobreza do Eurostat e INE; o indicador F1 mede a intensidade da pobreza avaliando o défice de recursos médio da população pobre; finalmente, F2 mede a severidade da pobreza, o que traduz a desigualdade de recursos entre a população pobre.

Gráfico 18 Evolução da Pobreza Monetária, 2006 – 2014



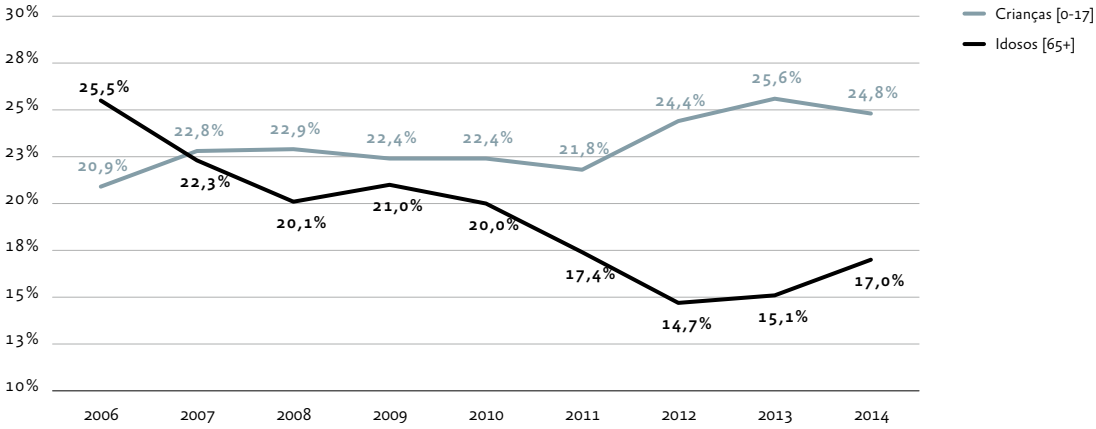
Fonte: INE, ICOR 2007 a 2015. Cálculos dos autores.

O Gráfico 18 confirma e reforça as conclusões dos indicadores do Eurostat no Gráfico 17. Para além de um aumento da taxa de pobreza em 1,6 pontos percentuais, verifica-se um agravamento das restantes dimensões da pobreza ainda mais pronunciado, com uma subida de 30,6% na intensidade da pobreza e de 47,6% na severidade da pobreza neste período.

Particularmente relevante na análise da pobreza monetária é a forma como esta se faz sentir nos diferentes grupos etários, nomeadamente nos mais vulneráveis: as crianças e os idosos. O Gráfico 19 apresenta a evolução da incidência da pobreza nos idosos e a proporção de crianças e jovens residentes em agregados familiares pobres.

A situação destes dois grupos é, porém, substantivamente diferente. No caso da população idosa, a forte tendência decrescente dos seus níveis de pobreza que se iniciou no início deste século manteve-se até 2012, mas inverteu-se em 2013 e 2014. Para as crianças e jovens, o processo de *ajustamento* foi bastante penalizador conduzindo a um agravamento em 2,4 pontos percentuais da sua taxa de pobreza.

Gráfico 19 Evolução da Pobreza Monetária das Crianças e Idosos, 2006 – 2014



Fonte: INE, ICOR 2007 a 2015. Cálculos dos autores.

Tal como aconteceu com os indicadores de desigualdade, o Quadro 7 avalia mais rigorosamente a robustez estatística dos indicadores de pobreza referentes ao período de *ajustamento* e permite concluir pela validade estatística dos resultados apresentados[17]. Assim, confirma-se o forte agravamento das diversas dimensões de pobreza como consequência da crise económica e das medidas de *austeridade* que foram seguidas entre 2010 e 2013.

[17] Note-se que apesar da ligeira sobreposição dos intervalos de confiança a 95% para a incidência da pobreza no conjunto da população, o agravamento da taxa de pobreza é estatisticamente significativo com um nível de confiança de 92%.

Quadro 7 Indicadores de Pobreza Monetária, 2006-2009-2014

	Ano	Valor	s.e.	[Interv. Confiança 95%]	
Incidência da Pobreza	2006	**0,181**	0,007	0,167	0,195
	2009	**0,179**	0,007	0,165	0,192
	2014	**0,195**	0,005	0,184	0,205
Intensidade da Pobreza	2006	**0,050**	0,003	0,045	0,055
	2009	**0,049**	0,003	0,044	0,054
	2014	**0,064**	0,002	0,060	0,069
Severidade da Pobreza	2006	**0,021**	0,001	0,018	0,024
	2009	**0,021**	0,001	0,018	0,024
	2014	**0,032**	0,002	0,029	0,035
Incidência nos Jovens	2006	**0,209**	0,015	0,181	0,238
	2009	**0,224**	0,014	0,197	0,251
	2014	**0,248**	0,012	0,225	0,271
Incidência nos Idosos	2006	**0,255**	0,013	0,230	0,280
	2009	**0,210**	0,011	0,189	0,231
	2014	**0,170**	0,008	0,155	0,186

Fonte: INE, ICOR 2010 e 2015. Cálculos dos autores.

Nota: *Standard errors* basedos na linearização dos indicadores usando o módulo DASP para Stata,tendo em conta o desenho da amostra.

4.3. A armadilha do rendimento mediano

A crise económica e social em que o nosso país se encontra desde 2009 colocou também em evidência a fragilidade das metodologias e indicadores económicos mais utilizados para medir a pobreza monetária. O cálculo do limiar de pobreza oficial é, como se viu atrás, definido pelo Eurostat e pelo INE como 60% do rendimento mediano por adulto equivalente. A linha de pobreza em cada ano é, assim, definida de forma relativa, estando dependente do nível e da distribuição do rendimento verificada nesse ano e, em particular, do valor do rendimento mediano no mesmo período. Em conjunturas de recessão económica, a queda dos rendimentos familiares pode conduzir à descida do valor do rendimento mediano e, consequentemente, à diminuição do valor da linha de pobreza. Esta "armadilha do rendimento mediano" é particularmente sensível a situações como a portuguesa, em que a diminuição dos rendimentos de trabalho e das pensões afectou profundamente a zona da distribuição do rendimento onde se situa o valor mediano.

Consequentemente, a descida desigual dos rendimentos familiares, atrás apresentada, provoca uma diminuição do valor "oficial" da linha de pobreza. Ao longo destes anos de crise, o limiar de pobreza mensal para um indivíduo que viva só reduziu-se de 434 euros, em 2009, para 422 euros, em 2014; para um casal com dois filhos menores este limiar desceu de 911 para 886 euros.

Uma consequência desta queda "técnica" da linha de pobreza é a de que muitos indivíduos e famílias que anteriormente eram considerados pobres "saíram" dessa situação, mas apenas "artificialmente": os seus recursos não aumentaram (podendo mesmo ter diminuído), tendo sido a própria linha de pobreza que passou a ficar abaixo dos seus recursos.

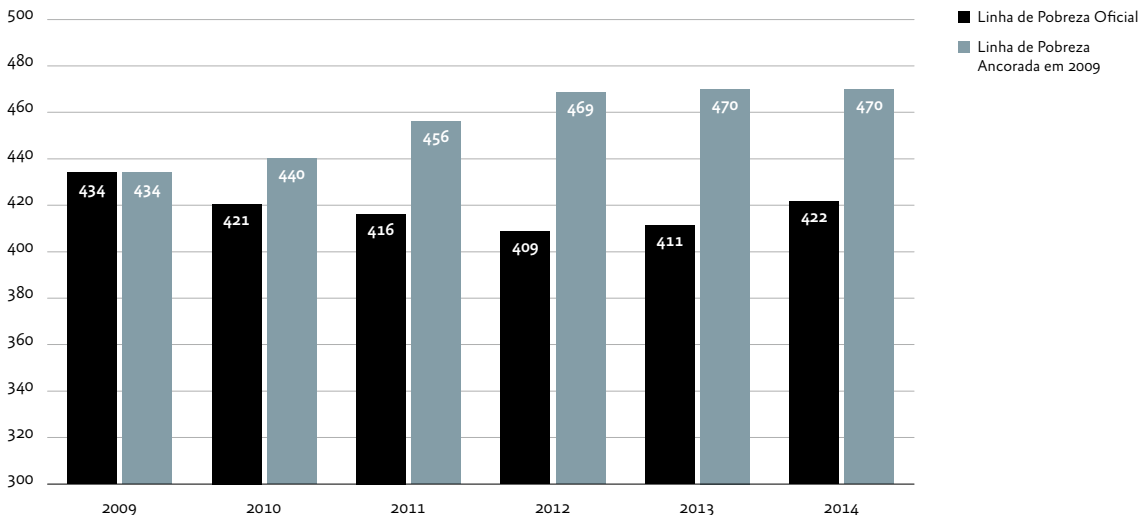
Neste contexto, os indicadores de pobreza oficiais não revelam completamente a efectiva deterioração das condições de vida da população e tendem a subestimar o real agravamento das situações de pobreza.

Na bateria de indicadores sobre pobreza e exclusão social do Eurostat existe um indicador que permite atenuar, ou mesmo anular, esta "armadilha". O recurso à "linha de pobreza ancorada num determinado ano" permite utilizar a linha de pobreza estimada num ano escolhido como o ano base, sendo essa a linha inicial, e actualizar o seu valor em termos reais, usando o Índice de Preços no Consumidor – definindo-se, assim, os limiares de pobreza para os anos subsequentes. É uma forma de aproximar, ainda que parcialmente, a linha de pobreza relativa de uma linha de pobreza absoluta, não condicionada pelas oscilações do rendimento mediano[18].

O Gráfico 20 permite confrontar a linha de pobreza "oficial" para os anos 2009-2014 com a linha de pobreza ancorada em 2009.

[18] Note-se que esta linha de pobreza ancorada no tempo continua a ter o seu valor original calculado de forma relativa, tendo como referencial uma dada proporção do rendimento mediano. No entanto, nos anos subsequentes esse valor deixa de estar dependente das variações de rendimento que possam ocorrer.

Gráfico 20 Linha de Pobreza Oficial e Linha de Pobreza Ancorada em 2009 (€/mês), 2009 – 2014

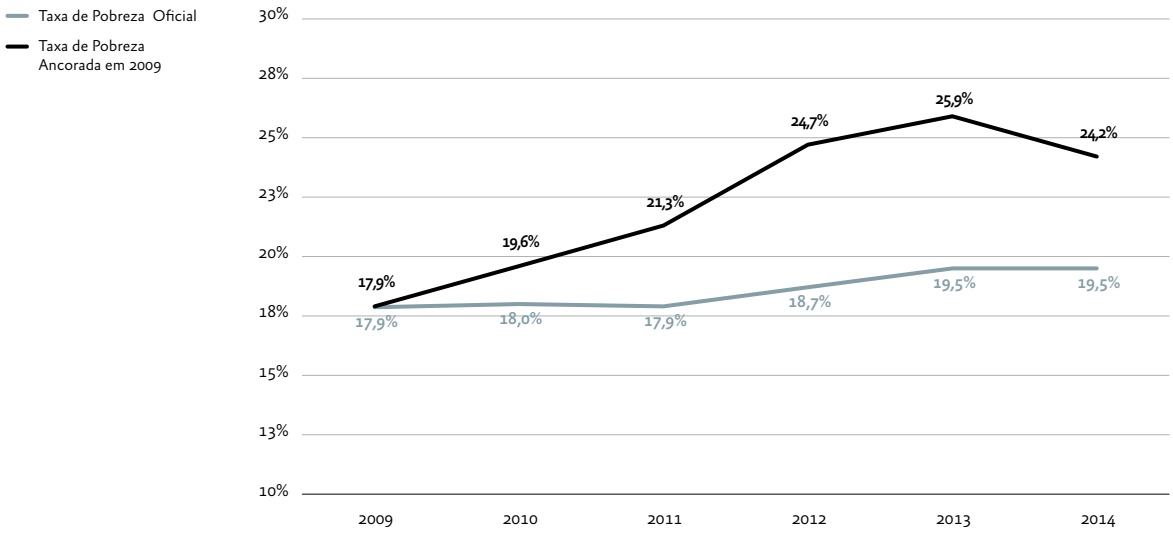


Fonte: INE, ICOR 2010 a 2015. Cálculos dos autores.

Utilizando esta linha de pobreza alternativa, o INE estimou que, entre 2009 e 2014, a incidência da pobreza registou um agravamento de 6,3 pontos percentuais, subindo de 17,9% para 24,2%. Este valor traduz de forma mais realista a alteração efectiva das condições de vida das famílias mais carenciadas em Portugal no decorrer da presente crise, e significa que cerca de 2,5 milhões de portuguesas e de portugueses se encontravam em situação de pobreza em 2014.

O Gráfico 21 compara a evolução da taxa de pobreza utilizando a linha de pobreza "oficial" e a linha de pobreza ancorada em 2009, sugerindo que a taxa "oficial" subavalia muito significativamente a taxa de pobreza.

Gráfico 21 Indicadores de Pobreza utilizando a Linha de Pobreza Ancorada em 2009, 2009 – 2014



Fonte: INE, ICOR 2010 a 2015. Cálculos dos autores.

Também neste caso é possível confrontar de forma rigorosa a evolução dos indicadores de pobreza baseados na linha de pobreza ancorada em 2009, para os anos de 2009 e 2014.

Quadro 8 Indicadores de Pobreza utilizando a Linha de Pobreza Ancorada em 2009

	Ano	Valor	s.e.	[Interv. Confiança 95%]	
Incidência da Pobreza	2009	**0,179**	0,007	0,165	0,192
	2014	**0,241**	0,007	0,228	0,254
Intensidade da Pobreza	2009	**0,049**	0,003	0,044	0,054
	2014	**0,079**	0,003	0,074	0,085
Severidade da Pobreza	2009	**0,021**	0,001	0,018	0,024
	2014	**0,039**	0,002	0,036	0,043
Incidência nos Jovens	2009	**0,224**	0,014	0,197	0,251
	2014	**0,283**	0,013	0,257	0,308
Incidência nos Idosos	2009	**0,210**	0,011	0,189	0,231
	2014	**0,239**	0,009	0,221	0,256

Fonte: INE, ICOR 2010 e 2015. Cálculos dos autores.

Nota: *Standard errors* basedos na linearização dos indicadores usando o módulo DASP para Stata, tendo em conta o desenho da amostra.

Todos os indicadores de pobreza são agora estatisticamente robustos, confirmando o forte agravamento da pobreza no decorrer do processo de *ajustamento*.

4.4. Análise longitudinal da incidência da pobreza

Utilizando a base de dados longitudinal do ICOR é possível caracterizar melhor a evolução da incidência da pobreza ao longo do período 2009-2012. Tendo como referência os indivíduos que permaneceram na amostra ao longo desses quatro anos, é possível detectar não somente o número de anos em que terão estado em situação de pobreza, como caracterizar o processo de entrada e saída das situações de pobreza[19]. O Quadro 9 revela que nesse período um terço dos indivíduos (32,6%) se encontrou em situação de pobreza pelo menos durante um ano, o que indicia o elevado nível de vulnerabilidade do conjunto da população, e que a situação de escassez efectiva de recursos é apenas captada de uma forma muito parcial pela análise tradicional, leia-se anual, dos indicadores de pobreza. Revela igualmente uma mobilidade significativa em torno da linha de pobreza, que tem sido realçada noutros estudos europeus como, por exemplo, Jenkins (2011).

A passagem por uma situação de pobreza foi transitória para a maioria: 12,6% dos indivíduos estiveram nessa situação *apenas* um ano, e só 8,2% aí permaneceram durante todo o período em análise – mas correspondendo, respectivamente, a 24,5% e 41,5% da população pobre de 2012. Um factor preocupante é que cerca de um quarto dos indivíduos pobres em 2012 se encontravam pela primeira vez nessa situação, ou seja, não tinham sido pobres entre 2009 e 2011. Este resultado parece sugerir que a presente crise adicionou à pobreza tradicional, correspondente aos sectores sociais habitualmente mais vulneráveis às situações de pobreza, uma vaga de "novos pobres" provenientes de outros grupos sociais usualmente não afectados pela incidência de pobreza.

[19] Na análise longitudinal da pobreza considera-se como limiar de pobreza em cada ano o valor estimado da linha de pobreza nas diferentes bases anuais do ICOR. O número de anos em situação de pobreza não tem de ser consecutivo: por exemplo, um individuo pode ter sido classificado como pobre no 1.° e 4.° anos do período e não no 2.° e 3.°, ou em qualquer outra combinação. Uma restrição importante é que nada se pode conhecer sobre os períodos imediatamente anteriores e posteriores.

Quadro 9 Número de Anos em Situação de Pobreza, 2009-2012

	População 2009-2012	Pobres 2012
Nunca esteve em situação de pobreza	67,4 %	-
Pelo menos uma vez pobre (total 1-4)	32,6 %	100,0 %
1 ano em situação de pobreza	12,6 %,	24,5 %
2 anos em situação de pobreza	5,3 %	15,3 %
3 anos em situação de pobreza	6,6 %	18,7 %
4 anos em situação de pobreza	8,2 %	41,5 %

Fonte: INE, ICOR Longitudinal 2010-2013.Cálculos dos autores.

A análise anterior pode ser aprofundada considerando a matriz de mobilidade em torno da linha de pobreza.

Quadro 10 Matriz de Mobilidade em torno da Linha de Pobreza, 2009-2012

	Não Pobre em 2012	Pobre em 2012
Não Pobre em 2009	89,9 %	43,6 %
Pobre em 2009	10,1 %	56,4 %
Total	**100 %**	**100 %**

Fonte: INE, ICOR Longitudinal 2010-2013.Cálculos dos autores.

Como se pode constatar no Quadro 10, 44% dos indivíduos pobres em 2012 não se encontravam em situação de pobreza no período imediatamente anterior à presente crise (2009). Dos indivíduos situados acima da linha de pobreza no último ano considerado, cerca de 10% abandonaram a situação de pobreza em que estavam em 2009.

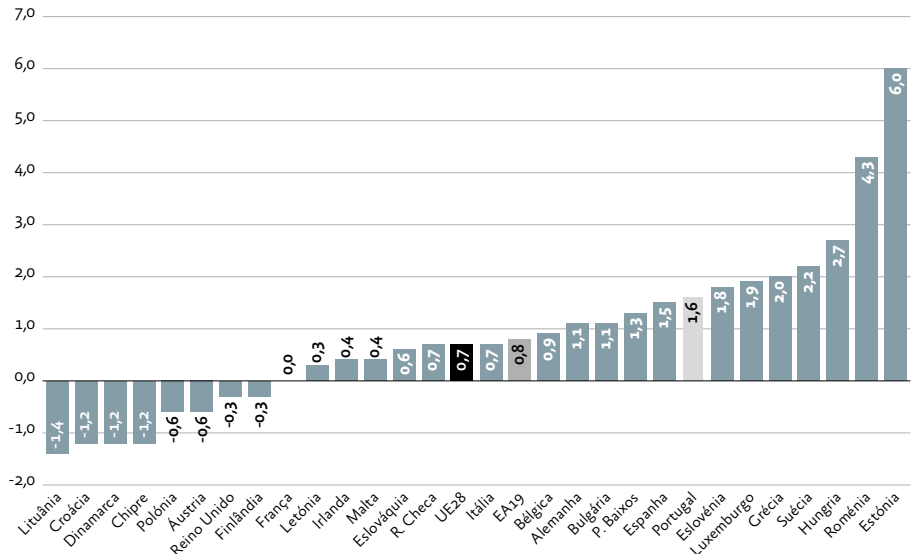
Os dados já disponíveis e analisados nesta secção permitem uma primeira aproximação às dinâmicas de entrada e saída da situação de pobreza, mas não incluem ainda o "pico" da crise em termos sociais em 2013, nem têm em conta a "armadilha do rendimento mediano" atrás mencionada.

4.5. Pobreza monetária em Portugal e na UE

O aumento das situações de pobreza em Portugal nos anos mais recentes acompanhou uma evolução semelhante nos países da União Europeia e Zona Euro. Entre 2009 e 2013, a incidência da pobreza aumentou 0,7 pontos percentuais na UE e 0,8 pontos percentuais na Zona Euro.

O Gráfico 22 evidencia o agravamento da taxa de pobreza ocorrido na maior parte dos países da UE. Estes resultados não podem deixar de ser preocupantes, não somente por quantificarem a deterioração das condições de vida das populações atingidas pelo agravamento da pobreza, mas igualmente por traduzirem um claro insucesso da estratégia Europa 2020, que se propunha atingir, até 2020, uma redução de 20 milhões de pessoas em risco de pobreza e exclusão social na UE.

Gráfico 22 Evolução da Taxa de Pobreza, 2009 – 2013

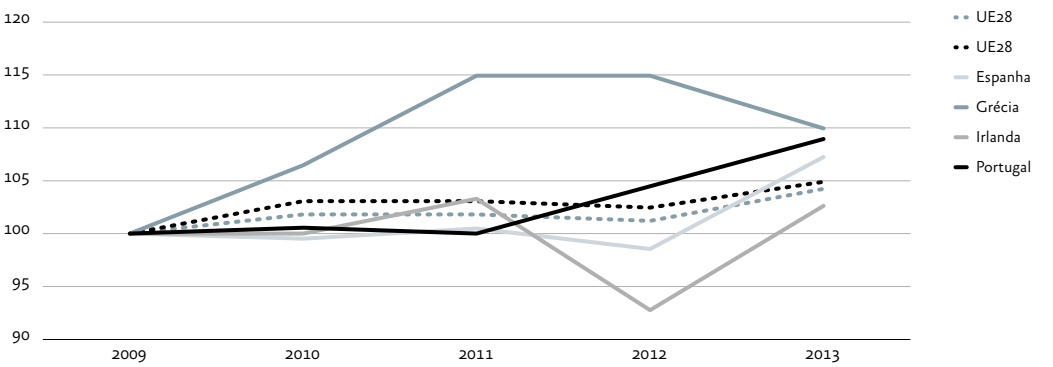


Fonte: Eurostat (2016), *Online Statistics Database*, EU-SILC Quadro ilc_li02 (acedido em 03/08/16). Cálculos dos autores.

No Gráfico 23 compara-se a evolução da taxa de pobreza em Portugal com a dos outros países do *ajustamento* e as médias da União Europeia e Zona Euro. Tomando as taxas de pobreza em 2009 como 100, é possível observar a variação percentual da incidência da pobreza nos vários países e concluir que, com excepção da Grécia, Portugal foi o país em que a taxa de pobreza mais se agravou (9%), embora só ligeiramente mais do que em Espanha (7%), mas bastante superior à da Irlanda (3%)[20].

[20] Ver nota 15 em relação ao processo de *ajustamento* na Irlanda.

Gráfico 23 Evolução da Taxa de Pobreza na UE e nos Países do Ajustamento (2009 = 100), 2009 – 2013



Fonte: Eurostat (2016), *Online Statistics Database*, EU-SILC Quadro ilc_li02 (acedido em 03/08/16). Cálculos dos autores.

Capítulo 5

Privação material

5.1. Indicadores de privação material

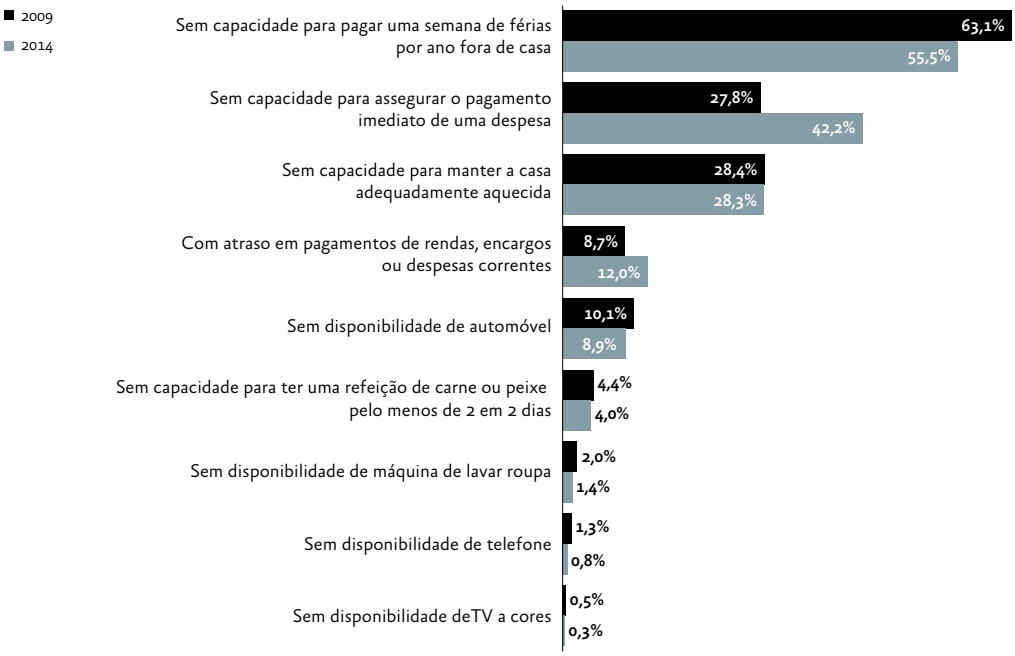
Ainda que o rendimento monetário tenha um papel central nos estudos sobre o bem-estar das famílias, existem outros conceitos metodológicos importantes e úteis nesta matéria. Um deles é o conceito de privação material, que caracteriza o bem-estar dos indivíduos e das famílias a partir da quantificação da satisfação de um conjunto padrão de itens de conforto. Na União Europeia convencionou-se que um indicador de privação material pode ser estimado a partir da resposta das famílias a um conjunto de nove itens[21]. Um indivíduo encontra-se em privação material quando, no seu agregado, se verifica a privação de, pelo menos, três desses itens. Encontrar-se-á em situação de privação material severa se não conseguir assegurar no mínimo quatro desses itens.

Ainda que a utilização desta metodologia como indicador de condições de vida possa suscitar diversas criticas, como salientado por Rodrigues e Andrade (2012), a observação destes indicadores permite evidenciar, em alguns aspectos, como as condições de vida e o próprio quotidiano das famílias se alteraram no decorrer da crise – conforme se demonstra no Gráfico 24, com a comparação da proporção da população que declara não ter capacidade para adquirir os bens ou serviços considerados ou cumprir as suas obrigações financeiras, em 2009 e 2014[22].

21. Designadamente: ter as contas em dia; ter uma semana de férias; fazer uma refeição de carne, peixe ou equivalente vegetariano pelo menos dia sim, dia não; poder fazer face a despesas imprevistas; ter telefone; ter uma televisão a cores; ter uma máquina de lavar roupa; ter um automóvel; ter aquecimento adequado para a casa. Convém notar que a privação de cada um destes itens apenas é registada quando a sua ausência se deve exclusivamente a razões de ordem financeira.

22. Ao contrário do que se passa no estudo dos rendimentos e com os indicadores que lhes estão associados, o ano de referência das condições materiais é o próprio ano da realização do inquérito.

Gráfico 24 Itens de Privação, 2009 – 2014



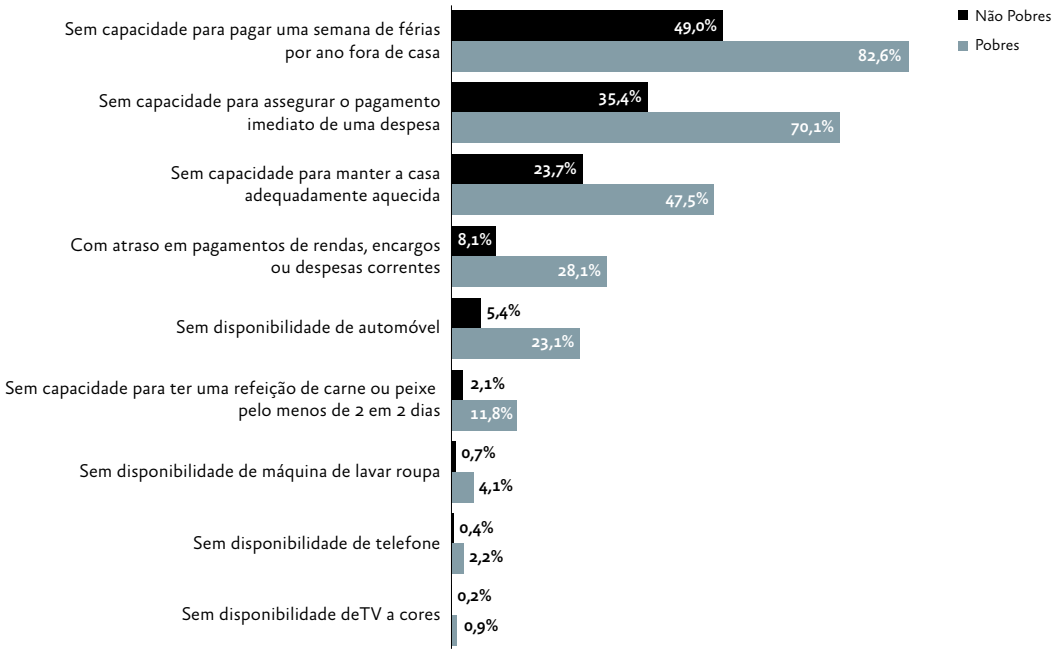
Fonte: INE, ICOR 2009 e 2014. Cálculos dos autores.

O aspecto que mais se destaca é o aumento da proporção das famílias que refere não ter capacidade para assegurar o pagamento de "uma despesa inesperada de cerca de 420 euros sem recorrer a empréstimo"[23]. Se em 2009 a percentagem de famílias que respondia afirmativamente a esta questão era de 28%, em 2014 este grupo subiu para 42% da população. Saliente-se, igualmente, a subida da proporção das famílias que reportam terem atrasos no pagamento de despesas básicas regulares, como a renda da casa, devido a dificuldades económicas.

Os diferentes itens de privação afectam de forma particularmente severa a população em situação de pobreza, como seria expectável, e como se mostra no Gráfico 25, para 2014, comparando as respostas dadas pela população pobre e não pobre a cada um desses itens.

23. O valor da despesa apresentado em cada ano tem como referência o último valor conhecido do limiar de pobreza.

Gráfico 25 Itens de Privação, 2014

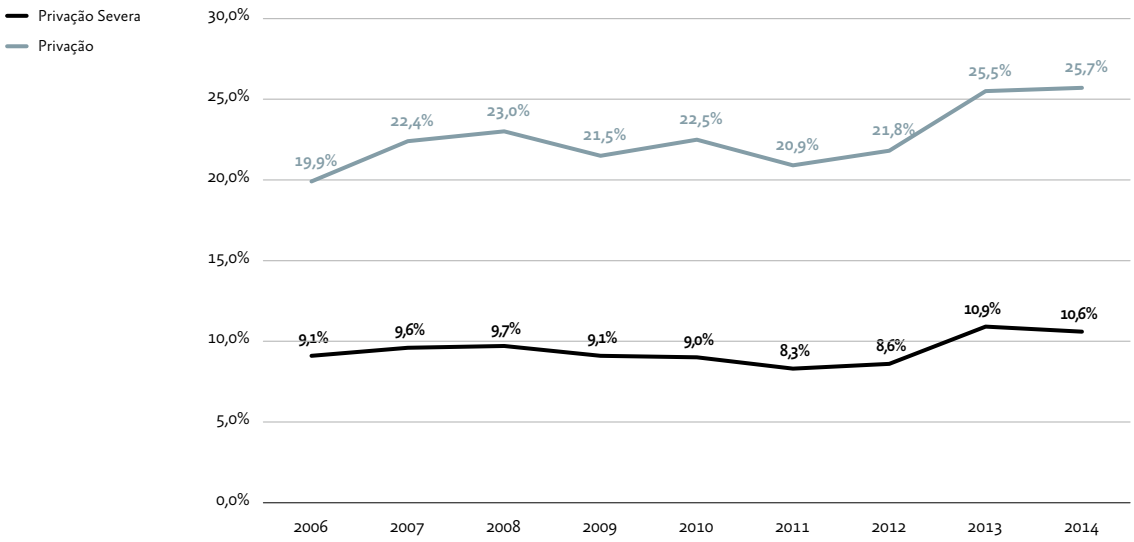


Fonte: INE, ICOR 2009 e 2014. Cálculos dos autores.

Entre a população em situação de pobreza, a proporção de famílias sem capacidade para assegurar o pagamento imediato de uma despesa inesperada é de 70%. As famílias com atrasos nos pagamentos de despesas regulares ascendem a 28%. Por último, mais de 10% das famílias declaram não ter capacidade para ter uma refeição de carne ou peixe, ou equivalente vegetariano, pelo menos de dois em dois dias. Apesar de diferenças importantes ao nível do aquecimento e do carro, a privação de bens não financeiros é muito mais semelhante entre as famílias pobres e não pobres, e também muito menos significativa em termos absolutos, do que as dificuldades financeiras, o que reflecte, de novo, o impacto mais imediato da crise em famílias que antes estariam mais protegidas financeiramente.

O Gráfico 26 apresenta a evolução, entre 2006 e 2014, dos diferentes indicadores de privação material definidos acima. O indicador de privação material aumentou entre 2009 e 2014 cerca de 4 pontos percentuais, atingindo, no último ano, o valor de 25,7%, o mais elevado desde 2004. Cerca de um quarto da população mostra-se incapaz, portanto, de satisfazer pelo menos três dos nove requisitos considerados. A taxa de privação severa registou igualmente um aumento entre 2009 e 2014, mas menos acentuado.

Gráfico 26 Indicadores de Privação, 2006 – 2014



Fonte: INE, ICOR 2007 a 2014. Cálculos dos autores.

Tal como anteriormente, os erros padrão e intervalos de confiança dos indicadores da privação material, apresentados no Quadro 11, comprovam estatisticamente a validade dos resultados anteriores sobre o agravamento destes indicadores neste período.

Quadro 11 Índices de Privação Material, 2006-2009-2014

	Ano	Valor	s.e.	[Interv. Confiança 95%]	
Privação	2006	19,9	0,735	18,5	21,4
	2009	21,5	0,822	19,9	23,1
	2014	25,7	0,717	24,3	27,1
Privação Severa	2006	9,1	0,516	8,0	10,1
	2009	9,1	0,621	7,9	10,3
	2014	10,6	0,539	9,6	11,7

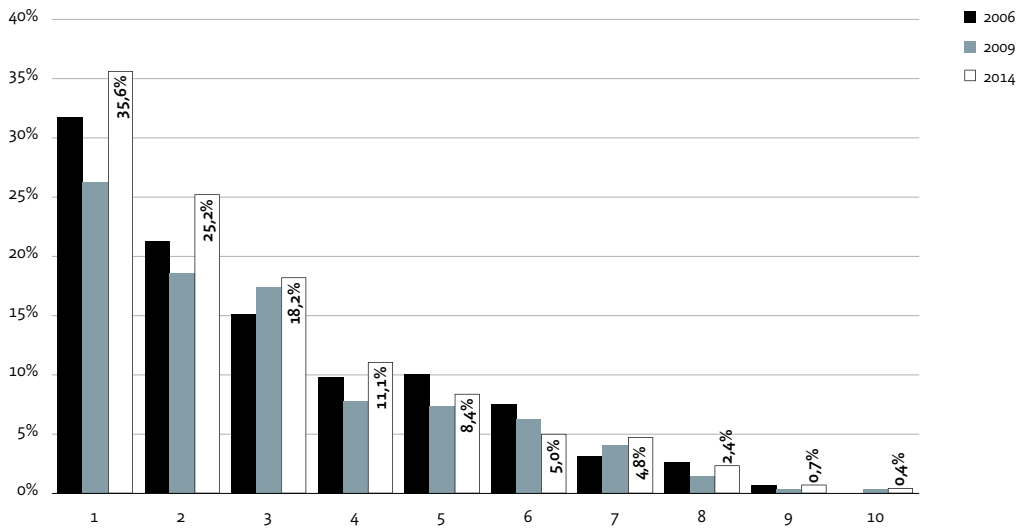
Fonte: INE, ICOR 2006, 2009 e 2014. Cálculos dos autores.

Nota: *Standard errors* basedos na linearização dos indicadores usando o módulo DASP para Stata,tendo em conta o desenho da amostra.

Esta abordagem apresenta resultados complementares aos proporcionados pela observação dos rendimentos familiares. Existe, naturalmente, uma relação estreita entre ambos os conceitos, já que haverá maior probabilidade de privação nas famílias com rendimentos mais baixos (e, ao contrário, cada vez menores probabilidades à medida que os rendimentos aumentam). Deve-se, assim, abordar a incidência da privação material numa perspectiva

mais focada em cada uma das partes da distribuição do rendimento, através, por exemplo, da desagregação da taxa de privação material por decis como feita no Gráfico 27.

Gráfico 27 Taxa de Privação Material por decil do Rendimento Equivalente, 2006 – 2009 – 2014



Fonte: INE, ICOR 2006, 2009 e 2014.

Os resultados confirmam o nível elevado de desigualdade que os outros indicadores de privação sugeriam: nos 10% da população com menores rendimentos (1.º decil) a taxa de privação em 2014 é da ordem dos 60,4%, enquanto que entre os 10% mais ricos (10.º decil) esta é apenas de 2,7%[24]. Também se verificam grandes diferenças quando se distingue a população em risco de pobreza da não pobre. No primeiro caso, a taxa de privação atingia os 54% (em 2014), ao passo que no segundo era de 18,8%.

[24] À margem da informação prestada pelo gráfico, é importante realçar que esta amplitude tem vindo a aumentar ao longo dos anos mais recentes devido, principalmente, ao agravamento das condições entre os mais pobres: entre 2013 e 2014, por exemplo, a taxa de privação material entre os 10% mais pobres aumentou 14,3 pontos percentuais.

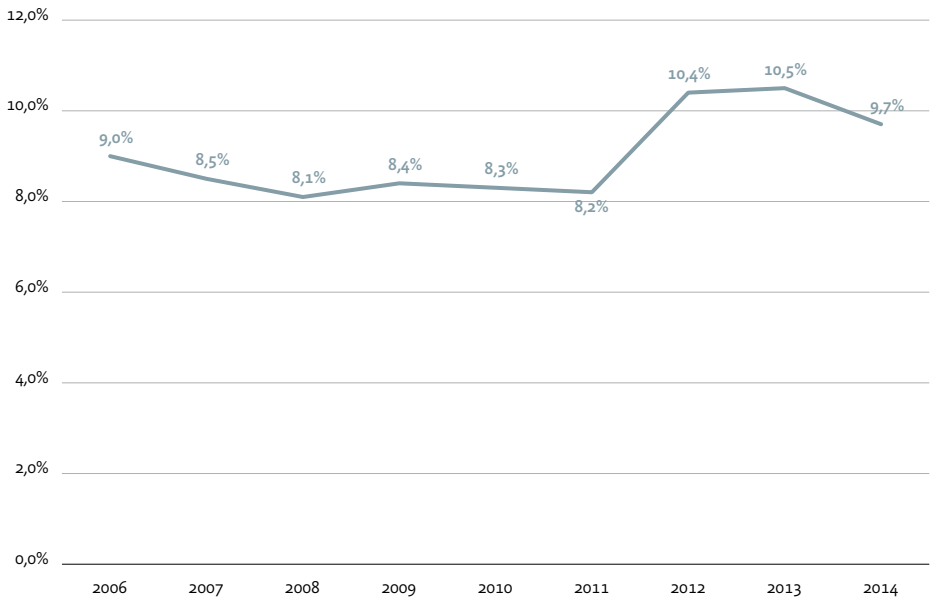
5.2. Pobreza e privação material: pobreza consistente

A análise dos indicadores de privação material permite levar mais longe a investigação das dimensões materiais da pobreza, isto é, a possibilidade de considerar não somente os recursos monetários, mas também algumas dimensões dos níveis de vida e de consumo. Ser pobre não é exclusivamente a carência de um rendimento suficiente, mas traduz-se igualmente numa situação de incapacidade de acesso a bens e serviços que permitem usufruir de um nível de vida adequado à sociedade em que se vive.

Uma forma de ter em conta esta dupla dimensão da pobreza é considerar simultaneamente a taxa de pobreza monetária e a taxa de privação material como definidores da situação da pobreza através do conceito de pobreza consistente. Um individuo que esteja simultaneamente em situação de pobreza e de privação material é considerado como "pobre consistente"[25].

[25] A utilização do ICOR para calcular a pobreza consistente coloca algumas dificuldades adicionais na medida em que em cada ano a taxa de pobreza monetária é estimada com os rendimentos do ano anterior, enquanto a privação material é observada tendo como referência o próprio ano do inquérito.

Gráfico 28 Taxa de Pobreza Consistente, 2006 – 2014



Fonte: INE, ICOR 2006, 2009 e 2015.

O Gráfico 28 mostra que após um período de manutenção ou mesmo de ligeiro declínio até 2011, a taxa de pobreza consistente teve um aumento significativo, afectando 9,7% da população em 2014. Também através deste indicador se confirma a deterioração das condições de vida da população portuguesa como consequência do processo de *ajustamento*.

O Quadro 12 apresenta os principais valores da pobreza consistente para o conjunto da população, crianças e jovens e população idosa, incluindo os respectivos erros padrão e intervalos de confiança a 95%. Para lá da significância estatística dos resultados, é de salientar a diferença entre os mais novos e os mais velhos. A taxa de pobreza consistente das crianças e dos jovens é a mais elevada (12,8%) e sofreu um agravamento de 1 ponto percentual entre 2009 e 2014, enquanto a dos idosos decresceu 2,3 pontos percentuais, representando quase metade do valor observado para o conjunto dos jovens em 2014.

Quadro 12 Taxa de Pobreza Consistente, 2006-2009-2014

	Ano	Valor	s.e.	[Interv. Confiança 95%]	
População Total	2006	**0,090**	0,006	0,079	0,101
	2009	**0,084**	0,005	0,074	0,095
	2014	**0,097**	0,005	0,087	0,106
Jovens	2006	**0,116**	0,013	0,090	0,141
	2009	**0,118**	0,012	0,095	0,140
	2014	**0,128**	0,010	0,108	0,149
Idosos	2006	**0,127**	0,009	0,110	0,144
	2009	**0,099**	0,007	0,084	0,113
	2014	**0,076**	0,005	0,066	0,087

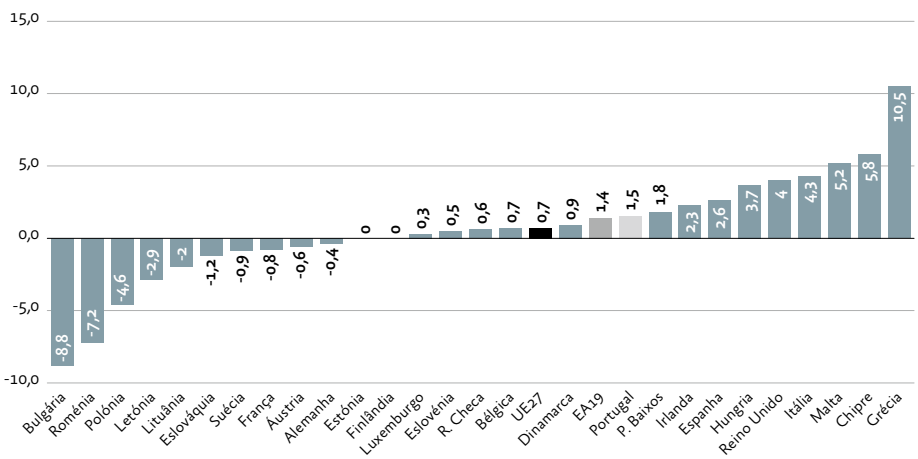
Fonte: INE, ICOR 2010 e 2015. Cálculos dos autores.

Nota: *Standard errors* basedos na linearização dos indicadores usando o módulo DASP para Stata,tendo em conta o desenho da amostra.

5.3. Privação material em Portugal e na UE

Nesta matéria da privação material, a crise tem vindo a ter impactos diferenciados nos diferentes Estados-membros da UE, como mostra o Gráfico 29. Em termos médios, a privação severa aumentou apenas 0,7 pontos percentuais na UE, mas houve casos de agravamentos particularmente severos, como é o caso da Grécia (+10,5 pontos percentuais). Portugal teve um aumento de 1,5 pontos percentuais entre 2009 e 2014, ao nível da Zona Euro (+1,4) e abaixo da Irlanda (+2,3) e Espanha (+2,6).

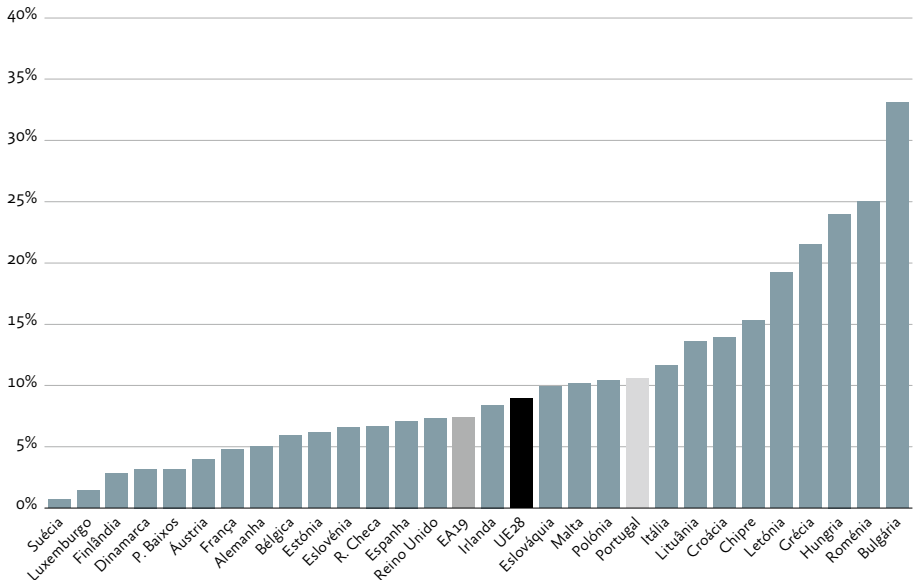
Gráfico 29 Evolução da Taxa de Privação Severa, 2009 – 2014



Fonte: Eurostat (2016), Online Statistics Database, EU-SILC Quadro ilc_mddd11 (acedido em 03/08/16). Cálculos dos autores.

Em 2014, Portugal apresenta uma taxa de privação severa de 10,6%, acima da média europeia ou da Zona Euro, mas ainda assim distante dos países mais afectados, como a Bulgária (33%), a Roménia (25%), a Hungria (24%) ou a Grécia (22%).

Gráfico 30 Privação Severa, 2014



Fonte: Eurostat (2016), Online Statistics Database, EU-SILC Quadro ilc_mddd11 (acedido em 03/08/16).

Capítulo 6

Quais as famílias mais afectadas pela crise

Os capítulos anteriores descrevem a forte redução dos rendimentos familiares entre 2009 e 2014, com uma queda superior a 12% no rendimento real das famílias, mas distribuída de forma desigual e penalizando mais duramente os indivíduos de menores rendimentos. A análise longitudinal da evolução dos rendimentos, entre 2009 e 2012, mostrou que 69% dos indivíduos viram o seu rendimento diminuir, tendo um quarto da população uma quebra real de rendimento superior a 30%. Estes resultados indicam uma inversão do ciclo de redução das desigualdades e da pobreza monetária ocorrido ao longo da primeira década deste século e descrito em Rodrigues, Junqueira e Figueiras (2012). Pelo contrário, na presente crise e no processo de *ajustamento* subsequente há um acentuar da distância que separa os rendimentos dos mais pobres dos rendimentos dos mais ricos e um aumento da incidência e da intensidade da pobreza.

Ainda que a imagem global das principais alterações observadas na distribuição do rendimento entre 2009 e 2014 seja já bastante nítida, a identificação dos sectores da população mais atingidos pelos efeitos dessas mesmas transformações implica uma análise mais pormenorizada, sendo esse o objectivo deste capítulo. Para tal, procede-se à partição da população em diferentes grupos de acordo com as características dos indivíduos e das famílias (ou de um indivíduo cujas características possibilitem tipificar a família)[26] em sete tipologias: escalão etário do indivíduo de referência da família (isto é, do individuo que mais contribui para o rendimento familiar); género do indivíduo de referência; dimensão da família; composição da família; nível de instrução do indivíduo de referência; categoria socioeconómica dos indivíduos maiores de 16 anos; e intensidade laboral da família. A consideração destas sete tipologias, ainda que condicionada pela informação disponível, é suficientemente abrangente para identificar quem foram, efectivamente, os principais "perdedores" com as alterações de rendimentos neste período.

Para tal utilizam-se as mesmas tipologias e técnicas de decomposição da desigualdade, que a repartem entre desigualdade em cada grupo e entre os vários grupos socioeconómicos. Por exemplo, se o objectivo for estudar a

26. Ao longo deste trabalho, e em particular neste ponto, os conceitos de família e de agregado familiar são utilizados para designar os agregados domésticos privados (ADP). Trata-se, obviamente, de uma simplificação de linguagem na medida em que as unidades de análise do ICOR são efectivamente os ADP, com uma constituição que extravasa a simples relação familiar entre os indivíduos que partilham o mesmo alojamento.

relação entre o nível de escolaridade alcançado pelos indivíduos e a desigualdade dos seus rendimentos, a técnica consiste em analisar as disparidades que existiriam se os níveis educacionais da população fossem a única justificação para a assimetria dos rendimentos. Noutra abordagem investiga-se o que aconteceria à desigualdade se as diferenças motivadas pelo nível de instrução fossem completamente eliminadas.[27] As duas perspectivas são obviamente complementares e a sua análise pode ser unificada utilizando o desvio médio logarítmico (DML) como indicador de desigualdade, como Shorrocks (1980) demonstra[28].

Assim, o nível de desigualdade medido através do índice DML pode ser aditivamente decomposto em duas componentes: a desigualdade intra-grupos e a desigualdade inter-grupos. A desigualdade intra-grupos é igual à soma da desigualdade existente em cada grupo (medida pelo DML) ponderada pela importância relativa de cada grupo no conjunto da população total. Esta definição não tem em conta as assimetrias no rendimento médio dos vários grupos, pelo que corresponde à segunda abordagem acima referida.

A desigualdade inter-grupos supõe que todos os indivíduos do grupo auferem o mesmo rendimento e que é igual ao rendimento médio do grupo a que pertencem. Nesse caso, a característica definidora do grupo torna-se o único factor explicativo da desigualdade, o que corresponde à primeira das abordagens. A importância relativa da desigualdade inter-grupos na desigualdade total indica a parte dessa desigualdade que é explicada por essa característica do grupo. Comparar o contributo para a desigualdade total de cada uma das categorias socioeconómicas utilizadas para segmentar a população permite estabelecer uma ordenação da importância relativa dos vários grupos e identificar os principais factores explicativos do nível e da evolução da desigualdade[29].

Na última parte deste capítulo utilizam-se as diferentes categorias seleccionadas para investigar quais os grupos que mais (ou menos) foram afectados pelo aumento da pobreza monetária considerando tanto a linha de pobreza "oficial" como a linha de pobreza ancorada em 2009, de forma a mitigar os efeitos da "armadilha do rendimento mediano".

27. Note-se que a primeira abordagem supõe que todos os indivíduos com o mesmo nível de instrução têm o mesmo rendimento, mas que os rendimentos médios de cada nível educacional são diferentes. A segunda abordagem supõe que os rendimentos médios de cada nível de instrução são idênticos, mas têm variância não nula.

28. Para uma descrição mais pormenorizada do Desvio Médio Logarítmico consulte o "Glossário de Conceitos" no fim deste livro.

29. Para uma análise mais aprofundada das técnicas de decomposição da desigualdade veja-se, por exemplo, Rodrigues (2008) e Cowell e Jenkins (1995).

6.1. Escalão etário do indivíduo de referência do ADP

O primeiro factor analisado é o escalão etário do indivíduo de referência do ADP. A utilização desta característica permite comparar os efeitos da crise e das políticas seguidas sobre diferentes gerações familiares e, em particular, sobre as famílias mais jovens e mais idosas.

Seguindo a metodologia do INE, o indivíduo de referência de um dado agregado é aquele que aufere "a maior proporção do rendimento total líquido anual do agregado familiar". No entanto, a utilização das características dos indivíduos de referência dos ADP para tipificar os agregados domésticos e particionar a população implica uma interpretação cuidadosa dos resultados. De facto, está-se a considerar não o conjunto dos indivíduos com essa característica, mas antes o conjunto das famílias associadas a essa característica por virtude do seu indivíduo de referência.

Um exemplo muito simples usando o grupo etário dos menores de 25 anos em 2014 ilustra bem a diferença entre as duas noções. Considerando primeiro todos indivíduos nesse grupo etário, o seu rendimento médio equivalente é de 9 184€/ano e a incidência da pobreza de 24,6%. Passando aos indivíduos que vivem em ADP cujo indivíduo de referência é menor de 25 anos, o seu rendimento equivalente é de 6 434€/ano e a incidência da pobreza de 34,4%. No primeiro caso os resultados referem-se aos jovens, independentemente das famílias em que estão inseridos, enquanto no segundo caso se referem às "famílias jovens" caracterizadas por terem como indivíduo de referência um jovem, qualquer que seja o escalão etário dos seus restantes elementos.

O Quadro 7 apresenta a evolução real (preços de 2014) do rendimento equivalente das famílias de acordo com o escalão etário do indivíduo de referência e a variação do nível de desigualdade existente em cada grupo (desigualdade intra-grupo) medida pelo desvio médio logarítmico (DML)[30].

Salienta-se imediatamente o baixo nível relativo de rendimento médio das famílias mais jovens e o facto de serem estas as mais penalizadas pela quebra de rendimentos no período 2009-2014 (-29%) face à média nacional (-12%). Se em 2009 o rendimento médio deste grupo representava 80% do rendimento médio equivalente das famílias portuguesas, em 2014 esse valor desceu para 64%. As famílias mais jovens são inequivocamente as mais penalizadas pela quebra dos rendimentos familiares.

O significativo agravamento da desigualdade verificado neste grupo, e no escalão etário seguinte, é igualmente revelador de um aumento da heterogeneidade dos rendimentos na população mais jovem, e de que a forte quebra ocorrida nos rendimentos não foi homogénea no seio deste grupo.

Pelo contrário, as famílias mais idosas (indivíduo de referência com 65 e mais anos) foram as menos afectadas pela quebra dos rendimentos neste período. O seu rendimento médio equivalente desceu 7%, menos 5 pontos percentuais do que o total da população, juntamente com uma pequena diminuição da desigualdade intra-grupo (3%).

30. Como discutido na introdução deste capítulo, o DML é aqui preferido aos índices mais tradicionais de desigualdade utilizados nos capítulos anteriores devido às suas propriedades de decomposição que o tornam particularmente útil no estudo da desigualdade e sua decomposição por grupos socioeconómicos.

Quadro 13 Variação do Rendimento Equivalente e da Desigualdade por Escalão Etário do Indivíduo de Referência do ADP, 2009-2014

	Rendimento Equivalente			Desigualdade (DML)		
Grupo	**2009**	**2014**	**Var (%)**	**2009**	**2014**	**Var (%)**
24 ou menos anos	9126	6434	-29%	0,161	0,199	24%
25 – 34 anos	11187	9678	-13%	0,119	0,171	43%
35 – 44 anos	11150	9941	-11%	0,201	0,192	-4%
45 – 54 anos	12154	9819	-19%	0,196	0,214	9%
55 – 64 anos	12873	11589	-10%	0,251	0,255	1%
65 ou mais anos	10335	9647	-7%	0,202	0,196	-3%
População Total	11383	9996	-12%	0,193	0,209	8%

Fonte: INE, ICOR 2010 e 2015. Cálculos dos autores.

Nota: Valores do rendimento em euros/ano a preços de 2014.

A quebra dos rendimentos das famílias mais jovens (em termos relativos e absolutos) não poderia deixar de se traduzir num aumento das condições de precariedade e de pobreza a que estão sujeitas. Utilizando a linha de pobreza tradicional, calculada a partir do rendimento mediano em cada ano, a incidência da pobreza destas famílias passou de 22,9% em 2009 para 34,4% em 2014, e a das famílias com indivíduo de referência no escalão etário seguinte (25-34 anos) de 11,3% para 17,6%. Alternativamente, considerando para 2014 o valor da linha de pobreza ancorada em 2009, de forma a minorar o efeito da descida do rendimento mediano, a intensidade da pobreza destes dois grupos aumenta respectivamente 23,2 e 11,1 pontos percentuais[31].

O acentuar da incidência da pobreza, qualquer que seja a metodologia utilizada para calcular a linha de pobreza em 2014, é significativo para as famílias cujo indivíduo de referência possui menos de 35 anos. Para os restantes grupos etários as alterações ocorridas são menos expressivas. Nas famílias mais idosas (65+ anos) há redução da taxa de pobreza de 3,4 pontos percentuais usando a linha de pobreza "oficial", que se reverte usando a linha de pobreza ancorada em 2009 (aumento de 3,3 pontos percentuais).

31. O pouco impacto que o forte agravamento da pobreza neste grupo tem sobre a taxa de pobreza global resulta directamente do baixo *share* deste grupo no conjunto da população. Em 2009, a proporção de indivíduos pertencentes a famílias cujo representante possuía menos de 25 anos correspondia a 3,3%. Essa proporção desceu, em 2014, para 2,1%. A emigração de parte das famílias mais jovens e o retorno à casa dos pais como resposta à crise são potenciais factores explicativos da queda do *share* deste grupo que justificam um estudo adicional.

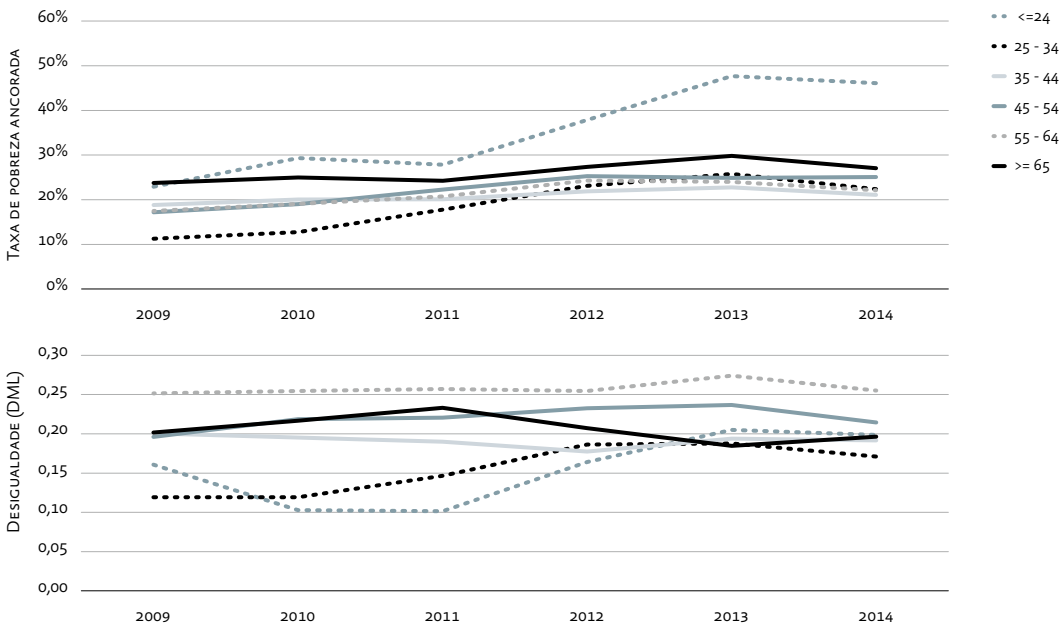
Quadro 14 Variação da Incidência da Pobreza por Escalão Etário do Indivíduo de Referência do ADP, 2009-2014

	Taxa de Pobreza Linha de Pobreza "Oficial"			Taxa de Pobreza L.P. Ancorada em 2009	
Grupo	**2009**	**2014**	**Var (p.p.)**	**2014**	**(Var p.p.)**
24 ou menos anos	22,9%	34,4%	11,5	46,1%	23,2
25 – 34 anos	11,3%	17,6%	6,3	22,4%	11,1
35 – 44 anos	18,8%	18,1%	-0,8	21,1%	2,2
45 – 54 anos	17,2%	20,4%	3,2	25,1%	7,9
55 – 64 anos	17,5%	18,7%	1,2	22,1%	4,6
65 ou mais anos	23,7%	20,3%	-3,4	27,1%	3,3
População Total	17,9%	19,5%	1,6	24,1%	6,2

Fonte: INE, ICOR 2010 e 2015. Cálculos dos autores.

O Gráfico 31 ilustra a evolução da taxa de pobreza ancorada e da desigualdade, entre 2009 e 2014, para os vários escalões etários considerados. O acentuar das desigualdades e da pobreza para a maioria dos grupos entre 2011 e 2013 constitui o aspecto mais saliente deste gráfico, seguindo-se um ligeiro atenuar ou mesmo uma pequena inversão dessa tendência entre 2013 e 2014.

Gráfico 31 Evolução da Taxa de Pobreza Ancorada e da Desigualdade (DML), por Escalão Etário do Indivíduo de Referência do ADP 2009-2014



Fonte: INE, ICOR 2010-2015. Cálculos dos Autores.

6.2. Género do indivíduo de referência do ADP

A utilização dos inquéritos às famílias como o ICOR para analisar as diferenças de género é geralmente pouco representativa e tende a subestimar essas diferenças já que se baseia na hipótese de igual partilha de recursos entre todos os membros do agregado familiar; oculta as desigualdades existentes no seio das famílias e a diferente capacidade que os seus vários membros têm de utilizar o conjunto dos recursos disponíveis. A consideração do género do representante do ADP minimiza, ainda que de forma muito parcial, essas limitações ao comparar as famílias segundo o género do seu principal receptor de rendimentos.

O Quadro 15 revela, de forma algo paradoxal, que em 2009 o rendimento médio desses dois grupos era praticamente idêntico. A respectiva evolução entre 2009 e 2014 é, porém, substancialmente díspar: as famílias com representante do sexo feminino registam uma quebra de rendimento de 20% enquanto as famílias com representante masculino registam um decréscimo de 8%. Já a desigualdade apresenta a tendência inversa, com uma descida de 5% quando o representante é mulher e uma subida de 15% quando é homem. Note-se, porém, que a situação de partida em 2009 era bastante diferente (0,180 homens e 0,217 mulheres, reflectindo uma maior heterogeneidade e assimetria dos rendimentos), e que é esse percurso oposto que conduz a valores idênticos em 2014.

Quadro 15 Variação do Rendimento Equivalente e da Desigualdade por Género do Indivíduo de Referência do ADP, 2009-2014

	Rendimento Equivalente			Desigualdade (DML)		
Grupo	**2009**	**2014**	**Var (%)**	**2009**	**2014**	**Var (%)**
Homens	11383	10490	-8%	0,180	0,207	15%
Mulheres	11383	9155	-20%	0,217	0,207	-5%
População Total	11383	9996	-12%	0,193	0,209	8%

Fonte: INE, ICOR 2010 e 2015. Cálculos dos autores.

Nota: Valores do rendimento em euros/ano a preços de 2014.

A igualdade do rendimento equivalente dos dois grupos em 2009 não se traduz numa vulnerabilidade idêntica face à situação de pobreza. No Quadro 16 observa-se que a incidência da pobreza é claramente superior (mais 5,8 pontos percentuais) no caso dos agregados familiares cujo indivíduo de referência é mulher, diferença essa que aumenta em 2014 (24,5%). A linha de pobreza ancorada em 2009 mostra um maior agravamento da pobreza nos agregados representados por mulheres (7,9 pontos percentuais) do que nos representados por homens (5 pontos percentuais).

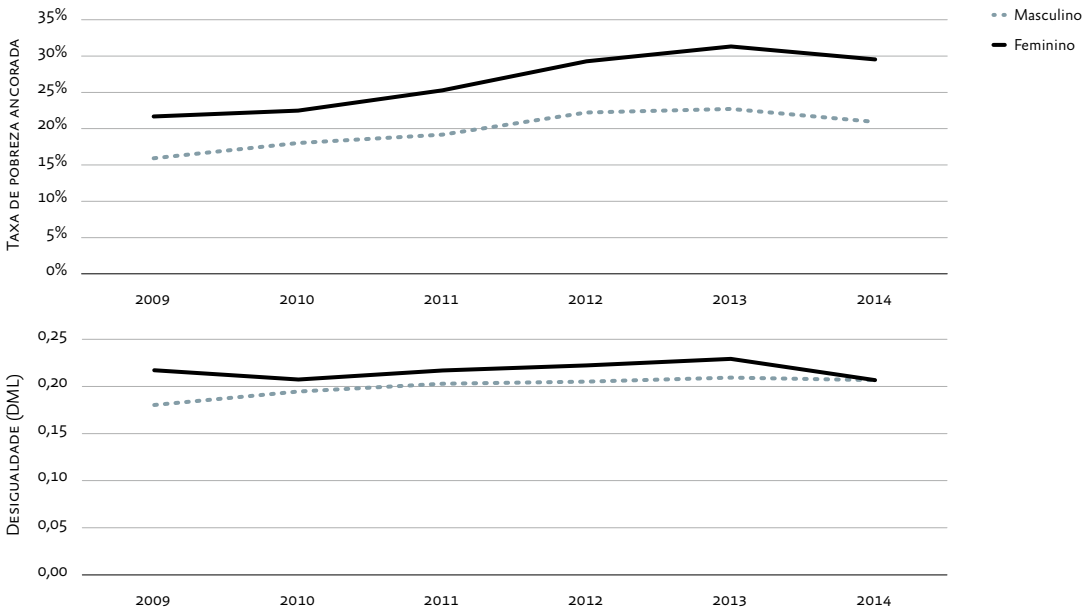
Quadro 16 Variação da Incidência da Pobreza por Género do Indivíduo de Referência do ADP, 2009-2014

	Taxa de Pobreza Linha de Pobreza "Oficial"			Taxa de Pobreza L.P. Ancorada em 2009	
Grupo	**2009**	**2014**	**Var (p.p.)**	**2014**	**Var (p.p.)**
Homens	15,9%	16,5%	0,6	20,9%	5,0
Mulheres	21,7%	24,5%	2,8	29,6%	7,9
População Total	17,9%	19,5%	1,6	24,1%	6,2

Fonte: INE, ICOR 2010 e 2015. Cálculos dos autores.

O progressivo aproximar dos níveis de desigualdade entre os dois grupos ao longo do período 2009-2014 aparece claramente ilustrado no Gráfico 32. É igualmente visível o acentuar do nível de pobreza até ao ano de 2013, seguido de um ligeiro decréscimo do valor do indicador para ambos os grupos em 2014. Contudo, não é suficiente para reverter o agravamento verificado nos anos anteriores.

Gráfico 32 Evolução da Taxa de Pobreza Ancorada e da Desigualdade (DML), por Género do Indivíduo de Referência do ADP 2009-2014



Fonte: INE, ICOR 2010-2015. Cálculos dos Autores.

6.3. Dimensão do ADP

Apesar de não se terem registado mudanças relevantes na dimensão média dos ADP neste período (3,3 indivíduos em 2009 e 3,1 em 2014), existem alterações a apontar nos grupos de menor e maior dimensão. Por um lado, a proporção da população residente em famílias unipessoais aumentou de 6,5 para 8,6%; por outro, a proporção de famílias alargadas, com cinco ou mais membros, desceu de 15,3% para 11%.

Quer em 2009 quer em 2014, são estes dois tipos de famílias que registam menor nível de rendimento equivalente como se observa no Quadro 17. Porém, durante a crise e o processo de *ajustamento,* os seus rendimentos evoluíram de forma claramente diferente. As famílias unipessoais registaram um decréscimo do seu rendimento médio equivalente de 6% (o menor entre todos os grupos) enquanto as famílias alargadas tiveram uma quebra de 40% (a descida mais pronunciada)[32]. É igualmente neste último grupo que ocorreu o maior acréscimo da desigualdade, com o DML a aumentar 32%, passando de um valor de 0,191 em 2009 para 0,252 em 2014). É também neste último grupo que se verificou o maior acréscimo da desigualdade. O desvio médio logarítmico aumentou 32%, passando de um valor de 0,191 em 2009 para 0,252 em 2014.

32. Uma explicação adicional para esta quebra do rendimento das famílias mais alargadas é a de que em 2014, 19,1% destas famílias se encontrava no primeiro decil da distribuição do rendimento equivalente, precisamente aquele em que a queda dos rendimentos foi mais abrupta.

Quadro 17 Variação do Rendimento Equivalente e da Desigualdade por Dimensão do ADP, 2009-2014

	Rendimento Equivalente			Desigualdade (DML)		
Grupo	**2009**	**2014**	**Var (%)**	**2009**	**2014**	**Var (%)**
1 indivíduo	9931	9348	-6%	0,242	0,230	-5%
2 indivíduos	11722	10628	-9%	0,213	0,212	0%
3 indivíduos	12201	10477	-14%	0,173	0,178	3%
4 indivíduos	11524	9682	-16%	0,174	0,205	18%
5 e mais indivíduos	9716	5811	-40%	0,191	0,252	32%
População Total	11383	9996	-12%	0,193	0,209	8%

Fonte: INE, ICOR 2010 e 2015. Cálculos dos autores.

Nota: Valores do rendimento em euros/ano a preços de 2014.

A análise da variação da incidência da pobreza, no Quadro 18, confirma esta dualidade entre as famílias de menor e maior dimensão. Utilizando a linha de pobreza "oficial" as famílias unipessoais viram a sua taxa de pobreza reduzir-se 4,7 pontos percentuais (passando de 30,1% em 2009 para 25,4% em 2014) enquanto as famílias alargadas registaram uma subida deste indicador de pobreza em 7,9 pontos percentuais (passando de 24,4% para 32,3% durante este período).

Em 2014, as famílias alargadas passam a ser o grupo mais exposto à situação de pobreza, ocupando a posição assumida pelas famílias unipessoais em 2009.

Recorrendo à linha de pobreza ancorada para medir a variação da incidência da pobreza entre 2009 e 2014 pode-se constatar que todos os grupos considerados apresentam um aumento da taxa de pobreza, com as famílias alargadas a registar um agravamento de 13 pontos percentuais.

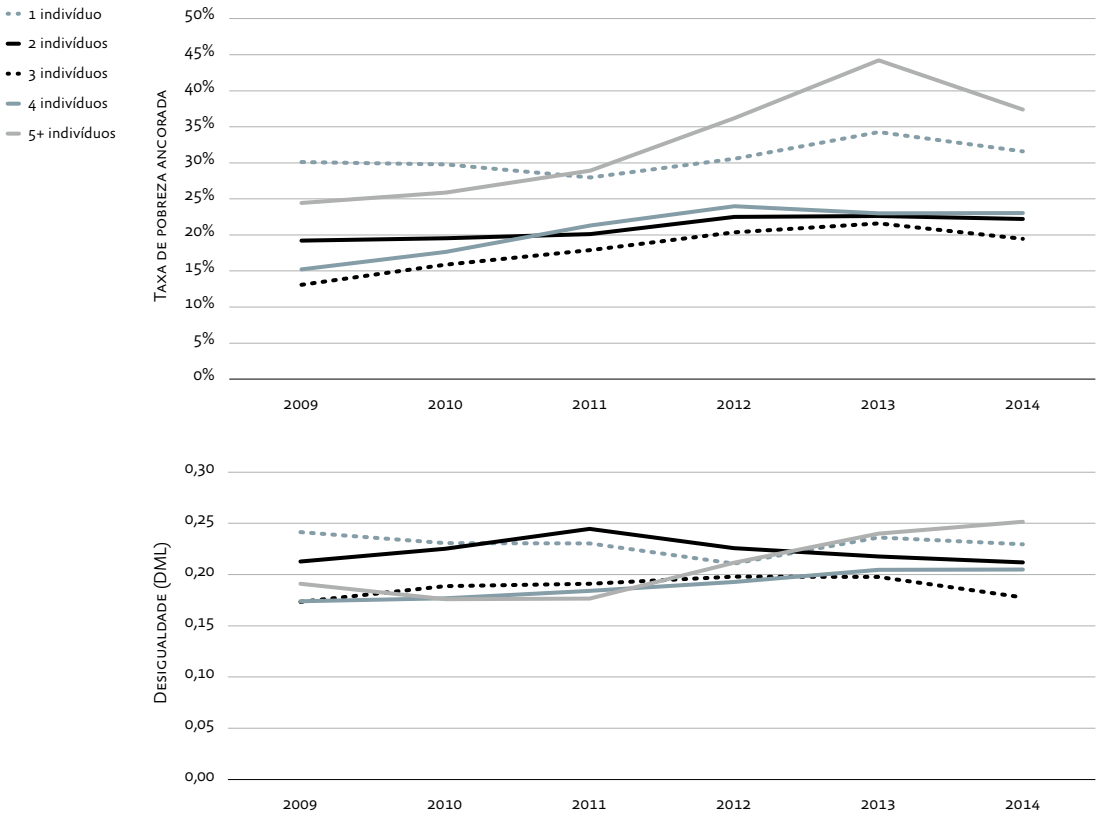
Quadro 18 Variação da Incidência da Pobreza por Dimensão do ADP, 2009-2014

	Taxa de Pobreza Linha de Pobreza "Oficial"			Taxa de Pobreza L.P. Ancorada em 2009	
Grupo	**2009**	**2014**	**Var (p.p.)**	**2014**	**Var (p.p.)**
1 Indivíduo	30,1%	25,4%	-4,7	31,6%	1,5
2 indivíduos	19,2%	16,2%	-3,0	22,2%	3,0
3 indivíduos	13,1%	15,4%	2,3	19,5%	6,4
4 indivíduos	15,2%	19,7%	4,5	23,1%	7,9
5 e mais indivíduos	24,4%	32,3%	7,9	37,4%	13,0
População Total	17,9%	19,5%	1,6	24,1%	6,2

Fonte: INE, ICOR 2010 e 2015. Cálculos dos autores.

O Gráfico 33 ilustra a variação da pobreza monetária ao longo do período 2009-2014 para as famílias de diferentes dimensões. O aumento da taxa de pobreza de todos os grupos até 2013, seguido de uma ligeira descida em 2014, constitui um traço característico da evolução verificada nas famílias de diferentes dimensões, similar ao encontrado nas tipologias familiares anteriores. Em relação ao agravamento da desigualdade saliente-se, como elemento dissonante da evolução dos demais grupos, o contínuo aumento da desigualdade no seio das famílias mais numerosas entre 2010 e 2014.

Gráfico 33 Evolução da Taxa de Pobreza Ancorada e da Desigualdade (DML) por Dimensão do ADP, 2009-2014



Fonte: INE, ICOR 2010-2015. Cálculos dos Autores.

6.4. Composição do ADP

A tipologia dos agregados familiares usada nesta secção, além da composição e da dimensão das famílias, possibilita observar dois importantes subgrupos: as famílias sem e com crianças. Na parte inferior do Quadro 19 observa-se uma redução semelhante do rendimento médio equivalente destes dois subgrupos entre 2009 e 2014. É também possível identificar os subgrupos mais penalizados pela quebra real do rendimento: as famílias monoparentais (-17%); as outras famílias com crianças (-17%) e as outras famílias sem crianças (-19%). Note-se que as categorias "outras famílias" com e sem crianças fazem parte, na sua maioria, do subgrupo das famílias alargadas na secção anterior.

O agravamento da desigualdade é mais intenso nas famílias com crianças, com um aumento de 13% no respectivo DML, 3,3 vezes maior do que o das famílias sem crianças.

Quadro 19 Variação do Rendimento Equivalente e da Desigualdade por Composição do ADP, 2009-2014

	Rendimento Equivalente			Desigualdade (DML)		
Grupo	**2009**	**2014**	**Var (%)**	**2009**	**2014**	**Var (%)**
Um adulto sem crianças	9931	9348	-6%	0,242	0,230	-5%
Dois adultos com idade inferior a 65 anos	13054	11287	-14%	0,224	0,230	3%
Dois adultos, pelo menos um com idade >= 65 anos	10850	10588	-2%	0,197	0,196	-1%
Outras famílias sem crianças	13088	10559	-19%	0,147	0,171	16%
Família monoparental	8580	7131	-17%	0,210	0,174	-17%
Dois adultos com uma criança	12346	10988	-11%	0,183	0,186	2%
Dois adultos com duas crianças	10979	9848	-10%	0,166	0,211	27%
Dois adultos com três ou mais crianças	9533	9442	-1%	0,272	0,354	30%
Outras famílias com crianças	9836	8184	-17%	0,172	0,187	9%
Famílias sem crianças	12065	10506	-13%	0,195	0,202	4%
Famílias com crianças	10814	9509	-12%	0,189	0,213	13%
População Total	11383	9996	-12%	0,193	0,209	8%

Fonte: INE, ICOR 2010 e 2015. Cálculos dos autores.

Nota: Valores do rendimento em euros/ano a preços de 2014.

As famílias sem crianças mantiveram praticamente inalterada a sua taxa de pobreza quando utilizado o limiar de pobreza tradicional. Já as famílias com crianças tiveram um aumento da pobreza em 3,1 pontos percentuais, passando de uma taxa de 19,1% em 2009 para uma taxa de 22,2% em 2014. No entanto, quando considerado para o ano de 2014 o limiar de pobreza ancorado em 2009, verifica-se um acentuar da incidência da pobreza nestes dois subgrupos, em 5,5 pontos percentuais para as famílias sem crianças e em 7,1 pontos percentuais para as com crianças.

Mas o Quadro 20 permite ir mais além e identificar quais os grupos que viram a sua precariedade aumentar de forma mais acentuada e, consequentemente, a sua exposição à situação de pobreza. O quadro sugere que o factor mais importante é o maior número de crianças no agregado familiar. Esta conclusão é ainda mais preocupante na medida em que a subida mais pronunciada da taxa de pobreza destes grupos ocorre a partir de uma situação de base (em 2009) já caracterizada por elevados níveis de pobreza. A taxa de pobreza das famílias com dois adultos e três ou mais crianças subiu de 33,2% em 2009 para 37,7% em 2014 (40,2% usando a definição ancorada), ou seja, quase o dobro da taxa nacional.

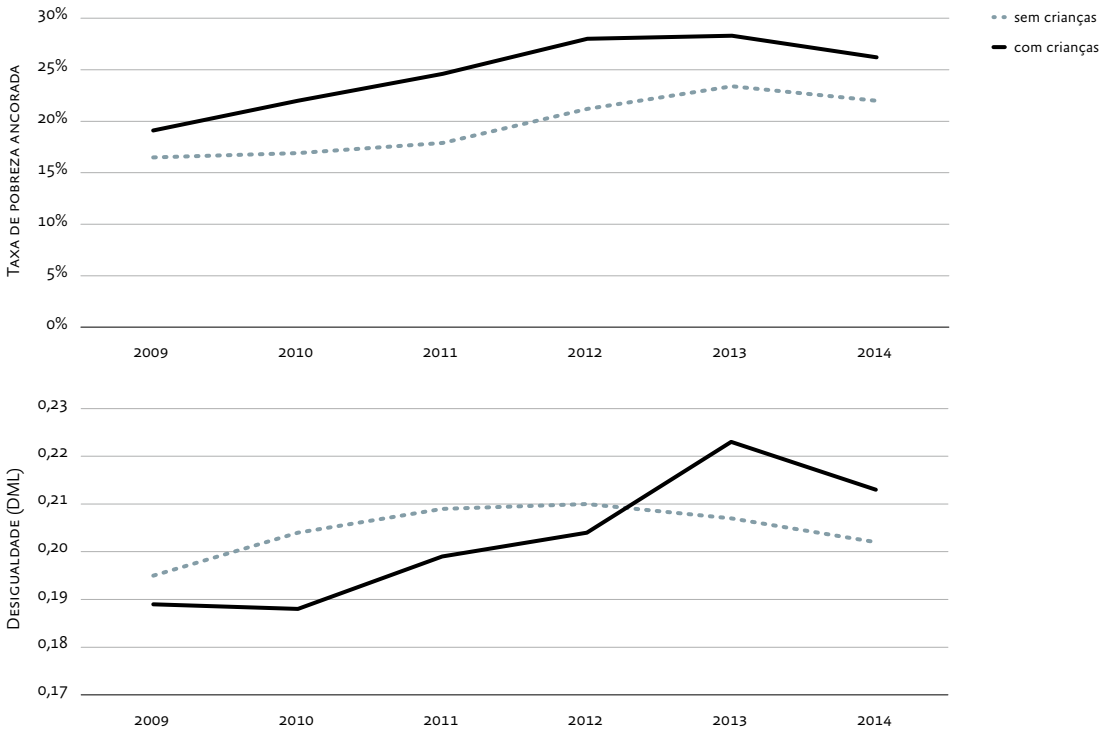
Quadro 20 Variação da Incidência da Pobreza por Composição do ADP, 2009-2014

	Taxa de Pobreza Linha de Pobreza "Oficial"			Taxa de Pobreza L.P. Ancorada em 2009	
Grupo	**2009**	**2014**	**Var (p.p.)**	**2014**	**(Var p.p.)**
Um adulto sem crianças	30,1%	25,4%	-4,7	31,6%	1,5
Dois adultos com idade inferior a 65 anos	16,6%	16,8%	0,2	22,1%	5,5
Dois adultos, pelo menos um com idade >= 65 anos	20,3%	14,3%	-6,0	20,6%	0,3
Outras famílias sem crianças	9,1%	13,7%	4,6	18,0%	8,9
Família monoparental	37,0%	34,6%	-2,4	41,7%	4,7
Dois adultos com uma criança	12,6%	13,7%	1,1	16,7%	4,1
Dois adultos com duas crianças	17,1%	20,4%	3,3	22,8%	5,7
Dois adultos com três ou mais crianças	33,2%	37,7%	4,5	40,2%	7,0
Outras famílias com crianças	20,7%	26,1%	5,4	32,5%	11,8
Famílias sem crianças	16,5%	16,6%	0,1	22,0%	5,5
Famílias com crianças	19,1%	22,2%	3,1	26,2%	7,1
População Total	17,9%	19,5%	1,6	24,1%	6,2

Fonte: INE, ICOR 2010 e 2015. Cálculos dos autores.

O Gráfico 34 permite analisar a evolução da pobreza e da desigualdade dos dois subgrupos considerados ao longo de todos os anos que constituem o período 2009-2014. A incidência da pobreza foi sempre maior nas famílias com crianças e a diferença entre os dois grupos acentuou-se nos anos de maior agravamento da pobreza (2012-2013). No que concerne à desigualdade é de salientar a inversão do *ranking* relativo destes dois grupos em 2013. Se, até àquela data, as famílias com crianças revelavam uma maior heterogeneidade, e uma maior disparidade, nos dois últimos anos são as famílias sem crianças que apresentam níveis de desigualdade superior.

Gráfico 34 Evolução da Taxa de Pobreza Ancorada e da Desigualdade (DML) por Composição do ADP, 2009-2014



Fonte: INE, ICOR 2010-2015. Cálculos dos Autores.

6.5. Nível de instrução do indivíduo de referência do ADP

A forte associação entre o nível de rendimento equivalente e o nível de escolaridade do indivíduo de referência do agregado familiar surge claramente evidenciada no Quadro 21. As famílias cujo indivíduo de referência possui educação superior auferem, em qualquer um dos anos considerados, um rendimento médio superior a 150% do rendimento médio do conjunto da população, e mais de 200% do rendimento médio das famílias cujo individuo de referência tem um nível de instrução igual ou inferior ao 2.º ciclo.

A evolução do rendimento equivalente dos vários grupos permite evidenciar que são as famílias com menor nível de escolaridade (e rendimento), aquelas que sofrem uma menor redução do seu rendimento médio. Este resultado, aparentemente contraditório com os resultados nas secções anteriores, é elucidativo da complexidade dos efeitos da crise sobre a variação do rendimento das famílias. No entanto, a desigualdade dos rendimentos aumentou de forma expressiva em todos os grupos com excepção das famílias cujo representante tem um nível de instrução correspondente ao 3.º ciclo.

Quadro 21 Variação do Rendimento Equivalente e da Desigualdade por Nível de Instrução do Indivíduo de Referência do ADP, 2009-2014

	Rendimento Equivalente			Desigualdade (DML)		
Grupo	**2009**	**2014**	**Var (%)**	**2009**	**2014**	**Var (%)**
2.º ciclo ou inferior	8393	7325	-13%	0,134	0,156	16%
3.º ciclo	11407	8916	-22%	0,143	0,146	2%
Ensino secundário	13260	10504	-21%	0,133	0,164	23%
Ensino superior	20858	16744	-20%	0,143	0,171	20%
População Total	11383	9996	-12%	0,193	0,209	8%

Fonte: INE, ICOR 2010 e 2015. Cálculos dos autores.

Nota: Valores do rendimento em euros/ano a preços de 2014.

A associação directa entre nível de instrução e nível de rendimento traduz-se naturalmente numa relação inversa entre o grau de ensino adquirido e a incidência da pobreza (Quadro 22). Os indivíduos com menor grau de instrução apresentam taxas de pobreza superiores a 25% em qualquer dos anos considerados, com maior aumento no grupo com o 3.º ciclo, onde a desigualdade pouco variou. Todos os grupos registam um aumento da incidência da pobreza qualquer que seja o limiar de pobreza utilizado.

Quadro 22 Variação da Incidência da Pobreza por Nível de Instrução do Indivíduo de Referência do ADP, 2009-2014

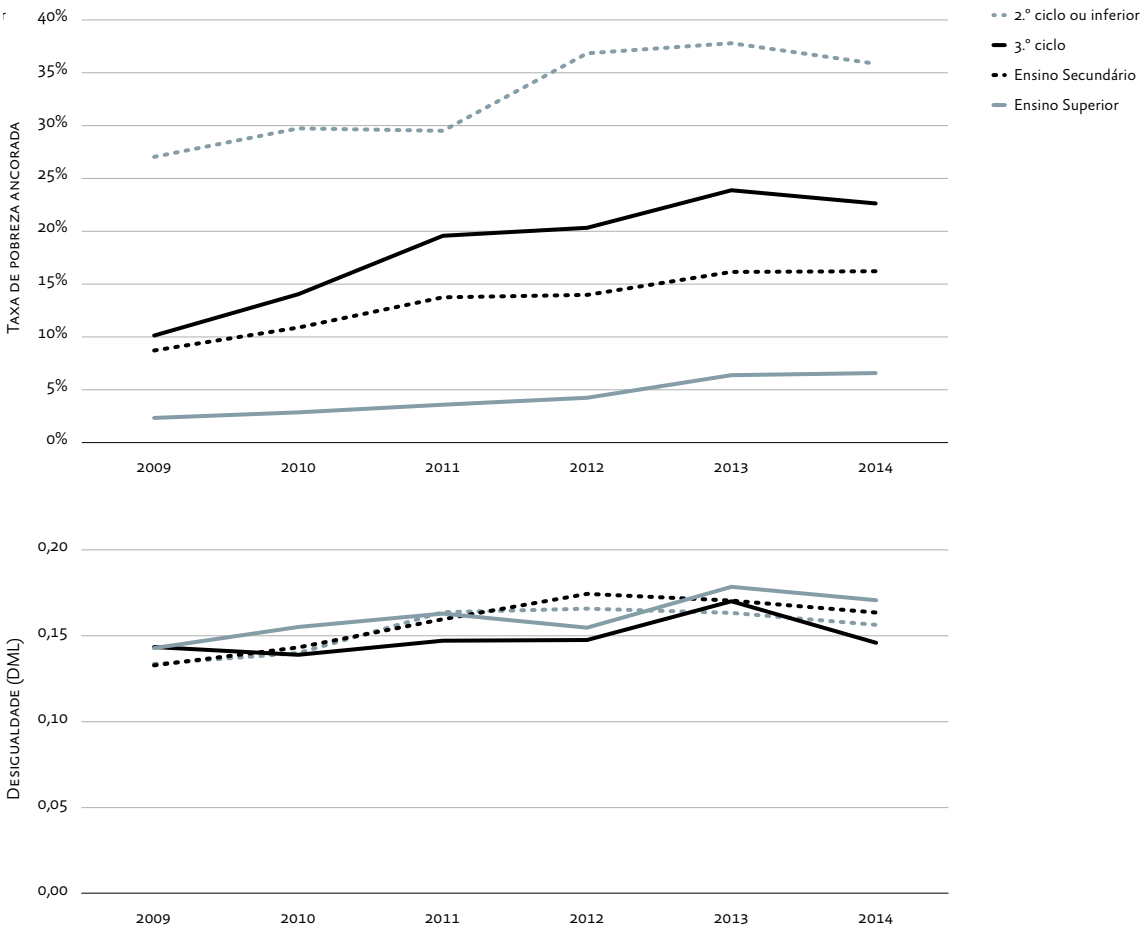
	Taxa de Pobreza Linha de Pobreza "Oficial"			Taxa de Pobreza L.P. Ancorada em 2009	
Grupo	**2009**	**2014**	**Var (p.p.)**	**2014**	**(Var p.p.)**
2.º ciclo ou inferior	27,0%	28,4%	1,4	35,9%	8,9
3.º ciclo	10,1%	19,5%	9,4	22,7%	12,6
Ensino secundário	8,7%	13,6%	4,9	16,2%	7,5
Ensino superior	2,4%	4,7%	2,3	6,6%	4,2
População Total	17,9%	19,5%	1,6	24,1%	6,2

Fonte: INE, ICOR 2010 e 2015. Cálculos dos autores.

O Gráfico 35 apresenta a evolução da taxa de pobreza e da desigualdade para os vários grupos definidos pelo nível de instrução do representante. No caso da incidência da pobreza, utilizando a linha de pobreza ancorada em 2009, é possível constatar um acréscimo contínuo das taxas de pobreza em todos os grupos até 2013, em particular no das famílias cujo representante possui o 3.º ciclo. Entre 2009 e 2013, a taxa de pobreza (ancorada) deste grupo mais do que duplicou, passando de 10,1% para 23,9%. A evolução da

desigualdade dos diferentes grupos registou oscilações entre 2009 e 2014 mas, como visto no Quadro 21, aumentou significativamente para a maioria dos grupos considerados.

Gráfico 35 Evolução da Taxa de Pobreza Ancorada e da Desigualdade (DML), por Nível de Instrução do Indivíduo de Referência do ADP, 2009-2014



Fonte: INE, ICOR 2010-2015. Cálculos dos Autores.

6.6. Categoria socioeconómica

O Quadro 23 apresenta a evolução dos rendimentos e da desigualdade por categoria socioeconómica dos indivíduos com mais de 16 anos. O quadro revela a forte deterioração do nível de rendimento dos indivíduos em situação de desemprego, com o seu rendimento médio equivalente a registar uma diminuição de 15% e a desigualdade no seio deste grupo a aumentar 29%. Um segundo aspecto, consistente com a análise realizada para os escalões etários do indivíduo de

referência, é a menor diminuição dos rendimentos dos indivíduos em situação de reformados, acompanhada de uma redução no seu nível de desigualdade.

Quadro 23 Variação do Rendimento Equivalente e da Desigualdade por Categoria Socioeconómica, 2009-2014

	Rendimento Equivalente			Desigualdade (DML)		
Grupo	**2009**	**2014**	**Var (%)**	**2009**	**2014**	**Var (%)**
Empregado	13080	11490	-12%	0,165	0,178	8%
Desempregado	7726	6570	-15%	0,184	0,238	29%
Reformado	11066	10260	-7%	0,187	0,168	-10%
Outros inactivos	9414	8434	-10%	0,201	0,244	21%
População Total	11383	9996	-12%	0,193	0,209	8%

Fonte: INE, ICOR 2010 e 2015. Cálculos dos autores.

Nota: Indivíduos com 16 ou mais anos. Valores do rendimento em euros/ano a preços de 2014.

A diminuição dos rendimentos da população desempregada traduz-se inevitavelmente num importante acréscimo da incidência da pobreza deste grupo, subindo de um nível já muito elevado em 2009 (36,8%) para 42% em 2014. Usando a linha de pobreza ancorada em 2009, então a incidência da pobreza deste grupo em 2014 atinge quase os 50%.

Os indivíduos reformados registam uma diminuição de 4,1 pontos percentuais na sua taxa de pobreza, se for tomada em consideração a linha de pobreza "oficial", mas essa situação inverte-se se for considerada a linha de pobreza ancorada onde se verifica um agravamento da taxa de pobreza de 2,5 pontos percentuais, todavia muito inferior ao registado noutros grupos.

Quadro 24 Variação da Incidência da Pobreza por Categoria Socioeconómica, 2009-2014

	Taxa de Pobreza Linha de Pobreza "Oficial"			Taxa de Pobreza L.P. Ancorada em 2009	
Grupo	**2009**	**2014**	**Var (p.p.)**	**2014**	**(Var p.p.)**
Empregado	9,7%	10,9%	1,2	14,2%	4,5
Desempregado	36,8%	42,0%	5,2	49,2%	12,4
Reformado	18,5%	14,4%	-4,1	21,0%	2,5
Outros inactivos	28,7%	31,6%	2,9	37,0%	8,3
População Total	17,9%	19,5%	1,6	24,1%	6,2

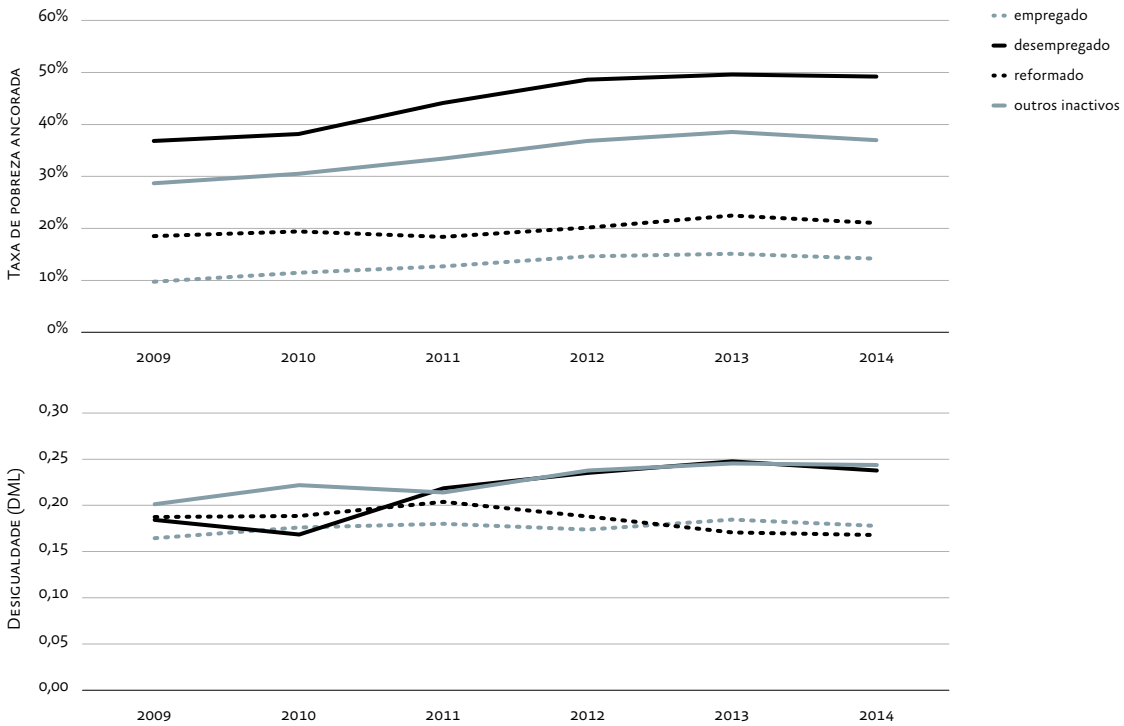
Fonte: INE, ICOR 2010 e 2015. Cálculos dos autores.

Nota: Indivíduos com 16 ou mais anos.

O Gráfico 36 evidencia o agravamento continuado ao longo do período 2009-2013 da situação de todos os grupos considerados, em particular dos desempregados e de outros inactivos. Também aqui se verificou uma ligeira inversão dessa tendência em 2014.

No que concerne à desigualdade o aspecto mais saliente é o crescimento acentuado do valor do desvio médio logarítmico dos desempregados e dos outros inactivos até 2013.

Gráfico 36 Evolução da Taxa de Pobreza Ancorada e da Desigualdade (DML) por Categoria Socioeconómica, 2009-2014



Fonte: INE, ICOR 2010-2015. Cálculos dos autores.

6.7. Nível de intensidade laboral *per capita* do ADP

A última característica utilizada para particionar os agregados familiares e analisar a evolução dos seus rendimentos ao longo do período de crise e do programa de *ajustamento* é o nível de intensidade laboral *per capita* do ADP.

A intensidade laboral *per capita* é definida como o rácio entre o número de horas efectivamente trabalhadas por todos os membros do agregado familiar com idades entre os 18 e os 59 anos, mas excluindo estudantes, e o número de horas de trabalho total se todos trabalhassem a tempo inteiro. De certa forma,

este indicador é uma medida da inserção efectiva do conjunto do ADP no mercado de trabalho, o que se reflecte na definição das cinco categorias utilizadas na sua estratificação. Estas variam entre a "intensidade laboral muito reduzida" quando o rácio é inferior a 20% e a "intensidade laboral muito elevada" quando este ultrapassa os 85%.

O Quadro 25 mostra que são as famílias com intensidade laboral muito reduzida (rácio igual a 20%) ou reduzida (45%) aquelas que auferem menores rendimentos, mas também mostra que nestes grupos a contracção dos rendimentos foi maior. O nível de desigualdade aumentou em todos os grupos entre 2009 e 2014, mas esse incremento é maior no caso das famílias com intensidade laboral muito reduzida. O mais significativo é que uma participação mais intensa (elevada e muito elevada) no mercado de trabalho garante rendimentos médios mais elevados, mas não evita nem o seu decréscimo significativo neste período nem um aumento da sua desigualdade.

Quadro 25 Variação do Rendimento Equivalente e da Desigualdade por Nível de Intensidade Laboral *per capita* do ADP, 2009-2014

	Rendimento Equivalente			Desigualdade (DML)		
Grupo	**2009**	**2014**	**Var (%)**	**2009**	**2014**	**Var (%)**
Intensidade laboral muito reduzida	6725	5691	-15%	0,278	0,319	15%
Intensidade laboral reduzida	7753	6317	-19%	0,181	0,189	4%
Intensidade laboral média	8915	7812	-12%	0,165	0,174	5%
Intensidade laboral elevada	11059	9556	-14%	0,141	0,158	12%
Intensidade laboral muito elevada	14010	12224	-13%	0,137	0,152	11%
População Total	11383	9996	-12%	0,193	0,209	8%

Fonte: INE, ICOR 2010 e 2015. Cálculos dos autores.

Nota: Valores do rendimento em euros/ano a preços de 2014.

O Quadro 26 explicita a ligação óbvia entre o nível de participação no mercado de trabalho e a incidência da pobreza. As famílias com menor participação no mercado de trabalho são necessariamente aquelas que apresentam maior vulnerabilidade à situação de pobreza. Note-se, porém, que a incidência de pobreza das famílias com intensidade laboral muito reduzida diminui ligeiramente entre 2009 e 2014 usando a definição tradicional de linha de pobreza e aumenta 4,8 pontos percentuais usando a ancorada, atingindo o valor de 62,9%. São de facto as famílias com intensidade laboral reduzida que têm um maior aumento da taxa de pobreza, aproximando-se dos 45% (e 53,5% na definição ancorada).

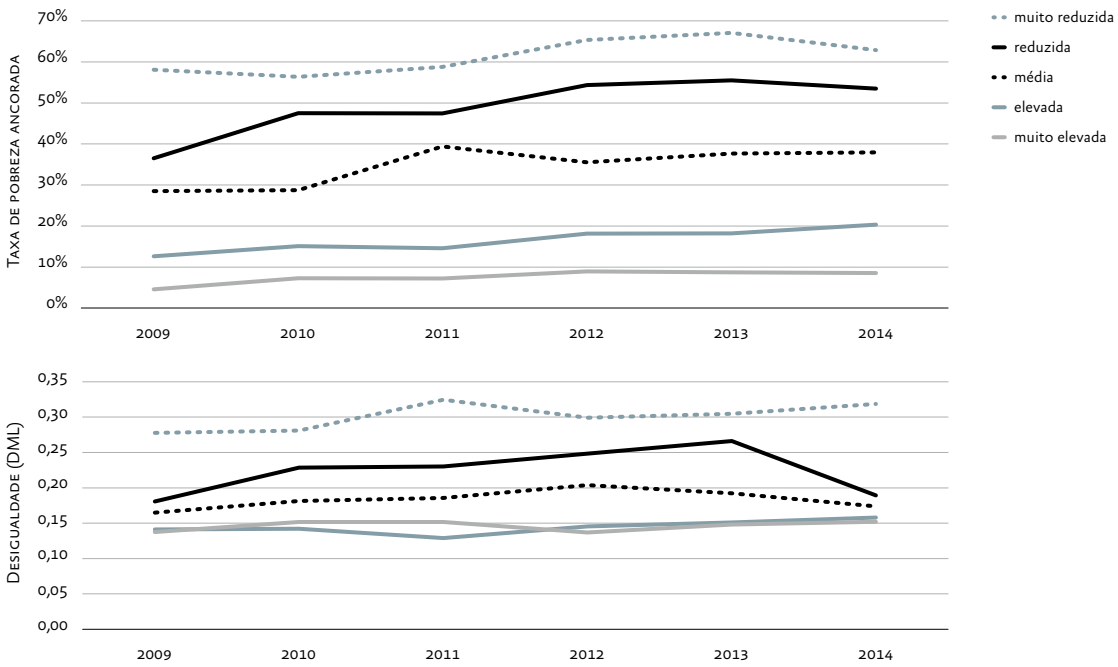
Quadro 26 Variação da Incidência da Pobreza por Nível de Intensidade Laboral *per capita* do ADP, 2009-2014

	Taxa de Pobreza Linha de Pobreza "Oficial"			Taxa de Pobreza L.P. Ancorada em 2009	
Grupo	**2009**	**2014**	**Var (p.p.)**	**2014**	**Var (p.p.)**
Intensidade laboral muito reduzida	58,1%	57,5%	-0,6	62,9%	4,8
Intensidade laboral reduzida	36,5%	44,7%	8,2	53,5%	17,0
Intensidade laboral média	28,5%	31,6%	3,1	37,9%	9,4
Intensidade laboral elevada	12,6%	14,9%	2,3	20,4%	7,8
Intensidade laboral muito elevada	4,5%	6,5%	2,0	8,5%	4,0
População Total	17,9%	19,5%	1,6	24,1%	6,2

Fonte: INE, ICOR 2010 e 2015. Cálculos dos autores.

O Gráfico 37 mostra a evolução dos indicadores de pobreza e de desigualdade em cada ano, entre 2009 e 2014. Os indicadores dos dois grupos com maior intensidade laboral têm uma evolução menos volátil do que a dos outros três grupos, particularmente na desigualdade intra-grupo e, em geral, apresentam uma ligeira redução no último ano.

Gráfico 37 Evolução da Taxa de Pobreza Ancorada e da Desigualdade (DML) por Nível de Intensidade Laboral *per capita* do ADP, 2009-2014



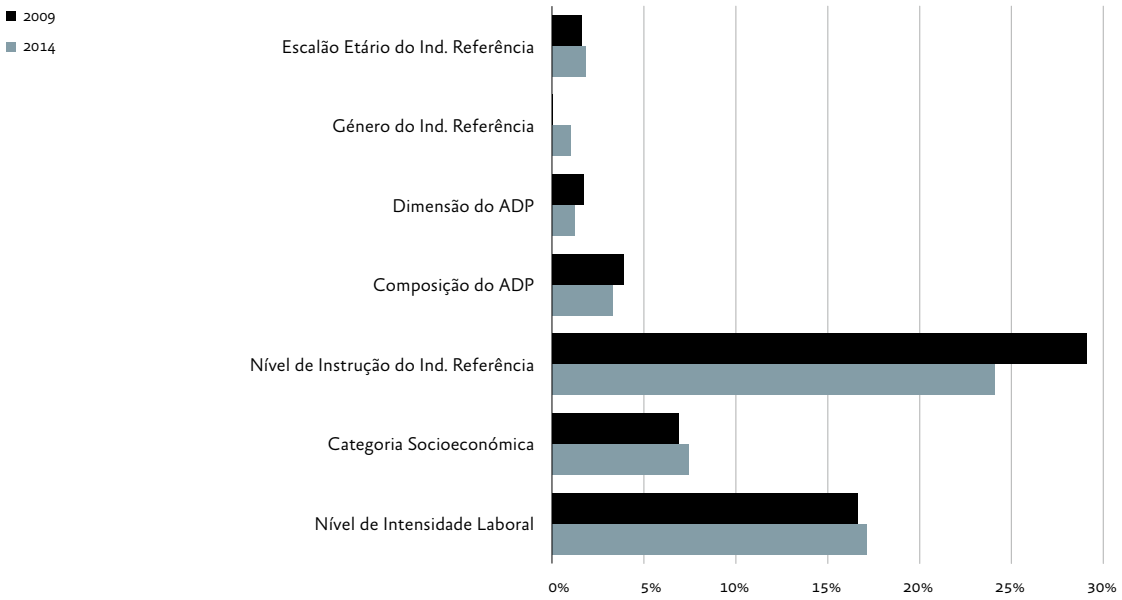
Fonte: INE, ICOR 2010-2015. Cálculos dos autores.

6.8. A importância relativa dos factores explicativos da desigualdade

A consideração de diferentes grupos socioeconómicos possibilita uma nova visão sobre o padrão das alterações ocorridas na distribuição do rendimento, desigualdade e pobreza em Portugal entre 2009 e 2014.

Em relação ao fenómeno da desigualdade é possível verificar que o peso das desigualdades intra-grupos supera largamente a importância da desigualdade inter-grupos em todos os grupos considerados. Com excepção da segmentação da população de acordo com o nível de instrução do indivíduo de referência e da intensidade laboral *per capita* do ADP, todas as demais partições revelam uma "capacidade explicativa" da desigualdade inferior a 10%. O nível de escolaridade do indivíduo de referência explicava 29,1% da desigualdade total em 2009, tendo esse valor diminuído para 24,1% em 2015. A dimensão do agregado ou o escalão etário do indivíduo de referência explicam menos de 2% do total da desigualdade. O Gráfico 38 ilustra a importância relativa das desigualdades inter-grupos para os anos de 2009 e 2014.

Gráfico 38 Importância dos Vários Grupos Socioecómicos na Explicação da Desigualdade, 2009-2014



Fonte: INE, ICOR 2010 e 2015. Cálculos dos autores.

6.9. Quem são os pobres?

O objectivo desta última secção é utilizar as diferentes categorias sociodemográficas para identificar quem são os pobres em Portugal. A caracterização da distribuição da pobreza pelos diferentes grupos socioeconómicos é diferente da análise da incidência da pobreza nesses grupos. Por exemplo, um determinado grupo pode evidenciar uma elevada taxa de pobreza mas, devido à sua pequena dimensão numérica, representar uma pequena proporção do total da população pobre. Uma boa ilustração é dada no Quadro 20, pelas famílias monoparentais: a sua taxa de pobreza de 34,6% em 2014 é uma das mais elevadas no conjunto da população, mas este tipo de famílias corresponde somente a 8% do total da população pobre portuguesa.

Utilizando a linha de pobreza "oficial", entre 2009 e 2014 a população pobre aumentou em mais 116 mil indivíduos, passando de 1 903 milhões para 2 019 milhões[33]: dos quais 54,2% eram do sexo feminino; 22,2%, crianças com menos de 17 anos; e 17,8%, idosos. Utilizando a linha de pobreza ancorada em 2009 para definir a população pobre em 2014, o número de pobres sobe para 2 081 milhões. Esta é uma medida mais exacta do real agravamento das condições de vida das famílias na medida em que atenua o efeito negativo da descida do rendimento mediano no cálculo do limiar de pobreza, como discutido anteriormente.

33. No pico da crise, em 2013, o número de indivíduos pobres ascendeu a 2 030 milhões.

O Quadro 27 mostra a distribuição da população pobre pelas várias categorias sociodemográficas consideradas em 2009 e 2014. No caso de tipologias que não se aplicam a toda a população, como por exemplo a socioeconómica, só definida para os maiores de 18 anos, foi criada a categoria residual "Outros não considerados nesta categoria" que integra todos os menores de 18 anos que são pobres. Assim, em todas as categorias a população de referência é sempre o conjunto de toda a população pobre.

Considerando o ano de 2014 é possível verificar que 58,4% da população pobre pertence a agregados familiares com crianças; 63% dessa mesma população tem como indivíduo de referência alguém que não foi além do 2.º ciclo do ensino obrigatório; 20% são indivíduos com 18 e mais anos desempregados; Finalmente, 37% dos pobres vivem em agregados com intensidade de trabalho reduzida ou muito reduzida, o que mais uma vez revela como a desinserção do mercado de trabalho constitui um factor fortemente potenciador das situações de pobreza. A população reformada constitui 16% da população pobre, mas 22% das famílias em que o indivíduo de referência tem mais de 65 anos são pobres.

Quadro 27 Distribuição da População Pobre, 2009-2014

		2009	2014
Escalão Etário do Indivíduo de Referência	24 ou menos anos	4%	4%
	25 – 34 anos	12%	12%
	35 – 44 anos	27%	23%
	45 – 54 anos	20%	23%
	55 – 64 anos	13%	15%
	65 e mais anos	24%	22%
Género do Indivíduo de Referência	Homens	59%	53%
	Mulheres	41%	47%
Dimensão do ADP	1 indivíduo	11%	11%
	2 indivíduos	24%	21%
	3 indivíduos	21%	23%
	4 indivíduos	23%	26%
	5 e mais indivíduos	21%	18%
Composição do ADP	Um indivíduo	11%	11%
	Dois adultos com idade inferior a 65 anos	9%	9%
	Dois adultos, pelo menos um com idade >= 65 anos	13%	10%
	Outras famílias sem crianças	9%	12%
	Família monoparental	7%	8%
	Dois adultos com uma criança	11%	11%
	Dois adultos com duas crianças	15%	16%
	Dois adultos com três ou mais crianças	7%	6%
	Outras famílias com crianças	18%	17%
Nível de Instrução do Indivíduo de Referência	2.º ciclo ou inferior	81%	63%
	3.º ciclo	11%	20%
	Ensino secundário	7%	13%
	Ensino superior	2%	5%
Categoria Socioeconómica	Empregado	23%	22%
	Desempregado	13%	20%
	Reformado	20%	16%
	Outros inactivos	23%	22%
	Outros não considerados na categoria	21%	20%
Intensidade Laboral *per capita* do ADP	Intensidade laboral muito reduzida	21%	24%
	Intensidade laboral reduzida	13%	13%
	Intensidade laboral média	19%	18%
	Intensidade laboral elevada	10%	9%
	Intensidade laboral muito elevada	9%	12%
	Outros não considerados na categoria	27%	25%
	População Pobre	100%	100%

Fonte: INE, ICOR 2010 e 2015. Cálculos dos autores.

Capítulo 7

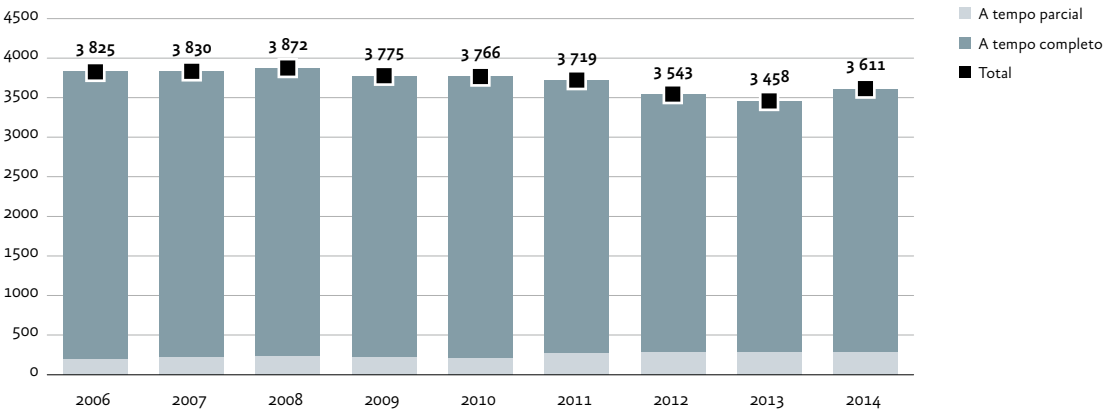
Desigualdade salarial

7.1. As principais alterações na distribuição dos ganhos

O profundo impacto da crise no mercado de trabalho em Portugal é imediatamente quantificável na diminuição do número de empregados. De acordo com os dados do Inquérito ao Emprego, do INE, a população empregada sofreu uma redução de 9,4% entre 2009 e 2014, passando de 4968,6 para 4499,5 milhares de indivíduos. Simultaneamente, a taxa de desemprego aumentou 4,5 pontos percentuais, passando de 9,4% em 2009 para 13,9% em 2014, tendo atingido o valor mais elevado das últimas décadas em 2013, 16,2%.

A diminuição do número de trabalhadores por conta de outrem é similar, ainda que menos acentuada, decrescendo em cerca de 163,5 milhares de indivíduos, ou seja, uma quebra de 4,3%, entre 2009 e 2014. O Gráfico 39 revela que a maior quebra no número de trabalhadores por conta de outrem, em Portugal, ocorre já depois do início do programa de assistência financeira, ou seja, a partir de 2011, atingindo o seu mínimo em 2013.

Gráfico 39 Número de Trabalhadores por Conta de Outrem (milhares), 2006 – 2014



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego – Dados anuais.

O Gráfico 39 permite igualmente verificar que no decorrer da presente crise houve alterações significativas na estrutura do emprego por conta de outrem. O número de trabalhadores por conta de outrem a tempo parcial subiu 28%, entre 2009 e 2014, enquanto o número de trabalhadores a tempo completo desceu 6,4%. No mesmo período, o número de trabalhadores com contrato permanente desceu 10%, enquanto o número daqueles com contrato a prazo se manteve praticamente inalterado.

O impacto da crise e do programa de *ajustamento* fez-se sentir não só ao nível do emprego, mas também nos rendimentos daqueles que estão empregados. De acordo com as estatísticas dos "Quadros de Pessoal" [34], o ganho médio dos trabalhadores por conta de outrem subiu de 1036 para 1093 € /mês entre 2009 e 2014, uma subida nominal de 5,5%, mas uma descida real de 2,4%. Note-se ainda que os "Quadros de Pessoal" não incluem informação sobre os funcionários públicos, cujos salários tiveram uma forte diminuição neste período (*vide* Gráfico 2, secção 2.1).

34. Ministério do Trabalho, da Solidariedade e da Segurança Social, "Estatísticas do Trabalho e de Emprego", 2016.

O impacto do processo de *ajustamento* sobre as remunerações do trabalho em Portugal foi também objecto de um estudo do Banco de Portugal[35]. Os seus autores concluem que houve um aumento significativo do número de trabalhadores que, apesar de permanecerem na mesma empresa, foram afectados por reduções salariais em 2011/12, por comparação com os períodos anteriores. Mais, nas empresas onde houve rotação de trabalhadores, a remuneração média dos que entraram em 2012 foi 11% mais baixa do que a dos que tinham saído em 2011.

35. "A Evolução Recente das Remunerações em Portugal" in Boletim Económico do Banco de Portugal, Outubro de 2013. Este estudo tem como fonte de informação estatística as remunerações do trabalho declaradas à Segurança Social.

A análise seguinte, a respeito da evolução das remunerações em Portugal, baseia-se a partir daqui nos dados sobre os salários apurados pelo ICOR. Apesar deste inquérito às famílias não ser usualmente utilizado em Portugal para avaliar a evolução das remunerações salariais, a informação colectada permite identificar as alterações ocorridas nas remunerações de trabalho e relacioná-las com as transformações nos restantes rendimentos das famílias em que os assalariados se inserem. A utilização do ICOR possibilita, ainda, associar as remunerações dos trabalhadores por conta de outrem ao seu posicionamento, e das suas famílias, face à linha de pobreza. Por último, a utilização dos dados longitudinais do ICOR permite identificar os ganhos e perdas nos rendimentos do trabalho decorrentes do processo de *ajustamento*.

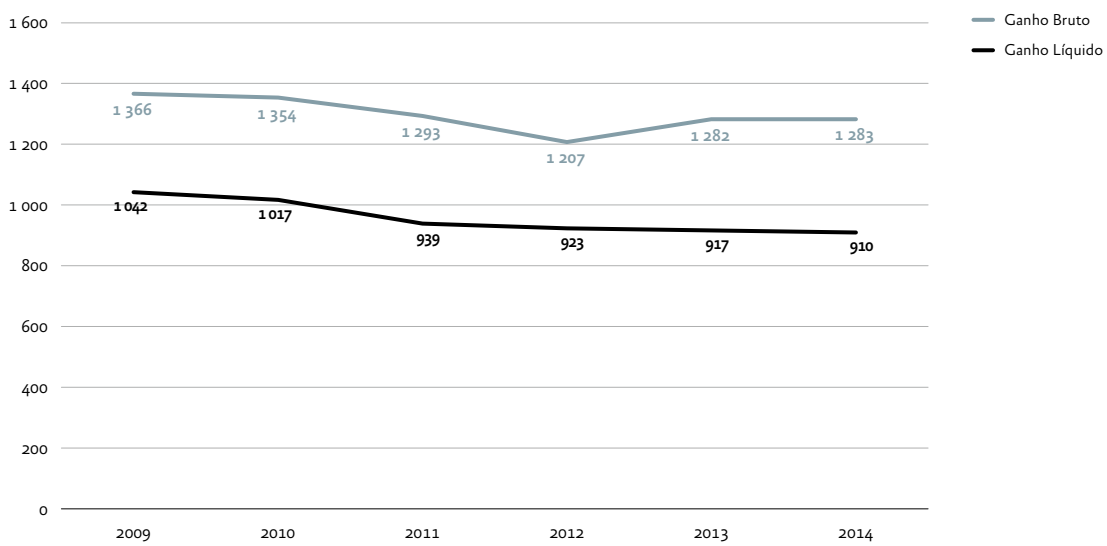
A metodologia seguida para a análise das alterações ocorridas na distribuição de salários, a partir dos dados do ICOR, é a proposta pelo Eurostat (2010) e por Brandolini, Rosolia e Torrini (2011). O conceito base é o de "ganho equivalente mensal", o qual pode ser calculado a partir do ICOR através da divisão da remuneração total anual pelo "número de meses equivalente"[36] que cada indivíduo trabalhou.

36. O "número de meses equivalente" é obtido pela soma do 'número de meses com trabalho a tempo completo' ao 'número de meses com trabalho a tempo parcial' multiplicado por um factor de escala. Esse factor é igual ao rácio entre as medianas do número de horas trabalhadas a tempo parcial e a tempo completo, por sexo dos indivíduos.

A construção do ganho equivalente mensal possibilita, assim, corrigir o ganho mensal tendo em conta a diferença entre as remunerações do trabalho a tempo completo e parcial. Dada a importância crescente deste último, a utilização deste conceito permite uma análise mais exacta das assimetrias do ganho do que noutros estudos sobre a desigualdade salarial em Portugal.

Entre 2009 e 2014, em termos reais, o ganho bruto mensal equivalente médio diminuiu 6,1%, como se mostra no Gráfico 40. Como consequência do efeito do conjunto das alterações no mercado de trabalho e do aumento da carga fiscal, o ganho líquido mensal equivalente regrediu de forma bastante mais acentuada (12,7%).

Gráfico 40 Evolução do Ganho Equivalente Mensal, 2009 – 2014 (euros, a preços de 2014).



Fonte: INE, ICOR 2010-2015.Cálculos dos autores.

Perante este diagnóstico geral de diminuição das remunerações, o Quadro 28 mostra como o impacto da crise se fez sentir ao longo da distribuição dos rendimentos salariais, designadamente na evolução do ganho equivalente bruto real entre 2009 e 2014. Tal como no caso dos rendimentos familiares, também aqui o primeiro decil é fortemente penalizado. A redução de 14,7% no ganho equivalente desse decil é 2,4 vezes superior à diminuição do ganho equivalente médio (6,1%), mas é seguida de perto pela perda de 10,8 % no decil de ganhos mais elevados no extremo oposto da distribuição.

O Quadro 28 mostra muito claramente a forma desigual como ocorreu o decréscimo das remunerações por decis da sua distribuição. Esta deve ser lida com um cuidado adicional, na medida em que o significativo agravamento do

desemprego e as alterações salariais implicam necessariamente movimentos de "*reranking*" importantes ao longo da distribuição. Por exemplo, indivíduos que se encontravam no 1.º decil em 2009 poderão ter passado para uma situação de desemprego durante o período; indivíduos nos decis mais baixos de 2014 poderão ter novas contratações com salários inferiores aos anteriormente auferidos, como sugerido no estudo do Banco de Portugal atrás citado.

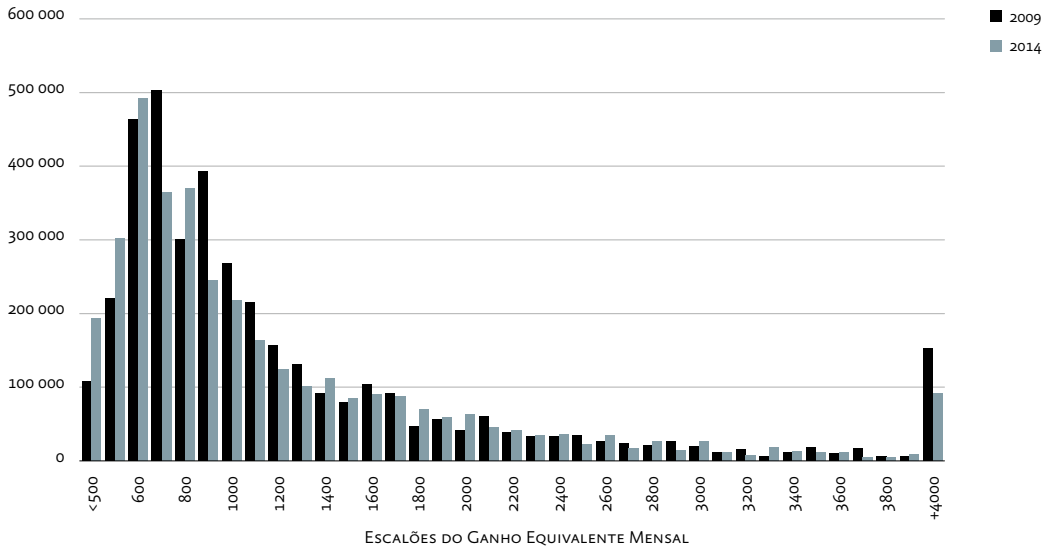
Quadro 28 Evolução do Ganho Equivalente Mensal Bruto por Decis, 2009 e 2014 (€/mês a preços de 2014)

	2009	2014	Variação 2009-2014
1.º decil	515	440	-14,7%
2.º decil	655	609	-6,9%
3.º decil	728	679	-6,8%
4.º decil	812	773	-4,8%
5.º decil	925	875	-5,4%
6.º decil	1045	1010	-3,4%
7.º decil	1228	1213	-1,2%
8.º decil	1537	1543	0,4%
9.º decil	2098	2014	-4,0%
10.º decil	4116	3670	-10,8%
Total	**1366**	**1283**	**-6,1%**

Fonte: INE, ICOR 2010 e 2015. Cálculos dos autores.

A distribuição dos trabalhadores por conta de outrem pelos diferentes escalões do ganho, no Gráfico 41, mostra uma maior concentração de trabalhadores nos escalões mais baixos do "ganho mensal bruto equivalente". A proporção de indivíduos com ganho mensal inferior a 700€ a preços de 2014 (três primeiros escalões do gráfico) subiu de 20%, em 2009, para 29%, em 2014, o que é consistente com o aumento da proporção dos trabalhadores por conta de outrem que auferem o salário mínimo. Segundo o Inquérito aos Ganhos e Duração do Trabalho, do Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, a percentagem de trabalhadores que recebem a Retribuição Mínima Mensal Garantida subiu de 8,7% para 19,6%, entre Outubro de 2009 e Outubro de 2014. Nota-se assim uma deslocação para a esquerda (para menores rendimentos) da distribuição do ganho mensal equivalente.

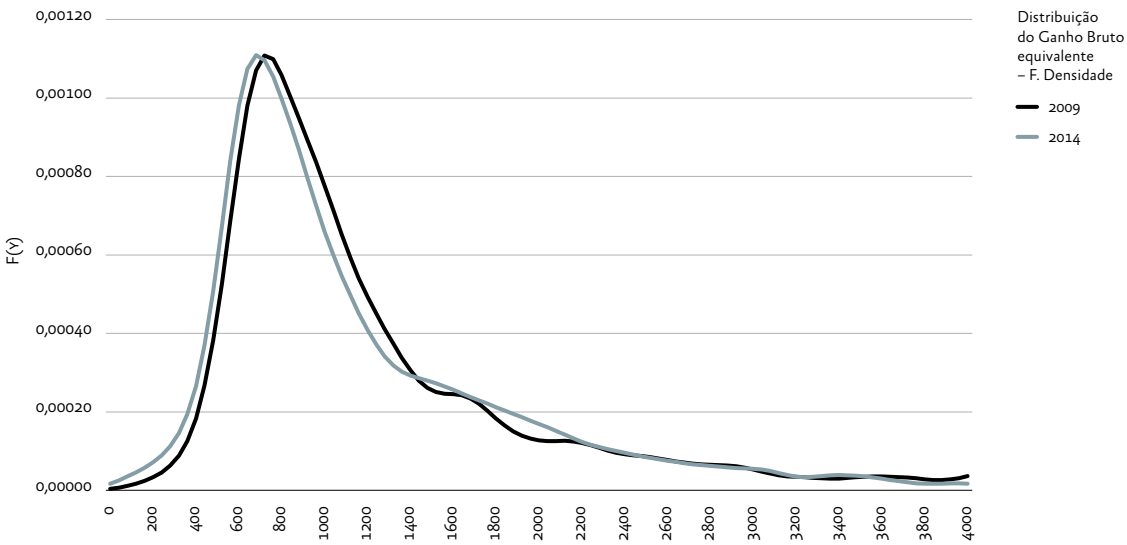
Gráfico 41 Evolução do Número de Trabalhadores por Conta de Outrem por Escalões do Ganho, 2009 – 2014



Fonte: INE, ICOR 2010-2015. Cálculos dos autores.

Esta deslocação para a esquerda da distribuição das remunerações brutas é mais perceptível no Gráfico 42, com a função de densidade estimada do ganho, tal como feito anteriormente para os rendimentos familiares.

Gráfico 42 Função de Densidade da Distribuição do Ganho Equivalente Mensal, 2009 – 2014



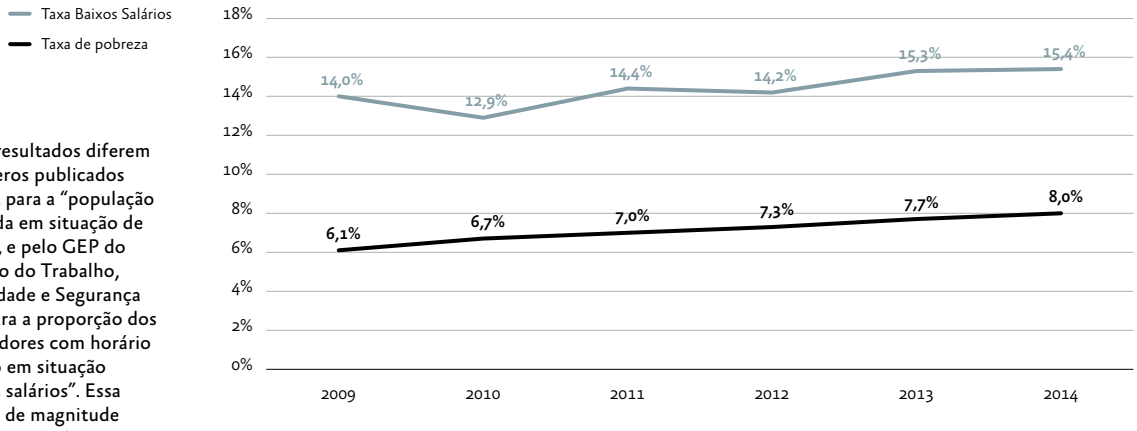
Fonte: INE, ICOR 2010 e 2014. Cálculos dos autores.

7.2. Evolução da incidência de baixos salários e de pobreza entre os trabalhadores por conta de outrem

As transformações ocorridas na distribuição do ganho mensal equivalente não podem deixar de se repercutir no posicionamento dos trabalhadores por conta de outrem (TCO) face ao limiar de baixos salários, definido como 2/3 da mediana do ganho mensal equivalente, e face ao limiar de pobreza. Utilizando estas duas definições[37] verifica-se, no Gráfico 43, que a proporção dos TCO pobres aumentou 1,9 pontos percentuais neste período (de 6,1% para 8%). Este aumento é superior ao do total dos TCO com baixos salários, que subiu 1,4 pontos percentuais ao longo do mesmo período (de 14% para 15,4%).[38]

37. Naturalmente a situação de pobreza dos indivíduos não depende exclusivamente dos seus rendimentos salariais, mas também dos rendimentos e composição da família em que estão inseridos.

Gráfico 43 Trabalhadores por Conta de Outrem em Situação de Baixos Salários e de Pobreza, 2009 –2014



Fonte: INE, ICOR 2010 e 2015. Cálculos dos autores.

38. Estes resultados diferem dos números publicados pelo INE, para a "população empregada em situação de pobreza", e pelo GEP do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, para a proporção dos "trabalhadores com horário completo em situação de baixos salários". Essa diferença de magnitude explica-se em ambos os casos pelos diferentes conceitos utilizados neste trabalho para a população em análise e para as remunerações (ganho equivalente). Assim, o Gráfico 43 refere-se exclusivamente aos trabalhadores por conta de outrem, mas inclui tanto os trabalhadores a tempo completo como a tempo parcial, enquanto o ganho mensal equivalente é expresso em termos ilíquidos. Apesar das diferenças conceptuais, a evolução de ambos os indicadores é consistente com a evolução dos dados publicados.

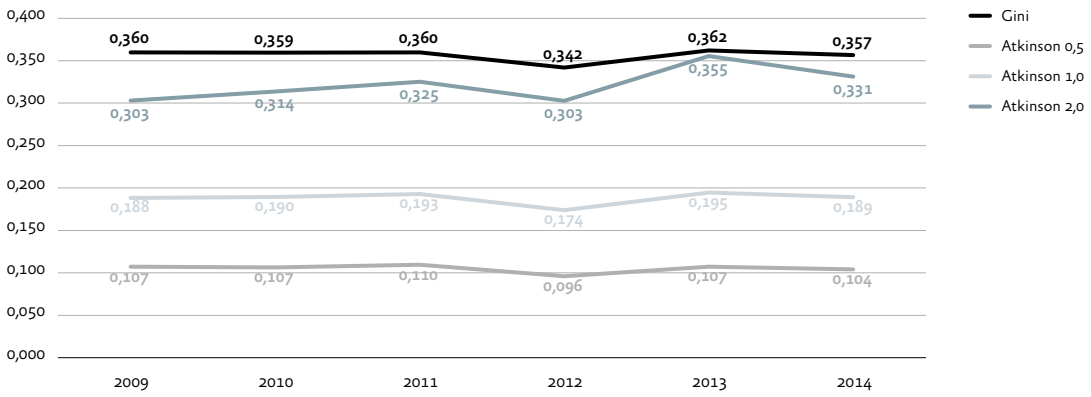
A evolução registada nestes dois indicadores volta a confirmar o impacto que as alterações no mercado de trabalho tiveram sobre os recursos e as condições de vida da população, em particular daqueles situados na parte inferior da escala salarial.

7.3. Evolução da desigualdade salarial

A análise dos diferentes indicadores de desigualdade do ganho mensal equivalente, no Gráfico 44, sugere uma relativa estabilização dos níveis de desigualdade salarial no período 2009-2014, sendo a única excepção o índice de *Atkinson.* com um grau de aversão à desigualdade de 2,0. Este índice, ao privilegiar o lado esquerdo da distribuição do ganho, revela um incremento da

desigualdade de 0,303 para 0,355 em 2013, e 0,301 em 2014, reflectindo assim a maior diminuição dos ganhos mais baixos.

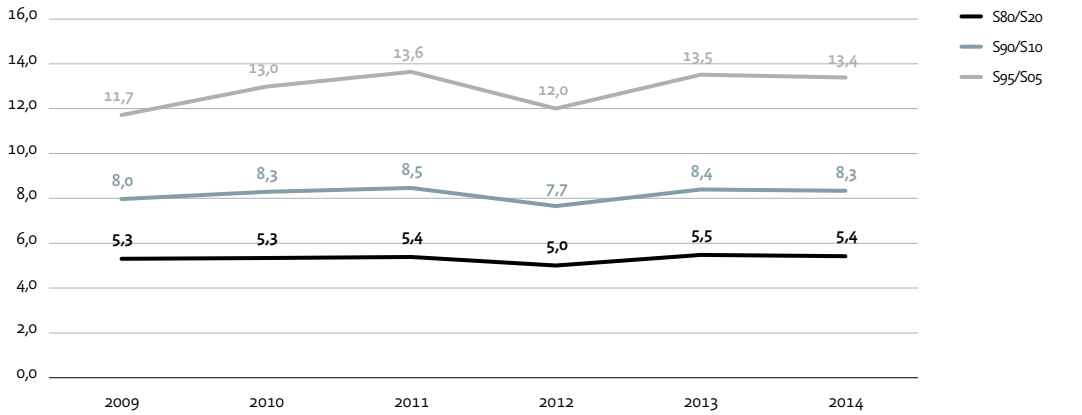
Gráfico 44 Desigualdade do Ganho Equivalente (I), 2009 – 2014



Fonte: INE, ICOR 2010-2015. Cálculos dos autores.

Estes resultados são confirmados no Gráfico 45 onde os rácios S80/S20, S90/S10 e S95/S05 são utilizados na comparação entre os extremos da distribuição do ganho mensal equivalente. As alterações mais significativas no nível de desigualdade estão associadas ao rácio S95/S05 que compara as remunerações 5% mais altas e 5% mais baixas.

Gráfico 45 Desigualdade do Ganho Equivalente (II), 2009 – 2014



Fonte: INE, ICOR 2010-2015. Cálculos dos autores.

A actual crise parece não se repercutir de forma muito significativa nos indicadores de desigualdade salarial. A forte redução do emprego e a tendência geral, ainda que desigual, de descida dos salários parecem de algum modo ter actuado

ao longo da distribuição dos rendimentos do trabalho, contribuindo para a relativa manutenção dos valores da desigualdade salarial. A saída do mercado de trabalho de uma parte significativa dos trabalhadores em situação de maior precariedade e com salários mais baixos pode explicar algum efeito equalizador. A compressão dos ganhos salariais na presente crise também terá dado um contributo importante para a manutenção dos níveis de desigualdade.

A comparação entre a evolução da desigualdade dos ganhos e dos rendimentos familiares no período 2009-2014 parece sugerir que em ambos os casos o comportamento na parte inferior das duas distribuições é determinante para caracterizar a evolução das desigualdades. Esta constatação é, curiosamente, antagónica à do anterior estudo, em que se concluía que o período até ao início da crise (2009) se caracterizava por uma redução da desigualdade familiar e um aumento da desigualdade salarial. A primeira ficava-se a dever essencialmente à melhoria das condições de vida e de rendimento dos indivíduos mais pobres, a segunda ao agravamento das disparidades no topo da distribuição salarial.

O Quadro 29 permite sintetizar a análise anterior quanto à evolução dos vários indicadores de desigualdade do ganho mensal equivalente. O ligeiro aumento da desigualdade registado não se afigura estatisticamente significativo.

Quadro 29 Índices de Desigualdade do Ganho Equivalente, 2009 e 2014

	Ano	Valor	s.e.	[Interv. Confiança 95%]	
Índice de Gini	2009	0,360	0,008	0,344	0,375
	2014	0,357	0,005	0,347	0,366
Índice de Atkinson (ε=0,5)	2009	0,107	0,006	0,096	0,118
	2014	0,104	0,003	0,098	0,110
Índice de Atkinson (ε=1,0)	2009	0,188	0,008	0,173	0,204
	2014	0,189	0,005	0,180	0,198
Índice de Atkinson (ε=2,0)	2009	0,303	0,010	0,284	0,323
	2014	0,331	0,008	0,315	0,347
S80/S20	2009	5,3	0,2	5,0	5,6
	2014	5,4	0,1	5,2	5,6
S90/S10	2009	8,0	0,3	7,3	8,6
	2014	8,3	0,2	7,8	8,8
S95/S05	2009	11,7	0,7	10,4	13,1
	2014	13,4	0,6	12,2	14,6

Fonte: INE, ICOR 2010 e 2015. Cálculos dos autores.

Nota: *Standard errors* baseados na linearização dos indicadores usando o módulo DASP para Stata,tendo em conta o desenho da amostra.

7.4. Mobilidade do ganho salarial: análise longitudinal

De forma similar à operação realizada com os rendimentos familiares (secção 2.3), é possível construir uma matriz de mobilidade do ganho equivalente para os TCO que permaneceram na amostra ao longo do período 2009-2012, através da utilização da mesma base de dados longitudinal do ICOR.

Tal como para o rendimento (Quadro 2), o Quadro 30 evidencia uma forte mobilidade ao longo dos vários decis do ganho equivalente, com 66,2% dos TCO a mudaram de decil entre 2009 e 2012. No entanto, essa mobilidade é muito mais acentuada na parte intermédia e inferior da distribuição do que no seu topo, com 74,1% dos indivíduos do 10.º decil de 2012 a manterem-se no mesmo decil em que se encontravam em 2009, comparado com apenas 13,8% que se mantiveram no 4.º decil. No caso do 9.º decil esse valor é de 49,9%. Pelo contrário, é no 4.º, 5.º e 6.º decis que as dinâmicas de subida e descida na escala salarial assumem uma expressão mais significativa, com 13,8%, 21,1% e 22% dos indivíduos a manterem-se, respectivamente, no mesmo decil em que se situavam em 2009.

Quadro 30 Matriz de Mobilidade do Ganho Equivalente, 2009 e 2012

Decis	Decis do Ganho Equivalente em 2012									
2009	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1	**30,2**	30,8	12,2	8,9	3,9	5,3	5,2	2,9	1,7	0,9
2	17,3	**26,0**	16,0	16,9	10,5	7,8	2,3	0,0	0,0	0,6
3	15,4	15,2	**34,0**	16,3	8,3	7,8	3,5	5,7	0,0	0,5
4	13,5	7,9	15,2	**13,8**	28,1	9,0	3,2	1,1	1,9	0,0
5	6,7	8,3	9,6	23,0	**21,1**	23,8	5,7	1,3	3,8	0,2
6	8,6	5,7	8,7	7,8	9,3	**22,0**	24,9	6,2	1,8	0,6
7	3,7	4,7	2,9	5,3	10,3	16,3	**35,0**	13,2	4,8	1,4
8	0,9	1,5	1,1	2,3	4,7	7,2	13,4	**32,7**	20,0	6,5
9	3,7	0,0	0,0	4,6	3,7	0,9	6,7	36,7	**49,9**	15,2
10	0,0	0,0	0,4	1,1	0,0	0,0	0,0	0,2	16,1	**74,1**

Fonte: INE, ICOR Longitudinal 2010-2013. Cálculos dos autores.

Os principais movimentos revelados pela matriz de mobilidade do ganho equivalente são resumidos no Quadro 31. Note-se que, apesar do elevado nível de mobilidade ascendente e descendente, cerca de 70% dos trabalhadores por conta de outrem se mantiveram no mesmo decil ou no decil adjacente e que os movimentos para o decil (ou decis) adjacente(s), superior(es) e inferior(es), ficam perto de se anularem entre si.

Quadro 31 Mobilidade do Ganho Equivalente, 2009-2012

Permaneceu no mesmo decil	33,8%
Deslocou-se para um decil superior	34,1%
Deslocou-se para um decil inferior	32,1%
Manteve-se no mesmo decil ou no decil adjacente	68,5%
Deslocou-se dois ou mais decis	31,5%
Desceu dois ou mais decis	16,1%
Subiu dois ou mais decis	15,4%

Fonte: INE, ICOR Longitudinal 2010-2013. Cálculos dos autores.

De forma a precisar o padrão de mobilidade dos trabalhadores por conta de outrem entre 2009 e 2012, através do Quadro 32 analisa-se a mudança da situação profissional de todos os indivíduos que eram TCO em 2009 e permaneceram na amostra ao longo dos quatro anos. Do seu total (primeira linha do quadro), 82% mantêm a sua condição de TCO em 2012, 10% passam à situação de desempregado, 4% à de reformado, 2% a trabalhadores por conta própria (TCP), e a mesma proporção a inactivos.

A maior vulnerabilidade da situação profissional dos TCO de menor ganho equivalente relativamente aos de maior ganho, entre 2009 e 2012, também é visível no Quadro 32. Enquanto 13% dos TCO do 1.º decil de 2009 estão desempregados e 6% inactivos (o que pode traduzir uma forma encapotada de desemprego, sobretudo feminino), em 2012 apenas 5% dos TCO do 10.º decil enfrentam as mesmas dificuldades (desempregados, mas não inactivos).

A maior exposição dos trabalhadores de menores níveis de ganho ao risco do desemprego, atrás referida, fica amplamente demonstrada.

Quadro 32 Mobilidade dos Trabalhadores por Conta de Outrem, 2009 e 2012

	Situação na profissão em 2012				
	TCO	**TCP**	**Desempregado**	**Reformado**	**Inactivo**
TCO 2009	82 %	2 %	10 %	4 %	2 %
TCO 2009 (1.º decil)	77 %	1 %	13 %	3 %	6 %
TCO 2009 (10.º decil)	84 %	2 %	5 %	9 %	0 %

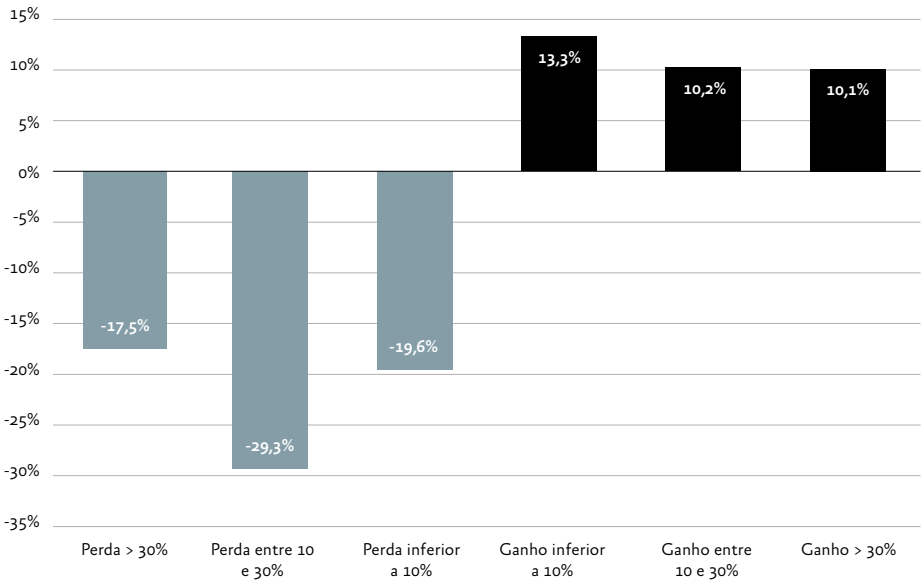
Fonte: INE, ICOR Longitudinal 2010-2013. Cálculos dos autores.

A análise longitudinal do ganho médio nesta secção pode aprofundar a análise feita na secção 7.1 sobre a evolução do ganho médio de cada decil

e que, no Quadro 28, poderia induzir a falsa noção de que todos os trabalhadores viram os seus ganhos diminuídos no período 2009-2012. Obviamente isso não corresponde à realidade, como se pode observar no Gráfico 46: de facto, cerca de 34% dos TCO tiveram aumentos do seu ganho real entre 2009 e 2012. No entanto, dos dois terços que tiveram uma diminuição desse ganho, um quarto (17,5% do total dos TCO) tiveram quebras superiores a 30%. A identificação rigorosa de ganhos e perdas na evolução do montante do ganho mensal auferido não desmente a avaliação global de que no decorrer do processo de *ajustamento* se verificou uma forte contracção dos rendimentos do trabalho, e essa contracção afectou negativamente a maioria dos trabalhadores por conta própria.[39]

[39] Note-se que a utilização dos dados longitudinais do ICOR 2010-2013 não possibilita analisar as transformações ocorridas no ano 2013 que, como foi visto anteriormente, corresponde ao período de maior agravamento dos indicadores de pobreza e de desigualdade.

Gráfico 46 Evolução do Ganho Equivalente – Ganhos e Perdas, 2009 – 2012



Fonte: INE, ICOR Longitudinal 2010-2013. Cálculos dos autores.

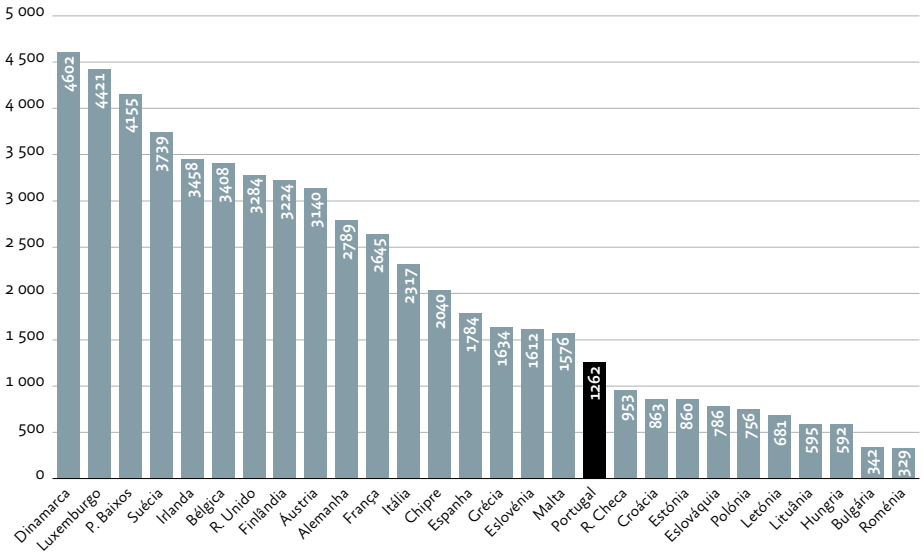
7.5. Distribuição do ganho em Portugal e na UE

Um estudo recente do Parlamento Europeu (Dreger *et al.*, 2015), que utiliza os dados do EU-SILC para estimar a distribuição do ganho bruto mensal dos trabalhadores por conta de outrem dos vários países da UE em 2011, permite contextualizar os principais resultados obtidos neste capítulo e comparar a desigualdade salarial em Portugal com a dos outros países da UE.

40. A metodologia do estudo publicado pelo Parlamento Europeu não é exactamente igual àquela que aqui se adopta mas os resultados são muito próximos. Por exemplo, no ganho médio de 2011 verifica-se uma diferença de 0,3%, enquanto os indicadores de desigualdade são praticamente coincidentes.

No Gráfico 47[40] o valor do ganho médio português é dos mais baixos do conjunto da UE, e inferior ao de todos os países da UE15, antes do alargamento aos países do Leste europeu.

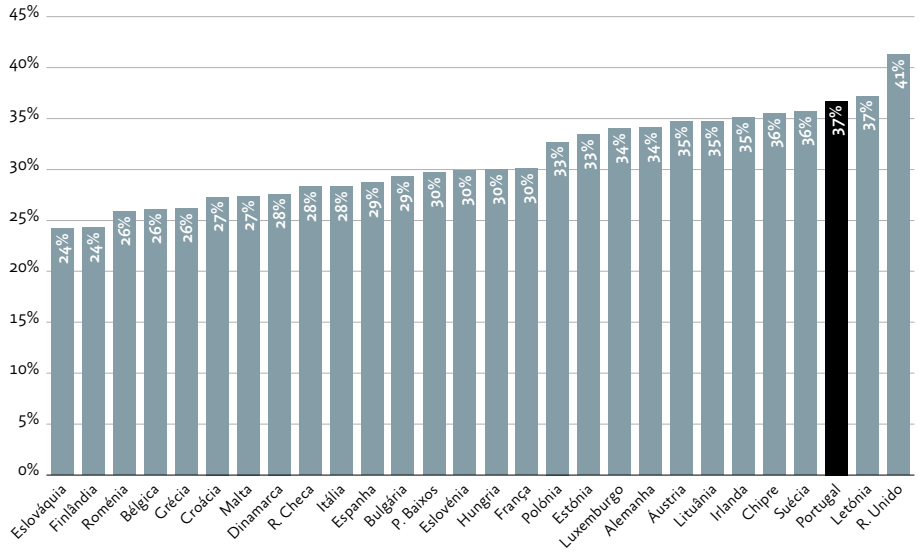
Gráfico 47 Ganho Bruto Mensal, 2011



Fonte: Dreger *et al.* (2015).

No que concerne ao nível de desigualdade, medido pelo índice de *Gini*, do ganho bruto mensal (Gráfico 48), o nosso país surge como um dos mais desiguais, somente suplantado pela Letónia e Reino Unido.

Gráfico 48 Índice de Gini do Ganho Bruto Mensal, 2011

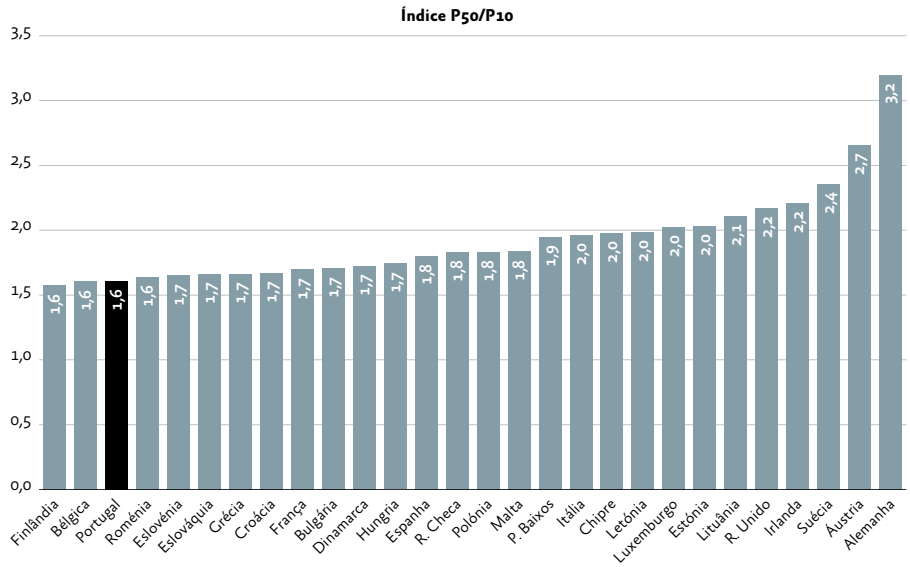


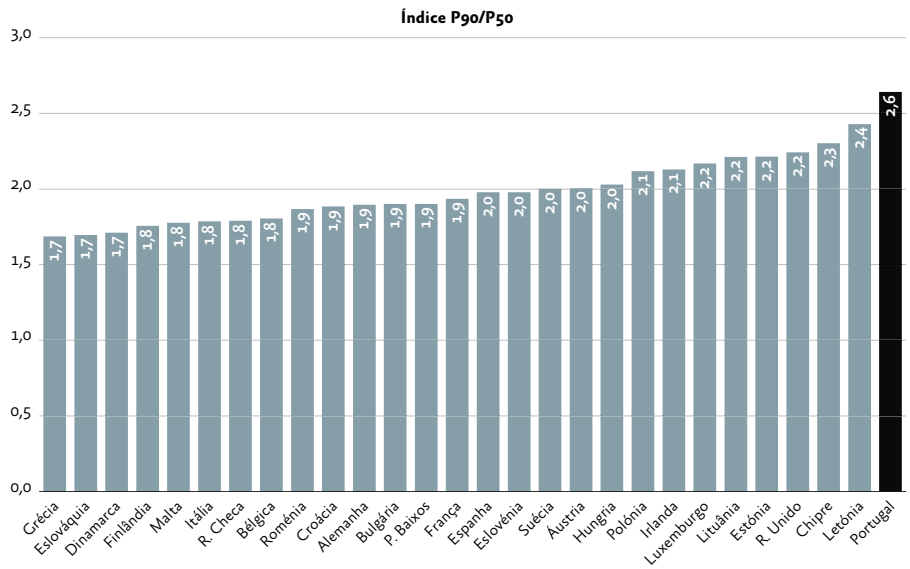
Fonte: Dreger *et al.* (2015).

A comparação do padrão de desigualdade salarial de Portugal com o dos restantes países da UE é aprofundada no Gráfico 49. No painel superior do gráfico, os países estão ordenados de acordo com o índice P50/P10, o qual mede a distância entre o ganho mediano (P50) e o valor do ganho máximo dos 10% de menores salários (P10). Portugal situa-se claramente à esquerda no gráfico, com um dos valores mais baixos a nível europeu (P50/P10 = 1,6). No segundo painel, os países estão ordenados de acordo com o indicador P90/P50, que compara o ganho mediano com o valor menor do ganho dos 10% com maiores salários (P90). Entre todos os países da União Europeia, Portugal é o que apresenta maior nível de desigualdade (P90/P50 = 2,6).

Estes dois gráficos confirmam aquela que era uma das conclusões mais importantes do estudo anterior acerca do perfil da desigualdade salarial em Portugal: um país com níveis salariais baixos em termos europeus, com uma forte assimetria na distribuição dos ganhos na parte superior da distribuição das remunerações e com elevados níveis de desigualdade salarial. Os efeitos da presente crise, em particular o expressivo aumento do desemprego, e o processo de *ajustamento* que se seguiu a partir de 2010 contiveram o agravamento da desigualdade salarial mas não alteraram o fundamental do padrão de desigualdade existente.

Gráfico 49 Desigualdade do Ganho Bruto Mensal, 2011





Fonte: Dreger *et al.* (2015).

Capítulo 8

O que mudou no mercado de trabalho

No capítulo anterior analisaram-se as principais transformações ocorridas na distribuição do ganho equivalente entre 2009 e 2014. O efeito conjunto da crise económica, em particular o forte aumento do desemprego, e das alterações introduzidas na legislação laboral traduziram-se numa quebra real do ganho médio equivalente de 6,3% em termos brutos e de 12,1% em termos líquidos. Foi igualmente possível comprovar que essa diminuição dos rendimentos do trabalho não afectou de igual forma todos os trabalhadores por conta de outrem e que foi entre os trabalhadores de menores salários que a quebra dos rendimentos mais se fez sentir.

Este capítulo avalia de forma mais detalhada os efeitos redistributivos da crise e do processo de *ajustamento* no mercado de trabalho, investigando como esses efeitos incidiram, de forma diferenciada, sobre os diferentes grupos de trabalhadores. Esta análise permitirá assim complementar o estudo efectuado no capítulo 6 que visava identificar quais os grupos sociais mais afectados pela crise económica e pelas políticas implementadas entre 2009 e 2014.

Neste capítulo caracterizam-se os trabalhadores por conta de outrem (TCO) utilizando os seguintes critérios: escalão etário; género; tipo de contrato de trabalho; regime de trabalho; nível de instrução; e sector de actividade. A selecção destas seis categorias, ainda que condicionada pela disponibilidade da informação, permite uma apreciação mais detalhada de quais os sub-grupos que mais perderam com a crise económica e possibilitará identificar os principais determinantes das transformações ocorridas no mercado de trabalho.

A ligação entre as transformações no mercado de trabalho, por um lado, e os rendimentos e as condições de vida das famílias, por outro, é igualmente analisada através do estudo do impacto das alterações nos rendimentos de trabalho sobre a incidência da pobreza. A constatação anterior de que a pobreza ente os indivíduos com mais de 19 anos e empregados tinha aumentado 1,4 pontos percentuais (9,6% em 2009 para 11% em 2014) é agora aprofundada, identificando-se as principais características dos TCO que se encontram em situação de pobreza apesar de disporem de um salário, os *working poor*.[41]

41. Note-se que a relação entre os rendimentos de trabalho e a situação de pobreza deve ser lida com um cuidado adicional na medida em que se comparam características individuais (a remuneração do trabalho) com características definidas para o conjunto do agregado familiar (situação de pobreza). Dois indivíduos exactamente com as mesmas características em termos de situação laboral e de nível de remuneração podem situar-se em lados diferentes do limiar de pobreza em função da dimensão e da composição da família em que estão inseridos.

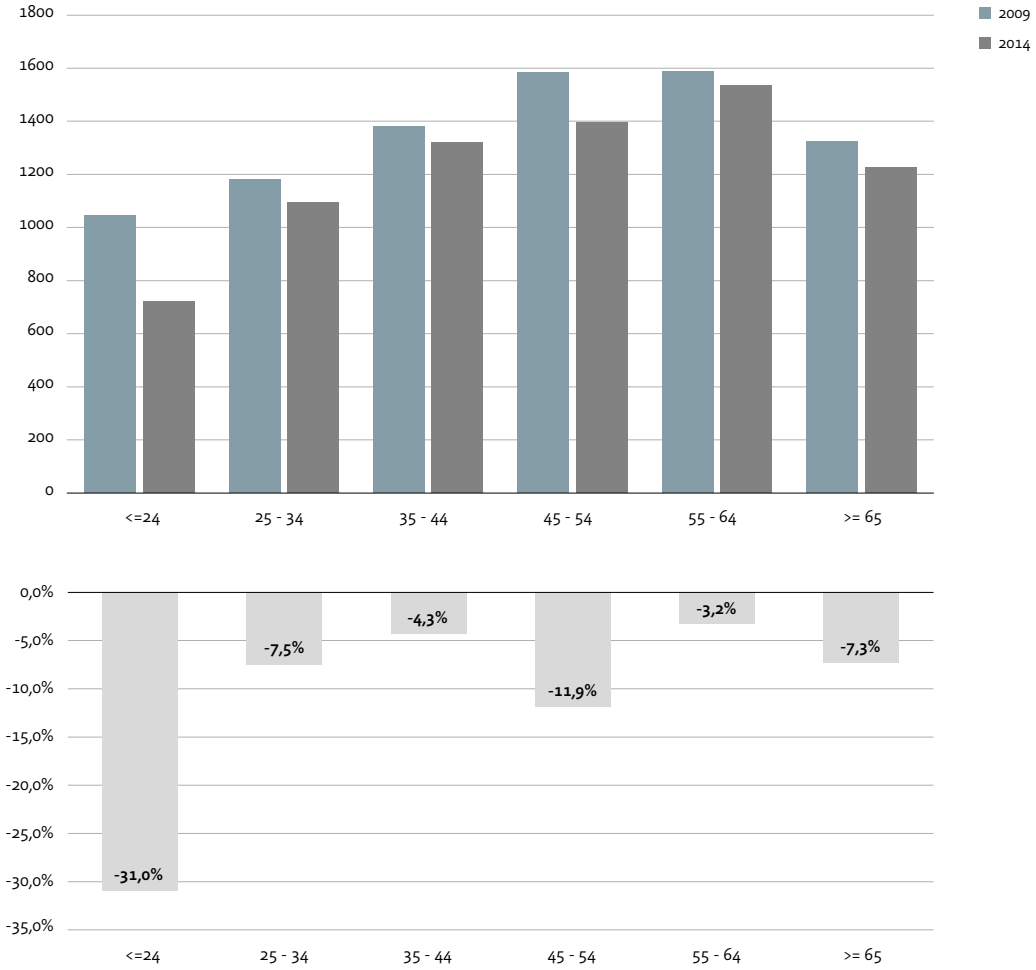
Apesar de se ter concluído, no capítulo anterior, que não se registaram alterações muito significativas na desigualdade salarial ao longo do período em estudo, o nível de desigualdade das remunerações de trabalho em Portugal é dos mais elevados na UE. Justifica-se, assim, proceder a uma identificação da contribuição de cada um dos seis critérios acima definidos para a assimetria do conjunto dos ganhos dos TCO, o que possibilitará uma nova leitura das desigualdades no mercado de trabalho em Portugal.

8.1. Escalão Etário

O Gráfico 50 apresenta a evolução real do ganho médio equivalente por escalão etário entre 2009 e 2014. A parte superior do gráfico mostra o ganho médio bruto mensal a preços de 2014 para cada grupo etário, enquanto a parte inferior mostra a variação percentual ao longo do período. Fica claro imediatamente que os níveis de ganho crescem com o escalão etário até à idade de reforma (igual ou maior de 65 anos), altura em que se verifica uma ligeira diminuição face ao escalão precedente.

Este perfil é, de alguma forma, expectável: o 1.º escalão etário apresenta o nível de ganho mais baixo, o que pode ser explicado por nele se encontrarem os trabalhadores em início de carreira e com menos experiência profissional. Mas pode igualmente corresponder à predominância de situações de precariedade e de vulnerabilidade no seio deste grupo quando comparado com os mais idosos. O rácio dos ganhos entre os grupos de ganho médio mais elevado (55-64) e mais reduzido (menores de 25 anos) acentuou-se claramente entre 2009 e 2004, passando de 1,5 vezes em 2009 para 2,1 vezes em 2014.

Gráfico 50 Variação do Ganho Médio Equivalente por Escalão Etário, 2009-2014



Nota: Ganho equivalente bruto em euros/mês, a preços de 2014

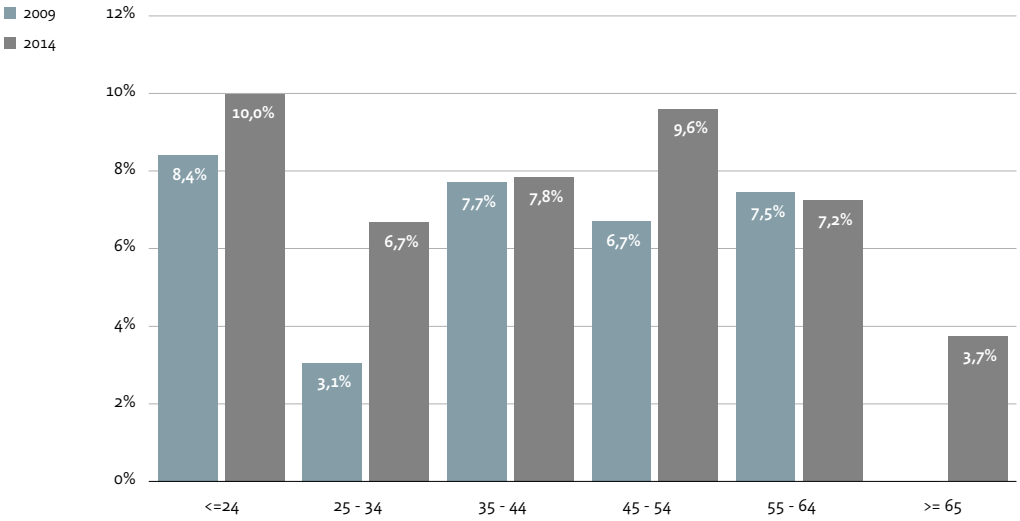
Fonte: INE, ICOR 2010 e 2015. Cálculos dos autores

A segunda parte do gráfico é particularmente elucidativa quanto ao padrão desigual da evolução do ganho médio. Os trabalhadores mais jovens viram o seu ganho médio reduzir-se em termos reais em cerca de um terço (31%), uma redução quase cinco vezes superior à do conjunto dos ganhos (6,3%). A forte queda do ganho dos trabalhadores mais jovens revela-se, assim, como a característica mais marcada das alterações ocorridas no mercado de trabalho em termos etários.

O nível abaixo da média do ganho dos trabalhadores mais jovens em 2009 acrescido da sua diminuição abrupta, entre 2009 e 2014, não poderia deixar de afectar as condições de vida deste grupo etário e aumentar a sua vulnerabilidade a situações de pobreza. De facto, o Gráfico 51 evidencia que

nos dois anos considerados é entre os jovens que a incidência da pobreza é mais elevada (8,4% e 10%, respectivamente). No entanto, neste período, a incidência da pobreza também aumentou significativamente nos grupos etários dos 25-34 anos (de 3,1% para 6,7%) e 45-54 (de 6,7% para 9,6%), mantendo-se quase inalterada nos grupos dos 35-44 anos (7,7% e 7,8%) e 55-64 (7,5% e 7,2%). Este último é precisamente o grupo com maior ganho médio e aquele em que a quebra de rendimento salarial foi mais atenuada.

Gráfico 51 % de Trabalhadores em Situação de Pobreza por Escalão Etário, 2009-2014

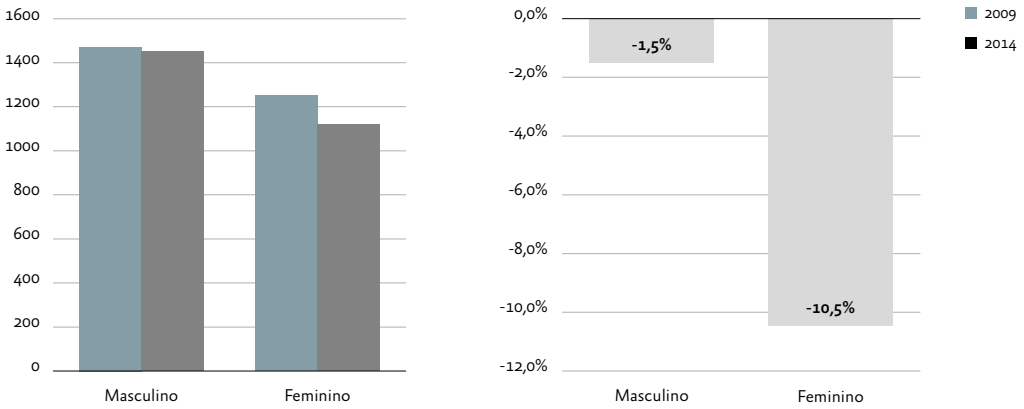


Fonte: INE, ICOR 2010 e 2015. Cálculos dos autores.

8.2. Género

Contrariamente ao que acontece com a análise das assimetrias no rendimento familiar por género, em que a hipótese de igual partilha de recursos no seio de cada agregado esbate as diferenças, a comparação entre o ganho auferido entre homens e mulheres permite uma aproximação mais realista à desigualdade de género.

Gráfico 52 Variação do Ganho Médio Equivalente por Género, 2009 – 2014



Nota: Ganho equivalente bruto em euros/mês, a preços de 2014

Fonte: INE, ICOR 2010 e 2015. Cálculos dos autores

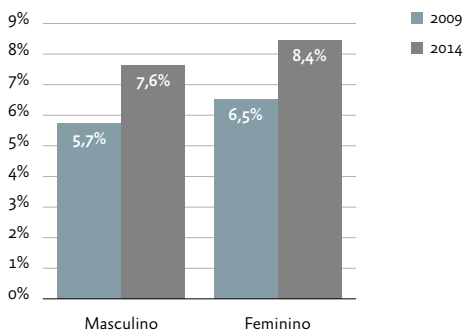
A partir do Gráfico 52 verifica-se que o ganho médio equivalente das mulheres representava, em 2009, 84% do auferido pelos homens, tendo essa proporção descido para 77%, em 2014.[42]

O agravamento das diferenças salariais entre homens e mulheres no período 2009 – 2014 é facilmente perceptível na segunda metade do Gráfico 52. O ganho médio equivalente dos homens sofreu uma redução de 1,5% enquanto o rendimento das mulheres diminuiu 11,5%. Também aqui foi o grupo de menores rendimentos quem foi mais afectado pela crise e pelas medidas de *austeridade*, que penalizaram fortemente os ganhos salariais femininos.

O acentuar da incidência da pobreza, por género, retratado no gráfico seguinte, coloca na situação de pobres, em 2014, 7,6% dos trabalhadores do sexo masculino e 8,4% do sexo feminino.

[42]. Estes resultados só de uma forma muito parcial traduzem o verdadeiro *gender gap* existente na sociedade. Para uma análise mais realista das assimetrias entre homens e mulheres no mercado de trabalho seria necessário comparar as diferenças salariais para o mesmo tipo de trabalho, o que claramente está fora do âmbito desta análise e daquilo que a informação estatística disponível no ICOR possibilita.

Gráfico 53 % de Trabalhadores em Situação de Pobreza por Género, 2009 – 2014



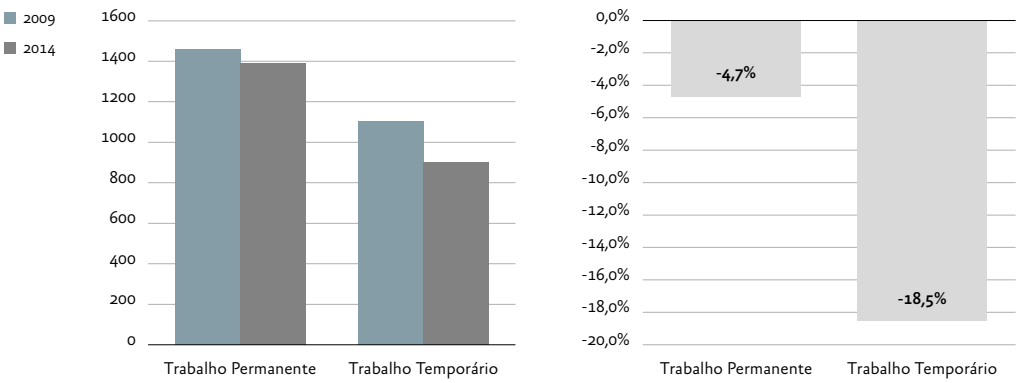
Fonte: INE, ICOR 2010 e 2015. Cálculos dos autores.

8.3. Tipo de contrato

A diferenciação do ganho médio equivalente de acordo com o tipo de contrato dos trabalhadores por conta de outrem (TCO) é particularmente significativa e agravou-se acentuadamente ao longo do período 2009-2014, como mostra o Gráfico 54. Se em 2009 o ganho médio de um TCO com contrato permanente era cerca de 30% superior a um com contrato temporário, em 2014 essa relação era já superior a 50%.

Esta alteração no ganho médio relativo entre os dois grupos é facilmente explicada na segunda parte do Gráfico 54 pela evolução do ganho médio de cada grupo: o dos TCO com contrato permanente desceu 4,7% enquanto o dos com contrato temporário caiu 18,5%. Uma vez mais, é sobre os TCO em situação de maior fragilidade e com vínculos laborais mais precários que recai uma maior parcela dos custos sociais do processo de *ajustamento*.

Gráfico 54 Variação do Ganho Médio Equivalente por Tipo de Contrato, 2009 – 2014

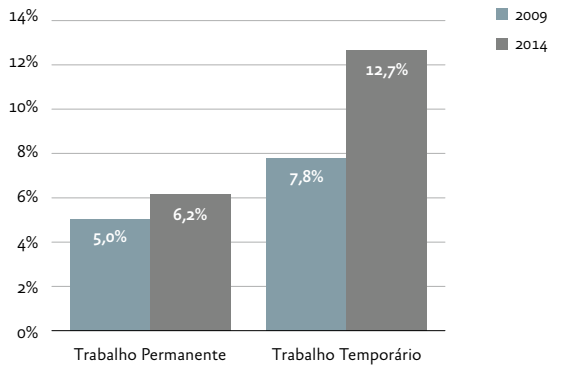


Nota: Ganho equivalente bruto em euros/mês, a preços de 2014

Fonte: INE, ICOR 2010 e 2015. Cálculos dos autores

A forte queda registada no ganho médio dos TCO com contrato temporário não pode deixar de se repercutir no aumento da incidência da pobreza deste grupo que sobe quase 5 pontos percentuais, passando de 7,8% em 2009, para 12,7% em 2014.

Gráfico 55 % de Trabalhadores em Situação de Pobreza por Tipo de Contrato, 2009 – 2014



Fonte: INE, ICOR 2010 e 2015. Cálculos dos autores.

8.4. Regime de trabalho

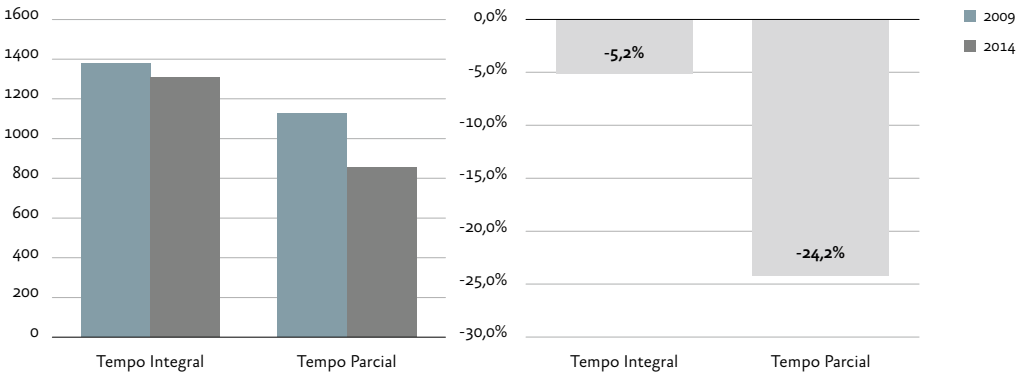
A grande fragilidade perante os efeitos da crise e das políticas de *ajustamento* evidenciada pelos trabalhadores por conta de outrem (TCO) com contrato temporário pode igualmente ser encontrada nos trabalhadores a tempo parcial[43].

A consideração do ganho equivalente permite comparar directamente o ganho médio dos trabalhadores a tempo completo com o ganho dos trabalhadores a tempo parcial, na medida em que o ganho equivalente destes últimos corresponde àquilo que estes receberiam se trabalhassem a templo completo, embora mantendo o salário/hora que efectivamente recebem.

O Gráfico 56 indicia que o ganho equivalente dos TCO a tempo parcial registou uma quebra de 24,2% entre 2009 e 2014, passando de 81,7% do auferido pelos TCO trabalhadores a tempo integral para 65,3% desse valor em 2014.

43. O regime de trabalho parcial não significa necessariamente uma situação de fragilidade social e uma dificuldade real de inserção completa no mercado de trabalho, havendo situações em que é uma opção do próprio TCO, como por exemplo mulheres com crianças pequenas. No entanto, particularmente em períodos de grande desemprego e crise económica, a maioria dos TCO a tempo parcial não estarão nesse regime de forma voluntária.

Gráfico 56 Variação do Ganho Médio Equivalente por Regime de Trabalho, 2009 – 2014

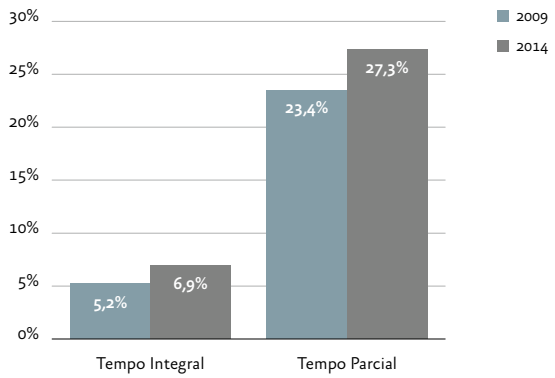


Nota: Ganho equivalente bruto em euros/mês, a preços de 2014

Fonte: INE, ICOR 2010 e 2015. Cálculos dos autores

A efectiva situação de fragilidade social de uma parcela significativa dos TCO a tempo parcial é observável no Gráfico 57 com mais de um quinto desses trabalhadores em situação de pobreza. Entre 2009 e 2014, a incidência da pobreza neste grupo aumentou cerca de 4 pontos percentuais, passando de 23,4% para 27,3%.

Gráfico 57 % de Trabalhadores em Situação de Pobreza por Regime de Trabalho, 2009 – 2014



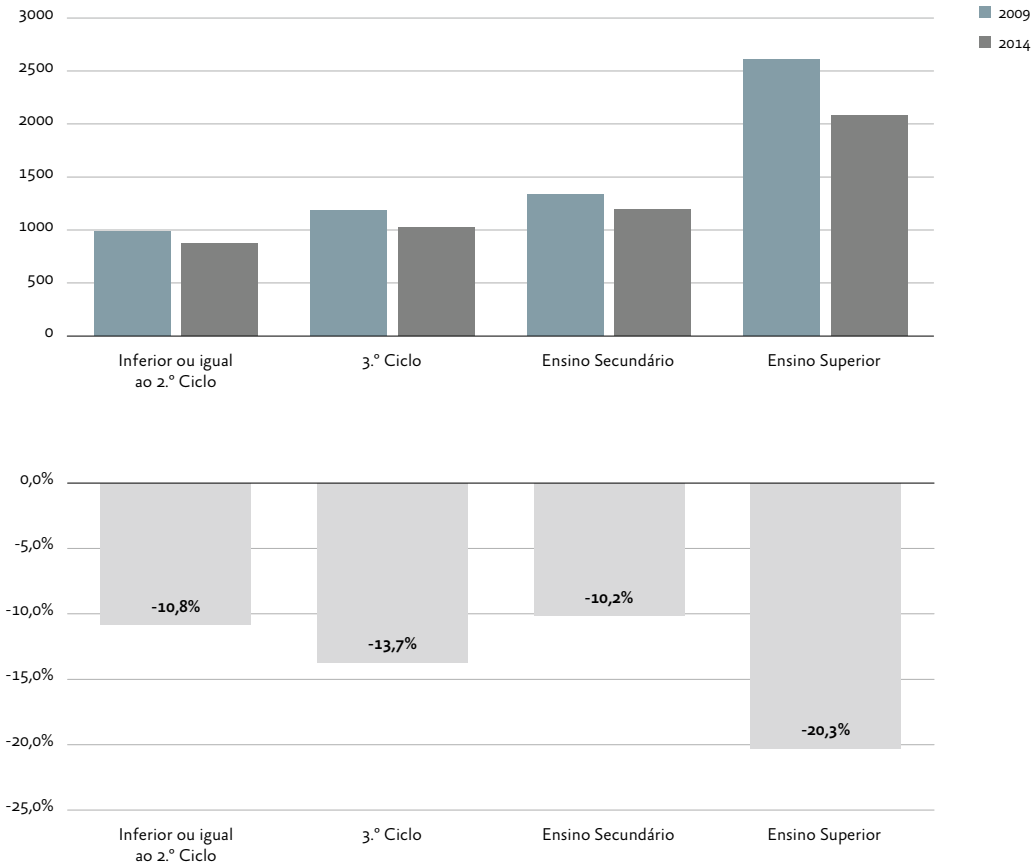
Fonte: INE, ICOR 2010 e 2015. Cálculos dos autores.

8.5. Nível de escolaridade

A relação estreita entre o nível de escolaridade e o valor do ganho médio surge bem vincada no Gráfico 58, em particular o efeito positivo no nível de ganho médio equivalente quando o trabalhador por conta de outrem (TCO) possui instrução de nível superior. Em qualquer dos anos, o seu ganho médio é 50% maior do que o dos TCO que concluíram o ensino secundário e pelo menos o dobro dos que não chegaram a concluir este nível de ensino.

Note-se, no entanto, que estas diferenças se esbateram ligeiramente ao longo do período 2009-2014. Contrariamente ao que ocorreu nas anteriores tipologias, neste caso é no grupo de maior nível médio de ganho (TCO com curso superior) que há um maior decréscimo entre 2009 e 2014, (20,3%) – muito superior ao verificado para o conjunto dos TCO. Os cortes efectuados nos salários da função pública poderão explicar, pelo menos em parte, esta variação.

Gráfico 58 Variação do Ganho Médio Equivalente por Nível de Escolaridade, 2009 – 2014

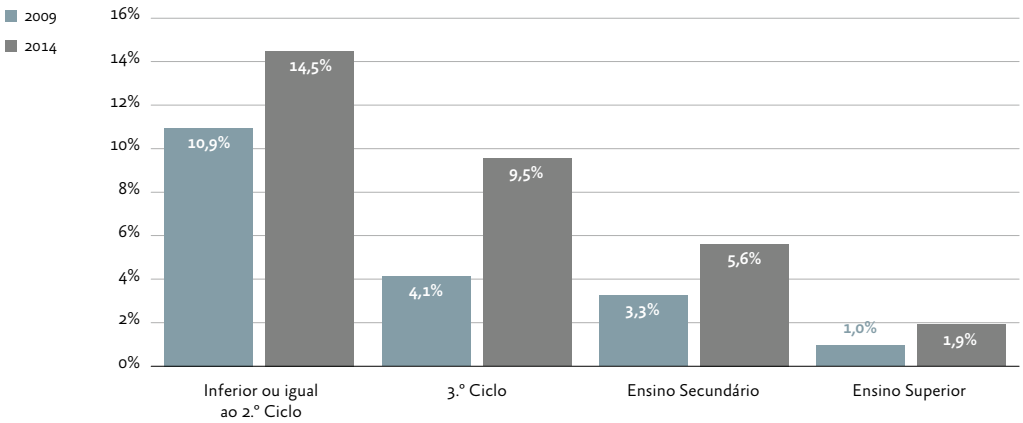


Nota: Ganho equivalente bruto em euros/mês, a preços de 2014

Fonte: INE, ICOR 2010 e 2015. Cálculos dos autores

Dada a estreita associação entre o grau de escolaridade e a remuneração auferida, não surpreende que a incidência da pobreza tenha uma relação inversa com o nível de instrução. A proporção de TCO em situação de pobreza aumentou em todos os níveis de escolaridade considerados entre 2009 e 2014, mais do que duplicando nos TCO com o 3.º ciclo (de 4,1% para 9,5%) e quase duplicando nos TCO com ensino superior (de 1,0% para 1,9%). Apesar da larga distância que separa o ganho médio destes TCO face aos restantes, a obtenção de um grau de ensino superior deixou de constituir uma imunidade face ao risco de pobreza.

Gráfico 59 % de Trabalhadores em Situação de Pobreza por Nível de Escolaridade, 2009 – 2014

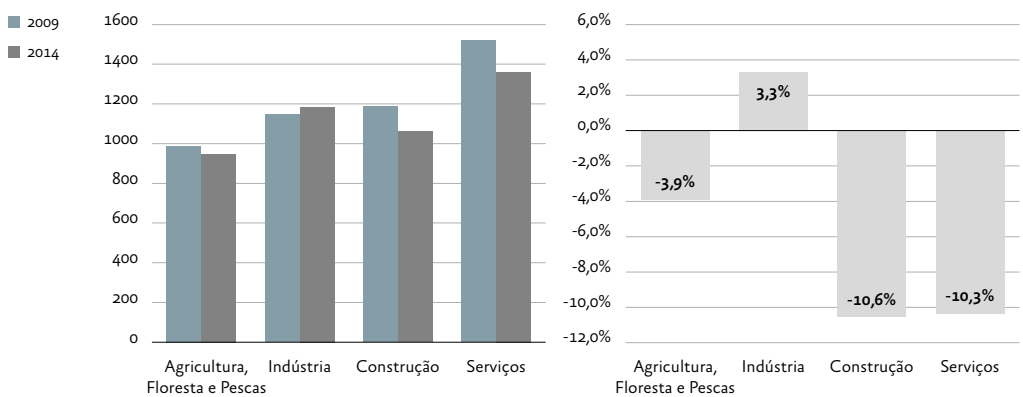


Fonte: INE, ICOR 2010 e 2015. Cálculos dos autores.

8.6. Sector de actividade

A comparação entre o ganho médio equivalente dos trabalhadores por conta de outrem (TCO) distribuídos pelos quatro grandes sectores de actividade económica (Gráfico 60) evidencia menores disparidades salariais do que as anteriores categorias analisadas. É igualmente nesta tipologia que se encontra a única categoria (indústria) em que subiu o ganho médio real entre 2009 e 2014 (+3,3%). Pelo contrário, nos sectores da construção e dos serviços o ganho médio desceu mais de 10%, reflectindo, no primeiro caso, a profunda crise no sector da Construção e, no segundo, o decréscimo do ganho médio dos TCO com níveis de escolaridade mais elevados.

Gráfico 60 Variação do Ganho Médio Equivalente por Sector de Actividade, 2009 – 2014

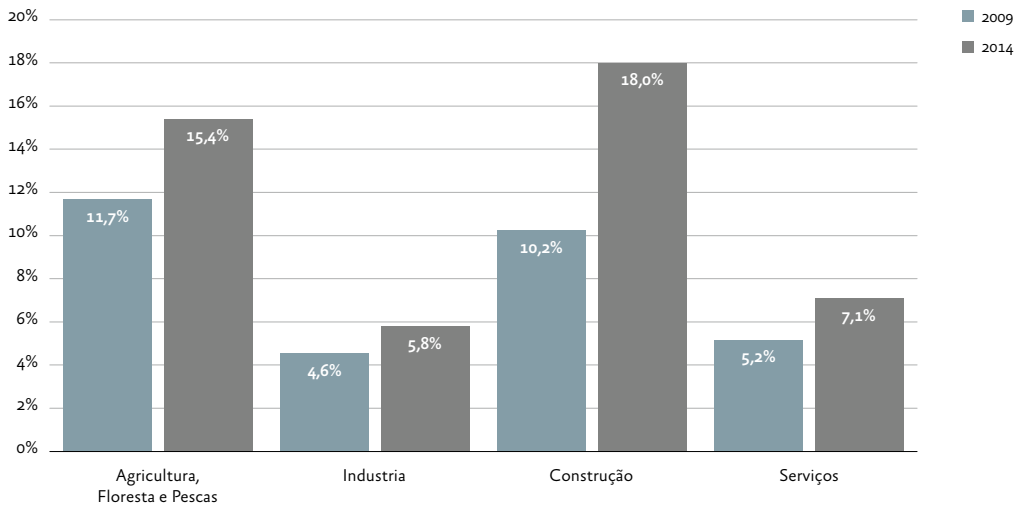


Nota: Ganho equivalente bruto em euros/mês, a preços de 2014

Fonte: INE, ICOR 2010 e 2015. Cálculos dos autores.

Também no Gráfico 61 se verifica o aumento geral da incidência da pobreza, mais acentuado de novo no sector da Construção, onde a proporção de TCO pobres subiu 7,8 pontos percentuais (de 10,2% em 2009 para 18% em 2014) seguido pelo sector primário (Agricultura, Floresta e Pescas) (de 11,7% para 15,4%).

Gráfico 61 % de Trabalhadores em Situação de Pobreza por Sector de Actividade, 2009 – 2014



Fonte: INE, ICOR 2010 e 2015. Cálculos dos autores.

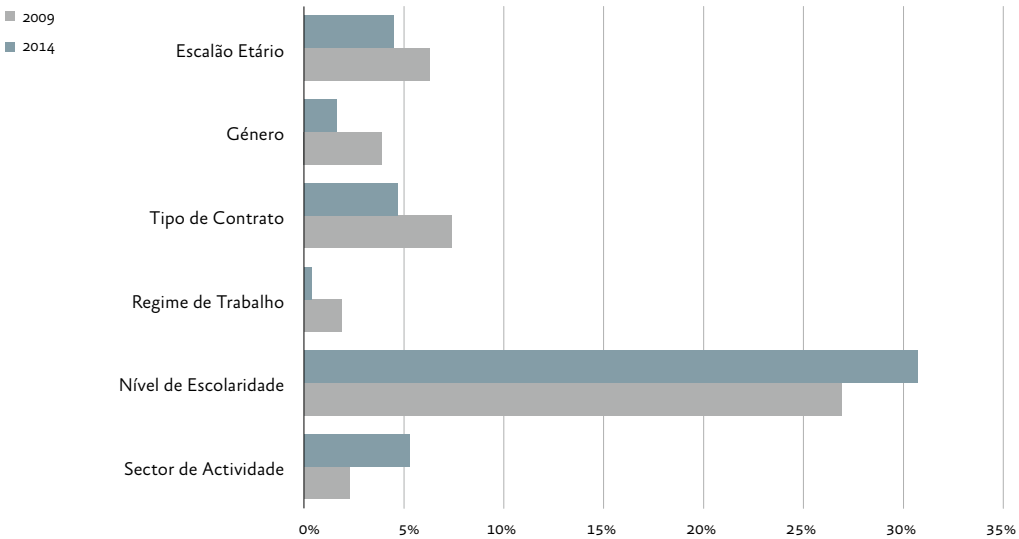
8.7. Decomposição da desigualdade do ganho equivalente

As diferentes tipologias utilizadas para particionar os trabalhadores por conta de outrem (TCO) em grupos mais homogéneos e facilitar uma análise mais detalhada da evolução do seu ganho médio equivalente permitem identificar os grupos de trabalhadores mais duramente afectados pela crise económica e pelo processo de ajustamento seguido em Portugal entre 2009 e 2014. A selecção destas tipologias foi, em grande medida, condicionada pela disponibilidade e representatividade dos dados disponíveis, mas possibilita aferir a sua importância relativa na explicação da desigualdade do ganho equivalente. Utilizando a metodologia anteriormente adoptada, no capítulo 6, para a decomposição do rendimento familiar, é possível quantificar em que medida as diferenças no ganho médio de cada categoria numa dada tipologia de segmentação explicam a desigualdade total.

O Gráfico 62 revela que a única tipologia que explica uma parcela relevante da desigualdade do ganho equivalente é o nível de escolaridade dos

TCO, com uma importância relativa entre os 25% e os 30%. Todas as demais tipologias explicam menos de 10% da desigualdade total. De forma análoga ao verificado aquando da decomposição da desigualdade do rendimento equivalente, também aqui o nível de escolaridade assume um papel determinante na formação do ganho equivalente e na explicação da desigualdade do ganho.

Gráfico 62 Proporção da Desigualdade Explicada pelas Diferentes Tipologias, 2009 – 2014



Fonte: INE, ICOR 2010 e 2015. Cálculos dos autores.

Capítulo 9

Efeitos redistributivos das transferências sociais e dos impostos

9.1. A eficácia das transferências sociais na redução da incidência da pobreza

O objectivo deste capítulo é analisar a eficácia redistributiva das transferências sociais e dos impostos directos sobre a pobreza e a desigualdade, com especial ênfase na avaliação do impacto da presente crise económica nestas variáveis.

O Eurostat baseia a análise da eficácia em três indicadores: "taxa de risco de pobreza após transferências sociais", "taxa de risco de pobreza antes de transferências sociais, excluindo pensões" e "taxa de risco de pobreza antes de todas as prestações sociais". A primeira é a taxa de pobreza habitual, enquanto as outras taxas são calculadas alterando a composição do rendimento disponível, mas mantendo inalterado o limiar de pobreza da primeira distribuição. Apesar de dificilmente poderem ser consideradas taxas de pobreza em sentido estrito, as duas últimas taxas têm a grande vantagem de revelarem a eficácia das transferências sobre a incidência da pobreza.

Os valores comparados destas três taxas nos anos de 2006, 2009 e 2014 (Quadro 33) permitem medir os efeitos redutores da pobreza. Analisando em pormenor o ano mais recente, 2014, a taxa de pobreza de 19,5% teria sido de 26,4% se as transferências sociais não existissem (mantendo-se inalterada a linha de pobreza). Esta redução de 6,9 pontos percentuais, ou de 26,1%, na incidência da pobreza é visível no item "efeito redutor 2" do Quadro 33. O efeito das pensões, definido como "efeito redutor 1", foi, em 2014, de 44,8% – portanto com maior impacto nos recursos das famílias do que o "efeito 2".

A importância do "efeito redutor 1" (pensões) é superior ao "efeito 2" (outras transferências) nos três anos analisados, e com uma evolução diferente. As pensões reduziam a pobreza em cerca de 40%, antes da crise, mas em 2014 reduziram para 45%, enquanto as outras transferências sociais, com um efeito menos substancial, depois de aumentada a sua contribuição em 2009, sofreram um corte em 2014, para 26%. Necessariamente, estes efeitos reflectem

a política social seguida, com a protecção das pensões durante a crise *versus* o corte das transferências sociais.

Quadro 33 Eficácia das Transferências Sociais na Redução da Incidência da Pobreza, 2006 – 2009 – 2014

	2006	2009	2014
Incidência antes de Pensões e Transferências Sociais	40,0 %	43,4 %	47,8 %
Incidência antes de Transferências Sociais	24,2 %	26,4 %	26,4 %
Efeito Redutor 1	- 39,5 %	- 39,2 %	- 44,8 %
Incidência após Transferências Sociais	18,1 %	17,9 %	19,5 %
Efeito Redutor 2	- 25,2 %	- 32,2 %	- 26,1 %

Fonte: INE, ICOR 2007,2010 e 2015. Cálculos dos autores.

O Quadro 34 permite analisar as principais alterações de estrutura do conjunto das transferências sociais, em particular as verificadas desde o início da actual crise. Possibilitam igualmente uma primeira apreciação da capacidade dos vários tipos de prestações sociais gerarem efeitos equalizadores e redutores da pobreza. Registe-se o fraco peso das transferências assentes em *condição de recursos* no conjunto das transferências sociais. Sendo estas particularmente vocacionadas para apoiar as famílias em situação de maior fragilidade económica e social não pode deixar de se destacar que foram precisamente estas que sofreram uma redução mais significativa.

Quadro 34 Prestações Sociais em % do PIB, 2006-2009-2013

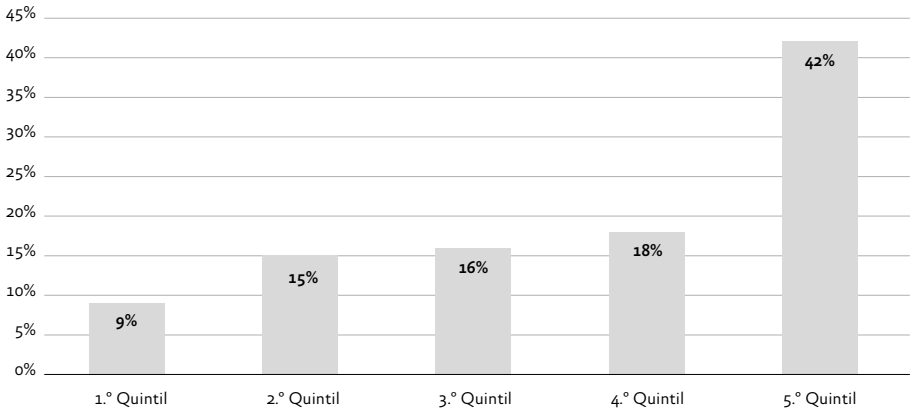
	2006	2009	2013
Pensões Velhice	9,4	10,7	12,7
Pensões Sobrevivência	1,6	1,8	1,9
Saúde	6,5	7,0	6,2
Invalidez	2,2	2,0	2,0
Família /crianças	1,1	1,4	1,2
Desemprego	1,2	1,3	1,8
Exclusão Social	0,3	0,3	0,2
Sem Condição de Recursos	20,2	22,0	23,9
Com Condição de Recursos	2,1	2,5	2,2
Total	**22,3**	**24,5**	**26,1**

Fonte: Eurostat.

9.2. A distribuição das prestações sociais por quintis do rendimento equivalente

A natureza predominantemente contributiva das transferências sociais reflecte-se na sua distribuição pelos vários quintis da distribuição do rendimento disponível por adulto equivalente em 2014, como se vê no Gráfico 63.

Gráfico 63 Distribuição das Prestações Sociais por Quintis do Rendimento Equivalente, 2014



Fonte: INE, ICOR 2015. Cálculos dos Autores.

Cerca de 42% das prestações sociais são canalizados para o 5.º quintil, isto é, para os 20% da população de maior nível de rendimento, ao mesmo tempo que os 20% mais pobres recebem somente cerca de 9% desse total. Em termos de montantes recebidos em 2014, a transferência média das famílias mais pobres (dois primeiros decis da distribuição) correspondente a cerca de 46% da média nacional; mas a das famílias mais ricas (dois decis mais altos) é cerca de 207% dessa média. A explicação para estes resultados aparentemente contraditórios prende-se com o mencionado peso elevado das pensões no total das transferências que, dada a sua natureza predominantemente contributiva, têm um carácter redistributivo limitado. Simultaneamente, é posto em evidência o fraco peso relativo das transferências que são redistributivas por definição, tais como o abono de família ou o RSI, e que por isso têm maior incidência nos quintis mais baixos.

Apoiando-se em dados do EU-SILC 2015, o Quadro 35 apresenta a distribuição do valor bruto das diferentes transferências sociais para os cinco quintis da distribuição do rendimento por adulto equivalente.

A natureza predominantemente contributiva das pensões é claramente visível no primeiro painel do Quadro 35: o 5.º quintil recebe 42,3% do total das

prestações sociais (48% considerando exclusivamente as pensões de velhice) *versus* 9,2% e 6,6%, respectivamente, recebidos pelo 1.º quintil.[44] Torna-se assim evidente que as pensões dificilmente podem desempenhar de forma eficiente um papel redistributivo significativo, tanto mais quando não foi esse o fim para que foram criadas.

O subsídio de desemprego distribui-se de forma relativamente regressiva, aumentando o seu peso à medida que se sobe na escala do rendimento.

As restantes prestações sociais têm uma natureza mais fortemente redistributiva dado que incluem uma maior componente de prestações baseadas em *condição de recursos*. Isso é particularmente notório no caso dos apoios às "famílias/crianças" e "exclusão social". Esta última categoria – onde o Complemento Solidário para Idosos (CSI) e o Rendimento Social de Inserção (RSI) ocupam um lugar predominante – é claramente progressiva, com o primeiro quintil a auferir mais de três quartos do total da prestação.

44. Idealmente deveria fazer-se a distinção entre transferências de tipo contributivo e aquelas baseadas em *condições de recursos*. No entanto, as limitações de desagregação dos dados disponíveis não possibilitam essa separação, levando a que os resultados aqui apresentados sejam tão só uma primeira aproximação à distribuição das transferências sociais de acordo com a sua natureza redistributiva.

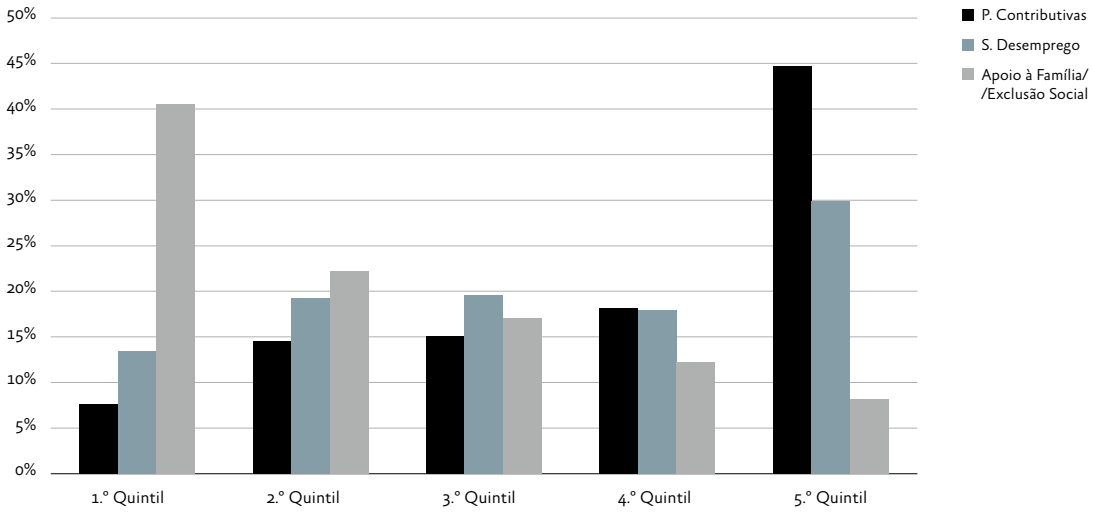
Quadro 35 Distribuição das Prestações Sociais (%) por quintis do Rendimento Equivalente, 2014

	Quintis				
	1	2	3	4	5
Prestações Sociais	9,2%	15,1%	15,5%	17,9%	42,3%
Prestações Contributivas	7,6%	14,5%	15,1%	18,1%	44,7%
Pensões de Velhice	6,6%	13,4%	14,1%	17,9%	48,0%
Pensões de Sobrevivência	10,8%	21,6%	22,4%	20,2%	25,0%
Pensões de Invalidez	11,6%	17,5%	21,1%	16,6%	33,1%
Subsídio de Doença	11,6%	17,5%	21,1%	16,6%	33,1%
Subsídio de Desemprego	13,4%	19,2%	19,6%	17,9%	29,9%
Apoio à Família / Exclusão Social	40,5%	22,2%	17,0%	12,2%	8,1%
Educação	19,3%	26,3%	18,7%	21,0%	14,7%
Habitação	10,6%	15,6%	20,9%	30,1%	22,7%
Família / Crianças	32,9%	25,4%	20,6%	13,1%	8,0%
Exclusão Social	76,5%	13,5%	7,2%	1,5%	1,3%

Fonte: INE, ICOR 2015.Cálculos dos Autores.

O Gráfico 64 ilustra precisamente esta diferenciação na natureza progressiva/regressiva dos três tipos de prestações sociais considerados no Quadro 35.

Gráfico 64 Distribuição das Prestações Sociais por Quintis do Rendimento Equivalente, 2014



Fonte: INE, ICOR 2015.Cálculos dos autores.

Para lá da sua relevância para a discussão do papel redistributivo das políticas sociais, estes resultados levantam uma questão que vem ganhando importância, a desigualdade inter-geracional e o papel que o Estado social pode desempenhar nesse contexto.

9.3. A eficácia e a eficiência das transferências sociais e impostos directos na redução da desigualdade

A análise das políticas de redistribuição na secção anterior pode ser complementada com o estudo do impacto agregado das transferências sociais e dos impostos no nível de desigualdade. Nesse contexto, a identificação da eficácia e eficiência associadas a cada um dos instrumentos de política é fundamental, dado que não é meramente suficiente que as políticas públicas reduzam a desigualdade, é também necessário que o façam de uma forma eficiente, particularmente numa situação de crise e de cortes orçamentais.

Idealmente seria possível estimar os efeitos redistributivos das políticas implementadas confrontando o nível de desigualdade que de facto existe (e para o qual essas politicas contribuíram) com o nível que existiria se essas mesmas políticas estivessem completamente ausentes. Face às dificuldades praticas, ou mesmo impossibilidade, de construção desse cenário contrafactual, o estudo da OCDE (2008) sugere a utilização de um Fluxograma Contabilístico dos Rendimentos (*Income Account Framework*) que expõe, de forma sequencial,

os diferentes tipos de rendimento que compõem o rendimento disponível e os principais tipos de intervenção do Estado que lhes dão origem. Este quadro analítico de formação de rendimentos foi igualmente utilizado por Förster e Whiteford (2009). Rodrigues e Andrade (2014) sugerem o fluxograma de rendimentos descrito no Quadro 36 e que autonomiza a componente "Rendimentos de Mercado + Pensões" relativamente à versão da OCDE (2008). Esta diferença é justificada pela importância das pensões numa sociedade profundamente envelhecida como a portuguesa.

Quadro 36 Fluxograma dos Rendimentos

Componentes do Rendimento
+ Salários e Ordenados
+ Rendimentos Trabalho Conta Própria
+ Rendimentos de Propriedade
+ Outros Rendimentos Privados
1. Rendimentos de Mercado
+ Pensões
2. Rendimentos de Mercado mais Pensões
+ Outras Prestações Sociais
3. Rendimento Bruto
- Contribuições para a Segurança Social
- Impostos sobre o Rendimento
4. Rendimento Disponível das Famílias

Fonte: Rodrigues e Andrade (2014) baseado em OCDE (2008).

A aplicação deste fluxograma ao rendimento equivalente das famílias permite identificar os três principais instrumentos das políticas redistributivas em Portugal: pensões, restantes prestações sociais e impostos directos mais contribuições para a Segurança Social (CSS). De seguida é possível analisar os impactos redistributivos desses instrumentos usando a metodologia proposta por Verbist (2004) e Urban (2009) que confronta as medidas de desigualdade estimadas nas diferentes fases daquele fluxograma. Finalmente, o efeito redistributivo de cada instrumento (a sua eficácia) é dado pela diferença entre o nível de desigualdade existente antes e depois da sua introdução enquanto a sua eficiência é definida pelo rácio entre a sua eficácia e o seu peso no conjunto dos rendimentos familiares[45]. Este conceito de eficiência coincide, assim, com o valor absoluto do índice de progressividade de Kakwani[46].

Enquanto a eficácia avalia se um instrumento reduz (ou não) de facto a desigualdade, a sua eficiência avalia a competência da sua actuação, e é,

45. A eficiência de cada instrumento corresponde, no fundo, à redução no nível de desigualdade obtida por cada euro atribuído (ou recebido) por esse instrumento.

46. O índice de progressividade de Kakwani é definido como a diferença entre o coeficiente de concentração do instrumento e o do rendimento definido antes da implementação desse mesmo instrumento (kakwani, 1977). O coeficiente de concentração é calculado como o índice de *Gini*, mas utilizando sempre o *ranking* do Rendimento Disponível. Para uma discussão pormenorizada veja-se, por exemplo, Rodrigues e Andrade (2014), Rodrigues (2015) e Arnold e Rodrigues (2015).

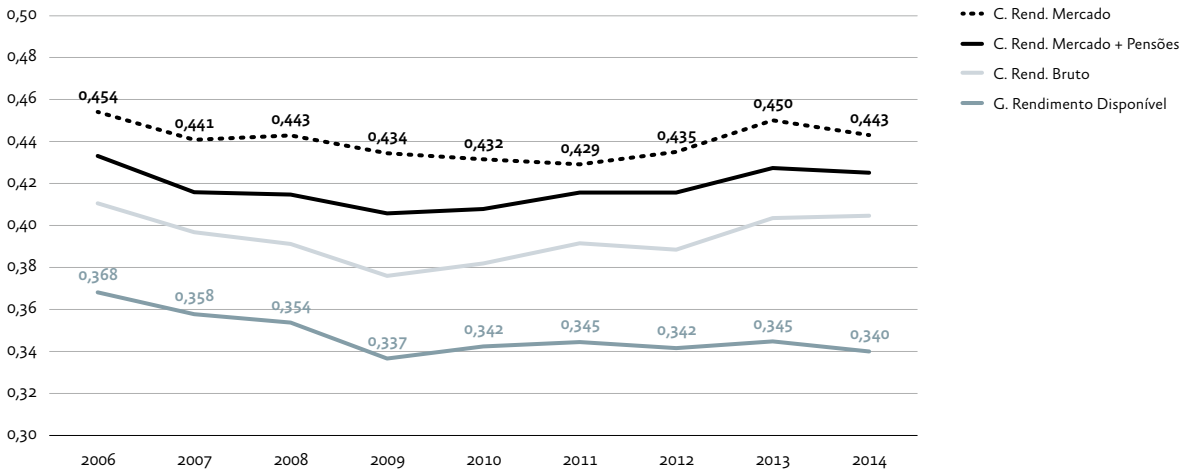
portanto, inversamente proporcional ao seu custo. Quanto maior for a eficiência dum instrumento, maior é a proporção de benefícios sociais que os pobres efectivamente recebem relativamente à proporção que receberiam antes da implementação desse instrumento, *i.e.*, mais *pro-poor* é esta politica social[47]

O Gráfico 65 apresenta a evolução do coeficiente de *Gini* ao longo do período 2009-2014 mas assumindo em todas as distribuições a ordenação dos indivíduos de acordo com o rendimento disponível por adulto equivalente.[48]

47. Esta análise pressupõe a utilização do conceito de coeficiente de concentração – *vide* nota anterior.

48. Mais rigorosamente, estes índices são o que na literatura se designa por índices de concentração de *Gini*. Vide Rodrigues e Andrade (2014b) para uma discussão pormenorizada da metodologia.

Gráfico 65 Índices de Concentração e Coeficiente de Gini do Rendimento Equivalente, 2009-2014



Fonte: INE, ICOR 2010-2015.Cálculos dos autores.

Ressalta do Gráfico 65 a subida acentuada entre 2009 e 2013 da desigualdade de todos os rendimentos com excepção do rendimento disponível que apresenta um acréscimo pouco significativo. A diferença mais notória ocorre na passagem do rendimento bruto para o disponível, o que evidencia o acréscimo do impacto equalizador dos impostos directos, principalmente as alterações introduzidas no IRS em 2013. Em 2014 a maioria dos índices analisados registou uma pequena diminuição, insuficiente para compensar o aumento da desigualdade verificado nos anos anteriores.

A eficácia das pensões e a das restantes transferências sociais são equiparáveis, tendo aumentado, ambas, em 2009 face a 2006, e decrescido em 2014. Como seria de esperar, os impostos são claramente o instrumento redistributivo mais eficaz na redução das desigualdades, aumentando a sua eficácia de forma muito significativa em 2014.

Em termos de eficiência, são as transferências sociais (excluindo pensões) que têm valores mais altos, mas com um decréscimo em 2014 relativamente aos

dois anos anteriores. Pelo contrário, a eficiência dos impostos directos sobe em 2014, face a 2009, sugerindo assim um incremento do seu papel equalizador ao longo do processo de *ajustamento* já identificado no Gráfico 65.

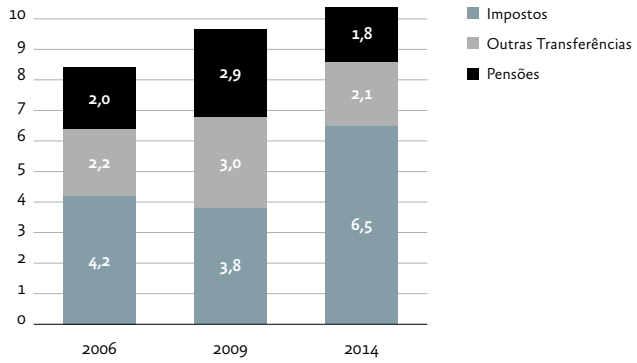
Quadro 37 Eficácia e Eficiência das Transferências Sociais e Impostos Directos, 2006-2009-2014

	2006	2009	2014
Níveis de Desigualdade			
Rendimentos de Mercado	0,454	0,434	0,443
Rendimentos de Mercado + Pensões	0,434	0,406	0,425
Rendimento Bruto	0,411	0,376	0,405
Rendimento Disponível	0,369	0,337	0,340
Eficácia das Pensões	0,020	0,029	0,018
Dimensão das Pensões	0,181	0,188	0,238
Eficiência das Pensões	0,112	0,152	0,076
Eficácia das Outras Transferências	0,022	0,030	0,021
Dimensão das Outras Transferências	0,048	0,055	0,051
Eficiência das Outras Transferências	0,466	0,542	0,403
Eficácia dos Impostos	0,042	0,039	0,065
Dimensão dos Impostos	0,182	0,247	0,356
Eficiência dos Impostos	0,230	0,159	0,182

Fonte: INE, ICOR 2007, 2010 e 2015.Cálculos dos autores.

O Gráfico 66 sintetiza os efeitos das várias políticas redistributivas na diminuição da desigualdade medida pelo índice de *Gini*. Tomando como exemplo o ano de 2014, o conjunto dos três instrumentos permitiram uma redução do índice de *Gini* em 10,4 pontos percentuais. Nessa redução, 6,5 pontos percentuais foram por via dos impostos, 2,1 através das várias prestações sociais excluindo pensões e os restantes 1,8 devido ao efeito das pensões. Saliente-se, uma vez mais, a redução da eficácia redistributiva das prestações sociais em 2014, quando comparadas com 2009.

Gráfico 66 Efeitos Redutores das Pensões, Transferências Sociais e Impostos Directos sobre a Desigualdade, 2006-2009-2014



Fonte: INE, ICOR 2007,2010 e 2015. Cálculos dos autores.

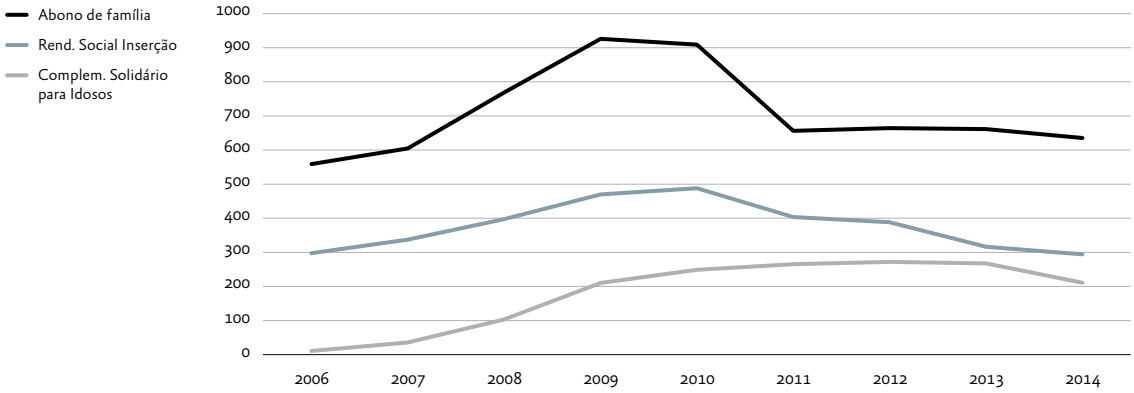
A diminuição da eficácia das prestações sociais excluindo pensões no decorrer do processo de *ajustamento* está inequivocamente associada à contenção das transferências sociais, em particular, das vocacionadas para o combate à pobreza e à exclusão social.

De acordo com o INE[49], entre 2009 e 2013, as prestações sociais tiveram um crescimento nominal de cerca de 3%, mas esse aumento esconde uma evolução muito diferenciada das várias componentes: aumento de 16% nas pensões de velhice, possivelmente explicado pelos montantes das novas pensões, apesar dos cortes introduzidos; mais de 32% no subsídio de desemprego, devido ao aumento deste durante a crise, mas afectado pelas alterações nos montantes e regras de atribuição que penalizaram os respectivos beneficiários; uma redução de 14% nas prestações destinadas às famílias/crianças; uma quebra de 31% nas prestações destinadas ao combate à pobreza e à exclusão social.

49. INE, Estatísticas da Protecção Social – SESPROS.

O Gráfico 67 permite seguir a evolução real da despesa com as principais componentes das transferências sociais associadas ao combate à pobreza e à exclusão social, entre 2006 e 2014. Tanto o abono de família como o RSI caem em termos reais a partir de 2010, e o CSI estagna até 2013, descendo mais de 10% em 2014. Este limitar da capacidade dos poucos estabilizadores automáticos pré-existentes para responder à grave crise social e atenuar situações de pobreza, juntamente com o enfraquecimento da eficácia redistributiva de algumas prestações sociais detectado acima, constitui um dos aspectos mais paradoxais das políticas sociais seguidas.

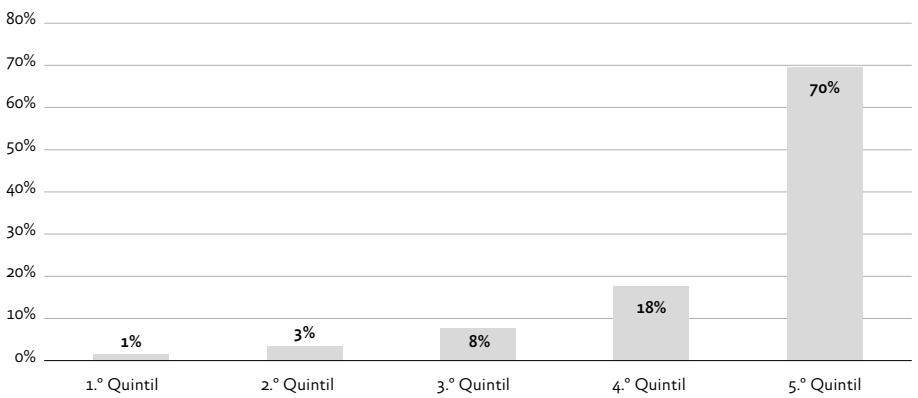
Gráfico 67 Evolução Real das Prestações Sociais (valores a preços de 2014, em milhões de euros)



Fonte: IGFSS, Relatório da Conta da Segurança Social 2014.

Como o Quadro 37 acima mostra, os impostos directos são o instrumento redistributivo mais eficaz na redução das desigualdades. As alterações introduzidas no sistema fiscal como resposta à crise traduziram-se num significativo aumento da carga fiscal em Portugal, com o seu peso a aumentar de 30% do PIB em 2009 para 34,4% em 2014, enquanto a receita dos impostos directos subia cerca de 25%. Por outro lado, as profundas alterações no IRS parecem ter reforçado o carácter progressivo dos impostos directos e exercido um efeito equalizador acrescido na distribuição dos rendimentos, já detectado no Quadro 37. Este efeito redistributivo pode ser quantificado por quintil da distribuição do rendimento por adulto equivalente (Gráfico 68), utilizando os dados disponíveis do ICOR 2015.

Gráfico 68 Distribuição dos Impostos Directos por Quintis do Rendimento Equivalente, 2014



Fonte: INE, ICOR 2015.Cálculos dos autores.

Cerca de 70% do montante do IRS incide sobre o 5.º quintil da distribuição de rendimentos *versus* cerca de 4% nos dois primeiros quintis, reflectindo tanto o forte carácter redistributivo dos impostos directos como o baixo nível de rendimentos de uma larga parte da população que não paga IRS[50].

[50]. Note-se que uma parte significativa dos indivíduos de menores recursos não é abrangida pelo IRS. Em 2014, 24,3% das famílias do 1.º quintil não pagaram qualquer tipo de imposto directo.

Capítulo 10

Os impactos redistributivos das políticas de austeridade

Os efeitos conjuntos da crise económica e das políticas seguidas entre 2010 e 2014 sobre a distribuição do rendimento, a desigualdade e os níveis de pobreza foram analisados nos capítulos anteriores de forma aprofundada. De facto, no Capítulo 9 verificou-se a diminuição da eficácia e da eficiência das transferências sociais na redução da pobreza e constatou-se o aumento do papel dos impostos directos no atenuar da desigualdade. No entanto, ainda não foi possível destrinçar quais as consequências das políticas redistributivas seguidas e quais os efeitos do ciclo económico, crise, aumento do desemprego e recessão económica nos níveis de desigualdade e pobreza nacionais.

Entre 2010 e 2014, e num contexto de elevados níveis de défice orçamental e dívida pública, a política económica seguida em Portugal foi, predominantemente, uma política de consolidação fiscal assente no aumento da carga fiscal e no corte da despesa pública. Esta política foi acordada em 2011 com o Banco Central Europeu, o FMI e a Comissão Europeia e fortemente apoiada pelos mercados financeiros internacionais, mas revelou-se claramente pró-cíclica, coexistindo com a recessão económica e o aumento do desemprego.

O agravamento das condições sociais é obviamente o resultado quer das políticas seguidas quer da crise económica. A identificação dos efeitos das políticas públicas, em particular da política social e fiscal, sobre a distribuição do rendimento e sobre os níveis de desigualdade e de pobreza implica isolar os impactos directos dessas políticas, mantendo-se ao mesmo tempo constantes todos os demais factores que moldam a distribuição do rendimento, tais como as transformações entretanto ocorridas nos rendimentos de mercado ou na estrutura da população.

Uma metodologia que permite essa análise utiliza modelos de microssimulação como o Euromod – em, por exemplo, Jenkins *et al.* (2013), Atkinson e Bourguignon (2015), e OCDE (2015) – que possibilitam a identificação das consequências socioeconómicas das políticas públicas implementadas. O Euromod permite simular o impacto das transferências sociais e dos impostos sobre os rendimentos familiares considerando políticas sociais e fiscais alternativas e construir cenários contrafactuais às políticas implementadas. Este modelo tem

sido frequentemente utilizado como o principal instrumento para quantificar os impactos redistributivos da presente crise e examinar os efeitos das medidas de *austeridade* em diversos países europeus, como se constata em Avram *et al.* (2013), De Agostini *et al.* (2014, 2015, 2016) e Matsaganis e Leventi (2014).

10.1. Os efeitos das políticas sociais e fiscais obtidos pelo Euromod

O Euromod é um modelo de microssimulação de políticas fiscais e de prestações sociais que abrange todos os países europeus[51]. Este modelo combina a informação pormenorizada sobre as famílias e os indivíduos, obtida a partir de inquéritos nacionais, como o ICOR, com a informação detalhada sobre as políticas seguidas, de forma a simular os efeitos redistributivos das políticas sociais e fiscais sobre os rendimentos familiares. O modelo pode igualmente ser utilizado para analisar os efeitos de alterações das políticas existentes ao longo do tempo e para simular as consequências da implementação de políticas alternativas. Finalmente, o modelo simula uma parte significativa dos impostos directos e das contribuições para a Segurança Social, e a maior parte das prestações familiares de tipo não contributivo, mas não as prestações de tipo contributivo, em particular as pensões. Estas não são simuladas e os seus montantes são obtidos directamente dos microdados originais devido à não existência de informação suficiente para reconstruir a carreira contributiva dos beneficiários na maioria dos inquéritos nacionais às famílias.

O estudo mais recente e abrangente publicado pelo Projecto Euromod para todos os países membros da UE, excepto a Croácia, é o de De Agostini *et al.* (2016). Nele são estimados os efeitos das alterações ocorridas nas transferências sociais e impostos directos desde o início da crise económica em 2008, identificando e quantificando os efeitos redistributivos associados às políticas seguidas em cada um dos países, e os seus efeitos sobre a distribuição do rendimento e os níveis de desigualdade e de pobreza.

A metodologia adoptada é a proposta inicialmente por Bargain e Callan (2010) e consiste em decompor os factores das alterações ocorridas nos níveis de rendimento, desigualdade e pobreza em três componentes: as modificações nos rendimentos de mercado, as transformações verificadas na estrutura da população, nomeadamente as resultantes da subida ou descida do desemprego, e, finalmente, as directamente associadas às mudanças de políticas. Utilizando os dados do EU-SILC 2012 (que reporta os rendimentos de 2011), de Agostini *et al.* (2016) isolam a terceira componente (mudanças de políticas) para os períodos 2008-2011 e 2011-2014. Para analisarem os impactos das políticas no período 2008-2011 utilizam os resultados do Euromod em 2011 e, como cenário contrafactual, o que aconteceria se em 2011 estivessem em vigor as

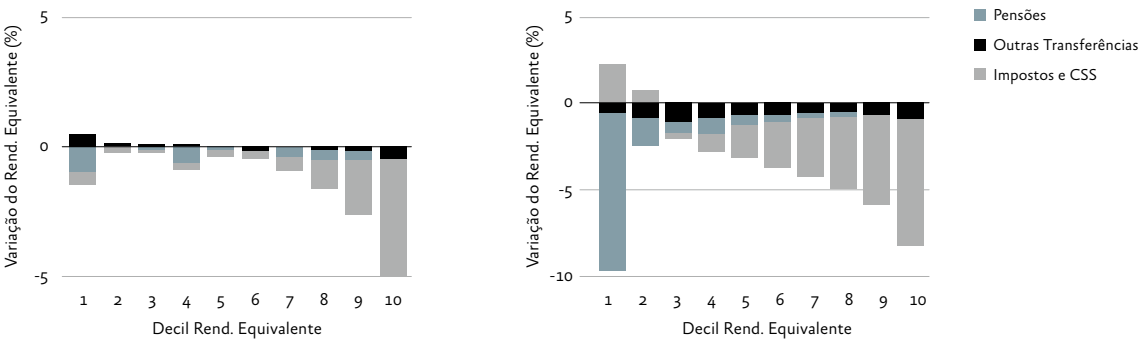
[51] O Projecto Euromod é coordenado por uma equipa do Institute for Social & Economic Research (ISER) da Universidade de Essex, Reino Unido, dirigida por Holly Sutherland, e possui equipas nacionais em todos os países da UE, o que possibilita a construção de um modelo verdadeiramente europeu vocacionado para o estudo dos efeitos redistributivos das políticas sociais e fiscais para o conjunto da UE e cada país membro. Para informação detalhada sobre o modelo Euromod veja-se Sutherland and Figari (2013). Informação sobre o módulo do Euromod referente a cada país está disponível nos respectivos Country Report, acessíveis em https://www.iser.essex.ac.uk/euromod/resources-for-euromod-users/country-reports.

políticas implementadas em 2008. Desta forma, mantêm inalteradas as transformações verificadas nas duas primeiras componentes e isolam o efeito da terceira. No entanto, houve variação nos rendimentos entre 2008 e 2011 pelo que as políticas têm que ser "actualizadas": por exemplo, os escalões do IRS de 2008 têm de ser actualizados para os rendimentos de 2011. Tal não significa uma alteração da política de 2008, mas sim uma sua adaptação à realidade de 2011. Igual metodologia é seguida para o período 2011-2014[52].

O Gráfico 69 apresenta os resultados da alteração das políticas referentes às pensões, às prestações baseadas em *condição de recursos* (outras transferências) e aos impostos e contribuições para a Segurança Social (CSS), nos períodos 2008-2011 e 2011-2014, sobre os vários decis do rendimento equivalente em Portugal, utilizando o índice de Preços no Consumidor (IPC) como factor de indexação das políticas.

52. Os autores utilizam dois factores alternativos de actualização/retorno das políticas dos anos antecedentes/posteriores: indexação pela evolução dos rendimentos de mercado e pelo IPC. Como os autores mostram, a sua utilização pode induzir diferenças significativas nos resultados de alguns países.

Gráfico 69 Impacto das Alterações das Políticas Sociais e Fiscais no Rendimento Equivalente, 2008-2011 e 2011-2014



Fonte: De Agostini, P., Paulus, A. e Tasseva, I. (2016).

De Agostini *et al.* (2016) mostram que o rendimento equivalente das famílias decresceu 2,2% entre 2008 e 2011 e 5,3% entre 2011 e 2014 como resultado exclusivo das políticas implementadas. Portugal[53] situa-se assim no grupo de países em que o rendimento decresceu em ambos os subperíodos, tal como nos demais países do Sul da Europa (Espanha, Itália e Grécia), Irlanda e Hungria. A análise por decis permite ainda observar duas características fundamentais das políticas seguidas em Portugal: por um lado, o aumento da progressividade do sistema fiscal e, por outro lado, o carácter fortemente regressivo das alterações nas prestações sociais de natureza não contributiva, penalizando claramente as famílias do primeiro decil da distribuição.

O Quadro 38 sintetiza os principais resultados obtidos para Portugal. As transformações nas prestações sociais e nos impostos directos têm um efeito redutor no nível de desigualdade, que é bastante mais vincado no 2.º período

53. Note-se, no entanto, que se o factor de indexação utilizado for a variação dos rendimentos de mercado e não o IPC, o rendimento equivalente cresce 1,9% no primeiro período e desce 4,3% no segundo (o que reflecte evoluções diferentes para os dois indexantes nestes períodos). A preferência pela utilização do IPC como indexante deve-se àquele garantir a preservação do valor real das prestações sociais e dos impostos durante toda a análise.

analisado. O índice de *Gini* sofre uma redução de 0,38 pontos percentuais entre 2008 e 2011 e de 0,9 pontos percentuais entre 2011 e 2014. As políticas seguidas parecem, assim, assumir um efeito equalizador sobre a distribuição dos rendimentos.

Quadro 38 Impacto das Alterações das Políticas Sociais e Fiscais na Desigualdade e na Pobreza, 2008-2011 e 2011-2014

	2008-2011	2011-2014
Variação do Rendimento Equivalente (%)	-2,2%	-5,3%
Variação do Índice de Gini (p.p.)	-0,38	-0,90
Variação da incidência da pobreza (p.p.)	0,00	-0,50
Variação da intensidade da pobreza (p.p.)	0,33	0,26
Variação da severidade da pobreza (p.p.)	0,23	0,31

Fonte: De Agostini, P., Paulus, A. e Tasseva, I. (2016).

Os indicadores de pobreza mostram que as alterações das políticas não afectam a taxa de pobreza no primeiro período e a diminuem (-0,5 pontos percentuais) no segundo, mas que tanto a intensidade como a severidade da pobreza aumentam em ambos os períodos. Todos estes indicadores de pobreza foram calculados considerando um limiar de pobreza correspondente a 60% do rendimento mediano por adulto equivalente da distribuição de 2011 e de cada uma das alterações de política usadas como contrafactual. Como discutido no Capítulo 4, a estimação destas linhas de pobreza não está, assim, imune à armadilha do rendimento mediano.

10.2. Os resultados do Euromod e os dados do ICOR

Os resultados do modelo Euromod apresentados na secção anterior permitem confirmar as principais linhas evolutivas das políticas implementadas ao longo do período de crise, analisado nomeadamente o forte incremento da progressividade do sistema fiscal no que diz respeito aos impostos directos e o carácter regressivo das mudanças ocorridas nas prestações sociais mais vocacionadas para o combate à pobreza (prestações baseadas em *condição de recursos*) penalizando fortemente a parte inferior da distribuição do rendimento equivalente.

No entanto, esses mesmos resultados evidenciam diferenças importantes nalguns indicadores de natureza redistributiva face aos publicados pelo INE. Importa, assim, compreender as principais diferenças entre eles de forma a possibilitar uma comparação mais rigorosa entre os resultados obtidos nos capítulos anteriores e neste capítulo[54].

54. Esta comparação é facilitada pela coincidência entre os autores da presente obra e a equipa responsável pelo módulo nacional do Euromod.

Deve salientar-se, em primeiro lugar, uma diferença cronológica na definição do ano do início de análise das alterações de política. Enquanto num estudo para o conjunto dos países da UE se justifica plenamente considerar 2008 como o primeiro ano da crise e, consequentemente, o primeiro ano da investigação, em Portugal as medidas de *austeridade* somente começaram a ter um impacto significativo em 2010. O ano de 2009 caracterizou-se ainda por uma significativa melhoria de todos os indicadores de desigualdade, com um decréscimo de 1,7 pontos percentuais no índice de *Gini*, por exemplo.

Mas a diferença fundamental entre os dois reside nos valores das componentes do rendimento disponível simuladas pelo Euromod. As políticas simuladas, nomeadamente as baseadas em *condição de recursos*, identificam todos os seus potenciais beneficiários, independentemente de a base de dados original os registar como beneficiários efectivos ou não. O modelo corrige, assim, a potencial subdeclaração existente no ICOR mas, ao mesmo tempo, assume a hipótese de *full take-up* da generalidade das medidas, o que está longe de acontecer na realidade. Essa divergência propaga-se por toda a distribuição do rendimento mas, como seria de esperar, é particularmente significativa na parte inferior da distribuição. O Quadro 39 revela as discrepâncias no ano de 2011 (ICOR 2012): o rendimento equivalente do 1.º decil estimado pelo Euromod é cerca de 22% superior ao observado no ICOR, mas essa diferença atenua-se para cerca de 4-6% ao longo da distribuição até ser negligenciável no 10.º escalão. O rendimento equivalente médio (mediano) simulado pelo Euromod (5,6%) é 4,1% superior aos dados originais.

Quadro 39 Distribuição do Rendimento Equivalente ICOR *versus* Euromod, 2011

Rendimento Equivalente	ICOR	Euromod	Diferença
1.º decil	2780	3403	22,4%
2.º decil	4651	4944	6,3%
3.º decil	5823	6140	5,4%
4.º decil	6739	7086	5,2%
5.º decil	7776	8199	5,4%
6.º decil	8888	9382	5,6%
7.º decil	10240	10755	5,0%
8.º decil	12134	12760	5,2%
9.º decil	15359	16031	4,4%
10.º decil	27861	27747	-0,4%
População (Média)	10227	10648	4,1%
População (Mediana)	8323	8792	5,6%

Fonte: INE, ICOR 2012 e Euromod G3.0. Cálculos dos autores.

Nota: Valores do rendimento equivalente em euros/ano.

Esta divergência entre os rendimentos do Euromod e do ICOR reflecte-se nos principais indicadores de desigualdade e pobreza, como mostra o Quadro 40. Os indicadores de desigualdade e os valores da intensidade e severidade da pobreza simulados pelo Euromod são inferiores aos publicados pelo INE, sendo essa divergência tanto maior quanto maior é a sensibilidade dos diferentes indicadores à parte inferior da distribuição, isto é, aos menores rendimentos. A diferença percentual observada no rendimento mediano das famílias no Quadro 39 é transferida directamente para o valor do limiar de pobreza, sendo a linha de pobreza do Euromod 23 euros/mês superior à do INE. Os valores da incidência da pobreza são, no entanto, praticamente idênticos pois a sobreavaliação dos menores rendimentos pelo Euromod é compensada pelo aumento do valor do limiar de pobreza.

Quadro 40 Indicadores de Desigualdade e Pobreza ICOR *versus* Euromod, 2011

Rendimento Equivalente	ICOR	Euromod	Diferença
Índice de Gini	0,345	0,329	-4,6%
Índice de Atkinson (ε=0,5)	0,100	0,088	-11,8%
Índice de Atkinson (ε=1,0)	0,188	0,163	-13,3%
Índice de Atkinson (ε=2,0)	0,374	0,285	-23,7%
S80/S20	5,8	5,2	-9,8%
S90/S10	10,0	8,2	-18,8%
S95/S05	17,2	11,6	-32,7%
Limiar de Pobreza (euros/ano)	4994	5275	5,6%
Incidência da Pobreza	17,9	17,6	-1,7%
Intensidade da Pobreza	5,2	4,3	-17,9%
Severidade da Pobreza	2,4	1,5	-39,5%

Fonte: INE, ICOR 2012 e Euromod G3.0. Cálculos dos autores.

Pode assim concluir-se que as divergências identificadas, e explicadas, se devem à natureza específica de cada fonte de informação. Mais, apesar das diferenças no nível dos rendimentos e da intensidade de alguns indicadores de natureza redistributiva, os traços fundamentais da distribuição dos rendimentos em Portugal são expressos tando pelo Euromod como pelo ICOR.

10.3. Principais alterações das políticas sociais e fiscal no período de austeridade

Os resultados em De Agostini *et al.* (2016) para Portugal, sintetizados na secção anterior, só podem ser devidamente interpretados no contexto das políticas implementadas no processo de *ajustamento* entre 2010 e 2014. Assim, esta secção descreve as principais mudanças nas políticas sociais e fiscais ocorridas nesse período. No entanto, as modificações nas políticas públicas tiveram um âmbito muito mais vasto e consequências redistributivas para lá das captadas no modelo de microssimulação utilizado. De fora ficam, por exemplo, o impacto dos cortes salariais na função pública e pensões, a eliminação ou redução do subsídio de férias e de Natal, as alterações introduzidas na legislação laboral, entre outras medidas.

Esta secção privilegia o estudo das medidas predominantemente instrumentais, e cujos efeitos redistributivos directos são mais facilmente captados pelos modelos de avaliação, mas que simultaneamente podem ser consideradas representativas dos princípios que nortearam as políticas públicas durante o período de *ajustamento*. Entre todas elas, há três que merecem particular atenção: o Rendimento Social de Inserção (RSI), o Abono de Família para Crianças e Jovens (AdF) e o Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS). O estudo das suas modificações ilustra a dupla intervenção do Estado, tanto no lado do controle da despesa, como do aumento das receitas fiscais. Estas duas acções têm necessariamente consequências na distribuição do rendimento, desigualdade e pobreza e geram efeitos redistributivos muitas vezes contraditórios.

A análise tradicional da evolução dos indicadores macroeconómicos associados a estas políticas permite evidenciar o principal objectivo pretendido: a consolidação orçamental; mas somente de uma forma parcial identifica os seus impactos redistributivos, ou seja, quem efectivamente ganha ou perde com a sua implementação. Por esse motivo, na próxima secção proceder-se-á à microssimulação dos efeitos redistributivos do RSI, do AdF e do IRS usando o modelo Euromod.

O Quadro 41 e o Quadro 42 fazem uma síntese das principais alterações nas prestações sociais e IRS implementadas durante o programa de *ajustamento*[55]. As alterações nas três medidas seleccionadas, RSI, AdF e IRS, são descritas e analisadas com maior detalhe após os quadros.

55. O Anexo "Alterações legislativas nas prestações sociais" no final deste livro lista as principais mudanças nas políticas sociais no período 2010-2014.

Quadro 41 Resumo das Alterações nas Prestações Sociais de 2010 a 2014

2010	2011	2012	2013	2014
■ **[Port. 1547/09] CSI:** Aumenta valor de referência de 4960 para 5022€ ■ **[DL 70/10] RSI, SSD e SSP:** Restringe condição de recursos (via escala de equivalência mais penalizadora). ■ **[DL 72/10] SD:** Fixa novo limite máximo de 3× IAS= =1258€ (antes, 3×RMMG=1425€). ■ **[DL 77/10] SD:** Reduz duração e cobertura. **Abono**: Elimina bónus para estudantes do escalão 2 ao 5. ■ **[DL 116/10] Abono:** Elimina escalões 4 e 5. Elimina majoração de 25% nos escalões 1 e 2.	■ **[Lei 55-A/10 – OE11] Abono:** Cria bolsa de estudo. **Pensões**: Introduz CES; Congela valores.	■ [**Lei 64-B/11 – OE12] Pensões:** Suspende pagamento de 13.° e 14.° meses em 2012; Altera CES; Congela valores à excepção de determinadas mínimas ■ **[Port. 320-B/11] Pensões:** Actualiza valor de determinadas mínimas. ■ **[DL 64/12] SD:** Introduz norma de redução em 10% da prestação após 6.° mês de pagamento. Reduz duração. Reduz limite máximo para 2,5×IAS= 1048€. Reduz prazos de garantia. Introduz majoração de 10% para casais desempregados com filhos. ■ **[DL 65/12] SD:** Alarga protecção a TIs economicamente dependentes de uma única entidade ("falsos recibos verdes"). ■ **[DL 85-A/12] Pensões:** Suspende a antecipação por flexibilização. ■ **[DL 133/12] Pensões:** Limita a p. sobrevivência de ex-cônjuges. **Doença**: Ajustamento do valor diário face à extensão da baixa. **Abono**: Facilita a reavaliação da condição de recursos. **RSI**: Restringe condição de recursos (via escala de equivalência mais penalizadora e valor de referência inferior), faz depender início de pagamento apenas a partir da celebração do contrato de inserção, elimina a renovação anual automática e reforça as obrigações dos beneficiários. ■ [**Port. 257/12] RSI:** Altera valor RSI para 189,52€.	■ [**Lei 66-B/12 – OE13] Pensões:** Congela valores à excepção de determinadas mínimas; Altera CES. **Doença e SD**: Fixa contribuições para a Seg. Social sobre prestações (5% e 6% respectivamente, em vigor apenas durante 2013). ■ **[DL 12/13] SD:** Alarga protecção a empresários e MOEs. ■ [**Port. 432-A/12] Pensões:** Actualiza valor de determinadas mínimas. ■ **[DL 13/13] RSI:** Altera valor RSI para 177.15€. **CSI**: Reduz valor de referência (de 5022€ para 4909€).	■ [**DL 167-E/13 e Port. 378-G/13] Pensões:** Avança idade legal de reforma para os 66 anos e aprova Factor de Sustentabilidade mais penalizador ■ **[Port. 378-B/12] Pensões:** Actualiza valor de determinadas mínimas. ■ [**Lei 83-C/13 e Lei 13/14 – OE14] Pensões:** Congela valores à excepção de determinadas mínimas; Altera CES

Legenda: **CES**: Contribuição Extraordinária de Solidariedade; **CSI**: Complemento Solidário para Idosos; **IAS**: Indexante de Apoios Sociais; **MOE**: Membros de Órgãos Estatutários; **RMMG**: Retribuição Mínima Mensal Garantida; **RSI**: Rendimento Social de Inserção; **SD**: Subsídio de Desemprego; **SSD**: Subsídio Social de Desemprego; **SSP**: Subsidio Social Parental; **TI**: Trabalhador Independente.

Quadro 42 Resumo das Principais Alterações no IRS de 2010 a 2014

2010	2011	2012	2013	2014
■ Actualização de 0,8% nos escalões de rendimento tributável. ■ As deduções à colecta são actualizadas a taxas entre aproximadamente 0,9% e 2,4%, embora algumas possam ter uma actualização superior em função da sua indexação à remuneração mínima mensal (actualização de 450 € em 2009 para 475€ em 2010). ■ Criação de um novo escalão para os rendimentos mais elevados (acima de 150000 €). ■ Taxa máxima aumenta de 42% para 45,88%	■ Os escalões do IRS são actualizados em 2,2%. Quem tem rendimentos sujeitos a impostos superiores a 153 300 euros a taxa marginal de imposto subiu para 46,5%. ■ Para os pensionistas verifica-se um agravamento na tributação pois a dedução específica (6.000) da categoria H vai diminuindo para as pensões superiores a 22500€. Limites aos benefícios fiscais aplicados ao 7.° e 8.° escalão de rendimentos ■ Aplicada uma Sobretaxa Extraordinária de 3,5% sobre os rendimentos que excedam o salário mínimo nacional.	■ Mantêm-se os escalões e as taxas do IRS de 2011. ■ Redução de 6000€ para 4104€ do montante máximo da dedução específica aplicável aos titulares de pensões. ■ Limites aos benefícios fiscais a partir do terceiro escalão de rendimentos – a partir 7.410 euros por ano – e tectos às deduções fiscais a partir dos 66 mil euros por ano (7.° escalão), com o limite máximo de 1100 €. ■ Aumento das taxas liberatórias para 25% sobre os juros dos depósitos, os dividendos e as mais-valias. ■ Ao quantitativo do rendimento colectável superior a 153300 € é aplicada a taxa adicional de 2,5%. ■ Suspensão da Sobretaxa Extraordinária de 3,5%	■ Os escalões de IRS são reduzidos de 8 para 5. ■ O primeiro escalão, com os rendimentos mais baixos, até 7 mil euros anuais, fica sujeito a uma taxa de 14,5%, em vez dos anteriores 11,5%. Os rendimentos acima de 80.000 euros anuais passam a pagar a taxa de IRS máxima (era a partir de 153300 €). Neste escalão a taxa marginal máxima passa para 48%, à qual acrescem 2,5% de Contribuição de Solidariedade e 3,5% a título de Sobretaxa Extraordinária. ■ Reposição da Sobretaxa Extraordinária de 3,5% sobre os rendimentos que excedam o salário mínimo nacional. ■ A taxa liberatória aplicada sobre os juros dos depósitos, os dividendos e as mais-valias passou para 28%. ■ Suspensão da Sobretaxa Extraordinária de 3,5%.	■ A tabela de IRS não sofreu qualquer alteração, mantendo-se inalterados quer os escalões de rendimentos, quer as taxas aplicáveis. Igualmente, as deduções à colecta e benefícios fiscais mantiveram os limites do ano de 2013. ■ Mantém-se a aplicação da sobretaxa de IRS de 3,5%, nos mesmos termos do ano de 2013. ■ Taxa máxima aumenta de 42% para 45,88%

Rendimento Social de Inserção (RSI)

Implementado desde 1997, o RSI tem como objectivo atenuar a pobreza extrema através da redução da intensidade da pobreza nos sectores mais vulneráveis da população. O RSI é uma prestação do regime não contributivo da Segurança Social que garante a todos os seus beneficiários a reposição da diferença entre os seus rendimentos reais e um limiar mínimo de rendimento de referência. Combina ainda o direito a essa prestação monetária com o sistema de obrigação-direito de inserção através da obrigatoriedade de seguimento dum programa de inserção social. Apesar de vários estudos, como por exemplo Rodrigues (2009, 2012, 2013), terem demonstrado a sua eficácia na redução da intensidade da pobreza e marginalmente na diminuição das desigualdades familiares, o RSI tem sido criticado com base fundamentalmente em dois argumentos: a possibilidade de gerar subsidiodependência e a existência de fraudes na sua concessão.

No período de *ajustamento* foram introduzidas duas alterações profundas e sucessivas nas regras de funcionamento do programa. A primeira, em 2010, alterou a *condição de recursos*, alargando os rendimentos tidos em conta na avaliação dos recursos dos beneficiários – o conceito de "família", utilizado na agregação dos recursos dos vários indivíduos que conjuntamente recorrem aos benefícios, passou a utilizar como referência a escala da OCDE; eliminou alguns benefícios complementares associados à prestação principal e principais benefícios; e reforçou as condições de fiscalização e de combate à fraude. A segunda, em 2012, introduziu como escala de referência do RSI a escala da OCDE modificada. Estas mudanças na escala de equivalência do RSI são, de facto, as alterações mais importantes efectuadas porque não somente reduzem o montante a receber por cada beneficiário, como também diminuem o número de beneficiários elegíveis no programa. Estas duas reformas mantiveram inalterado o valor de referência do RSI, isto é, o valor máximo a que um individuo que viva só e não disponha de quaisquer recursos monetários pode aceder: 189,52 euros/mês. Este valor foi, no entanto, reduzido para 178,15 euros/mês em 2013.

O Quadro 43, retirado de Rodrigues (2013), ilustra as consequências dessas duas mudanças no RSI tomando como referência um casal com dois filhos.

Quadro 43 Alteração da Condição de Recursos do RSI · Casal com dois filhos dependentes

	N.º Adultos Equivalentes	Limiar do RSI (euros/mês)	Alteração (%)	RSI / Linha de Pobreza
RSI até à alteração de 2010	3,0	569	-	64%
RSI após a alteração de 2010	2,7	512	- 10%	58%
RSI após a alteração de 2012	2,1	398	- 30%	45%
RSI após a alteração de 2013	2,1	374	- 34%	42%

Fonte: Rodrigues (2013).

A alteração das regras do RSI entre 2010 e 2013 traduz-se numa redução de cerca de 34% no limiar de referência, ao mesmo tempo que o seu valor passa de 64% para 42% do limiar de pobreza. A sua consequência directa é a exclusão de um número muito significativo de anteriores beneficiários e a redução dos montantes recebidos por aqueles que permanecem no programa, o que se reflecte na evolução dos principais indicadores do RSI ao longo do processo de *ajustamento* no Quadro 44.

Quadro 44 Evolução do Rendimento Social de Inserção, 2009-2014

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Variação
N.º de Beneficiários	486977	527532	448290	421344	360344	320811	-34,1%
N.º de Famílias	192249	206700	173028	160358	148107	139557	-27,4%
Valor do RSI por beneficiário (€)	91,53	91,07	88,15	85,67	83,96	89,66	-2,0%
Valor do RSI por família (€)	259,38	250,96	254,95	243,45	218,06	225,9	-12,9%
Despesa com a prestação do RSI (milhões de euros)	450,6	467,4	382,3	357,1	286,0	265,3	-41,1%.
Despesa total do RSI (milhões de euros)	507,7	519,9	414,4	387,9	315,1	294,4	-42,0%
Peso da despesa com o RSI no total da despesa da S. Social (%)	1,7	1,7	1,4	1,1	0,7	0,8	-0,9 p.p.

Fonte: IGFSS (2014, 2015), Relatório da Conta da Segurança Social.

O número de beneficiários do RSI diminuiu em mais de um terço entre 2009 e 2014, enquanto a despesa com a sua prestação diminuiu cerca de 41% em termos nominais, 45% em termos reais. O peso da despesa com o RSI na despesa total da Segurança Social passou para menos de metade, descendo de 1,7% em 2009 para 0,8% em 2014.

Abono de Família para Crianças e Jovens

O Abono de Família para Crianças e Jovens é uma prestação monetária atribuída mensalmente que tem como objectivo compensar os encargos familiares respeitantes ao sustento e educação das crianças e jovens. Embora seja uma medida baseada em *condição de recursos*, tem uma carácter mais "universal" do que a generalidade das medidas mais especificamente vocacionadas para o combate à pobreza.

As principais alterações no Abono de Família ocorreram em 2010[56]. Apesar dos escalões de rendimento que determinam o seu valor não terem sido alterados entre 2009 e 2014, na medida em que são indexadas ao IAS (Indexante dos Apoios Sociais) e este não ter sido alterado nesse período, a mudança legislativa implicou que as famílias que pertencem ao 4.º e 5.º escalão de rendimento tenham deixado de receber abono de família e que o aumento de 25% atribuído aos 1.º e 2.º escalão de rendimento em 2008 tenha sido eliminado. As alterações dos montantes entre 2009 e 2014 encontram-se listadas no Quadro 45.

56. Decreto-Lei n.º 116/2010, de 22 de Outubro.

Quadro 45 Valor do Abono de Família para Crianças e Jovens, 2009-2014

	Valor do Abono (euros/mês)				
		Filhos entre os 12 e 36 meses			
Rendimento da Família (euros/ano)	Idade inferior a 12 meses	1 filho	2 filhos	3 e mais filhos	Idade superior a 36 meses
2009					
1.º Escalão 0 – 2934,54 €	174,72	43,68	87,36	131,04	43,68
2.º Escalão 2934,54 € – 5869,08 €	144,91	36,23	72,46	108,69	36,23
3.º Escalão 5869,08 € – 8803,62 €	92,29	26,54	53,08	79,62	26,54
4.º Escalão 8803,62 € – 14672,70 €	56,45	22,59	45,18	67,77	22,59
5.º Escalão 14672,70 € – 29345,40 €	33,88	11,29	22,58	33,87	11,29
2010 – 2014					
1.º Escalão 0 – 2934,54 €	140,76	35,19	70,38	105,57	35,19
2.º Escalão 2934,54 € – 5869,08 €	116,74	29,19	58,38	87,57	29,19
3.º Escalão 5869,08 € – 8803,62 €	92,29	26,54	53,08	79,62	26,54

Fonte: Legislação do Abono de Família para Crianças e Jovens

Um exemplo simples permite uma aproximação ao impacto redistributivo das alterações ocorridas no Abono de Família. Considere-se uma família composta por um casal com duas crianças, de 2 e 7 anos, que se encontra no ponto médio do 1.º decil da distribuição do Rendimento Equivalente em 2011 (2 780€/ano). O seu rendimento disponível anual era, então, de 5 838€ pelo que se encontrava perto do limite superior do 2.º escalão do Abono de Família.

Esta família recebia um abono mensal de 72,46€, mas com as alterações de 2010 passou a receber 58,38€, ou seja, a prestação teve uma quebra de 19,4%.

O Quadro 46 apresenta a evolução dos principais indicadores macroeconómicos do Abono de Família. Entre 2009 e 2014 quase 600 mil crianças deixaram de receber a prestação, o que corresponde a 31,3% do total dos beneficiários; simultaneamente a despesa com a medida diminuiu, em termos nominais, 38,4%.

Quadro 46 Evolução do Abono de Família para Crianças e Jovens, 2009-2014

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Variação
N.º de Beneficiários	1849587	1821857	1357575	1300536	1294129	1269996	-31,3%
N.º de Beneficiários com idade inferior a um ano	163288	155577	112914	103371	93896	86892	-46,8%
N.º de Beneficiários com idade superior a um ano	1686299	1666280	1244661	1197165	1200233	1183104	-29,8%
Despesa com Abono de Família (milhões de euros)	922,6	863,7	605,4	592,7	591,3	568,6	-38,4%

Fonte: IGFSS (2014, 2015), Relatório da Conta da Segurança Social.

Imposto sobre o rendimento de pessoas singulares (IRS).

No Quadro 42 são listadas as principais alterações feitas no IRS ao longo do período de 2010-2014, pelo que, neste ponto, o Quadro 47 apenas confronta os escalões, e as respectivas taxas marginais do IRS, aplicados em 2009 com os de 2014. De forma a facilitar esta comparação, os limites dos escalões do IRS de 2009 foram actualizados para valores de 2014 utilizando o índice de Preços no Consumidor. As taxas marginais de 2014 incluem também a Taxa Adicional de Solidariedade de 2,5% sobre os rendimentos entre 80 mil e os 250 mil euros/ano, e a de 5% sobre o rendimento colectável que exceda os 250 mil euros/ano. É a consideração desta Taxa Adicional de Solidariedade que conduz ao aparecimento de mais um escalão adicional para rendimentos acima desse último valor. Note-se, no entanto, que os valores no Quadro 47 não incluem a sobretaxa de 3,5% sobre os rendimentos superiores ao valor anual do salário mínimo mensal, paga por todos os contribuintes em 2014.

Apesar do Quadro 47 não contemplar todas as alterações nos impostos sobre o rendimento em Portugal no período 2010-2014, a informação nele constante é suficiente para ilustrar o forte aumento da carga fiscal e da progressividade contido nas alterações no IRS.

Quadro 47 IRS, Taxas Marginais de Imposto, 2010 e 2014

Escalões (euros/ano)	Taxa Marginal
2009	
1.º Escalão 0 – 5157	10,5 %
2.º Escalão > 5157 – 7767	13,0 %
3.º Escalão > 7767 – 19263	23,5 %
4.º Escalão > 19263 – 44303	34,0 %
5.º Escalão > 44303 – 64206	36,5 %
6.º Escalão > 64206 – 69239	40,0 %
7.º Escalão > 69239	42,0 %
2014	
1.º Escalão 0 – 7000	14,5 %
2.º Escalão > 7000 – 20000	28,5 %
3.º Escalão > 20000 – 40000	37,0 %
4.º Escalão > 40000 – 80000	45,0 %
5.º Escalão > 80000 – 250000	50,5 %
> 250000	53 %

Fonte: Orçamento Geral do Estado 2009 e 2014.

O Quadro 48 apresenta a evolução macroeconómica da receita do IRS. Dado o que já foi exposto, a receita do IRS subiu 38,1% em termos nominais (28% em termos reais) e o peso do IRS no PIB aumentou 2,2 pontos percentuais.

Quadro 48 Evolução do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS), 2009-2014

	2009	2010	2011	2012	2013(p)	2014(p)	Variação
Receita do IRS (milhões de euros)	9693,4	9686,2	10567,8	9858,4	13187,5	13385,6	38,1%
Peso do IRS no Total dos Impostos Directos (%)	63,0	62,1	62,2	62,7	67,0	69,7	6,7 p.p.
Peso do IRS no PIB (%)	5,5	5,4	6,0	5,9	7,8	7,7	2,2 p.p.

Fonte: INE (2015), Estatísticas das Receitas Fiscais 1995-2014.
Nota: (p) – Valores provisórios

10.4. Microssimulação do impacto de algumas políticas sociais e fiscal no período de austeridade

Nesta secção aprofundam-se alguns dos resultados de De Agostini *et al.* (2016) para Portugal, identificando e isolando o efeito de algumas medidas de política mais relevantes para compreender a realidade portuguesa nos últimos anos.

Para tal, segue-se a metodologia daquele estudo e utiliza-se a mesma versão do modelo Euromod para analisar o impacto das alterações no Rendimento Social de Inserção (RSI), no Abono de Família (AdF) e no IRS. O facto destas três políticas serem praticamente independentes[57] assegura que é possível isolar os impactos redistributivos de cada delas. O ano de referência dos rendimentos é igualmente 2011, baseado nos dados microeconómicos do ICOR transformados de acordo com as regras de construção da base de dados do Euromod[58], e o factor de indexação utilizado é o índice de Preços no Consumidor (IPC).

A simulação do impacto redistributivo dessas três políticas é feita "transportando" para 2011 cada uma das políticas tal como foram definidas em 2009 e em 2014. A diferença entre os seus resultados dá o impacto da alteração de cada uma das políticas, o que é analisado no Quadro 49, pelos seus efeitos directos sobre o rendimento equivalente de cada decil da distribuição e sobre o conjunto dos rendimentos familiares [59].

57. O IRS não tem em conta na determinação do rendimento colectável os valores do RSI e AdF. Por sua vez, o valor do AdF não entra na *condição de recursos* do RSI nem, vice-versa, o valor do RSI consta na *condição de recursos* do AdF.

58. Para uma descrição pormenorizada da construção do módulo do Euromod em Portugal consulte-se Rodrigues, Figueiras e Junqueira (2013,2015).

59. Os decis do rendimento equivalente considerados são os estimados a partir da distribuição em 2011.

Quadro 49 Impacto das Alterações das Políticas Sociais (RSI e AdF) e Fiscais (IRS) no Rendimento Equivalente entre 2010 e 2014

	Alteração do RSI	Alteração do Abono de Família	Alteração do IRS
1.º decil	-16,8%	-1,9%	-0,3%
2.º decil	-2,5%	-1,2%	-0,7%
3.º decil	-0,1%	-0,7%	-1,0%
4.º decil	0,0%	-0,6%	-1,6%
5.º decil	0,0%	-0,5%	-2,9%
6.º decil	0,0%	-0,5%	-3,9%
7.º decil	0,0%	-0,7%	-5,3%
8.º decil	0,0%	-0,6%	-6,4%
9.º decil	0,0%	-0,4%	-8,1%
10.º decil	0,0%	-0,1%	-10,4%
População Total	**-0,7%**	**-0,5%**	**-6,1%**

Fonte: Euromod G3.0. Cálculos dos autores.

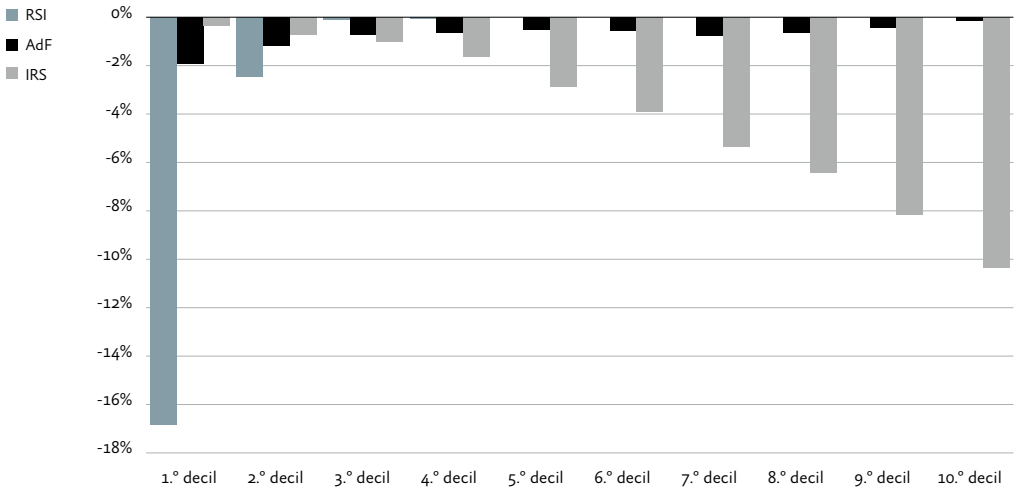
Uma primeira constatação é a de que o impacto das três políticas tem um alcance muito diferenciado sobre os rendimentos familiares. Enquanto os efeitos directos imputados às alterações do IRS geram uma diminuição do rendimento equivalente médio das famílias de 6,1%, os efeitos imputados a cada uma das duas outras políticas geram uma diminuição inferior a 1%. Um segundo aspecto diz respeito ao nível de progressividade/regressividade de cada uma das políticas. As mudanças verificadas no IRS têm uma natureza inequivocamente progressiva, com o 10.º decil a sofrer uma redução do seu

rendimento médio superior a 10%. Em contrapartida, as alterações nas regras do RSI são claramente penalizadoras do 1.º decil da distribuição que vê os seus rendimentos diminuírem em 16,8%[60]. O impacto das alterações do AdF distribui-se de forma menos assimétrica sobre o conjunto da distribuição, mas não deixa de evidenciar alguma regressividade, com os dois primeiros decis a registarem uma diminuição do seu rendimento equivalente superior a 1%.

O Gráfico 70 ilustra os efeitos directos de cada uma das medidas sobre a distribuição do rendimento.

60. O facto dos efeitos do RSI se propagarem, ainda que de forma marginal, pelo 2.º e 3.º decil fica-se a dever à escala de equivalência desta medida não ser idêntica à utilizada no cálculo do rendimento equivalente e de haver rendimentos que não são considerados na sua *condição de recursos*. Essas diferenças provocam algum movimento de "*reranking*" na ordenação das famílias.

Gráfico 70 Impacto das Alterações das Políticas Sociais (RSI e AdF) e Fiscais (IRS) no Rendimento Equivalente entre 2010 e 2014



Fonte: Euromod G3.0. Cálculos dos autores

Uma questão central na apreciação do processo de ajustamento é a evolução da desigualdade. No capítulo 3, usando os dados do ICOR, foi identificado um agravamento da desigualdade que é tanto mais significativo quanto maior for a sensibilidade dos índices utilizados à parte inferior da distribuição do rendimento equivalente. No entanto, de Agostini *et al.* (2016) concluem que a desigualdade medida pelo coeficiente de *Gini* diminuiu 0,9 pontos percentuais entre 2011 e 2014. A microssimulação do RSI, do AdF e do IRS nesta secção permite uma análise mais detalhada da desigualdade e reconciliar estes dois resultados.

O Quadro 50 apresenta a evolução dos diferentes índices de desigualdade induzida pela alteração registada em cada uma das políticas.

Quadro 50 Impacto das Alterações das Políticas Sociais (RSI e AdF) e Fiscais (IRS) na Desigualdade entre 2010 e 2014

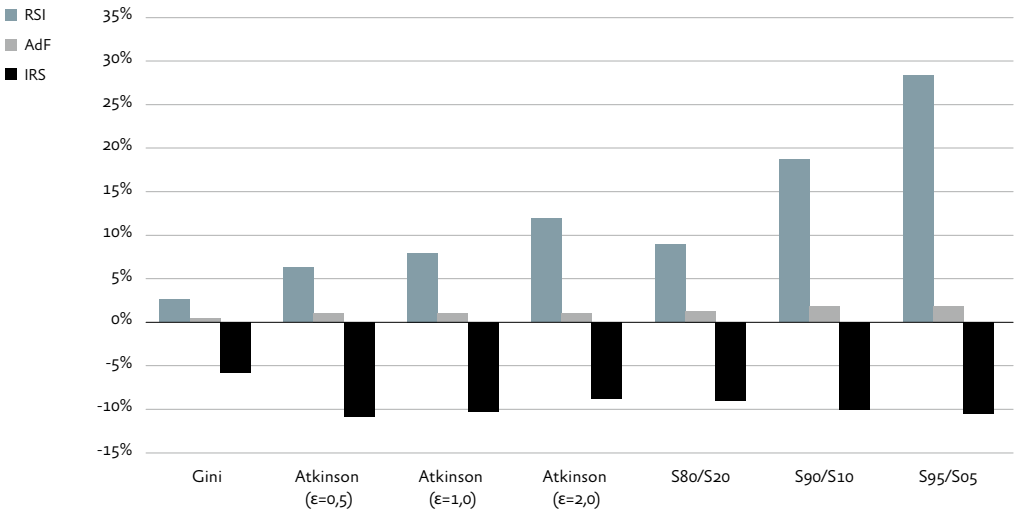
	Alteração do RSI	Alteração do Abono de Família	Alteração do IRS
Índice de Gini	2,6%	0,5%	-5,9%
Índice de Atkinson (ε=0,5)	6,3%	1,1%	-10,9%
Índice de Atkinson (ε=1,0)	8,0%	1,1%	-10,2%
Índice de Atkinson (ε=2,0)	11,9%	1,1%	-8,7%
S80/S20	8,9%	1,3%	-9,1%
S90/S10	18,7%	1,8%	-10,1%
S95/S05	28,3%	1,9%	-10,4%
S95/S05	2,6%	0,5%	-5,9%

Fonte: Euromod G3.0. Cálculos dos autores.

As alterações no sistema fiscal (IRS) introduzem indiscutivelmente um efeito equalizador sobre os diferentes indicadores de desigualdade, mas esse efeito é tanto menor quanto maior é o peso atribuído pelo índice utilizado à parte inferior da distribuição (Atkinson, ε=2,0), ou à comparação entre os seus extremos (S95/S05). As alterações nas duas políticas sociais têm efeito diferente sobre os vários indicadores de desigualdade, com as mudanças no RSI a gerarem um forte agravamento da desigualdade, sobretudo de novo nos indicadores mais sensíveis à deterioração dos rendimentos mais baixos, e os efeitos do AdF a serem muito menos pronunciados.

É na conjugação destes efeitos antagónicos que parece estar a explicação da aparente contradição dos dois resultados: o aumento do nível e da progressividade dos impostos directos é suficiente para compensar o aumento da desigualdade resultante das alterações das políticas sociais quando a desigualdade é vista a partir do centro da distribuição (pelo índice de *Gini*), mas tal já não se verifica quando é a assimetria entre os extremos da distribuição que é comparada (Atkinson com ε=2,0 e S95/S05). Esta "oposição" entre os efeitos das mudanças nas políticas sociais e fiscais sobre os vários indicadores de desigualdade é posta em destaque no Gráfico 71.

Gráfico 71 Impacto das Alterações das Políticas Sociais (RSI e AdF) e Fiscais (IRS) na Desigualdade entre 2010 e 2014



Fonte: Euromod G3.0. Cálculos dos autores.

Os resultados sobre os indicadores de pobreza obtidos com o exercício de microssimulação são mais complexos de analisar na medida em que também afectam o próprio limiar de pobreza. Num contexto em que todas as políticas simuladas induzem uma diminuição dos rendimentos familiares, a opção entre uma linha de pobreza estimada a partir de cada distribuição e uma linha de pobreza fixa pode condicionar os resultados obtidos. Assim, consideram-se duas situações: na primeira, a linha de pobreza é estimada, da forma usual, a partir do rendimento mediano de cada distribuição de rendimento; na segunda, o valor real da linha de pobreza estimado pelo Euromod para 2009 é mantido fixo, isto é, define-se uma linha de pobreza ancorada no tempo. Os dois conjuntos de resultados são comparados no Quadro 51.

Quadro 51 Impacto das Alterações das Políticas Sociais (RSI e AdF) e Fiscais (IRS) nos Indicadores de Pobreza entre 2010 e 2014

	Alteração do RSI	Alteração do Abono de Família	Alteração do IRS
Linha de Pobreza "Oficial"			
Valor da L. Pobreza	0%	-0,4%	- 3,3%
Incidência (F0)	0,85	0,44	-0,50
Intensidade (F1)	1,30	0,15	-0,37
Severidade (F2)	0,89	0,07	-0,16
Linha de Pobreza Ancorada em 2009			
Incidência (F0)	0,55	0,28	0,59
Intensidade (F1)	1,26	0,22	0,09
Severidade (F2)	0,95	0,11	0,03

Fonte: Euromod G3.0. Cálculos dos autores.

Nota: os efeitos sobre os índices de pobreza estão expressos em pontos percentuais.

As alterações do RSI não geram qualquer efeito sobre a linha de pobreza "oficial" que se mantém constante. A quebra dos rendimentos dos indivíduos mais pobres gera um agravamento de todos os indicadores de pobreza sendo que, como seria de esperar, a maior subida se regista no indicador de intensidade da pobreza (1,30 pontos percentuais). A utilização da linha de pobreza ancorada atenua um pouco a subida dos indicadores de pobreza, na medida em que o seu valor é mais elevado que o da linha "oficial" e, consequentemente, os indicadores de pobreza no período inicial eram também mais elevados.

O efeito das modificações no AdF é similar em sentido, mas de menor magnitude do que aquele que é produzido pelas mudanças no RSI – mas com uma descida, ainda que marginal, na linha de pobreza "oficial" (- 0,4%).

O caso mais interessante é sem dúvida o das alterações no IRS. A descida dos rendimentos induzida pelo aumento desse imposto gera uma diminuição da linha de pobreza "oficial" de 3,3% que é mais do que suficiente para compensar a queda de rendimento dos indivíduos mais pobres e diminuir, ainda que de forma artificial, os seus níveis de pobreza. Utilizando, alternativamente, uma linha de pobreza não afectada pela quebra do rendimento mediano gerada pelo IRS, ou seja, a linha de pobreza ancorada, também as alterações nesta medida levam a um agravamento de todos os indicadores de pobreza, particularmente da sua incidência (0,59 pontos percentuais) e comparável com a do RSI (0,55 pontos percentuais).

Uma das vantagens da utilização dos modelos de microssimulação é a possibilidade de identificar quais as famílias e indivíduos mais afectados pela

alteração das políticas. O Quadro 52 permite discriminar os efeitos dessas alterações sobre a pobreza monetária dos jovens (<18 anos), idosos (65+) e resto da população (18-64). Os jovens são claramente os mais afectados pelas mudanças e é sobre eles que incide a maior parte do agravamento das várias dimensões da pobreza associado às mudanças nas regras do RSI e do AdF. No entanto, é igualmente neste grupo etário que se regista um maior atenuar da pobreza induzida pelo IRS.

Um outro aspecto importante do Quadro 52 é o efeito praticamente nulo das alterações do RSI e AdF na população idosa. Quanto às modificações do IRS, atenuam muito ligeiramente a pobreza dos idosos, ainda que essa descida não possa ser desligada da descida da linha de pobreza que lhe está associada.

Quadro 52 Impacto das Alterações das Políticas Sociais (RSI e AdF) e Fiscais (IRS) nos Indicadores de Pobreza por Escalão Etário entre 2010 e 2014

	Alteração do RSI	Alteração do Abono de Família	Alteração do IRS
Incidência da Pobreza			
Menos de 18 anos	2,4	1,3	-0,9
18-64 anos	0,7	0,3	-0,5
65 e mais anos	0,0	0,0	-0,3
Intensidade da Pobreza			
Menos de 18 anos	2,6	0,4	-0,5
18-64 anos	1,3	0,1	-0,3
65 e mais anos	0,1	0,0	-0,4

Fonte: Euromod G3.0. Cálculos dos autores.

Nota: os efeitos sobre os índices de pobreza estão expressos em pontos percentuais.

Por último, o Quadro 53 mostra os mesmos indicadores considerando as famílias com e sem crianças. Excluindo o aspecto óbvio de que as alterações no AdF não afectam as famílias sem crianças, constata-se que as alterações no RSI afectam predominantemente as famílias com crianças, o que claramente decorre da mudança na escala de equivalência utilizada para a sua *condição de recursos*.

Quadro 53 Impacto das Alterações das Políticas Sociais (RSI e AdF) e Fiscais (IRS) nos Indicadores de Pobreza por Tipo de ADP entre 2010 e 2014

	Alteração do RSI	Alteração do Abono de Família	Alteração do IRS
Incidência da Pobreza			
Famílias sem crianças	0,1	0,0	-0,3
Famílias com crianças	1,6	0,9	-0,7
Intensidade da Pobreza			
Famílias sem crianças	0,5	0,0	-0,3
Famílias com crianças	2,1	0,3	-0,4

Fonte: Euromod G3.0. Cálculos dos autores.

Capítulo 11

Principais Resultados

Entre meados da década de 90 e final da primeira década deste século, Portugal conseguiu resultados muito significativos na redução da desigualdade económica e das várias dimensões da pobreza monetária. A taxa de pobreza registou uma diminuição de 4,7 pontos percentuais passando de 22,5% da população em 1993 para 17,9% em 2009. A intensidade da pobreza, uma medida que indica quão pobres são os pobres, reduziu-se igualmente de forma significativa. Particularmente relevante é a evolução da taxa de pobreza dos idosos que, num período de 15 anos, entre 1993 e 2009, diminuiu de cerca de 40% para próximo de 21%. Infelizmente, redução semelhante não ocorreu com a pobreza infantil, que permaneceu bastante elevada. No entanto, apesar desses progressos, Portugal continuou a ter valores de desigualdade e de pobreza superiores ao do conjunto dos países da UE neste período, muito em particular em relação ao conjunto dos países da UE antes do alargamento ao Leste Europeu.

A grave crise socioeconómica, que afectou as economias desenvolvidas a partir de 2008, com reflexos profundos em Portugal a partir de 2010, bem como as politicas que se seguiram tendo em vista a sua superação, inverteram completamente a tendência para a redução da desigualdade. Assim como se traduziram num inequívoco agravamento das condições de vida e num processo de empobrecimento que afectou largos sectores da população. Entre 2009 (último ano pré-crise e pré-medidas de *austeridade*) e 2014 (último ano com dados disponíveis), a taxa de pobreza aumentou de 17,9% para 19,5%. Este valor reconduz o país aos níveis de pobreza do início deste século. De facto, é necessário recuar a 2003 para encontrar um nível de pobreza superior ao verificado em 2013/2014. A intensidade da pobreza atingiu 30,3% em 2013, recuando ligeiramente para 29,0% em 2014, valores que são os mais elevados desde o início da publicação desta série pelo INE, em 2004. Também os indicadores de privação material subiram neste período, traduzindo uma clara degradação das condições de vida das famílias portuguesas. Uma das consequências mais dramáticas da crise económica e das políticas seguidas nos anos recentes foi a subida da taxa de pobreza das crianças e dos jovens que aumentou 2,4 pontos percentuais, passando de 22,4% para 24,8% entre 2009 e 2014.

Vários factores, tais como o aumento do desemprego, cortes salariais e nas transferências sociais e o aumento da tributação dos rendimentos e pensões, contribuíram para acentuar as situações de pobreza pré-existentes, mas igualmente para a criação de novas bolsas de pobreza constituídas por sectores da população até então relativamente imunes a essa situação.

Mas esta crise tocou também as metodologias utilizadas para a analisar, e pôs em evidência a fragilidade dos indicadores económicos mais utilizados para medir a pobreza monetária dos indivíduos e famílias. Um primeiro exemplo é o do cálculo do limiar de pobreza "oficial" que é definido pelo Eurostat e INE como 60% do rendimento mediano por adulto equivalente. Este limiar é, assim, definido de forma relativa, estando dependente do nível e da distribuição do rendimento verificada nesse ano e, em particular, do valor do rendimento mediano, ficando assim vulnerável à descida generalizada dos rendimentos familiares em períodos de recessão económica. Esta "armadilha do rendimento mediano" é particularmente sensível a situações, como a portuguesa, em que a diminuição dos rendimentos de trabalho e das pensões atingiu a zona da distribuição do rendimento onde se situa o rendimento mediano. Consequentemente, a quebra no valor "oficial" da linha de pobreza levou a que indivíduos e famílias que anteriormente eram considerados pobres tenham "abandonado" essa situação de pobreza artificialmente, sem que os seus recursos tenham aumentado, podendo mesmo ter diminuído.

No entanto, na bateria de indicadores sobre pobreza e exclusão social do Eurostat existe uma alternativa que permite atenuar ou mesmo anular esta "armadilha". A utilização da linha de pobreza ancorada num determinado ano permite estimar a linha de pobreza de cada ano relativamente a um ano base, actualizando o seu valor pelo índice de Preços no Consumidor (IPC). É uma forma de aproximar, ainda que parcialmente, a linha de pobreza relativa de uma linha de pobreza absoluta, que não seja condicionada pelas oscilações anuais do rendimento mediano.

Utilizando esta linha de pobreza alternativa, o INE estimou que entre 2009 e 2014 a incidência da pobreza registou um agravamento de 6,3 pontos percentuais, subindo de 17,9% para 24,2% Este valor traduz de forma mais realista a alteração efectiva das condições de vida das famílias mais carenciadas em Portugal no decorrer da presente crise. Significa igualmente que cerca de 2,5 milhões de indivíduos se encontravam, em 2014, em situação de pobreza.

O agravamento das desigualdades constitui outro traço marcante da maioria das políticas seguidas, em particular as que visavam a redução da despesa. Apesar da leitura dos indicadores de desigualdade ser, neste período de crise, mais complexa, o padrão do aumento das assimetrias na distribuição do rendimento é nitidamente identificável: o índice de *Gini*, a medida mais

utilizada na avaliação da desigualdade, sofreu ligeiras alterações ao longo deste período parecendo sugerir que, para o conjunto dos rendimentos familiares, não se registaram variações significativas ou, quando muito, terá havido uma ligeira subida. Entre 2009 e 2014, este índice aumentou de 33,7% para 34,0%. No entanto, considerou-se um outro indicador de desigualdade estimado pelo INE, o rácio S90/S10 que mede a distância que separa os rendimentos dos 10% mais pobres dos rendimentos dos 10% mais ricos, e verificou-se que, entre 2009 e 2014, este indicador passou de 9,2 para 10,6. Mais, o indicador S95/S05, que compara o rendimento dos 5% mais pobres com o dos 5% mais ricos, aumentou de 14,7 para 18,7.

Assim, o aumento contínuo do fosso que separa as famílias e os indivíduos mais ricos dos mais pobres constituiu o principal traço da evolução das desigualdades ao longo destes anos de crise.

A consideração de diferentes tipologias de partição da população permitiu identificar quais os grupos socioeconómicos mais atingidos pela crise e pelo processo de *ajustamento*, através de uma análise detalhada da evolução dos rendimentos de cada grupo, da sua maior ou menor exposição a situações de pobreza e das mudanças verificadas na desigualdade no interior de cada uma das diferentes partições consideradas.

As famílias mais jovens, as famílias alargadas com crianças, os desempregados e a população com menor nível de qualificações surgem nitidamente como os principais "perdedores" nos efeitos da crise e das políticas de *austeridade* seguidas em Portugal.

Mas o estudo efectuado possibilitou igualmente traçar um perfil rigoroso de quem eram os pobres no nosso país em 2014: 54,2% da população pobre era do sexo feminino; 22,2% eram crianças com menos de 17 anos e 17,8% eram idosos; 58,4% dos indivíduos em situação de pobreza viviam em agregados familiares com crianças; 20% eram desempregados com mais de 18 anos; 16% eram reformados; 63% pertenciam a famílias cujo indivíduo de referência possuía um baixo nível de instrução, não tendo obtido mais do que o 2.º ciclo do ensino obrigatório.

Da análise realizada, dois factores emergem como fortemente potenciadores de vulnerabilidade económica: o baixo nível de instrução/qualificação e o afastamento, ainda que parcial, do mercado de trabalho.

Se a relação entre o desemprego e a situação de pobreza parece óbvia, como o comprovam os 20% de pobres desempregados ou a taxa de pobreza de 42% neste grupo, uma relação mais ténue e instável com o mercado de trabalho, expressa no trabalho intermitente, precário ou a prazo, pode igualmente constituir um factor gerador de pobreza. Em 2014, 37% da população situada abaixo do limiar de pobreza vivia em agregados familiares com intensidade

de trabalho reduzida ou muito reduzida. A incidência da pobreza nesses dois grupos era, respectivamente, de 45% e de 58%.

A forte associação entre o nível de instrução e o nível de rendimento familiar ou de ganho dos trabalhadores por conta de outrem ficou cabalmente demonstrada nos capítulos 6 e 8. O rendimento equivalente de uma família cujo indivíduo de referência possui um curso de nível superior é, em média, 1,7 vezes superior ao do conjunto da população e 2,3 vezes maior que o das famílias cujo individuo de referência dispõe de um nível de instrução igual ou inferior ao 2.º ciclo.

Dada a relação directa entre o nível de rendimento ou de ganho e o grau de instrução obtida não surpreende que esta seja a única característica analisada que se destaca na explicação da desigualdade familiar ou salarial. A metodologia seguida de decomposição da desigualdade por grupos socioeconómicos estimou que o nível de instrução "explica" cerca de 25% da desigualdade familiar e da desigualdade na distribuição do ganho equivalente.

Uma análise mais fina da evolução das desigualdades, efectuada no presente estudo, permite afirmar que o acréscimo da desigualdade somente não foi mais expressivo devido ao significativo aumento da carga fiscal e de um acréscimo nítido do impacto equalizador dos impostos directos, principalmente após as alterações introduzidas no IRS em 2013.

A análise das alterações no mercado de trabalho permite reafirmar o perfil da desigualdade salarial em Portugal, observado no estudo anterior: Portugal é um país com níveis salariais baixos em termos europeus, com elevados níveis de desigualdade no rendimento do trabalho, determinados predominantemente pelo forte afastamento dos salários mais elevados do resto da distribuição. A presente crise e o processo de *ajustamento* que se seguiu após 2010 moderaram o agravamento da desigualdade através da contenção assimétrica do conjunto dos ganhos; mas não se alterou o fundamental do padrão de desigualdade existente.

A análise longitudinal dos rendimentos familiares e salariais e a observação das dinâmicas de saída e de entrada em situação de pobreza permitiram, neste estudo, um novo olhar sobre as transformações ocorridas na distribuição do rendimento durante os primeiros anos do processo de *ajustamento*. Foi possível detectar a existência de uma forte mobilidade ascendente e descente ao longo da escala de rendimentos e identificar quem efectivamente ganhou e perdeu rendimento. Os resultados agora apresentados são esclarecedores do impacto redistributivo do processo de *ajustamento*: 69% dos indivíduos viram o seu rendimento diminuir entre 2009 e 2012, com um quarto da população a ter um decréscimo do rendimento real superior a 30%.

A análise das dinâmicas de entrada e saída em situação de pobreza permitiu estimar que, nesse mesmo período, um terço (32,6%) dos indivíduos se encontrou em situação de pobreza pelo menos durante um ano, o que revela um elevado nível de vulnerabilidade do conjunto da população, e que a escassez efectiva de recursos somente é captada de uma forma muito parcial pela análise tradicional (ano a ano) dos indicadores de pobreza. No entanto, a passagem por uma situação de pobreza foi transitória para a maioria: 12,6% dos indivíduos estiveram nessa situação apenas um ano, e só 8,2% aí permaneceram durante todo o período considerado. Um factor preocupante, agora identificado, é que entre os indivíduos que eram pobres em 2012, 24,5% encontravam-se pela primeira vez nessa situação, ou seja, não tinham sido pobres em 2009-2011. Este resultado confirma de algum modo a teoria de que a presente crise empurrou para situações de pobreza indivíduos e famílias que antes pareciam estar imunes a essa situação.

A utilização do modelo Euromod confirma a análise acima efectuada às consequências do processo de *ajustamento* em Portugal. Este modelo tem a vantagem de permitir isolar os efeitos directos das políticas seguidas, separando-os dos efeitos resultantes do ciclo económico e das alterações na estrutura da população e, assim, quantificar os impactos de algumas das medidas de *austeridade* implementadas no nosso país. Os resultados obtidos evidenciam claramente a dicotomia entre as políticas sociais e fiscal: apesar de ambas terem implicado uma redução dos rendimentos familiares, os seus efeitos redistributivos são distintos tanto no nível como nos sectores da população.

As alterações da política fiscal, em particular as mudanças no IRS, tiveram um carácter fortemente progressivo, afectando essencialmente os indivíduos situados na parte central e superior da distribuição do rendimento. No Capítulo 10 foi estimado que estas alterações levaram a uma quebra de 6,1% no rendimento equivalente das famílias, predominantemente sobre o último terço da distribuição.

A modificação das políticas sociais revelou-se claramente regressiva com as famílias de menores rendimentos, em particular as famílias alargadas com crianças, a registarem um maior decréscimo do seu rendimento disponível.

Esta dualidade de efeitos das políticas sociais e fiscais repercute-se também directamente na evolução dos principais indicadores de desigualdade e pobreza. As modificações no IRS geraram efeitos equalizadores provocados pela maior redução dos rendimentos mais elevados. Como é referido no Capítulo 10, o aumento do nível e progressividade dos impostos directos é suficiente para compensar o aumento da desigualdade resultante das alterações das políticas sociais quando a desigualdade é vista a partir do centro da distribuição (pelo índice de *Gini*), mas tal já não se verifica quando se compara a assimetria

entre os extremos da distribuição. As alterações nas políticas sociais têm o efeito oposto sobre os vários indicadores de desigualdade, com as mudanças no Rendimento Social de Inserção (RSI) a gerarem um forte agravamento da desigualdade, sobretudo nos indicadores mais sensíveis à deterioração dos rendimentos mais baixos.

Os impactos das políticas sobre os indicadores de pobreza dependem em grande medida da forma como se define o limiar de pobreza. Tendo em conta que a linha de pobreza é determinada em função do rendimento mediano de cada distribuição, o impacto do aumento dos impostos directos pode traduzir-se numa redução das várias dimensões da pobreza, apesar da generalidade da população pobre não ser directamente afectada, pois não é abrangida pelo IRS. Neste caso, a redução da pobreza deve-se predominantemente à queda do rendimento mediano e, consequentemente, da linha de pobreza. Se, alternativamente, for considerada uma linha de pobreza fixa no tempo, os efeitos das alterações dos impostos directos ou são nulos ou agravam a pobreza. As alterações das políticas sociais neste período, pelo contrário, têm efeitos inequívocos, com um aumento em todos os indicadores de pobreza.

Deve ressalvar-se, no entanto, que o exercício de microssimulação não permite uma discriminação completa entre as consequências da crise económica e as políticas seguidas. As modificações nas políticas públicas tiveram um âmbito muito mais vasto e consequências redistributivas para lá do que é possível captar no Euromod. De fora ficam, por exemplo, o impacto dos cortes salariais na função pública e pensões, a eliminação ou redução do subsídio de férias e de Natal, as alterações introduzidas na legislação laboral, entre outras medidas. Mas esta ressalva não tira valor aos resultados obtidos, que são, de facto, suficientemente esclarecedores sobre os principais efeitos das políticas de *austeridade* adoptadas no nosso país, e permitem uma visão mais informada das alterações registadas no rendimento, desigualdade e pobreza em Portugal.

O forte retrocesso registado em termos sociais, o agravamento das situações de pobreza e de exclusão social são hoje factualmente incontestáveis quer a nível nacional quer internacional. Mas permanecem áreas menos conhecidas dos efeitos das políticas seguidas, alimentando especulações e criando uma nuvem de incerteza que, em última instância, tende a justificar essas mesmas políticas ou, no mínimo, a sua inevitabilidade.

Finalmente, os resultados permitem analisar dois dos mitos mais comuns sobre o que se passou nos últimos anos em Portugal.

O primeiro é o de que as políticas de *austeridade*, como os cortes dos salários e das pensões conseguiram isentar as famílias e os indivíduos mais pobres.

O segundo, aceite por muitos comentadores críticos do *processo de empobrecimento*, é que a crise foi particularmente sentida pela classe média.

Contudo, ambos os mitos não são mais do que... mitos. A realidade, infelizmente, é bem diferente. Na verdade, no período 2009-2014, enquanto o rendimento dos 10% mais ricos registou um decréscimo real de cerca de 13%, os rendimentos dos decis intermédios (3 a 7) desceram entre 10 e 12%. Já o rendimento dos 10% mais pobres diminuiu nada menos do que 25%.

Múltiplos factores contribuíram para este resultado, tão diferente dos mitos propagados sobre os efeitos da crise: por um lado, a crise económica em si mesma, e muito em particular a exclusão de largos milhares de trabalhadores por conta de outrem do mercado de trabalho, que teve efeitos devastadores. O facto de os mais pobres não terem sido directamente afectados pelos cortes nos salários e nas pensões não chegou para compensar esses efeitos; por outro lado, as alterações introduzidas nas transferências sociais, em particular no Rendimento Social de Inserção, no Complemento Solidário para Idosos e no Abono de Família, foram, elas sim, determinantes no aumento da pobreza e, simultaneamente, no agravamento das condições de vida das famílias mais pobres. O recuo destas políticas sociais, no auge da crise económica, quando elas mais se revelavam necessárias, constituiu inequivocamente um factor de empobrecimento e de fragilização da coesão social.

A forte contracção dos rendimentos dos indivíduos mais pobres, gerada pela conjugação da crise económica, do desemprego e do forte recuo das transferências sociais é a verdadeira imagem de marca das políticas de *ajustamento* seguidas.

Bibliografia

Alves, N. (2012), a view on income redistribution in Portugal and in the EU, *Banco de Portugal Economic Bulletin*, Winter, 41-58.

Alves, N. E Martins, C. (2012), Mobility and income inequality in the European Union and in Portugal, *Banco de Portugal Economic Bulletin*, Summer, 57-70.

Arnold, J e Rodrigues, C.F. (2015), Reducing inequality and poverty in Portugal, OECD Economics Department Working Papers, N.º. 1258, OECD Publishing, Paris.

Atkinson, A.B. (2015), *Inequality: What can be done?*, Harvard University Press, Cambridge.

Atkinson, A.B. E Bourguignon, F. (2015), *Handbook of Income Distribution*, Volume 2. Amsterdam: Elsevier.

Atkinson, A.B. and Brandolini, A. (2006) From earnings dispersion to income inequality. In: Farina, Francesco and Savaglio, Ernesto, (eds.). *Inequality and Economic Integration*. Routledge Siena studies in political economy. Routledge, London, UK, pp. 35-62.

Avram S., Figari F., Leventi C., Levy H., Navicke E., Matsaganis M., Militaru E., Paulus A., Rastringina O. E Sutherland H. (2013), *The distributional effects of austerity measures: a comparison of nine EU countries*, EUROMOD Working Paper EM2/13. Colchester: ISER, University of Essex.

Banco de Portugal (2013), a Evolução Recente das Remunerações em Portugal, *Boletim Económico do Banco de Portugal*, Outubro de 2013.

Banco de Portugal (2014), *Relatório do Conselho de Administração – A Economia Portuguesa*, Banco de Portugal, Lisboa.

Bargain O. E Callan T. (2010), Analysing the effects of tax-benefit reforms on income distribution: a decomposition approach, *Journal of Economic Inequality*, 8 (1) 1-21.

Brandolini, A., Rosolia, A. E Torrini, R., (2011), *The distribution of employees' labour earnings in the European Union: Data, concepts and first results*, ECINEQ Working Papers, 198.

Callan, T., Nolan B., Keane, C., Savage, M. E Walsh, J. (2013), *The Great Recession, Austerity and Inequality: Evidence from Ireland*, WP499, Economic and Social Research Institute (ESRI).

Callan, T., Leventi, C., Levy, H., Matsaganis, M., Paulus, A. E Sutherland, H. (2011), *The distributional effects of austerity measures: a comparison of six EU countries*, EUROMOD Working Paper 6/11. Colchester: University of Essex.

Callan T., Nolan B. E Walsh J. (2011), The economic crisis, public sector pay, and the income distribution. In H. Immervoll, A. Peichl, & K. Tatsiramos (eds), *Who loses in the downturn? Economic crisis, employment and income distribution*, Research in Labour Economics (32), 207–225.

Cowell, F. A. E S. Jenkins (1995), How Much Inequality Can We Explain? A Methodology and an Application to the United States, *Economic Journal*, 105 (429), pp. 421-430.

De Agostini, P., Paulus, A., Sutherland, H. E Tasseva, I. (2014), *The effect of tax-benefit changes on the income distribution in EU countries since the beginning of the crisis*, EUROMOD Working Paper Series EM9/14, Colchester: University of Essex.

De Agostini, P., Paulus, A. E Tasseva, I. (2015), *The effect of tax-benefit changes on the income distribution in 2008-2014*, EUROMOD Working Paper 7/15, Colchester: University of Essex.

De Agostini, P., Paulus, A. E Tasseva, I. (2016), *The effect of changes in tax-benefit policies on the income distribution in 2008-2015*, EUROMOD Working Paper 6/16, Colchester: University of Essex.

Dreger, C., López-Bazo, E. *et al.* (2015), *Wage and Income Inequality in the European Union*, Europe Parlment, IP/A/EMPL/2013-05, Brussels

Eurostat (2010), *The distribution of employees' labour earnings in the EU: data, concepts and first results*, Eurostat Methodologies and Working Papers, Luxembourg.

Eurostat (2016), Online statistics database (último acesso: Agosto de 2016), Luxemburg: Eurostat.

Figari, F., Paulus, A. E Sutherland, H. (2015), Microsimulation and Policy Analysis. In A.B. Atkinson and F. Bourguignon (Eds.), *Handbook of Income Distribution*, Vol 2. Amsterdam: Elsevier, pp. 2141-2221

Foster, J., J. Greer e E. Thorbecke. (1984a), a Class of Decomposable Poverty Measures, *Econometrica*; 52(3), pp. 761-66.

Foster, J., Greer, J. E Thorbecke, E. (1984b). Notes and comments: A class of decomposable poverty measures. *Econometrica*, 52(3), 761-766.

Förster, M. E Whiteford, P. (2009), *How much redistribution do Welfare States achieve? The role of cash transfers and household taxes*, CESifo DICE Report, Institute for Economic Research at the University of Munich, vol. 7(3), 34-41.

GEP (2016), *Estatísticas do Trabalho e de Emprego*, Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho, da Solidariedade e da Segurança Social, Lisboa.

IGFSS (2014), *Relatório da Conta da Segurança Social 2013*, Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I. P., Lisboa.

IGFSS (2015), *Relatório da Conta da Segurança Social 2014*, Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I. P., Lisboa.

INE (2015), *Estatísticas das Receitas Fiscais 1995-2014*, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

INE (2016), *Rendimento e Condições de Vida 2014 (Dados definitivos)*, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

Jenkins S.P., Brandolini A., Micklewright J. E Nolan B. (2013), *The Great Recession and the distribution of household income*, Oxford: Oxford University Press.

Kakwani, N. (1977), Measurement of tax progressivity: an international comparison, *Economic Journal*, 87, 71-80.

Leventi, C. E Matsaganis, M. (2014), *Distributional Implications of the Crisis in Greece in 2009-2012*, EUROMOD Working Paper 4/14, Colchester: University of Essex.

Matsaganis, M. E Leventi, C. (2014), *Distributive Effects of the Crisis and Austerity in Seven EU Countries*, ImPRovE Discussion Paper No. 14/04, Antwerp: Herman Deleeck Centre for Social Policy – University of Antwerp.

OECD (2008), *Growing unequal? Income Distribution and Poverty*, OECD Publishing.

OECD (2011), *Divided We Stand: Why Inequality Keeps Rising*, OECD Publishing.

OECD (2014), "Income Distribution Database", OECD Social and Welfare Statistics (database), July. http://www.oecd.org/els/soc/income-distribution-database.htm.

OECD (2015), *In It Together: Why Less Inequality Benefits All*, Paris: OECD Publishing.

Rodrigues, C.F (2008), *Distribuição do Rendimento, Desigualdade e Pobreza: Portugal nos anos 90*, Edições Almedina, Coimbra.

Rodrigues, C.F. (2009), *Efficacy of Anti-poverty and Welfare Programs in Portugal: the Joint Impact of the CSI and RSI*, Working Papers Department of Economics 2009/42, ISEG – School of Economics and Management, Department of Economics, University of Lisbon.

Rodrigues, C.F. (2012), *Minimum Income in Portugal: Changing the Rules in Times of Crisis*, Working Papers Department of Economics 2012/05, ISEG – School of Economics and Management, Department of Economics, University of Lisbon.

Rodrigues, C.F. (2013), *Moving the goalposts not once but twice: minimum income benefit in Portugal*, Paper presented at the 2013 EUROMOD research workshop, ISEG, Lisbon.

Rodrigues, C.F. (2015), Efeitos redistributivos do Programa de Ajustamento em Portugal. In Viriato Soromenho-Marques e Paulo Trigo Pereira (eds.), *Afirmar o Futuro: Políticas Públicas para Portug*al, Vol I – Estado, Instituições e Políticas Sociais, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, pp 216-259.

Rodrigues, C.F. E Andrade, I. (2012), Monetary Poverty, Material Deprivation and Consistent Poverty in Portugal, *Notas Económicas*, 35, 20-39.

Rodrigues, C.F. E Andrade, I. (2014a), Portugal: There and back again, an inequality's tale. In Nolan, B. *et al.* (eds.), *Changing Inequalities and Societal Impacts in Rich Countries: Thirty Countries' Experiences*, Oxford.

Rodrigues, C.F. E Andrade, I. (2014b), Robin Hood versus Piggy Bank: Income redistribution in Portugal 2006-10, *Panoeconomicus*, vol. 61, issue 5, pages 617-630.

Rodrigues, C.F., Figueiras, R. E Junqueira, V. (2012), *Desigualdades Económicas em Portugal*, Fundação Francisco Manuel dos Santos, Lisboa.

Rodrigues, C.F., Figueiras, R. E Junqueira, V. (2013), Euromod Country Report – Portugal 2009-2013, acessível em https://www.euromod.ac.uk/sites/default/files/country-reports/Year5/CR_PT_Y5_Jan2014_final_12032014.pdf.

Rodrigues, C.F., Figueiras, R. E Junqueira, V. (2015), Euromod Country Report – Portugal 2011-2015, acessível em https://www.euromod.ac.uk/sites/default/files/country-reports/year6/Y6_PT_CR_final_08-03-2016.pdf.

Silverman, B.W. (1986), Density *Estimation for Statistics and Data Analysis*, London, Chapman & Hall.

Shorrocks, A.F. (1980), The Class of Additively Decomposable Inequality Measures. *Econometrica*, 48, pp. 613-625.

Shorrocks, A.F. (1982), Inequality Decomposition by Factor Components. *Econometrica*, 50, pp. 193-212.

Sutherland, H. E Figari F. (2013), EUROMOD: the European Union tax-benefit microsimulation model, International Journal of Microsimulation 6 (1), 4-26.

Urban, I. (2009), *Kakwani decomposition of redistributive effect: Origins, critics and upgrades*, ECINEQ Working Papers, 148.

Verbist, G. (2004), *Redistributive effect and progressivity of taxes: an international comparison across the EU using EUROMOD,* EUROMOD Working Paper 5/04, Colchester: University of Essex.

Anexo

Alterações legislativas nas prestações sociais, 2010-14

	2010	2011	2012	2013	2014
Subsídio de desemprego	Fixa novo limite máximo de 3xRMMG (1425€) para 3xIAS (1258€)		prazo de garantia passa dos 450 para os 360 dias	Fixa contribuição de 6% para a Seg. Social	
	Reduz duração e cobertura		limite máximo passa dos 3 para os 2,5 IAS	Alarga proteção a empresários e MOE´s	
	Introduz no início do ano e elimina em Junho majoração em 10% para familias com filhos		majoração em 10% para familias com filhos		
			redução em 10% após 6 meses de concessão		
			redução do período de concessão		
			Alarga proteção a TI economicamente dependendentes de uma única entidade		
Subsídio de doença			Ajustamento do valor diário face à extensão da baixa	Fixa contribuição de 5% para a Seg. Social	
Subsídio de parentalidade			Altera a determinação do subsídio		
Subsidio social parental	Restringe condição de recursos (via escala de equivalência				
Abono de Família	Elimina 4.º e 5.º escalão	Cria bolsa de estudos	Facilita a reavaliação da condição de recursos		
	Elimina majoração de 25% no 1.º e 2.º escalão				
	Elimina bónus para estudantes do 2.º ao 5.º escalão				

	2010	2011	2012	2013	2014
Pensões		Congela valores de todas as pensões	Congela valores excepto pensões mínimas com carreiras contributivas inferiores a 15 anos, RESSA, RNCE	Congela valores excepto pensões mínimas com carreiras contributivas inferiores a 15 anos, RESSA, RNCE	Congela valores excepto pensões mínimas com carreiras contributivas inferiores a 15 anos, RESSA, RNCE
		Introduz CES: 10% do valor da pensão acima dos 5000€	Altera CES: 25% do valor da pensão entre 5030,60€ e 7545,69€; 50% para o valor da pensão superior a 7545,96€	Altera CES. Para pensões entre: 1350€ e 1800€ – 3,5%; 1800€ e 3750€ – 3,5% para valor abaixo dos 1800€ e 16% para valor da pensão superior a 1800,01€; superiores a 3750€ – 10% do valor da pensão mais 15% do valor da pensão entre 5030,64€ e 7545,96€ mais 40% do valor da pensão superior a 7545,96€	Altera CES. Para pensões entre: 1000€ e 1800€ – 3,5%; 1800€ e 3750€ – 3,5% para valor abaixo dos 1800€ e 16% para valor da pensão superior a 1800,01€; superiores a 3750€ – 10% do valor da pensão mais 15% do valor da pensão entre 4611,42€ e 7126,74€ mais 40% do valor da pensão superior a 7126,74€
			Suspende pagamento de 13.° e 14.° mês para pensionistas com pensões superiores a 1100€ e parcialmente para pensões entre os 600€ e os 1100€		Idade normal de reforma passa dos 65 para os 66 anos e é atualizada anualmente de acordo com a EMV65
			Suspende antecipação por flexibilização		Altera valor do FS
			Limita a pensão de sobrevivência de ex-cônjuges		
CSI	O valor de referência aumenta para 5022€			O valor de referência decresce para 4909€	

	2010	2011	2012	2013	2014
RSI	Alteração da escala de equivalência para OCDE original		Alteração da escala de equivalência para OCDE modificada	O valor do RSI corresponde a 42,495% do valor do IAS (RSI=178,15 euros)	Alteração da escala de equivalência para OCDE original
	Inclusão de rendimentos de subsídio de renda de casa, prestações familiares e bolsas de estudo, para cálculo da condição de recursos		Eliminação de rendimentos de subsídio de renda de casa, prestações familiares e bolsas de estudo, para cálculo da condição de recursos		Inclusão de rendimentos de subsídio de renda de casa, prestações familiares e bolsas de estudo, para cálculo da condição de recursos
			Elimina renovação anual automática e reforça obrigações dos beneficiários		
			O valor do RSI é indexado a 45,208% do valor do IAS (RSI=189,52 euros)		
			Início de pagamento a partir da celebração do contrato de inserção		

Glossário de conceitos, indicadores e nomenclaturas

Rendimento monetário disponível

Consideram-se componentes principais do rendimento monetário disponível os rendimentos de trabalho por conta de outrem e por conta própria, os rendimentos de pensões (velhice, sobrevivência), as outras transferências sociais e outros rendimentos líquidos (de capital, de propriedade e transferências privadas).

Rendimento monetário disponível por adulto equivalente

O rendimento monetário disponível por adulto equivalente é obtido pela divisão do rendimento de cada agregado pela sua dimensão em termos de "adultos equivalentes", utilizando a escala de equivalência modificada da OCDE, conforme prática convencionada pelo Eurostat, a qual atribui um peso de 1 ao primeiro adulto de um agregado, 0,5 aos restantes adultos e 0,3 a cada criança. Para este efeito, consideram-se adultos os indivíduos com 14 ou mais anos.

Escala de equivalência modificada da OCDE

Esta escala atribui um peso de 1 ao primeiro adulto de um agregado; 0,5 aos restantes adultos e 0,3 a cada criança, dentro de cada agregado. A utilização desta escala permite ter em conta as diferenças na dimensão e composição dos agregados.

"Share"

Proporção do rendimento total auferida por um dado grupo de indivíduos, por exemplo os indivíduos do 1.º decil.

Índice de Gini (ou coeficiente de Gini)

Indicador de desigualdade na distribuição do rendimento que visa sintetizar num único valor a assimetria dessa distribuição. Assume valores entre 0 (quando todos os indivíduos têm igual rendimento) e 100 (quando todo o rendimento se concentra num único indivíduo). Este indicador de desigualdade é particularmente sensível a alterações do rendimento verificadas na parte central da distribuição. Uma das fórmulas possíveis de cálculo desse indicador é:

$$G = 1 + \frac{1}{n} - \frac{2}{n^2\mu}\sum_{i=1}^{n}(n - i + 1)y'_i$$

onde:

y'_i *– rendimento do indivíduo i, estando os indivíduos ordenados por ordem crescente do rendimento;*

n *– população total;*

μ *– rendimento médio da distribuição.*

Índices de Atkinson

Medida de desigualdade parametrizável em função da aversão à desigualdade por parte da sociedade, representada em ε ("parâmetro de aversão à desigualdade"). Através de ε é possível atribuir maior importância a diferentes partes da distribuição do rendimento na análise da desigualdade. Quanto maior for o valor deste parâmetro maior a importância atribuída à incidência da desigualdade sobre os indivíduos e famílias de menores rendimentos.

$$A = 1 - \left[\frac{1}{n}\sum_{i=1}^{n}\left(\frac{y_i}{\mu}\right)^{1-\varepsilon}\right]^{\frac{1}{1-\varepsilon}}$$

y'_i *– rendimento do indivíduo i;*

n *– população total;*

μ *– rendimento médio da distribuição.*

ε *– Parâmetro de aversão à desigualdade (ε>0)*

Índice S80/S20 ou rácio interquintis (e similares)

Proporção de rendimento monetário total recebido pelos 20% da população de maiores rendimentos (quintil superior) em relação à recebida pelos 20% mais pobres (quintil inferior). Pode assumir outras formas consoante os quantis em análise (por exemplo: S90/S10).

Índice P90/P10 (e similares)

Rácio entre os rendimentos auferidos pelo par de indivíduos situados nos percentis 10 e 90. Pode assumir outras formas consoante os percentis em análise (por exemplo: P95/P5).

Desvio Médio Logarítmico (DML)

Medida de desigualdade mais sensível à parte inferior da distribuição, com vantagem na possibilidade de permitir uma decomposição da desigualdade por grupos socioeconómicos, o que permite a sua utilização não somente para quantificar os níveis de desigualdade mas também para identificar alguns dos seus determinantes (capítulos 6 e 8).

$$DML = \frac{\sum_{i=1}^{n} \log\left(\frac{\mu}{y_i}\right)}{n}$$

Linha de pobreza (ou limiar de pobreza)

Limiar do rendimento abaixo do qual se considera que uma família se encontra em risco de pobreza. Este valor foi convencionado pela Comissão Europeia como sendo o correspondente a 60% da mediana do rendimento por adulto equivalente de cada país.

Medidas de Foster-Greer-Thorbecke

Conjunto de indicadores de pobreza que permitem percepcionar o défice de recursos da população em risco de pobreza ("*poverty gap*"), bem como medir o grau de desigualdade na distribuição dos rendimentos entre a população em risco de pobreza.

$$P_\alpha = \sum_{i=1}^{q} \frac{\left(1 - \frac{y_i}{z}\right)^\alpha}{n}$$

y_i *– Rendimento equivalente do indivíduo i;*
z *– Limiar de pobreza;*
q *– Número de pobres;*
n *– População total*

Com $\alpha = 0$,
Incidência da pobreza (ou taxa de pobreza, ou taxa de risco de pobreza)

Proporção da população com rendimento monetário equivalente (após transferências sociais) inferior ao limiar de pobreza estabelecido.

$$F_0 = \frac{q}{n}$$

Com $\alpha = 1$,

Intensidade da pobreza

Também conhecido por défice médio normalizado de recursos da população pobre, permite medir a distância que separa o rendimento monetário equivalente de um indivíduo pobre do limiar de pobreza. Desta forma, níveis elevados de pobreza dos indivíduos, essencialmente nos rendimentos mais baixos, conduzem a maiores valores para o índice considerado.

$$F_1 = \sum_{i=1}^{q} \frac{\left(1 - \frac{y_i}{z}\right)}{n}$$

Com $\alpha = 2$,

Severidade da pobreza

Com $\alpha = 2$, a gravidade da situação de privação cresce mais do que proporcionalmente com a distância a que o rendimento está da linha de pobreza (para $\alpha = 2$, a gravidade cresce com o quadrado da distância proporcional do rendimento ao limiar de pobreza).

$$F_2 = \sum_{i=1}^{q} \frac{\left(1 - \frac{y_i}{z}\right)^2}{n}$$

Intensidade de Pobreza (*"relative at risk of poverty gap"*) – conceito EUROSTAT

Quociente entre a diferença do limiar de pobreza e o rendimento mediano dos indivíduos pobres relativamente ao limiar de pobreza, em percentagem.

$$I = \frac{z - m}{z}$$

z *– Linha de pobreza*

m *– Rendimento mediano por adulto equivalente dos indivíduos pobres*

Taxa de privação material

Corresponde à proporção da população em que se verificam pelo menos três das seguintes nove dificuldades:

a) Sem capacidade para assegurar o pagamento imediato de uma despesa inesperada próxima do valor mensal da linha de pobreza (sem recorrer a empréstimo);

b) Sem capacidade para pagar uma semana de férias, por ano, fora de casa, suportando a despesa de alojamento e viagem para todos os membros do agregado;

c) Atraso, motivado por dificuldades económicas, em algum dos pagamentos regulares relativos a rendas, prestações de crédito ou despesas correntes da residência principal, ou outras despesas não relacionadas com a residência principal;

d) Sem capacidade financeira para ter uma refeição de carne ou de peixe (ou equivalente vegetariano), pelo menos de 2 em 2 dias;

e) Sem capacidade financeira para manter a casa adequadamente aquecida;

f) Sem disponibilidade de máquina de lavar roupa por dificuldades económicas;

g) Sem disponibilidade de televisão a cores por dificuldades económicas;

h) Sem disponibilidade de telefone fixo ou telemóvel, por dificuldades económicas;

i) Sem disponibilidade de automóvel (ligeiro de passageiros ou misto) por dificuldades económicas.

Taxa de privação material severa

Corresponde à proporção da população em que se verificam pelo menos quatro das nove dificuldades descritas em "taxa de privação material".

Intensidade laboral *per capita* muito reduzida

Consideram-se em intensidade laboral *per capita* muito reduzida todos os indivíduos com menos de 60 anos que, no período de referência do rendimento, viviam em agregados familiares em que os adultos entre os 18 e os 59 anos (excluindo estudantes) trabalharam em média menos de 20% do tempo de trabalho possível.

Nomenclatura dos Estados-membros da União Europeia

AT	Áustria	**EE**	Estónia	**IE**	Irlanda	**PL**	Polónia
BE	Bélgica	**ES**	Espanha	**IT**	Itália	**PT**	Portugal
BG	Bulgária	**FI**	Finlândia	**LT**	Lituânia	**RO**	Roménia
CY	Chipre	**FR**	França	**LU**	Luxemburgo	**SE**	Suécia
CZ	Rep. Checa	**GR**	Grécia	**LV**	Letónia	**SI**	Eslovénia
DE	Alemanha	**HU**	Hungria	**MT**	Malta	**SK**	Eslováquia
DK	Dinamarca	**HR**	Croácia	**NL**	Países Baixos	**UK**	Reino Unido

ÍNDICE DE QUADROS

26 **Quadro 1** Evolução Real do Rendimento Equivalente por decis, 2006-2009-2014 (euros/ano)
28 **Quadro 2** Matriz de Mobilidade do Rendimento Equivalente, 2009-2012
29 **Quadro 3** Mobilidade do Rendimento Equivalente, 2009-2012
38 **Quadro 4** Índices de Desigualdade, 2006-2009-2014
39 **Quadro 5** Coeficiente de Gini, 2006-2009-2014
40 **Quadro 6** Contributo para a Desigualdade das várias Fontes de Rendimento, 2006-2009-2014
49 **Quadro 7** Indicadores de Pobreza Monetária, 2006-2009-2014
52 **Quadro 8** Indicadores de Pobreza utilizando a Linha de Pobreza Ancorada em 2009
53 **Quadro 9** Número de Anos em Situação de Pobreza, 2009-2012
54 **Quadro 10** Matriz de Mobilidade em torno da Linha de Pobreza, 2009-2012
60 **Quadro 11** Índices de Privação Material, 2006-2009-2014
63 **Quadro 12** Taxa de Pobreza Consistente, 2006-2009-2014
68 **Quadro 13** Variação do Rendimento Equivalente e da Desigualdade por Escalão Etário do Indivíduo de Referência do ADP, 2009-2014
69 **Quadro 14** Variação da Incidência da Pobreza por Escalão Etário do Indivíduo de Referência do ADP, 2009-2014
70 **Quadro 15** Variação do Rendimento Equivalente e da Desigualdade por Género do Indivíduo de Referência do ADP, 2009-2014
71 **Quadro 16** Variação da Incidência da Pobreza por Género do Indivíduo de Referência do ADP, 2009-2014
72 **Quadro 17** Variação do Rendimento Equivalente e da Desigualdade por Dimensão do ADP, 2009-2014
73 **Quadro 18** Variação da Incidência da Pobreza por Dimensão do ADP, 2009-2014
75 **Quadro 19** Variação do Rendimento Equivalente e da Desigualdade por Composição do ADP, 2009-2014
76 **Quadro 20** Variação da Incidência da Pobreza por Composição do ADP, 2009-2014
78 **Quadro 21** Variação do Rendimento Equivalente e da Desigualdade por Nível de Instrução do Indivíduo de Referência do ADP, 2009-2014
78 **Quadro 22** Variação da Incidência da Pobreza por Nível de Instrução do Indivíduo de Referência do ADP, 2009-2014
80 **Quadro 23** Variação do Rendimento Equivalente e da Desigualdade por Categoria Socioeconómica, 2009-2014
80 **Quadro 24** Variação da Incidência da Pobreza por Categoria Socioeconómica, 2009-2014
82 **Quadro 25** Variação do Rendimento Equivalente e da Desigualdade por Nível de Intensidade Laboral *per capita* do ADP, 2009-2014

83 **Quadro 26** Variação da Incidência da Pobreza por Nível de Intensidade Laboral *per capita* do ADP, 2009-2014
86 **Quadro 27** Distribuição da População Pobre, 2009-2014
90 **Quadro 28** Evolução do Ganho Equivalente Mensal Bruto por Decis, 2009 e 2014 (€/mês a preços de 2014)
94 **Quadro 29** Índices de Desigualdade do Ganho Equivalente, 2009 e 2014
95 **Quadro 30** Matriz de Mobilidade do Ganho Equivalente, 2009 e 2012
96 **Quadro 31** Mobilidade do Ganho Equivalente, 2009-2012
96 **Quadro 32** Mobilidade dos Trabalhadores por Conta de Outrem, 2009 e 2012
114 **Quadro 33** Eficácia das Transferências Sociais na Redução da Incidência da Pobreza, 2006 – 2009 – 2014
114 **Quadro 34** Prestações Sociais em % do PIB, 2006-2009-2013
116 **Quadro 35** Distribuição das Prestações Sociais (%) por quintis do Rendimento Equivalente, 2014
118 **Quadro 36** Fluxograma dos Rendimentos
120 **Quadro 37** Eficácia e Eficiência das Transferências Sociais e Impostos Directos, 2006-2009-2014
128 **Quadro 38** Impacto das Alterações das Políticas Sociais e Fiscais na Desigualdade e na Pobreza, 2008-2011 e 2011-2014
129 **Quadro 39** Distribuição do Rendimento Equivalente ICOR *versus* Euromod, 2011
130 **Quadro 40** Indicadores de Desigualdade e Pobreza ICOR *versus* Euromod, 2011
132 **Quadro 41** Resumo das Alterações nas Prestações Sociais de 2010 a 2014
133 **Quadro 42** Resumo das Principais Alterações no IRS de 2010 a 2014
135 **Quadro 43** Alteração da Condição de Recursos do RSI · Casal com dois filhos dependentes
135 **Quadro 44** Evolução do Rendimento Social de Inserção, 2009-2014
136 **Quadro 45** Valor do Abono de Família para Crianças e Jovens, 2009-2014
137 **Quadro 46** Evolução do Abono de Família para Crianças e Jovens, 2009-2014
138 **Quadro 47** IRS, Taxas Marginais de Imposto, 2010 e 2014
138 **Quadro 48** Evolução do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS), 2009-2014
139 **Quadro 49** Impacto das Alterações das Políticas Sociais (RSI e AdF) e Fiscais (IRS) no Rendimento Equivalente entre 2010 e 2014
141 **Quadro 50** Impacto das Alterações das Políticas Sociais (RSI e AdF) e Fiscais (IRS) na Desigualdade entre 2010 e 2014
143 **Quadro 51** Impacto das Alterações das Políticas Sociais (RSI e AdF) e Fiscais (IRS) nos Indicadores de Pobreza entre 2010 e 2014
144 **Quadro 52** Impacto das Alterações das Políticas Sociais (RSI e AdF) e Fiscais (IRS) nos Indicadores de Pobreza por Escalão Etário entre 2010 e 2014
145 **Quadro 53** Impacto das Alterações das Políticas Sociais (RSI e AdF) e Fiscais (IRS) nos Indicadores de Pobreza por Tipo de ADP entre 2010 e 2014

ÍNDICE DE GRÁFICOS

24 **Gráfico 1** Evolução Real do Rendimento Disponível por Adulto Equivalente (euros/ano), 2006 –2014
25 **Gráfico 2** Evolução das Remunerações do Trabalho (1995=100), 1995 – 2013
27 **Gráfico 3** Variação Percentual do Rendimento Disponível por Adulto Equivalente por decis, 2009 – 2014
30 **Gráfico 4** Evolução do Rendimento Equivalente · Ganhos e Perdas, 2009 – 2012
31 **Gráfico 5** Evolução do Rendimento Mediano Equivalente na EU e nos Países do Ajustamento (2009=100), 2009 – 2013
34 **Gráfico 6** Função de Densidade da Distribuição do Rendimento Real por Adulto Equivalente, 2009 – 2014
35 **Gráfico 7** Evolução do Índice de Gini, 2006 – 2014
36 **Gráfico 8** Evolução da Desigualdade (I), 2006 – 2014
37 **Gráfico 9** Evolução da Desigualdade (II), 2006 – 2014
39 **Gráfico 10** Evolução do Coeficiente de Gini para Diferentes Conceitos de Rendimento Equivalente, 2006 – 2014
41 **Gráfico 11** Contributo para a Desigualdade das várias Fontes de Rendimento, 2006 – 2009 – 2014
42 **Gráfico 12** Evolução da Desigualdade (Gini) na UE, 2009 – 2013
42 **Gráfico 13** Coeficiente de Gini do Rendimento Equivalente, 2013
43 **Gráfico 14** Evolução do Coeficiente de Gini na UE e nos Países do Ajustamento (2009=100), 2009 – 2013
43 **Gráfico 15** Coeficiente de Gini do Rendimento de Mercado, 2013
46 **Gráfico 16** Desigualdade *versus* Taxa de Pobreza, 2013
47 **Gráfico 17** Evolução da Pobreza Monetária, 2006 – 2014
48 **Gráfico 18** Evolução da Pobreza Monetária, 2006 – 2014
49 **Gráfico 19** Evolução da Pobreza Monetária das Crianças e Idosos, 2006 – 2014
51 **Gráfico 20** Linha de Pobreza Oficial e Linha de Pobreza Ancorada em 2009 (€/mês), 2009 – 2014
52 **Gráfico 21** Indicadores de Pobreza utilizando a Linha de Pobreza Ancorada em 2009, 2009 – 2014
55 **Gráfico 22** Evolução da Taxa de Pobreza, 2009 – 2013
55 **Gráfico 23** Evolução da Taxa de Pobreza na UE e nos Países do Ajustamento (2009 = 100), 2009 – 2013
58 **Gráfico 24** Itens de Privação, 2009 – 2014
59 **Gráfico 25** Itens de Privação, 2014
60 **Gráfico 26** Indicadores de Privação, 2006 – 2014
61 **Gráfico 27** Taxa de Privação Material por decil do Rendimento Equivalente, 2006 – 2009 – 2014
62 **Gráfico 28** Taxa de Pobreza Consistente, 2006 – 2014
63 **Gráfico 29** Evolução da Taxa de Privação Severa, 2009 – 2014
64 **Gráfico 30** Privação Severa, 2014

69 **Gráfico 31** Evolução da Taxa de Pobreza Ancorada e da Desigualdade (DML), por Escalão Etário do Indivíduo de Referência do ADP 2009-2014
71 **Gráfico 32** Evolução da Taxa de Pobreza Ancorada e da Desigualdade (DML), por Género do Indivíduo de Referência do ADP 2009-2014
74 **Gráfico 33** Evolução da Taxa de Pobreza Ancorada e da Desigualdade (DML) por Dimensão do ADP, 2009-2014
77 **Gráfico 34** Evolução da Taxa de Pobreza Ancorada e da Desigualdade (DML) por Composição do ADP, 2009-2014
79 **Gráfico 35** Evolução da Taxa de Pobreza Ancorada e da Desigualdade (DML), por Nível de Instrução do Indivíduo de Referência do ADP, 2009-2014
81 **Gráfico 36** Evolução da Taxa de Pobreza Ancorada e da Desigualdade (DML) por Categoria Socioeconómica, 2009-2014
83 **Gráfico 37** Evolução da Taxa de Pobreza Ancorada e da Desigualdade (DML) por Nível de Intensidade Laboral *per capita* do ADP, 2009-2014
84 **Gráfico 38** Importância dos Vários Grupos Socioecómicos na Explicação da Desigualdade, 2009-2014
87 **Gráfico 39** Número de Trabalhadores por Conta de Outrem (milhares), 2006 – 2014
89 **Gráfico 40** Evolução do Ganho Equivalente Mensal, 2009 – 2014 (euros, a preços de 2014).
91 **Gráfico 41** Evolução do Número de Trabalhadores por Conta de Outrem por Escalões do Ganho, 2009 – 2014
91 **Gráfico 42** Função de Densidade da Distribuição do Ganho Equivalente Mensal, 2009 – 2014
92 **Gráfico 43** Trabalhadores por Conta de Outrem em Situação de Baixos Salários e de Pobreza, 2009 –2014
93 **Gráfico 44** Desigualdade do Ganho Equivalente (I), 2009 – 2014
93 **Gráfico 45** Desigualdade do Ganho Equivalente (II), 2009 – 2014
97 **Gráfico 46** Evolução do Ganho Equivalente – Ganhos e Perdas, 2009 – 2012
98 **Gráfico 47** Ganho Bruto Mensal, 2011
99 **Gráfico 48** Índice de Gini do Ganho Bruto Mensal, 2011
100 **Gráfico 49** Desigualdade do Ganho Bruto Mensal, 2011
103 **Gráfico 50** Variação do Ganho Médio Equivalente por Escalão Etário, 2009-2014
104 **Gráfico 51** % de Trabalhadores em Situação de Pobreza por Escalão Etário, 2009-2014
105 **Gráfico 52** Variação do Ganho Médio Equivalente por Género, 2009 – 2014
105 **Gráfico 53** % de Trabalhadores em Situação de Pobreza por Género, 2009 – 2014
106 **Gráfico 54** Variação do Ganho Médio Equivalente por Tipo de Contrato, 2009 – 2014

107 **Gráfico 55** % de Trabalhadores em Situação de Pobreza por Tipo de Contrato, 2009 – 2014
107 **Gráfico 56** Variação do Ganho Médio Equivalente por Regime de Trabalho, 2009 – 2014
108 **Gráfico 57** % de Trabalhadores em Situação de Pobreza por Regime de Trabalho, 2009 – 2014
109 **Gráfico 58** Variação do Ganho Médio Equivalente por Nível de Escolaridade, 2009 – 2014
110 **Gráfico 59** % de Trabalhadores em Situação de Pobreza por Nível de Escolaridade, 2009 – 2014
110 **Gráfico 60** Variação do Ganho Médio Equivalente por Sector de Actividade, 2009 – 2014
111 **Gráfico 61** % de Trabalhadores em Situação de Pobreza por Sector de Actividade, 2009 – 2014
112 **Gráfico 62** Proporção da Desigualdade Explicada pelas Diferentes Tipologias, 2009 – 2014
115 **Gráfico 63** Distribuição das Prestações Sociais por Quintis do Rendimento Equivalente, 2014
117 **Gráfico 64** Distribuição das Prestações Sociais por Quintis do Rendimento Equivalente, 2014
119 **Gráfico 65** Índices de Concentração e Coeficiente de Gini do Rendimento Equivalente, 2009-2014
121 **Gráfico 66** Efeitos Redutores das Pensões, Transferências Sociais e Impostos Directos sobre a Desigualdade, 2006-2009-2014
122 **Gráfico 67** Evolução Real das Prestações Sociais (valores a preços de 2014, em milhões de euros)
122 **Gráfico 68** Distribuição dos Impostos Directos por Quintis do Rendimento Equivalente, 2014
127 **Gráfico 69** Impacto das Alterações das Políticas Sociais e Fiscais no Rendimento Equivalente, 2008-2011 e 2011-2014
140 **Gráfico 70** Impacto das Alterações das Políticas Sociais (RSI e AdF) e Fiscais (IRS) no Rendimento Equivalente entre 2010 e 2014
142 **Gráfico 71** Impacto das Alterações das Políticas Sociais (RSI e AdF) e Fiscais (IRS) na Desigualdade entre 2010 e 2014

Fundação Francisco Manuel dos Santos

Estudos Publicados

Políticas Sociais

Coordenador: Pedro Pita Barros

Desigualdade económica em Portugal [2012]
Coordenador: Carlos Farinha Rodrigues

Informação e saúde [2013] Rita Espanha

Custos da saúde: passado, presente e futuro [2013]
Coordenador: Carlos Costa

Mortalidade infantil em Portugal [2014]
Coordenadores: Xavier Barreto e José Pedro Correia

Determinantes da fecundidade em Portugal [2016]
Maria Filomena Mendes, Paulo Infante, Anabela Afonso, Andreia Maciel, Filipe Ribeiro, Lídia Patrícia Tomé e Rita Brazão de Freitas

Desigualdade do Rendimento e Pobreza em Portugal: As consequências sociais do programa de ajustamento [2016]
Coordenador: Carlos Farinha Rodrigues

Conhecimento

Coordenador: Carlos Fiolhais

Escolas para o século XXI [2013] Alexandre Homem Cristo

Que ciência se aprende na escola? [2013]
Coordenadora: Margarida Afonso

Literatura e ensino do Português [2013]
José Cardoso Bernardes e Rui Afonso Mateus

Ensino da leitura no 1.º ciclo do ensino básico: crenças, conhecimentos e formação dos professores [2014]
Coordenador: João Lopes

A ciência na educação pré-escolar [2014]
Coordenadora: Maria Lúcia Santos

Os tempos na escola: estudo comparativo da carga horária em Portugal e noutros países [2014]
Coordenadora: Maria Isabel Festas

Ciência e Tecnologia em Portugal: métricas e impacto (1995-2011) [2015]
Armando Vieira e Carlos Fiolhais

O multimédia no Ensino das Ciências: cinco anos de investigação e ensino em Portugal [2014]
João Paiva, Carla Morais e Luciano Moreira

Cultura científica em Portugal: ferramentas para perceber o mundo e aprender a mudá-lo [2015]
António Granado e José Vítor Malheiros

Desenvolvimento Económico

Coordenadora: Susana Peralta

O cadastro e a propriedade rústica em Portugal [2013]
Coordenador: Rodrigo Sarmento de Beires

25 anos de Portugal europeu [2013]
Coordenador: Augusto Mateus

A Economia do Futuro: a visão de cidadãos, empresários e autarcas [2014]
Coordenador: João Ferrão Publicado em duas versões: estudo completo e versão resumida

Três décadas de Portugal europeu: balanço e perspetivas [2015]
Coordenador: Augusto Mateus

Investimentos em Infra-estruturas em Portugal [2016]
Alfredo Marvão Pereira e Rui Marvão Pereira

Estado e Sistema Político

Coordenador: Pedro Magalhães

Avaliações de impacto legislativo: droga e propinas [2012] Coordenador: Ricardo Gonçalves, publicado em duas versões: estudo completo e versão resumida

Justiça económica em Portugal [2013]
Coordenadores: Nuno Garoupa, Pedro Magalhães e Mariana França Gouveia, publicado em 9 volumes

Segredo de justiça [2013] Fernando Gascón Inchausti

Feitura das leis: Portugal e a Europa [2014]
João Caupers, Marta Tavares de Almeida e Pierre Guibentif

Portugal nas decisões europeias [2014]
Coordenadores: Alexander Treschel e Richard Rose

Juízes na Europa: formação, selecção, promoção e avaliação [2015] Carlos Gómez Ligüerre

O Ministério Público na Europa [2015]
José Martín Pastor, Pedro Garcia Marques e Luís Eloy Azevedo

População

Coordenadora: Maria João Valente Rosa

Processos de envelhecimento em Portugal: usos do tempo, redes sociais e condições de vida [2013]
Coordenador: Manuel Villaverde Cabral, publicado em duas versões: estudo completo e versão resumida

Dinâmicas demográficas e envelhecimento da população portuguesa: 1950-2011 Evolução e Perspectivas [2014]
Director: Mário Leston Bandeira

RODRIGUES, Carlos Farinha, Professor do ISEG da Universidade de Lisboa. É investigador do CEMAPRE, Presidente da Direcção do Instituto de Políticas Públicas Thomas Jefferson-Correia da Serra, coordenador científico do Observatório das Desigualdades do CIES-IUL e assessor do Instituto Nacional de Estatística. Desde 2013 é coordenador do Mestrado em Economia e Políticas Públicas do ISEG. Doutorado em Economia, as suas áreas de investigação são: Distribuição do Rendimento; Desigualdade e Pobreza; Política Social; Avaliação de Políticas Públicas. Tem diversos estudos publicados em revistas nacionais e internacionais sobre desigualdade e pobreza em Portugal. É, desde 1996, o responsável nacional pela construção do modelo de microssimulação de políticas sociais Euromod. Em 2012 foi responsável pelo estudo "Desigualdades Sociais" promovido pela Fundação Francisco Manuel dos Santos.

FIGUEIRAS, Rita, Licenciada em Matemática Aplicada às Probabilidades e Estatística, pela Faculdade de Ciências, e pós-graduada em Análise de Gestão de Informação pela NOVA Information Management School. É técnica superior do Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. Os seus interesses de investigação centram-se nas áreas relacionadas com os sistemas de protecção social e os efeitos das políticas públicas.

JUNQUEIRA, Vítor, Licenciado em Economia pelo ISEG. Integrou os quadros técnicos do Instituto Nacional de Estatística e do Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho, da Solidariedade e da Segurança Social, onde é, actualmente, assessor. Desenvolve investigação nas áreas da segurança social, da pobreza e das desigualdades, fazendo parte da equipa nacional responsável pela implementação do modelo de microssimulação internacional Euromod. É, ainda, o autor do blogue Buracos na Estrada, dedicado a temas como protecção social, segurança social e distribuição de rendimentos.

FUNDAÇÃO
FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS

Este estudo contribui para esclarecer as principais alterações ocorridas na distribuição do rendimento, na desigualdade económica e nas condições de vida dos portugueses ao longo do período de vigência do *programa de ajustamento*, entre 2010 e 2014. Trata-se de uma avaliação rigorosa, e tão aprofundada quanto a informação estatística disponível o permite, das consequências sociais de uma das mais profundas crises que Portugal atravessou nas últimas décadas, e uma análise das medidas implementadas pelas autoridades públicas para lhe fazer frente. Como se alteraram os rendimentos dos diferentes grupos da população? Verificou-se um empobrecimento da classe média ou uma redução generalizada dos rendimentos familiares? A desigualdade económica agravou-se ou diminuiu? Quais os efeitos, sobre os diferentes grupos sociais, das alterações introduzidas nas políticas sociais e fiscal? A contracção das políticas sociais alterou significativamente as condições de vida das famílias mais pobres? Estas são algumas das questões a que este estudo visa dar resposta.

Um estudo da Fundação Francisco Manuel dos Santos
www.ffms.pt